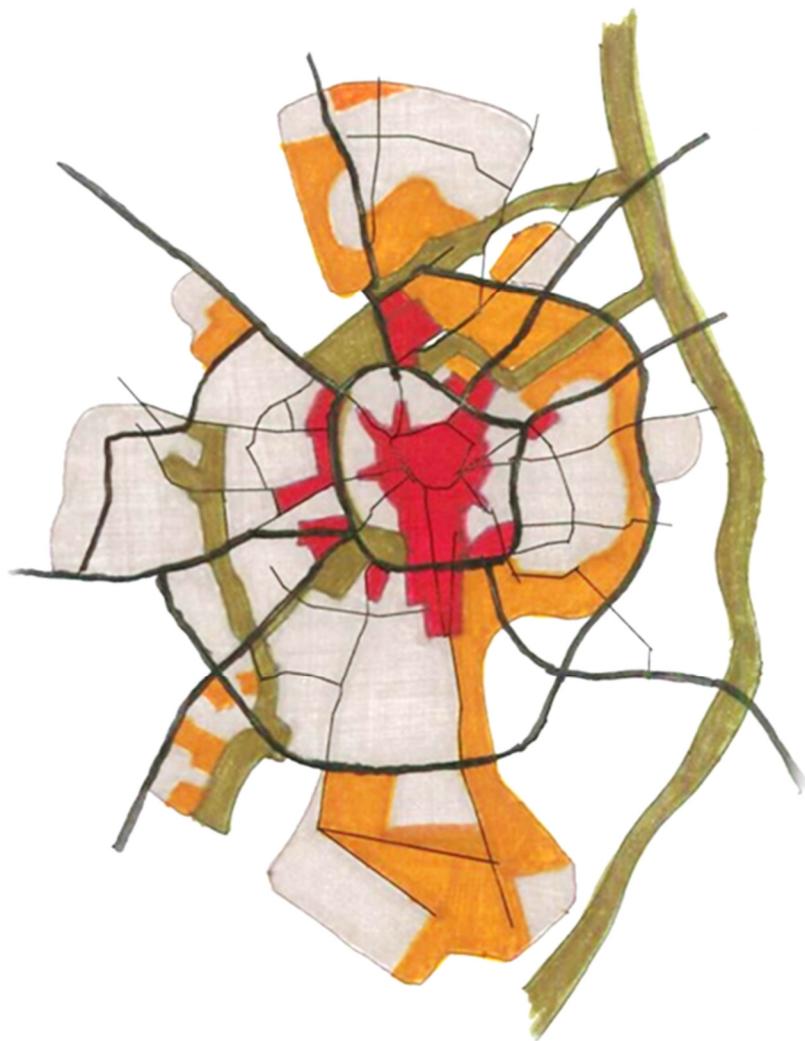


Relatório de Avaliação e Análise Crítica do Plano de Urbanização de Évora



Câmara Municipal de Évora

Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana

Março 2021

Índice

AGRADECIMENTOS	4
INTRODUÇÃO	5
1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO, ENQUADRAMENTO LEGAL E DINÂMICA.....	7
1.1. O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA.....	7
1.2. ALTERAÇÃO E RETIFICÇÃO DO PUE.....	7
1.3. OPORTUNIDADE DE AVALIAÇÃO DO PUE	9
2. METODOLOGIA	11
3. ÉVORA EM 2020.....	13
3.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	13
3.1. DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO	14
3.1.1. População	14
3.1.2. Alojamento	19
3.1.3. Atividades económicas e emprego	24
3.1.4. Sistema ambiental	29
3.1.5. Construção e reabilitação urbana.....	37
3.1.6. Equipamentos de utilização coletiva	44
3.1.7. Infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.....	67
3.1.8. Mobilidade.....	80
3.1.9. Património	84
3.1.10. Cidade Intramuros	89
3.1.11. Estrutura, distribuição funcional e transformações urbanas	100
3.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÓMICAS OCORRIDAS APÓS 2000	109
4. VISÃO E OBJETIVOS DO PUE	113
5. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS E COMPLEMENTARES DO PLANO	116
5.1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO.....	116
5.1.1. Regulamento do plano.....	116
5.1.2. Planta de zonamento.....	123
5.1.3. Planta de condicionantes.....	126
5.1.4. Planta da estrutura ecológica urbana.....	129
5.1.5. Planta do património e inventário do património.....	131
5.2. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DO PLANO	134

5.2.1.	Relatório.....	134
6.	NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO.....	136
6.1.	CIDADE DE ÉVORA.....	136
6.1.1.	Rede viária	136
6.1.2.	Estrutura ecológica urbana.....	146
6.1.3.	Zonas de equipamentos.....	159
6.1.4.	Zonas terciárias.....	182
6.1.5.	Zonas industriais	192
6.1.6.	Zonas habitacionais	201
6.1.7.	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	217
6.2.	CIDADE INTRAMUROS.....	248
6.3.	PROPOSTAS DO PLANO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	254
6.3.1.	Política e propostas setoriais	254
6.3.2.	Programa de investimentos.....	262
7.	FERRAMENTAS DE IMPLEMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO.....	275
7.1.	EQUIDADE E POLÍTICA DE SOLOS.....	275
7.2.	FINANCIAMENTO E TAXAS URBANÍSTICAS	278
7.3.	AÇÕES DE PLANEAMENTO E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS.....	279
8.	ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL	282
8.1.	AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PUE.....	282
8.2.	AVALIAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO FACE AO SISTEMA TERRITORIAL ATUAL	287
8.2.1.	MODELO DE ORDENAMENTO PROPOSTO	287
8.2.2.	AVALIAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO	291
9.	FATORES CRÍTICOS NO PROCESSO DE PLANEAMENTO	300
9.1.	O CENÁRIO E A EXECUÇÃO DO PLANO	300
9.2.	OS FATORES CRÍTICOS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO	301
10.	COERÊNCIA INTERNA E OUTRAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	304
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	309
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	314
	EQUIPA TÉCNICA.....	318

AGRADECIMENTOS

A todos os colegas da Câmara Municipal de Évora que nos apoiaram e se disponibilizaram para colaborar no desafio que foi a produção do presente relatório, designadamente os técnicos da Divisão de Desenvolvimento Económico, Divisão de Gestão Urbanística, Divisão de Educação e Intervenção social, Divisão de Ambiente e Mobilidade, Unidade de Águas e Saneamento e Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação.

À Professora Maria Domingas Simplício e à Dr.ª Maria Manuela Oliveira pelas reflexões e sugestões enunciadas após a leitura do documento.

INTRODUÇÃO

O plano de urbanização desenvolve e concretiza o plano diretor municipal, estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas, definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais.

A 3ª, e última, revisão do Plano de Urbanização de Évora (PUE) foi aprovada pelas deliberações da Assembleia Municipal de Évora de 22 de janeiro de 1999 e de 29 de outubro de 1999, ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2000, de 24 de Fevereiro e publicada no Diário da República, I.ª Série - B, n.º 74, de 28 de Março de 2000. Em 2011, este plano sofreu um importante processo de alteração que será descrito no próximo capítulo.

Passados 20 anos da 3ª revisão, e em contagem decrescente para terminar o prazo definido pelo novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial para revisão dos PMOT, pretende-se agora sanar, por via da revisão do plano, as necessidades decorrentes da evolução do tempo, das estruturas sociais, económicas e culturais e o seu impacto neste território assim como, responder às necessidades de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e de adaptação às alterações climáticas projetadas para o território a curto médio/prazo, assim como a novas exigências políticas e de natureza regulamentar

A avaliação do PUE é o primeiro passo dado para desencadear o processo de revisão. A monitorização de execução deste Plano foi elaborada pontualmente durante o seu período de vigência, mas nunca internamente assumida como um exercício sistemático, associado à apreciação contínua do plano e à sua adaptação à realidade em permanente mudança.

Reconhecendo a legitimidade que um processo de avaliação/monitorização dos PMOT confere ao Planeamento, a Câmara Municipal resolveu encetar um processo de monitorização e avaliação crítica do PUE, ainda que este não seja um processo legalmente exigido neste nível do planeamento. O documento produzido será fundamental como reflexão, avaliação da importância do planeamento na concretização dos objetivos e da visão do território que se pretendeu atingir, mas também como legitimação das opções do próximo Plano e, ainda, como parte integrante do futuro Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território exigido para efeitos da revisão do Plano Diretor Municipal.

A abordagem prosseguida consiste na avaliação *ex-post* da conformidade, a avaliação convencional da concretização dos objetivos explicitados no plano e do grau de execução das ações propostas.

O relatório organiza-se em duas partes distintas, a primeira descreve as principais dinâmicas socioeconómicas, ambientais e territoriais a que a cidade assistiu nas últimas décadas, procurando caracterizar Évora em 2020 e a segunda parte explicita a avaliação dos elementos que constituem o plano, a monitorização da execução das suas propostas e ações e da concretização dos objetivos e do modelo de ordenamento.

Considerando a natureza do processo de avaliação crítica descrito e os conteúdos de um plano de urbanização, as principais questões que se colocam no âmbito desta avaliação podem resumir-se a:

- Principais dinâmicas socioeconómicas com incidência territorial ocorridas nas últimas décadas,

- Principais fatores que afetaram os usos do solo e a sua evolução face ao modelo de ordenamento proposto,
- Adequação e qualidade dos elementos fundamentais do plano,
- Grau de execução do plano, das propostas prioritárias e concretização dos respetivos objetivos,
- Aplicação e adequação das diversas ferramentas/instrumentos de implementação do plano,
- Grau de concretização dos objetivos e do modelo de ordenamento,
- Principais fatores a ter em conta, assim como recomendações para o processo de revisão.

A metodologia adotada para elaboração do relatório considerou o **período entre 2000 e 2020** como período de análise. Trata-se de uma análise retrospectiva após 20 anos de vigência do PUE que incide numa apreciação de conformidade, de concretização dos objetivos e do grau de execução das ações propostas.

1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO, ENQUADRAMENTO LEGAL E DINÂMICA

1.1. O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA

Tal como referido, a elaboração do Plano de Urbanização de Évora (PUE), também denominada de 3ª revisão do PUE, foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2000, de 24 de fevereiro e publicada no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 74, de 28 de março de 2000.

Ainda que à data da publicação do PUE vigorasse já o primeiro RJGT, publicado através do D.L.380/99, de 22 de setembro, a elaboração do plano ocorreu ao abrigo do D.L. 69/90, de 2 de março, diploma que regulava apenas a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

De acordo com o D.L. 69/90, de 2 de março, o Plano de Urbanização devia definir *“uma organização para o meio urbano, estabelecendo, designadamente, o perímetro urbano, a conceção geral da forma urbana, os parâmetros urbanísticos, o destino das construções, os valores patrimoniais a proteger, os locais destinados à instalação de equipamentos, os espaços livres e o traçado esquemático da rede viária e das infraestruturas principais”*.

O próprio RJGT em vigor àquela data, embora não tendo sido considerado para efeitos de elaboração do plano, determinava que os Planos de Urbanização deviam compreender *“a organização espacial de parte determinada do território municipal, integrada no perímetro urbano, que exija uma intervenção integrada de planeamento”*. Esta visão, centrada na circunscrição do solo urbano, contrasta notoriamente com as determinações do atual RJGT, publicado através do D.L. 80/2015, de 14 de maio.

O regulamento do PUE definiu um período de vigência de 10 anos após a sua entrada em vigor, devendo contudo permanecer em plena eficácia até à finalização do procedimento de revisão subsequente. Tendo decorrido 20 anos desde a sua publicação, torna-se bastante notória a necessidade e urgência de rever os pressupostos que estiveram na base do modelo então proposto.

1.2. ALTERAÇÃO E RETIFICÇÃO DO PUE

Alteração do PUE (Aviso n.º 12113/2011, de 2 de junho)

Em 05/12/07, a Câmara Municipal deliberou que se realizasse uma alteração do PUE, desencadeando-se, assim, o primeiro procedimento de alteração do plano.

Publicada em 2011, no Diário da República, 2ª série, n.º 107, através do Aviso n.º 12113/2011, de 2 de junho, esta alteração foi elaborada ao abrigo do RJGT na sua versão publicada pelo D.L. 316/2007, de 19 de setembro, diploma em vigor à data da deliberação, muito embora, aquando da publicação, vigorasse já quer o D.L. 46/2009, de 20 de fevereiro, quer os Decretos Regulamentares conexos ao RJGT.

A referida deliberação determinou que as alterações a efetuar recaíssem sobre as seguintes temáticas:

- Unidade Operativa de Planeamento e Gestão dos Leões;
- Maré — Mercado Abastecedor da Região de Évora, S. A.;
- Lusitano Ginásio Clube e o Juventude Sport Clube;
- Acertos de cartografia — espaço verde urbano T21;
- Horta do Telhal e Horta da Torrinha;
- Outras de âmbito limitado e natureza parcial para outras áreas da cidade, analisadas e consideradas oportunas, na sequência da participação e discussão públicas, durante a elaboração das alterações ao plano de urbanização

Tendo em conta a revisão do PDME, que à época se encontrava em curso e em fase adiantada do seu processo, considerou-se oportuno adequar o conteúdo do PUE às propostas decorrentes daquele plano. A referida articulação resultou essencialmente no seguinte:

- a) A supressão da categoria *Espaço Agrícola Envolvente da Cidade*,
- b) A alteração de regras e parâmetros urbanísticos,
- c) A atualização da rede viária;
- d) A transposição de quatro novas UOPG, que configuraram a ampliação do perímetro urbano da Cidade estabelecida na 3.ª revisão do PUE (2000), designadamente:
 - UOPG 1 do PDME: Frente Urbana Adjacente à Expo Évora (I);
 - UOPG 2 do PDME: Área Desportiva e Residencial da Quinta do Alcaide (J);
 - UOPG 3 do PDME: Parque Industrial e Tecnológico de Évora (K);
 - UOPG 4 do PDME: Área Residencial da Turgela (L).

O PDME viria a ser publicado através do Regulamento 47/2008, 25 de janeiro.

Esta alteração permitiu ainda proceder à adequação da nova base cartográfica e da cartografia do plano em suporte digital, por forma a que o mesmo pudesse ser integrado em Sistemas de Informação Geográfica, indo assim ao encontro das exigências no que respeita à elaboração, partilha e disponibilização na plataforma do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).

Retificação do PUE (Declaração de Retificação n.º 1970/2011, de 26 de dezembro)

Apenas alguns meses após a publicação da alteração do PUE, ocorreu uma retificação do respetivo regulamento através da publicação da Declaração de Retificação n.º 1970/2011, de 26 de dezembro. Este procedimento materializou-se na clarificação das disposições contidas nas notas 2) e 3) do n.º 1 do artigo 58º, relativamente às regras aplicáveis às unidades hoteleiras e recintos de espetáculos.

1.3. OPORTUNIDADE DE AVALIAÇÃO DO PUE

O PUE deve traduzir de forma adequada uma visão estratégica coerente para a cidade de Évora, assim como acompanhar a evolução das dinâmicas territoriais. A formulação dos objetivos de desenvolvimento e de ordenamento que orientaram a elaboração do plano baseou-se nas orientações recolhidas no Plano Estratégico de 1994 e no diagnóstico elaborado em 1995, cujos dados estatísticos reportam a 1991, refletindo por isso uma realidade bastante diferente da atual.

Por outro lado, desde a publicação do PUE em 2000, ocorreram diversas alterações legislativas com implicações na gestão do território e relativamente às quais os planos devem obrigatoriamente adequar-se.

Desde logo, as alterações ao quadro legal dos Instrumentos de Gestão Territorial, ocorridas na sequência da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, publicada através da Lei nº31/2014, de 30 de maio, designada de LBGPPSOTU, que conduziu a mudanças significativas nos instrumentos que compõem o sistema de gestão territorial. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), instrumento de referência e situado no topo do sistema, foi apenas o primeiro.

A LBGPPSOTU constituiu uma reforma estruturante das políticas de urbanismo e ordenamento do território com implicações diretas nos diplomas legais relativos ao sistema de planeamento, ao regime de transformação do solo, urbanização e edificação, ao ordenamento do território e ao desenvolvimento urbano, designadamente através da junção do sistema de planeamento anteriormente definido pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, e a antiga Lei dos Solos.

Procurando travar a proliferação de terrenos urbanos e urbanizáveis expectantes, foi criado um novo sistema de classificação do solo, segundo o qual os solos urbanizáveis deixam de existir, passando o solo a estar classificado como urbano ou rústico. Esta constitui talvez a maior inovação trazida pela LBGPPSOTU e cujas consequências na revisão ou alteração dos planos são diretas e bastante relevantes. É de realçar que a normativa impõe aos municípios a conformação dos planos territoriais às novas disposições legais, sob pena de suspensão das suas normas, caso o respetivo teor careça de adequação.

Na sequência e no cumprimento da LBGPPSOTU, o D.L. 80/2015, de 14 de maio, procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT). Este define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, assim como o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. A operacionalização do RJIGT é apoiada pela aplicação de diversos Decretos Regulamentares.

Um deles é o Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, que vem estabelecer os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

São de ainda referir as alterações aos diplomas legais que estabelecem servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e que devem ter tradução nos planos territoriais, assim como as normas legais aplicáveis à salvaguarda do património cultural.

A desatualização da cartografia utilizada no PUE é outro aspeto a ter em conta para efeitos de avaliação da oportunidade da revisão do PUE, dado que, para além de se verificarem desfasamento da realidade face à cartografia, assim como desta face às dinâmicas que ocorreram no território, a mesma não cumpre atualmente os pressupostos previstos na legislação mais recente sobre esta matéria, designadamente no D.L. 141/2014, de 19 de setembro, e no Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro.

Finalmente, importa lembrar que, após publicada a alteração do PUE em 2011, ocorreu uma relevante alteração do PDME, publicada através do Aviso nº 2174/2013, de 12 de fevereiro. Esta alteração, no âmbito da qual se republicou o respetivo regulamento, carece até à data de transposição para o PUE em vigor. Foi igualmente aprovado o PROTA (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto), que não foi considerado no âmbito da alteração do PUE.

Tendo em conta o referido, afigura-se clara a necessidade e importância de se proceder à revisão do PUE, por forma a dar resposta a novos desafios, consentâneos com a evolução socioeconómica verificada nas últimas décadas, assim como traduzir as opções estratégicas com incidência no território. Paralelamente, é necessário corrigir lacunas e proceder à adequação da nova disciplina legislativa, concretizando inevitavelmente uma visão estratégica e objetivos adequados à realidade dos próximos tempos.

Para que o processo de revisão seja devidamente fundamentado, deverá ser antecedido por um processo de avaliação e análise crítica, assumindo o planeamento como um processo continuado, encadeado e coerente e abordando a elaboração e revisão de planos como parte integrante desse processo.

2. METODOLOGIA

Adotando como modelo de fundo o relatório do Plano de Urbanização de Évora publicado no ano 2000, o presente documento, fundamentado em relatórios técnicos, estudos e teses académicas produzidas sobre a cidade, análises espaciais, levantamentos de campo, processos municipais, contributos e reuniões de trabalho com técnicos dos diferentes serviços do município, foi desenvolvido ao longo das seguintes 3 etapas:

Na **primeira fase** é apresentada a dinâmica de desenvolvimento que ocorreu na cidade nos últimos 20 anos, assente na interpretação de um conjunto de temas selecionados e que permitem perceber o seu comportamento.

Na **segunda fase** procede-se à análise da concretização dos objetivos preconizados pelo PUE, respondendo ao propósito de avaliação do relatório que agora se sintetiza. Assim, avaliou-se o nível de materialização do modelo de ordenamento que operacionaliza os objetivos do plano e traduz as opções estruturais e funcionais para os elementos que o constituem, procurando entender os diferentes fatores que influenciaram o nível de implementação obtido, designadamente:

Nesta fase, observaram-se os **elementos** que constituem o PUE, designadamente, relatório, regulamento e respetivas peças desenhadas, à luz de relatórios e estudos setoriais que versam sobre normas do regulamento em vigor e da análise conjunta entre a Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, a Divisão de Gestão Urbanística, a Divisão de Desenvolvimento Económico e a Divisão de Ambiente e Mobilidade, obtendo-se uma descrição detalhada dos principais erros, omissões e dificuldades encontradas na aplicação e interpretação.

A **terceira fase** constitui a síntese do trabalho efetuado, apresentando-se as principais conclusões.

A metodologia adotada no processo de avaliação crítica incluiu:

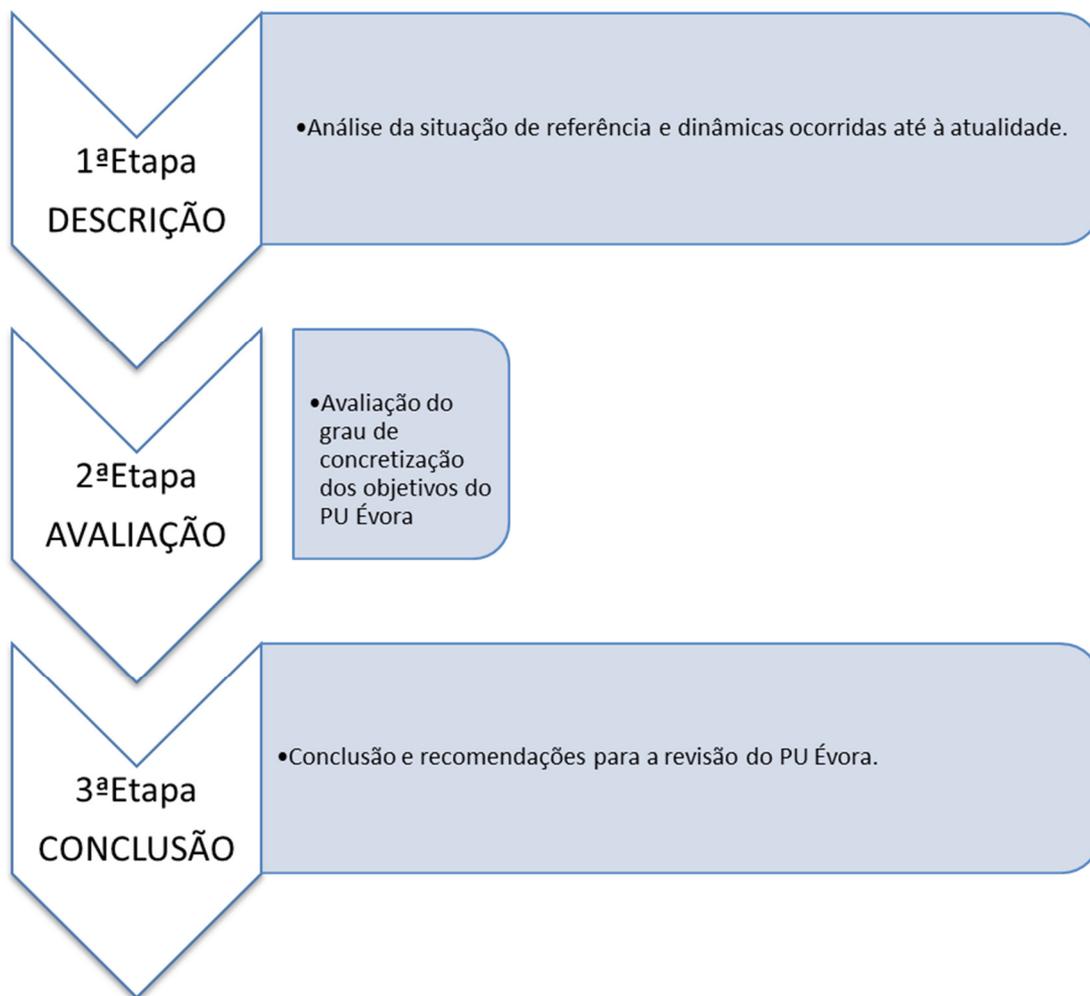
- Revisão bibliográfica, consulta de relatórios e trabalhos e investigação produzidos sobre a cidade,
- Utilização de informação geográfica para realização de análises espaciais com recurso à Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS), fotografias aéreas, operações urbanísticas georreferenciadas, zonamento do plano de urbanização e realização de levantamentos de campo para monitorização da ocupação e usos do solo,
- Recolha de dados (fontes diversas),
- Consulta de processos municipais (relativos a loteamentos, planos, estudos e instrumentos urbanísticos),
- Reuniões de trabalho com técnicos de outros serviços (consulta e pedidos de informação e dados sobre aspetos dos elementos fundamentais e execução do plano).

Em face da metodologia prosseguida, o *Corpus documental* utilizado foi o seguinte:

- Artigos, relatórios técnicos e trabalhos de natureza (dissertações de mestrado),
- Fotografias aéreas e COS,
- Dados do INE e de outras fontes oficiais,

- Processos municipais (loteamentos, planos, estudos e instrumentos urbanísticos).

Foi respeitada a organização dos elementos fundamentais e complementares do plano, designadamente o regulamento e o relatório¹.



Importa referir que a avaliação do PUE foi um processo participado, com a colaboração de vários serviços do município e de vários técnicos, quer no que respeita à avaliação dos elementos fundamentais do plano, quer à execução das propostas do plano. Destaca-se a este respeito o trabalho conjunto de avaliação do regulamento com os técnicos da Divisão de Gestão Urbanística, refletindo a avaliação apresentada o balanço efetuado pelos técnicos que aplicam as normas.

¹ A elaboração do presente relatório apoiou-se na metodologia apresentada pelo Professor Eng.º Jorge Baptista e Silva (De Civil, IST) e exposta nas unidades curriculares de Avaliação de Planos do IST (Batista e Silva, 2017).

3. ÉVORA EM 2020

3.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A cidade de Évora situa-se no coração da peneplanície alentejana, na bacia hidrográfica do Sado, implantando-se numa colina de vertentes suaves. A área urbana desenvolve-se predominantemente de norte para sul e tem como limites naturais o Alto de S. Bento a noroeste, o rio Xarrama a nascente e a sul, e a ribeira de Alpedriche a norte.

A cidade ocupa uma posição mais ou menos central no interior sul de Portugal, localizando-se no importante corredor rodoferroviário (Lisboa/Madrid).

A sua localização estratégica estabelece uma relativa proximidade à Área Metropolitana de Lisboa (AML), ao Litoral Alentejano (incluindo o Porto de Sines) e à Extremadura Espanhola (cidade de Badajoz), encontrando-se ainda na zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

A proximidade à infraestrutura aeroportuária de Beja e ao futuro aeroporto do Montijo constituem igualmente fatores favoráveis na relação da cidade com o exterior.

Dentro do sistema urbano em Portugal (PNPOT, 2019), a cidade é classificada como centro urbano regional assumindo-se como principal centro urbano da Região do Alentejo, (Centro Regional de Nível 1 no PROTA (2010)), num território de muito baixa densidade populacional, onde a desertificação e o envelhecimento demográfico constituem um risco para a coesão territorial.

A cidade é servida por várias infraestruturas rodoviárias, destacando-se:

- IP7 a norte da cidade (Autoestrada Lisboa-Madrid (A6)) que liga a AML a Espanha;
- EN 114 a poente, que liga à A6 e estabelece a ligação Évora/Montemor-o-Novo/Almeirim/Santarém e a ligação com a EN 4, Venda Novas/Montijo e através desta, a ligação a Setúbal pela EN 10;
- ER114-4, a norte/poente que liga Évora a Arraiolos;
- EN18 a nascente é a via de ligação à EN256 que liga Évora/Reguengos e ao IP2, que liga Évora/Beja. A EN18 é também, a norte da cidade, responsável pela ligação à A6 (Lisboa/Madrid) e pela ligação ao eixo interior IP2, Évora/Portalegre;
- EN254, ainda a nascente da cidade, faz a ligação entre Évora/Redondo;
- ER254 a sul, que liga Évora/Viana do Alentejo;
- EN380 a sul, que liga Évora/Alcáçovas.

Encontra-se prevista ainda a construção do IP2 a nascente e do IC33 a sul da cidade, que irá reforçar a conectividade e a coesão territorial.

A cidade possui ligação ferroviária de passageiros (linha de Évora e linha do Alentejo) a Beja e Lisboa. Encontra-se atualmente em construção o Eixo Ferroviário de Mercadorias Sines/Évora/Badajoz, existindo a expectativa de localização de uma plataforma logística que beneficie o concelho.

Évora constitui-se como um centro urbano terciário, administrativo, de elevado e reconhecido valor patrimonial e cultural, tendo mais recentemente, ganho importância na fileira da indústria aeronáutica em resultado do *cluster* aeronáutico localizado a sul da cidade.

3.2. DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

3.2.1. População

Evolução da população residente e distribuição espacial

A população na cidade de Évora tem registado um aumento continuado desde a segunda metade do século XIX, tendência apenas invertida na década de 60, marcada pela emigração e pelos reflexos da guerra colonial, em que a população estabilizou.

Este crescimento tem sido caracterizado pela fixação da população na Cidade Extramuros em sentido contrário à dinâmica de diminuição da população na Cidade Intramuros a partir da década de 40.

Zona Geográfica	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011	Variação 91_11	
									V.A.	%
Cidade Intramuros	14074	18559	15696	12692	10783	7842	5668	4738	-3104	-39,6
Cid. Norte	x	x	x	x	x	5205	x	8638	3433	66,0
Cid. Sul	x	x	x	x	x	4573	x	9785	5212	114,0
Cid. Este	x	x	x	x	x	9051	x	7281	-1770	-19,6
Cid. Oeste	x	x	x	x	x	11423	x	11378	-45	-0,4
Cidade Extramuros	34	3615	12956	15494	24068	30252	35491	37082	6830	22,6
Área Urbana	14108	22174	28652	28186	34851	38094	41159	41820	3726	9,8
Concelho de Évora	30257	42765	50095	46900	51572	53754	56519	56596	2842	5,3

Quadro 1 - Evolução da população residente²

A população residente distribui-se de forma relativamente equilibrada pelos quatro setores urbanos representados na Figura 1, Cidade Norte, Este, Sul e Oeste. Em 2011, a Cidade Oeste e a Cidade Sul eram os setores urbanos mais populosos. A Cidade Intramuros, por seu turno, possui um menor número de população residente. A maior densidade populacional em 2011 (valores superiores a 50 habitantes por ha, Figura 1) observa-se nos conjuntos a norte (Bacelo Corunheiras), este (Nogueiras, Álamos, Zona de Urbanização N.º 1 – Núcleo Inicial, Sr.ª da Saúde, Bairro Garcia de Resende), sul (Horta do Bispo e Horta das Figueiras, Moinho, Almeirim e Vilas do Alcaide), a oeste (Torregela, Cruz da Picada,

² **Nota:** Para efeito de tratamento de dados estatísticos do (INE - Censos) da cidade de Évora, utilizou-se como base para 2001 o lugar Évora e para 2011, 1046 subsecções estatísticas que representam de forma mais aproximada a área urbana da cidade. Os dados anteriores foram obtidos no diagnóstico do PUE de 2000.

Malagueira, Santa Maria e Fontanas, António Sérgio, Tapada do Ramalho e Quinta de Santa Catarina e Vista Alegre).

A variação da população residente por sector urbano apresentou diferenças significativas entre 1991 e 2011, com a Cidade Sul a registar uma subida de 114%, fixando-se nos 9785 habitantes, a Cidade Norte com um crescimento de 66%, com 8638 habitantes, e os restantes sectores a registarem variações negativas, com destaque para a Cidade Intramuros e a Cidade Este (os sectores urbanos onde a urbanização é mais antiga).

Em 2011, a Cidade Oeste continua a ser a que apresenta um maior peso na distribuição da população residente, seguida da Cidade Sul, numa alteração significativa face a 1991.

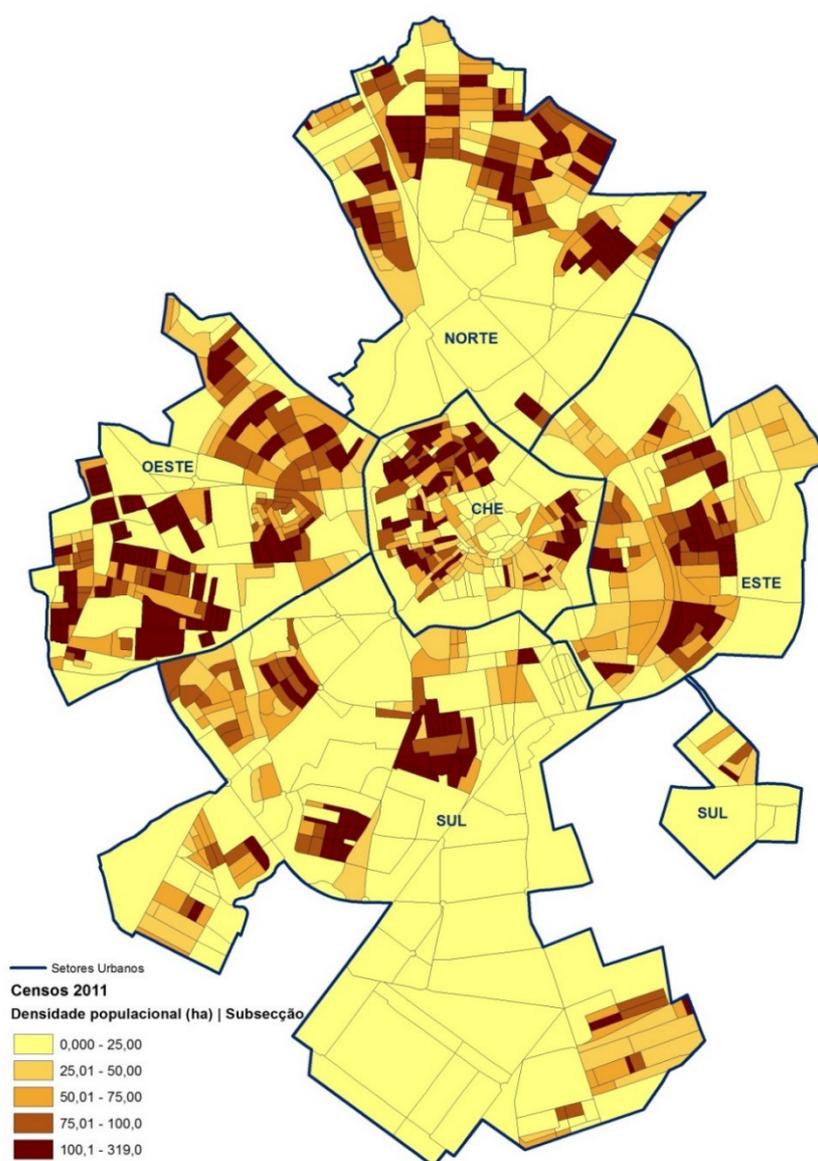


Figura 1 - Densidade populacional em 2011

Assinala-se que o crescimento populacional na cidade foi superior ao verificado no concelho (Quadro 2), com uma taxa de crescimento de 20,2% e 9,7% respetivamente no período de 1981 a 2011.

No mesmo período de análise a Cidade Intramuros perdeu 56,1% da população e a Cidade Extramuros apresentou um crescimento de 54,1%.

Zona Geográfica	Variação 81_91		Variação 91_01		Variação 01_11		Variação 81_11	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Cidade Intramuros	-2941	-27,3	-2174	-27,7	-930	-16,4	-6045	-56,1
Cidade Extramuros	6184	25,7	5239	17,3	1591	4,5	13014	54,1
Área Urbana	3243	9,3	3065	8	661	1,6	7047	20,2
Concelho de Évora	2182	4,2	2765	5,1	77	0,1	5024	9,7

Quadro 2 - Variação da População Residente

Importa ainda registar que nas últimas décadas tem-se verificado uma diminuição da amplitude da variação populacional e que a população residente na cidade de Évora tem aumentado o seu peso face à população do concelho, representando em 2011 cerca de 74%, quando em 1981 era de cerca de 68%.

Estrutura demográfica

Zona Geográfica	Em 2001						Em 2011					
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários			
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Cidade Intramuros	5668	2376	487	624	2566	1991	4738	1990	404	432	2373	1529
Cidade Extramuros	35491	17002	5592	5399	19407	5093	37082	17555	5627	3987	21161	6307
Área Urbana	41159	19378	6079	6023	21973	7084	41820	19545	6031	4419	23534	7836
Concelho de Évora	56519	27012	8422	7958	29726	10413	56596	26831	8148	5895	31386	11167

Quadro 3 - População Residente por Grupo Etário

A distribuição da população pelos grupos etários em 2001 e 2011 (Quadro 3) indica que a população com mais de 65anos é superior ao grupo 0-14 anos e 15-24 anos o que evidencia um envelhecimento da população. O peso do grupo etário com mais de 65 anos na cidade de Évora em 2011 é 18,7%, quando em 2001 era de 17,21%, registando um aumento, em sinal contrário com a diminuição do peso do grupo etário 0-14anos que em 2001 era de 14,8% e em 2011 de 14,4%.

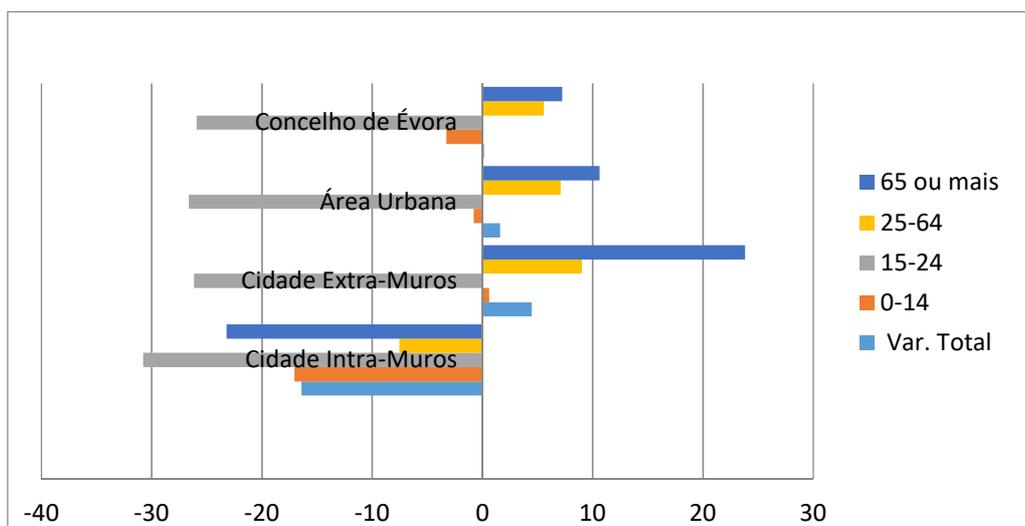


Figura 2 - Variação da População Residente por Grupo Etário 2001/2011 (%)

A área urbana apresenta uma variação negativa (Figura 2) acentuada no grupo etário 15-24 anos e moderada no grupo etário 0-14 anos e uma variação positiva nos grupos etários 25-64 anos e mais de 65anos.

A cidade Intramuros regista uma variação negativa em todos os grupos etários.

Perfil socioeconómico da população

Os níveis de escolaridade na cidade registam uma variação positiva expressiva na população com curso superior, com um aumento de cerca de 71% e uma variação moderada nos residentes com ensino secundário concluído, com um aumento de cerca de 6%.

Destaca-se a importante redução da população que não sabe ler nem escrever, numa variação de cerca de 72%.

Zona Geográfica	Em 2001								Em 2011							
	População Total	Sem ler nem escrever	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	População Total	Sem ler nem escrever	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo						1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Cidade Intramuros	5668	627	507	177	267	281	9	363	4738	151	1261	402	702	795	34	1167
Cidade Extramuros	35491	4510	9169	4430	6227	6459	469	3991	37082	1287	7055	4335	6266	6372	369	6270
Área Urbana	41159	5137	9676	4607	6494	6740	478	4354	41820	1438	8316	4737	6968	7167	403	7437
Concelho de Évora	56519	8518	13994	6569	8150	8026	528	5137	56596	2844	13994	5064	8649	10318	473	11673

Quadro 4 - População residente segundo o nível de escolaridade

Por outro lado, verifica-se uma significativa redução da população com o 1º ciclo, de cerca de 14% e aumentos moderados na população com o 2º ciclo e 3º ciclo, de cerca de 3% e 7% respetivamente.

A Cidade Intramuros regista um aumento em todos os níveis de escolaridade, o que comprova a transformação social que vem ocorrendo nesta área.

A população empregada na área urbana (Quadro 5) regista uma diminuição de cerca de 5%, com o número de pessoas desempregadas a aumentar 102%, situação que reflete o período conjuntural vivido no País, de crise económica entre 2008 e 2014, com quebras no emprego e aumento do desemprego, sendo um indicador transversal a todas as zonas geográficas.

Zona Geográfica	2001							2011						
	População Total	População Empregada	População Desempregada			Pensionista ou reformado	Sem atividade económica	População Total	População Empregada	População Desempregada			Pensionista ou reformado	Sem atividade económica
			Total	à procura de 1º emprego	à procura de novo emprego					Total	à procura de 1º emprego	à procura de novo emprego		
Cidade Intramuros	5668	2144	160	35	125	2154	3364	4738	1780	254	41	213	1721	2704
Cidade Extramuros	35491	17320	964	252	712	6268	17207	37082	16620	2012	427	1585	8147	18450
Área Urbana	41159	19464	1124	287	837	8422	20571	41820	18400	2266	468	1798	9868	21154
Concelho de Évora	56519	26540	1429	344	1085	12253	28550	56596	24742	2926	577	2349	13759	28928

Quadro 5 - População residente segundo a situação perante o emprego, pensionistas ou reformados

Destaca-se ainda o aumento do número de pensionistas e de pessoas sem atividade económica, exceto na Cidade Intramuros, onde estes indicadores sofrem uma diminuição.

Conclusão

- Aumento da população residente na área urbana da cidade com uma taxa superior ao registado no concelho;
- Contínuo processo de perda de população no Centro Histórico de Évora, em contraponto com a cidade extramuros;
- Alteração da distribuição da população nos setores da Cidade e, com aumento do peso da Cidade Sul (segundo setor com mais população) e perda acentuada da Cidade Este, sendo a Cidade Intramuros o setor com menos população;
- Aumento da população idosa e diminuição da população jovem (processo de envelhecimento da população);
- Alteração do perfil socioeconómico da população expresso através do aumento de residentes com ensino superior e diminuição de residentes sem saber ler nem escrever;

- Diminuição da população empregada e aumento expressivo da população desempregada, sendo, contudo, um dado conjuntural, no contexto da crise económica de 2008-2014;
- Diminuição do número de pensionistas ou reformados e de pessoas sem atividade económica na Cidade Intramuros.

3.2.2. Alojamento

Evolução e distribuição espacial

Com um crescimento do número médio de 250 a 300 fogos/ano, desde 1970 até meados dos anos 90 (PUE 2000), o ritmo construtivo de alojamentos na cidade, manteve-se até 2011.

Em 1970 existiam cerca de 10 000 fogos e em 1991 cerca de 15 000, tendo ocorrido um crescimento de cerca de 5 000 fogos em duas décadas. Em 1991, o número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual na cidade era de 12 654 e o número de famílias era de 12 873, o que resultava numa carência de 219 alojamentos.

		1991						2001			2011							
		Cidade Intramuros	Cid. Norte	Cid. Sul	Cid. Este	Cid. Oeste	Cidade Extramuros	Área Urbana	Cidade Intramuros	Cidade Extramuros	Área Urbana	Cidade Intramuros	Cid. Norte	Cid. Sul	Cid. Este	Cid. Oeste	Cidade Extramuros	Área Urbana
Nº Total de Alojamentos		3949	1877	1649	3481	4009	11016	14965	3893	14439	18332	4364	3701	4374	3982	4965	17022	21386
Nº de Alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual		3108	1625	1359	3078	3484	9546	12654	2484	12315	14799	2424	3189	3714	3207	4332	14442	16866
% alojamentos com ligação às redes públicas	eletricidade	99,9%	99,4%	98,7%	99,6%	99,7%	99,5%	99,6%	99,9%	99,8%	99,8%	x	x	x	x	x	x	x
	água	99,3%	97,5%	95,2%	98,7%	98,2%	97,8%	98,2%	99,8%	99,5%	99,5%	99,7%	99,9%	99,7%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%
	esgoto	99,2%	97,9%	96,6%	98,3%	98,8%	98,2%	98,4%	99,9%	99,6%	99,6%	99,8%	99,9%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Nº Famílias Clássicas		3162	1647	1411	3100	3553	9711	12873	2647	12641	15288	2488	3218	3765	3259	4382	14624	17112
Carência quantitativa		-54	-22	-52	-22	-69	-165	-219	-163	-326	-489	-64	-29	-51	-52	-50	-182	-246
% de alojamentos ocupados pelo proprietário		32%	75%	51%	44%	51%	53%	48%	39%	70%	64%	40%	80%	75%	58%	66%	70%	65%

Quadro 6 - Evolução do alojamento e famílias

Fonte: Adaptado de Relatório do PUE 2000 e INE – Censos de 2001 e 2011

Ao analisar-se os dados de 2001 e 2011 (Quadro 6), verifica-se que a construção de novos fogos manteve o ritmo de cerca de 300 fogos/ano, numa variação positiva de cerca de 22% entre 1991/2001, com 336 fogos/ano e de cerca de 17% entre 2001/2011, com 305 fogos/ano, existindo em 2011, 21

386 alojamentos na cidade. Ainda em 2011, o número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual na cidade era de 16 866 e o número de famílias era de 17 112, que resultava numa carência de 246 alojamentos. Ao olharmos para a distribuição do alojamento e das famílias pelos sectores da Cidade (Figura 3), evidencia-se que a Cidade Oeste continua a ser a zona onde se localizam o maior número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual, num total de 4 332 alojamentos, registando uma variação positiva de 24% entre 1991/2011, que corresponde a mais 848 alojamentos.

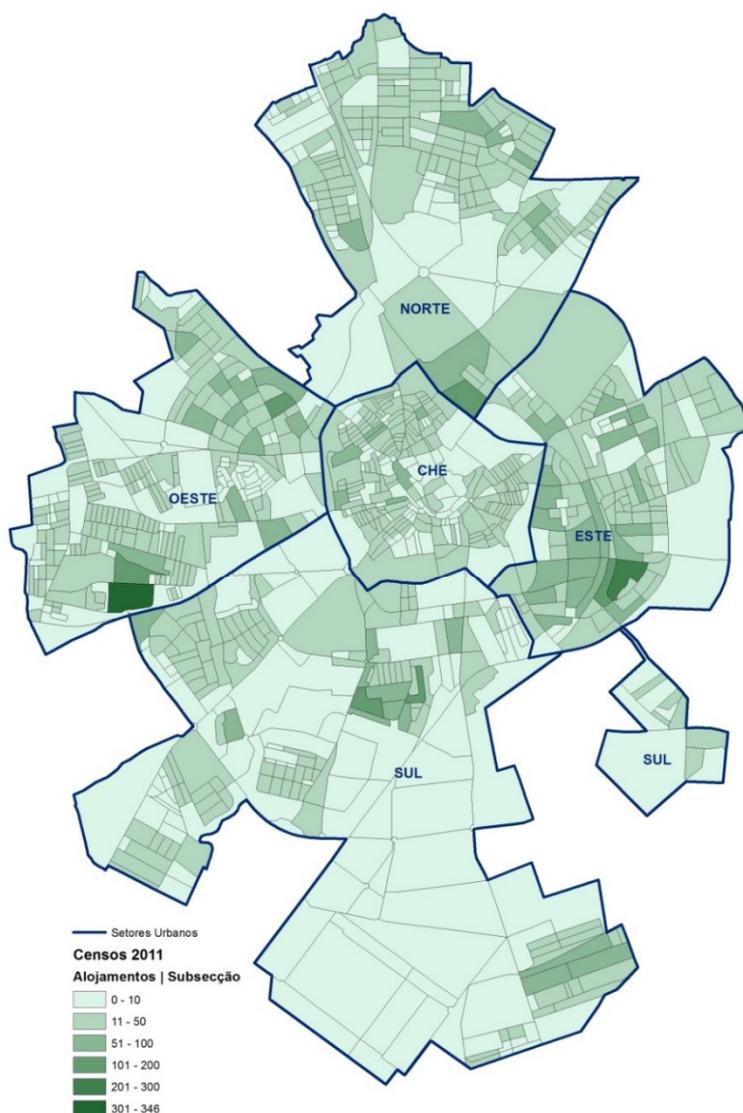


Figura 3 - Alojamento em 2011

A Cidade Sul, que correspondia à zona com menor número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual em 1991 com 1359 alojamentos, tinha em 2011, 3714 alojamentos, um crescimento de 173%, sendo a segunda zona da cidade com maior representatividade neste tipo de alojamento.

A Cidade Norte registou também um crescimento assinalável entre este período com um aumento de cerca de 96%, correspondente a mais 1564 alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual, totalizando em 2011, 3189 alojamentos deste tipo.

A Cidade Este, no mesmo período, registou uma estagnação com crescimento residual na ordem dos 4%, com mais 129 alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual. Neste sector, o crescimento do número total de alojamentos foi superior, registando um crescimento de cerca de 14%, mais 501 alojamentos.

A Cidade Intramuros registou uma diminuição acentuada no número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual na ordem dos 22%, mas, paralelamente ocorreu um crescimento no número total de alojamentos na ordem dos 10%, dinâmica que poderá refletir, o crescimento do alojamento para estudantes, do alojamento de segunda residência, assim como intervenções de reabilitação profunda, e a constituição do regime da propriedade horizontal em grandes imóveis.

Famílias e ocupação do alojamento

O comportamento da variação do número de famílias clássicas entre 1991 e 2011 foi proporcional à variação do número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual, registando um crescimento nos sectores Norte, Sul, Este e Oeste e uma diminuição na Cidade Intramuros. Ao aumento global do número de famílias esteve associada a diminuição da dimensão média das famílias, importando referir que em todos os sectores da cidade se registou este fenómeno, com valores abaixo de 3 indivíduos por família, com destaque para a Cidade Intramuros onde este valor foi mais baixo em 2011, com 1,9 indivíduos por família, seguindo-se a Cidade Este, com 2,2 pessoas indivíduos por família. A área urbana registou em 2011 um valor de 2,4, quando em 1991, este valor era de 3 indivíduos por família.

Registou-se neste período, na área urbana, um aumento significativo do número de famílias, cerca de 33%, totalizando em 2011, 17112 famílias clássicas.

A percentagem de alojamentos ocupados pelo proprietário em 2011 registou uma subida na área urbana para 65%, apresentando a Cidade Norte e Sul os valores mais elevados com 80% e 75%, respetivamente, e a Cidade Intramuros e Cidade Este, os valores mais baixos, com 40% e 58%, respetivamente.

Condições de habitabilidade, carências e políticas públicas

No que diz respeito à percentagem de alojamentos com ligação às redes públicas, observa-se um aumento da cobertura, entre 1991 e 2011, não existindo nenhum indicador (Quadro 6) em 2011, com uma cobertura inferior a 99,5%.

A carência quantitativa definida pela relação do número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual, subtraindo o número de famílias clássicas, registou um aumento de 1991 para

2001 e uma diminuição em 2011, registando nessa data uma carência total de 246 alojamentos, próximo dos níveis de 1991.

Esta diminuição pode eventualmente ser explicada pelo papel da Habévora, E.M. que desde 2004, desenvolve trabalho na gestão e promoção de habitação social no concelho de Évora.

Relativamente às necessidades de realojamento, merece referência o “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional” (IHURU, fevereiro de 2018), onde se indicam 153 famílias a realojar no concelho de Évora, famílias estas que residem em 17 núcleos³.

A Habévora, EM, gere atualmente 950 fogos habitacionais, sendo o seu parque habitacional inicial de 918 fogos (2004). A estes, acresceram ao longo do tempo, 227 fogos, com destaque para os 176 que foram, entretanto, construídos, 136 dos quais ao abrigo do PER (Programa Especial de Realojamento). Desde a sua constituição foram alienados, vendidos e transmitidos, 195 fogos aos respetivos inquilinos.

De acordo com dados recolhidos na Divisão de Gestão Urbanística (DGU) do município (Quadro 7) as cooperativas de habitação continuaram a ter um papel importante na promoção habitacional a custos controlados e no aumento da oferta de alojamento. Nas últimas duas décadas, as cooperativas foram responsáveis pela promoção de loteamentos com capacidade total de 935 fogos habitacionais. Do total de fogos construídos, 809 fogos correspondem a construções efetuadas pelas cooperativas.

Local	Fogos		
	Executados		Em execução
	Total	Cooperativa	
Granito	53	53	
Vilas da Cartuxa	74	74	
Moinho do Cu Torto	328	244	
Horta das Tâmaras	96	96	
Herdade do Alcaide	237	235	
Tapada do Matias	43	26	17
Bairro S. José da Ponte			8
Cabeço do Arraial	104	81	14
Total	935	809	39

Quadro 7 - Papel do sector cooperativo após 2000

Fonte: Serviços municipais

Importa ainda referir o Plano Local de Habitação (2019), recentemente aprovado pela Câmara, que contempla uma nova estratégia para a habitação e reabilitação dos imóveis habitacionais a ser desenvolvida pelo Município. Neste âmbito, a Câmara Municipal de Évora e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) celebraram em julho de 2020 um Acordo de Colaboração que permitirá

³ Conjuntos urbanos que apresentam homogeneidade quanto aos indicadores de tipologia urbana, tipos de construção, de ocupação e de solução de realojamento.

combater os problemas habitacionais no concelho, através de um investimento total previsual de 63 706 912€.

O setor privado

O setor privado tem contribuído de forma decisiva para a manutenção do ritmo construtivo inicialmente indicado, onde de acordo com dados do INE, entre 2002 e 2012 (Quadro 8) foi responsável pela construção de 1342 fogos habitacionais nas freguesias urbanas de Évora. Apesar de não se dispor de dados mais atualizados desagregados à freguesia, é expectável que o ritmo de construção entre 2013 e 2019 tenha sofrido uma diminuição significativa em resultado da conjuntura económica.

	Total Fogos concluídos	Pessoa singular	Empresa Privada	Organismo público	Outro
Freguesia	2002 a 2012				
EVORA (SANTO ANTAO)	23	4	19	0	0
EVORA (SAO MAMEDE)	4	3	0	0	1
BACELO	673	187	409	1	76
HORTA DAS FIGUEIRAS	878	117	400	0	361
MALAGUEIRA	270	65	204	0	1
SE E SAO PEDRO	4	4	0	0	0
SENHORA DA SAUDE	500	143	310	0	47
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BACELO E SENHORA DA SAÚDE	1173	330	719	1	123
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ÉVORA (SÃO MAMEDE, SÉ, SÃO PEDRO E SANTO ANTÃO)	31	11	19	0	1
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALAGUEIRA E HORTA DAS FIGUEIRAS	1148	182	604	0	362

Quadro 8 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar e entidade promotora

Fonte: INE

Conclusão

- Manutenção do ritmo de construção até 2011, na ordem dos 300 alojamentos / ano;
- Alteração do padrão de distribuição do alojamento familiar clássico ocupado com residência habitual na Cidade, destacando-se o crescimento da Cidade Norte e Cidade Sul, em particular da Cidade Sul, tornando-se este o segundo setor com maior peso no alojamento clássico, logo a seguir à Cidade Oeste;
- Em sinal oposto, a Cidade Este perdeu importância e a Cidade Intramuros registou uma forte queda no número de alojamentos familiares clássicos, embora muito atenuada se apenas considerarmos o período 2001 e 2011;

- Aumento do número de famílias e diminuição da dimensão média da família de 3 indivíduos na área urbana em 1991, para 2,4 indivíduos em 2011;
- Ao nível da propriedade observou-se o aumento da percentagem do alojamento familiar clássico ocupado com residência habitual pelo proprietário para cerca de 65%;
- Persistência de carências quantitativas de alojamento e de necessidades de realojamento de famílias;
- Criação de uma empresa municipal para gestão do parque público habitacional – Habévora, tendo ocorrido a construção de 176 novos fogos de habitação social;
- Importância das cooperativas de habitação na promoção habitacional e no processo de urbanização da cidade;
- Celebração de acordo entre o município e o IHRU para investimento na habitação;
- Dinamismo significativo do setor privado até 2012.

3.2.3. Atividades económicas e emprego

Evolução e distribuição espacial

O número de pessoas ao serviço das empresas aumentou de forma expressiva no período de 2003 a 2018 (Quadro 9). Apesar disso, a crise económica vivida entre 2008 a 2014 parece refletir-se nos dados de 2011, que quando comparados com os de 2003 registam apenas uma ligeira subida. Em 2018, o número de empregados apresenta um aumento significativo, numa clara recuperação face a 2011.

A cidade de Évora apresenta dois polos de emprego, a Cidade Intramuros e a Cidade Sul, assim como pequenas redes de centralidades disseminadas que suportam algumas atividades económicas.

A cidade Intramuros, concentra essencialmente as funções centrais com atividades ligadas ao comércio tradicional, serviços, administração pública, turismo, localizando-se aqui os grandes equipamentos coletivos (Hospital Regional, Universidade e equipamentos culturais), e a Cidade Sul, concentra as atividades de indústria, superfícies comerciais, comércio grossista e serviços diversos, entre os quais, alguns públicos, localizando-se a sul da cidade o Parque de Indústria Aeronáutica de Évora (PIAE).

Freguesia	Número de Pessoas ao Serviço		
	2003	2011	2018
EVORA (SANTO ANTAO)	1.634	1.807	X
EVORA (SAO MAMEDE)	865	401	X
BACELO	771	710	X
HORTA DAS FIGUEIRAS	2.688	6.316	X
MALAGUEIRA	1.508	1.589	X
SE E SAO PEDRO	5.721	2.847	X
SENHORA DA SAUDE	541	576	X
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BACELO E SENHORA DA SAUDE	1.312	1.286	1528
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ÉVORA (SÃO MAMEDE, SÉ, SÃO PEDRO E SANTO ANTÃO)	8.220	5.055	5476
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALAGUEIRA E HORTA DAS FIGUEIRAS	4.196	7.905	10058
TOTAL	13 728	14246	17062

Quadro 9 - Nº de pessoas ao serviço das empresas

Fonte: GEE/MEE, Quadros de Pessoal/MTSS

Tecido empresarial

O tecido empresarial no concelho é composto maioritariamente por Pequenas e Médias Empresas, que representam cerca de 97% do total. De 2011 a 2018 (Figura 4), verifica-se uma variação positiva em todas as dimensões de empresas, com clara predominância nas microempresas.

Destaca-se ainda um número reduzido de médias e grandes empresas (grandes empregadores) o que diminui a capacidade de empregabilidade.

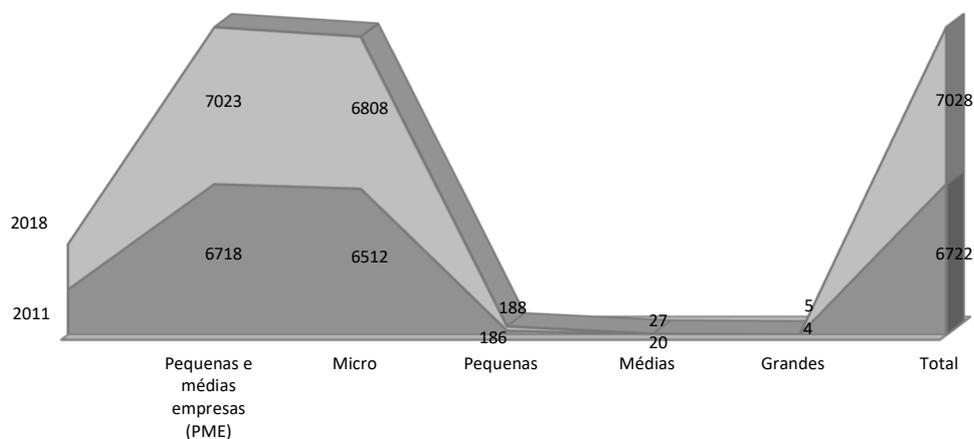


Figura 4 - Dimensão das empresas no concelho de Évora

Fonte: INE

Importa, contudo, referir a criação de mais uma grande empresa (Figura 5) no concelho, a Embraer SA, com impacto positivo /multiplicador na diversificação económica (criação de fileira na indústria aeronáutica) e no emprego.

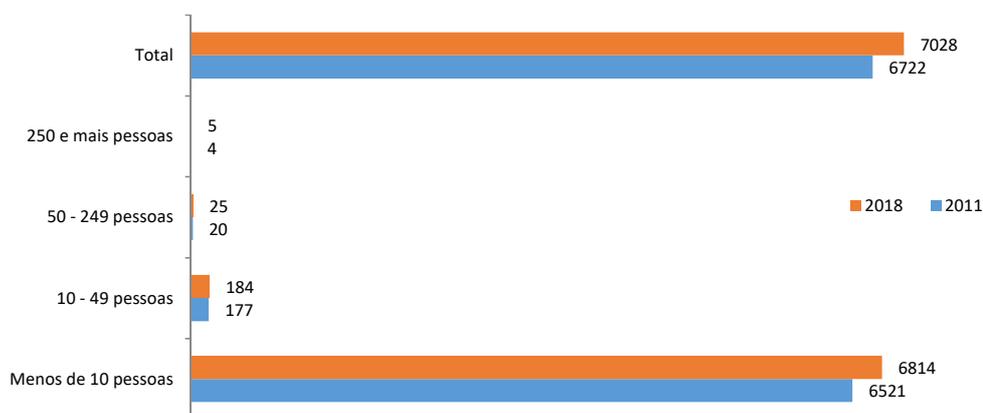


Figura 5 - Nº de Empresas segundo o escalão de pessoal ao serviço no concelho de Évora

Fonte: INE

O número de pessoas ao serviço nas quatro maiores empresas não financeiras, entre 2010-2018 (PORDATA), cresceu de 12% para 19% do total, o que reflete a evolução já referida.

Com efeito, a caracterização do tecido empresarial é baseada em micro e pequenas empresas o que é revelador de um elevado grau de empreendedorismo, de criação e desenvolvimento empresarial, mas por outro lado, de alguma fragilidade face aos desafios de uma economia global, onde a escala pode constituir um fator decisivo.

Emprego

A população residente empregada por sector de atividade indica um claro predomínio do sector terciário, onde apesar da diminuição da população empregada observada em 2011 (Quadro 10), este cresceu, aumentando o seu peso para cerca de 81%, quando em 2001, era de 77%.

Zona Geográfica	2001									2011							
	População Total	População Desempregada	População Empregada				Pensionista ou reformado	Sem atividade económica	Taxa de atividade (%)	População Total	População Desempregada	População Empregada				Sem atividade económica	Taxa de atividade (%)
			Total	Primário	Secundário	Terciário						Total	Primário	Secundário	Terciário		
Cidade Intramuros	5668	160	2144	77	365	1702	2154	3364	40,6	4738	254	1780	62	217	1501	2704	42,9
Cidade Extramuros	35491	964	17320	317	3806	13197	6268	17207	51,5	37082	2012	16620	353	2846	13421	18450	50,2
Área Urbana	41159	1124	19464	394	4171	14899	8422	20571	50	41820	2266	18400	415	3063	14922	21154	49,4
Concelho de Évora	56519	1429	26540	1309	6092	19139	12253	28550	49,5	56596	2926	24742	1039	4350	19353	28928	48,9

Quadro 10 - População residente, segundo a situação perante o emprego, por sector de atividade (Fonte: INE)

Dos dados apresentados, destaca-se que o número de empregados no sector secundário sofreu uma diminuição significativa, de cerca de 27%, podendo esta redução ser explicada pela conjuntura económica desfavorável vivida nesse período.

A taxa de atividade apresenta uma pequena variação negativa, com exceção do aumento na Cidade Intramuros.

Pessoal ao serviço por atividade económica	2011	2018	Variação (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1391	1619	16,4
Indústrias extrativas	17	7	-58,8
Indústrias transformadoras	3371	4333	28,5
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	x	86	x
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	180	179	-0,6
Construção	1265	1074	-15,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4387	4445	1,3
Transportes e armazenagem	583	598	2,6
Alojamento, restauração e similares	1819	2376	30,6
Atividades de informação e de comunicação	397	459	15,6
Atividades imobiliárias	265	294	10,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1190	1199	0,8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1711	1756	2,6
Educação	x	416	x
Atividades de saúde humana e apoio social	2775	1405	-49,4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	264	337	27,7
Outras atividades de serviços	546	498	-8,8
Total	18770	23099	23,1

Quadro 11 - Nº de pessoas ao serviço por atividade económica (CAE Rev. 3) no concelho de Évora

Fonte: INE

O aumento global do emprego (Quadro 11) entre 2011 e 2018 (+23%) pode ser explicado em parte pela recuperação da economia e do emprego pós crise 2008/2014.

A variação da distribuição do pessoal ao serviço por atividade económica permite uma leitura das dinâmicas ocorridas, registando-se aumentos significativos na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, provavelmente pelo impacto de novas dinâmicas do sector (crescimento da vinha e do olival, aparecimento de novas empresas agrícolas), podendo eventualmente estar relacionado com

o aumento da área regada do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), que permitiu a dinamização do sector agrícola.

O aumento do emprego na *indústria transformadora* poderá estar ligado ao dinamismo do PIAE e da nova fileira da indústria aeronáutica e à ampliação da denominada Pedreira da Vendinha. Observa-se igualmente um aumento do emprego no *alojamento, restauração e similares* e *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, provavelmente relacionado com o dinamismo da atividade turística (aumento do número de visitantes e dormidas) e das atividades culturais, assim como o aumento nas *atividades de informação e comunicação*, eventualmente ligadas ao Parque Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT) e ao Centro de Incubação de Évora e o aumento das *atividades imobiliárias* relacionadas com o crescimento deste sector nos últimos anos.

Em sentido contrário, verifica-se uma variação negativa significativa nas *atividades de saúde humana e apoio social*, que poderá ser explicada pelo efeito das imposições das políticas de austeridade resultantes do Memorando de Entendimento de 2011, a chamada *troika*, na contratação e no funcionamento dos serviços públicos. A política de austeridade referida teve igualmente impacto no investimento público e no setor da construção, designadamente através da diminuição da atividade construtiva neste período, podendo ter tido efeito também na indústria extrativa.

Importa referir que as atividades económicas atualmente com maior peso no emprego (2018) são o *comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos*, seguido das *indústrias transformadoras* e do *alojamento, restauração e similares*.

Deve notar-se que o emprego público, tradicionalmente importante numa cidade onde se localizam muitos organismos públicos, incluindo o ensino superior e a administração desconcentrada do Estado de nível regional e sub-regional, se encontra distribuído por diferentes categorias - *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, atividades administrativas e dos serviços de apoio, educação, atividades de saúde humana e apoio social* – tendo o emprego associado globalmente regredido.

A importância da atividade turística

O turismo tem revelado um dinamismo assinalável, com um aumento significativo no número de dormidas, registando-se em 2018, segundo o INE, 645 404 dormidas no concelho de Évora, correspondendo a 423 886 hóspedes, registando-se em 2011 312.696 dormidas e 204.179 hóspedes.

Os números são reveladores de uma subida exponencial do turismo no concelho com impactos positivos nas atividades conexas, principalmente no alojamento, restauração e similares.

Refere-se ainda, que de acordo com o Registo Nacional de Turismo, existem atualmente, 206 registos de alojamento local e 35 registos de empreendimentos turísticos no concelho. O alojamento local apresenta uma capacidade para 1620 hóspedes e os empreendimentos turísticos, 3763 hóspedes. Destaca-se o Centro Histórico de Évora onde existem 11 empreendimentos turísticos e 146 alojamentos locais, identificando-se ainda 4 empreendimentos turísticos na sua envolvente imediata, o que confirma a importância do Centro Histórico para a oferta de alojamento (atividade do CHE).

Conclusão

- Aumento significativo do emprego entre 2003 e 2018;
- Existência de duas centralidades principais na cidade, com concentração de atividades e emprego – o Centro Histórico de Évora e a Cidade Sul, com predominância na cidade sul;
- Tecido económico empresarial, baseado em PME e existência de um número reduzido de grandes empresas;
- Diminuição da população residente empregada no sector secundário e aumento do peso do sector terciário no emprego entre 2001 e 2011;
- A crise financeira de 2008-2014 influenciou o emprego registado em 2011;
- Crescimento do emprego, como reflexo do aumento da atividade económica, entre 2011 e 2018, onde as atividades económicas com mais peso no emprego são o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, seguido da indústria transformadora e do alojamento, restauração e similares;
- Aumento exponencial da atividade turística com impacto nas atividades conexas;
- Emprego no setor público distribuído por várias atividades /categorias, assinalando-se diminuição significativa da categoria “atividades de saúde humana e apoio social” entre 2011 e 2018.

3.2.4. Sistema ambiental

Elementos de interesse biofísico e paisagístico

Os corredores ecológicos que atravessam a cidade incluem espaços verdes de utilização pública que, pela sua continuidade, localização e articulação com outras funções constituem muitas vezes locais de permanência e encontro, estruturantes do tecido urbano.

A gestão do espaço urbano de Évora tem permitido preservar, e nalguns casos até, potenciar o equilíbrio ecológico da cidade.

Entre os elementos de interesse biofísico e paisagístico destacam-se as linhas de água, as áreas arborizadas, as áreas com capacidade de uso agrícola, os eixos fortemente arborizados e uma área monumental relevante.

Os cursos de água constituem o principal suporte da estrutura biofísica e apresentam um elevado potencial de salvaguarda da biodiversidade urbana. O Rio Xarrama e a Ribeira da Torregela são as principais linhas de água presentes na área urbana da cidade, embora esta seja percorrida por diversas linhas de drenagem naturais, a maior parte delas de carácter não permanente.

É de referir que a cidade dispõe de abundantes recursos aquíferos subterrâneos devido à existência de um nível freático relativamente elevado. Esta abundância justifica o elevado número de poços e fontes abastecidas por nascentes, em solo urbano.

As linhas de drenagem naturais, que asseguram a drenagem superficial do território, encontram-se nalguns casos obstruídas, o que gera frequentemente situações de má drenagem à superfície. Nos últimos anos registaram-se diversas situações de inundação de habitações, estabelecimentos comerciais e vias rodoviárias, na maior parte das vezes originadas pela subida do nível das ribeiras ou pela sobrecarga dos sistemas de drenagem, fenómeno potenciado pela ocupação desordenada de algumas zonas ameaçadas pelas cheias e pela canalização de linhas de água.

Relativamente às galerias ripícolas, é de registar que tem havido um esforço por reconstituir formações vegetais, sobretudo ao longo da Ribeira da Torregela.

Foram preservadas algumas áreas arborizadas relativamente importantes, como a Mata do Escurinho, essencialmente constituída por sobreiros e azinheiras, e a Mata do Jardim Público.

O Forte de S. António, o Convento da Cartuxa, o Aqueduto da Água de Prata e o Convento de S. Bento de Cástris, pela sua proximidade geográfica e pelas características paisagísticas da sua envolvente, constituem um importante conjunto monumental e paisagístico.

A cidade inclui alguns solos de elevada capacidade de uso agrícola sobretudo a Sul, que por se destinarem à ocupação urbana, não se incluem na RAN. Estes solos encontram-se afetos à estrutura ecológica urbana.

Existem atualmente cerca de 10954 árvores em arruamentos distribuídos pelo solo urbano, o que se reveste de grande importância não só do ponto de vista do conforto bioclimático, mas também como complemento da estrutura ecológica urbana.

Principais espaços verdes urbanos

Dos **parques, jardins e largos** existentes na cidade de Évora, destacam-se os seguintes⁴, quer pela sua dimensão, quer pelas funções que desempenham:

- Zona Verde da Malagueira

É a maior área verde da cidade, com cerca de 10 ha, com um prado extenso e contínuo, atravessado por duas linhas de água. Possui diversas zonas, desde o Jardim dos Socalcos, mais formal, até à zona do Lago e ao Jardim da Memória, espaços de uso informal.

⁴ <https://www.cm-evora.pt/municepe/areas-de-acao/ambiente/espacos-verdes-jardins-e-lagos/>

- Zona Verde da Vila Lusitano

Espaço de uso informal, com cerca de 3,3 ha, entre a Vila Lusitano e o Bairro da Torregela, com um prado extenso, bastante arborizado, atravessado pela Ribeira da Torregela. Possui um espaço de jogo e recreio.

- Parque das Coronheiras

Espaço com cerca de 1,8 ha, na freguesia do Bacelo, com zonas de jogos e atividades, repouso e convívio. As áreas verdes são extensas e contínuas, existindo na zona mais elevada um quiosque/bar/esplanada, em situação de miradouro. Integra um polidesportivo e uma zona destinada ao jogo da malha.

- Parque Infantil Dr. Almeida Margiochi

Espaço doado ao Município de Évora em 1958 para o fim a que hoje se destina, com cerca de 1,4 ha, intervencionado em 2017 no sentido da sua reestruturação e modernização, tendo em conta as atuais exigências em termos de segurança. É um espaço verde com diversos equipamentos e infraestruturas adequadas a jogo e recreio infantil.

- Jardim de Diana

Situa-se no prolongamento do Largo do Conde de Vila Flor, em diálogo com o Templo Romano. Este jardim com cerca de 1900 m² é procurado como local de estadia e contemplação na cidade. Possui um miradouro, de características únicas no tecido urbano, assim como diversas esculturas.

- Jardim Público

Sob a designação de “Passeio Público”, o atual Jardim Público foi iniciado em 1863. O seu modelo reproduz o ideário romântico de jardim muito em voga na segunda metade do século XIX. Ocupa pouco mais de 3 ha, parte dos quais já antes afetos ao horto e laranjal dos Paços Reais, e a ele se articulam outros dois importantes espaços verdes da cidade: a Mata e o Parque Infantil Almeida Margiochi.

- Jardim do Paraíso

Situa-se nas Portas de Moura, entre a Ruas de Machede e a Rua Mendo Estevens. Possui um carácter de estadia e uma área de cerca de 0,2 ha, sendo estruturado por dois caminhos pedonais que se cruzam permitindo definir o seu desenho e geometria. Inclui uma zona central de estadia com elemento de água, bancos e um quiosque.

- Jardim dos Colegiais

Este jardim resulta do reordenamento dos espaços das antigas cercas do Convento dos Lóios e do palácio Cadaval na década de 1950. Possui características de espaço verde de enquadramento do conjunto monumental adjacente e possui uma forte imagem cenográfica.

- Jardim do Bacelo

Jardim situado entre a Rua do Viveiro e a Av. Fernando Pessoa com uma área de cerca de 0,4 ha, numa zona residencial. O espaço está subdividido transversalmente por dois arruamentos. É essencialmente constituído por zonas relvadas pontuado com algumas árvores, bancos e cadeiras. Está vocacionado para atividades de recreio informal, passeio e estadia. A maior das 3 áreas, possui uma praceta com um elemento de água.

- Largo do Chão das Covas

O Largo do Chão das Covas encontra-se a norte da Praça do Giraldo na freguesia de São Mamede e é dotado de um tabuleiro central com uma área de 726.5 m², onde se pode encontrar um conjunto alternado de espécies arbóreas de médio porte e mobiliário urbano de apoio. Acolhe pequenas feiras e mercados, ampliando a sua capacidade de sociabilização. Destaca-se ainda pela presença de elementos arquitetónicos de elevado valor monumental e estético como por exemplo o Aqueduto da Água da Prata e o seu fontanário setecentista/novecentista.

- Largo de Avis

É contíguo a uma das principais artérias da cidade intramuros, a Rua de Avis. Representa uma zona de estadia com cerca de 800 m², cuja configuração garante em parte uma barreira visual e sonora à vida exterior.

- Largo das Alterações

O Largo das Alterações encontra-se a oeste da Praça do Giraldo, no término da Rua de Serpa Pinto em plena contemplação da Porta de Alconchel. É praça arborizada discreta com cerca de 660 m², que surge como uma descontinuidade no volume edificado, constituído por um tabuleiro pavimentado em calçada irregular de calcário, árvores e bancos.

- Largo dos Penedos

Situa-se a poente da Praça do Giraldo, no prolongamento da Rua Frei Braz e da Rua da Cal Branca e alberga uma árvore de grande porte que oferece ao espaço uma sombra diária permanente. O largo não se mostra propício à estadia ou ao repouso, quer pela ausência de equipamento, quer pela sua ocupação diária por estacionamento automóvel. Possui cerca de 300 m².

- Jardim da Palmeira

Localiza-se entre a muralha e uma unidade hoteleira, com um carácter resguardado, semi-privado e articulado com os espaços exteriores utilizados pela referida unidade. Apresenta uma ampla superfície relvada e arborização ao longo de percurso paralelo à antiga cerca medieval.

Percursos ambientais

Os Percursos Ambientais de Évora constituem a tentativa de implementação de uma rede de vários itinerários que se estendem da cidade de Évora até ao limite do concelho.

Implantados sobre ferrovias desativadas, antigos caminhos públicos ou ao longo do aqueduto, destinam-se a ser percorridos a pé ou com meios de transporte não poluentes e totalizam uma extensão de cerca 100km:

- Ecopista Ramal de Évora/Mora
- Percursos de Monfurado
- Percursos da Água da Prata
- Percursos do Alto de S. Bento
- Caminhos do Degebe

Entre estes, destaca-se o antigo ramal ferroviário de Mora, convertido em ecopista, que na zona urbana se desenvolve entre o Bairro do Chafariz d'El Rei e o Bairro do Bacelo, prolongando-se depois até ao limite de concelho, numa extensão de 21km.

Destaca-se aqui a dificuldade de implementação dos percursos de Monfurado por se desenvolverem, sobretudo, em propriedade privada.

Resíduos Sólidos Urbanos

O setor dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) desempenha um papel fundamental na organização das sociedades modernas. O Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2020, publicado através da portaria nº 187-A/2014, de 17 de setembro, formaliza uma estratégia integrada e abrangente que garante a eficácia de uma política nacional de resíduos, numa ótica de diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos naturais, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

A recolha seletiva multimaterial é da responsabilidade das entidades gestoras que prestam o serviço em alta. O Município de Évora, é responsável pela gestão em baixa dos resíduos urbanos produzidos na cidade de Évora, bem como em todo o território do concelho, designadamente operações de recolha e transporte dos resíduos indiferenciados, mas também por parte da atividade de recolha seletiva multimaterial e monos os quais são integralmente direcionados para o Sistema Intermunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do distrito de Évora (SIRU), onde são

asseguradas as operações de acondicionamento e transporte dos resíduos e as soluções de tratamento, valorização e/ou destino final dos RSU. O SIRU dá resposta à recolha indiferenciada e à recolha seletiva.

De acordo com os dados apresentados na base PORDATA, a quantidade de RSU recolhidos por pessoa aumentou entre 2002 e 2018, de 510,7 para 668,1 Kg/hab/ano no concelho, sendo que o referencial nacional regista 441 e 506,9 Kg/hab/ano, para os mesmos anos. Dos resíduos recolhidos no concelho, é de notar que em 2002 apenas 3,7 Kg/hab eram recolhidos seletivamente, enquanto em 2018 este valor atingiu 167,6 kg/hab, correspondendo ao valor mais elevado registado no Alentejo Central, acima do valor médio a nível nacional para esse ano.

Qualidade do ar

O principal diploma que enquadra a qualidade do ar ambiente é o Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, que estabelece objetivos de qualidade tendo em conta as normas, as orientações e os programas da Organização Mundial de Saúde, destinados a preservar a qualidade do ar ambiente quando ela é boa e melhorá-la nos outros casos. O referido diploma estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente

A caracterização da qualidade do ar é fundamental para a gestão ambiental e avaliação permanente da qualidade de vida das populações. A Agência Portuguesa do Ambiente, na qualidade de autoridade nacional, é a entidade nacional competente para garantir, coordenar e harmonizar procedimentos de aprovação das redes de medição, de análise dos métodos de avaliação, proceder e coordenar a troca de informação com a Comissão Europeia, disponibilizar ao público no seu sítio da internet a informação transmitida à Comissão Europeia, cooperar com outros estados membros e exercer funções de laboratório de referência nacional.

Da rede certificada de estações europeias que monitorizam a qualidade do ar na Europa (QUALAR), 68 estão em Portugal e permitem a verificação do cumprimento dos valores-limite definidos para a proteção da saúde humana.

No Alentejo central é à CCDR- Alentejo que compete a gestão das estações de monitorização localizadas na sua área de jurisdição.

A cidade de Évora não faz parte desta rede e a estação mais próxima localiza-se na freguesia de Terena (São Pedro), Concelho do Alandroal, a cerca de 60 Km de distância.

A densidade da rede de estações nesta zona do país não permite uma avaliação local da concentração de poluentes atmosféricos a que a população está exposta.

De acordo com dados de monitorização relativos à estação de Terena (Alandroal), estes revelam que a qualidade do ar é boa, e que são cumpridos os valores limite estabelecidos pela legislação em vigor. No entanto, tendo em conta as distintas realidades entre estes dois aglomerados, bem como a distância a que se situam consideramos que esta estação não é representativa da qualidade do ar verificado na cidade de Évora.

Sabendo que fatores muito localizados como o tráfego urbano constituem uma importante fonte de poluição na cidade, consideramos que os dados relativos à estação de Terena não são representativos no retrato atual da cidade de Évora nesta matéria e que a instalação de uma estação na Cidade permitiria a recolha de dados com capacidade efetiva de influenciar as políticas municipais de gestão ambiental.

Abastecimento de águas e saneamento de águas residuais

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais e os serviços públicos que o gerem desempenham um papel fundamental para o bem-estar das populações, a saúde pública, a segurança das populações, as atividades económicas e meio ambiente. Em Portugal, a prestação destes serviços foi, durante muito tempo, uma atribuição autárquica, mas, o envolvimento do estado central e dos privados tem sido crescente ao longo das últimas décadas e atualmente temos, no país, um complexo sistema administrativo que inclui municípios, associações de municípios, empresas municipais e intermunicipais, empresas públicas e empresas privadas.

No município de Évora o sistema de saneamento de águas residuais e serviços de abastecimento de água “em alta” tem vindo a ser, desde 2003, progressivamente explorado por concessionários multimunicipais, atualmente a AdvTejo - Águas do Vale do Tejo, S.A.

Esta entidade gere no concelho três estações de tratamento de águas residuais (ETAR), incluindo a de Évora (do tipo lamas ativadas), que receciona as águas residuais e trata cerca de 80% do total tratado no concelho, para além de 15 sistemas autónomos de drenagem que conduzem às ETAR. Gere ainda a ETA do Monte Novo, concebida para satisfazer as necessidades de abastecimento de água dos municípios de Évora, Reguengos de Monsaraz e Mourão, tratando um caudal máximo de 1.100 m³/h, através de um processo de tratamento que, na linha líquida, compreende pré-oxidação com ozono, remineralização com dissolução de dióxido de carbono, reagentes (leite de cal, sulfato de alumínio, polielectrolito e permanganato de potássio), floculação/ flotação, filtração com filtros de areia e desinfecção final com cloro gasoso. A fase sólida compreende espessamento e desidratação de lamas.

Concluído em 2009, o investimento na ampliação e remodelação da ETA de Monte Novo, no concelho de Évora, teve por objetivo aumentar a capacidade de produção e alterar o processo de tratamento de forma a garantir o cumprimento das novas exigências de qualidade para a água para consumo humano.

A distribuição de água para abastecimento público é da responsabilidade da Empresa de Águas de Lisboa e Vale do Tejo que gere o Subsistema de Abastecimento e saneamento do Centro Alentejo, do qual faz parte o subsistema do Monte Novo que fornece o município de Évora.

O município, maioritariamente abastecido pela Albufeira de Monte Novo, já beneficia atualmente da ligação ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA), permitindo atenuar os efeitos provocados pelas secas periódicas. Contudo, a qualidade dos recursos hídricos do concelho deteriora-se ao longo do semestre da primavera-verão, uma vez que é nesta época que se acentua a estratificação da massa de água, agravada com as primeiras precipitações intensas do outono, que originam um aumento das cargas poluentes e dos níveis de sedimentos nas albufeiras. Esta situação

gera incertezas quanto ao futuro e confirma que o principal desafio que se coloca ao município, e a toda a região sul do país, é a gestão da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos.

Ruído

A cidade de Évora não dispõe de Mapas de Ruído devidamente incorporados no Plano de Urbanização, dado que à data da sua publicação não vigorava ainda a obrigatoriedade prevista no D.L. 292/2000, de 14 de novembro (Regulamento Geral do Ruído), de que estes o integrassem e que se procedesse à classificação de zonas acústicas, enquanto zonas mistas e sensíveis.

A alteração do PUE ocorrida em 2011 não assegurou a adequação a este diploma legal, tendo-se remetido essa oportunidade para uma futura revisão do plano.

Não obstante, em 2005 a Associação de Municípios do Distrito de Évora (atual CIMAC) promoveu a elaboração de Mapas de Ruído dos seus municípios associados, tendo sido disponibilizados, e posteriormente atualizados, em virtude da publicação do DL 9/2007, de 17 de janeiro, os mapas de ruído da cidade de Évora elaborados àquela data.

Foram igualmente elaborados Mapas de Conflito, embora de carácter genérico, dado que o município não dispunha ainda de classificação de zonas, a partir dos quais fosse possível identificar zonas em desconformidade face aos níveis sonoros registados.

De acordo com o relatório que acompanha os Mapas de Ruído, a cidade de Évora apresenta várias áreas com níveis de ruído elevados, em particular nas zonas próximas das principais vias de tráfego rodoviário, sendo que nem a linha ferroviária de Évora, nem as áreas industriais geram um impacte acústico significativo quando comparadas com as fontes de ruído rodoviário.

Importa realçar que a circular às muralhas, as artérias principais e pontualmente, algumas atividades económicas desenvolvidas em horário noturno, estão na origem da maioria das situações de incomodidade registadas na cidade.

Conclusão

- Entre os elementos de interesse biofísico e paisagístico destacam-se as linhas de água, as áreas arborizadas, os eixos fortemente arborizados e uma área monumental relevante.
- A ocupação desordenada de algumas zonas ameaçadas pelas cheias e a canalização de linhas de água têm vindo a originar inundações recorrentes no solo urbano;
- A estrutura ecológica urbana, apoiada nas linhas de água principais, é mais significativa a poente, ao longo da ribeira da Torregela, no sentido norte-sul.
- Apesar da grande diversidade de espaços verdes, é notória a falta de um Parque Urbano na cidade; o conjunto composto pelo Parque Infantil Dr. Almeida Margiochi, Jardim Público e Mata, tem vindo a substituir a função do que poderia ser o Parque Urbano de Évora, pela sua localização e vocação;

- A rede de espaços verdes públicos permanece pouco expressiva, com evidentes carências, sobretudo na Cidade Sul e na Cidade Este, onde esta deve ser claramente reforçada;
- Com a implementação da Ecopista Ramal Évora / Mora, assistiu-se a um impulso na utilização da rede de percursos ambientais; a restante rede continua por dinamizar, sendo inclusive, parte dela de difícil implementação;
- Quando comparados com os valores de referência nacionais, verifica-se que a elevada produção de resíduos sólidos urbanos no concelho registada em 2002 aumentou substancialmente em 2018; por outro lado, houve um significativo incremento da recolha seletiva, tendo-se atingido, em 2018, valores acima do referencial nacional;
- A principal fonte de ruído na cidade de Évora tem origem no tráfego rodoviário, sendo atingidos valores muito significativos nas zonas próximas das principais vias, onde frequentemente se localizam zonas habitacionais;
- O principal desafio que se coloca ao município, é a gestão da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos;
- A remodelação da ETA de Monte Novo tem vindo a permitir aumentar a capacidade de produção e assim como melhorar o processo de tratamento da água para consumo humano;
- Verifica-se uma tendência para a deterioração da qualidade dos recursos hídricos do Monte Novo ao longo do período da Primavera – Verão, que poderá vir a ser minimizada pela ligação ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA).

3.2.5. Construção e reabilitação urbana

Evolução e distribuição espacial

O número de edifícios aumentou 3033 entre 1991 e 2011, uma dinâmica que apresenta um ritmo de construção sustentado, registando, no entanto, um crescimento inferior aos períodos anteriores, sendo ainda assim, assinalável. Ao avaliar-se a época de construção, verificamos que o ritmo construtivo registado nas décadas de 70 e 80 sofreu um abrandamento nos períodos seguintes e que a distribuição por sector apresenta dinâmicas diferenciadas (Ver Figura 6).

Ocorreu um abrandamento construtivo registado em todos os sectores da cidade, observando-se que nas últimas duas décadas e em particular na década de 2000, o crescimento se efetua sobretudo na Cidade Norte e Cidade Sul, registando-se aqui o maior número de novas construções, numa relação direta e consentânea com a maior disponibilidade de áreas de expansão habitacional previstas no PUE. A Cidade Oeste sofreu um abrandamento significativo na década de 90 e 2000 e a Cidade Este, apresenta uma estagnação. A Cidade Intramuros, por seu turno, registou valores residuais na construção de edifícios (ver Quadro 12 e Figura 6). Estes dados refletem os diversos graus de consolidação dos setores da cidade.

	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2011
Cidade Intramuros	542	1428	776	205	96	91
Cid. Norte	58	103	204	1132	467	405
Cid. Sul	3	104	345	1074	311	751
Cid. Este	19	230	1358	493	138	185
Cid. Oeste	2	71	598	1924	426	163
Cidade Extramuros	82	508	2505	4623	1342	1504
Área Urbana	624	1936	3281	4828	1438	1595
Concelho de Évora	1140	3066	5111	6375	2632	2352

Quadro 12 - Época de construção dos edifícios

Fonte: INE, Censos 2011

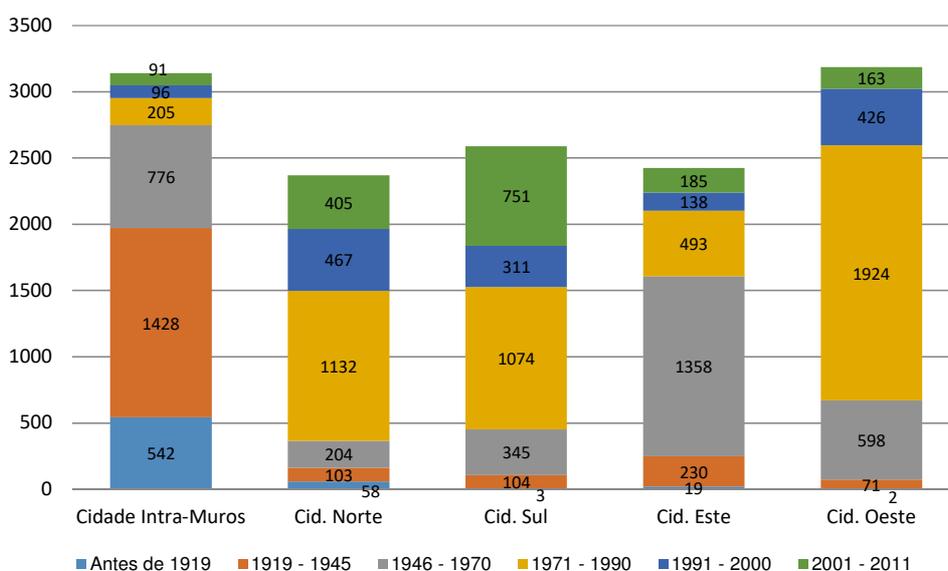


Figura 6 - Época de construção dos edifícios por sector da cidade

Fonte: INE, Censos 2011

Estado de conservação e necessidade de obras

Como seria espectável, é na Cidade Intramuros que se regista o número mais elevado de edifícios com necessidades de intervenção, seguindo-se a Cidade Este e Cidade Oeste onde se localizam os núcleos urbanos mais antigos ou consolidados (ver Quadro 13).

	Cobertura					Estrutura					Paredes e Caixilharia				
	Nenhuma	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Grandes	Nenhuma	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Grandes	Nenhuma	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Grandes
Cidade Intramuros	1467	1006	542	92	31	1663	994	383	76	22	1385	1075	534	110	34
Cid. Norte	2212	100	32	7	18	2236	81	28	6	18	2142	148	54	7	18
Cid. Sul	2309	164	85	21	9	2323	152	86	18	9	2258	204	90	26	10
Cid. Este	1764	519	113	21	6	1759	518	118	24	4	1629	539	203	41	11
Cid. Oeste	2737	288	92	41	27	2670	349	97	44	25	2398	550	148	55	34
Cidade Extramuros	9022	1071	322	90	60	8988	1100	329	92	56	8427	1441	495	129	73
Área Urbana	10489	2077	864	182	91	10651	2094	712	168	78	9812	2516	1029	239	107
Concelho de Évora	15481	3224	1340	386	248	15938	3068	1105	347	221	14744	3704	1535	436	260

Quadro 13 - Necessidade de reparações

Fonte: INE, Censos 2011

A diferença de valores dos parâmetros analisados nas “necessidades de reparação dos edifícios” (ver Figura 7) nos diferentes sectores urbanos extramuros não é significativa. Na cidade intramuros, no entanto, a generalidade dos parâmetros de “necessidade de reparações dos edifícios”, é muito mais elevada do que na restante cidade, o que reflete, naturalmente, a antiguidade do edificado (ver Figura 6). Se analisarmos apenas o indicador da estrutura, temos que na Cidade Intramuros, cerca de 47% dos edifícios (1475) possuem problemas, com 994 a necessitar de pequenas reparações, 383 de médias, 76 de grandes e 22 de muito grandes reparações.

O documento da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora, aprovada em 2019, reporta no levantamento de campo efetuado em 2015, que do conjunto de 3138 edifícios, 1026 foram considerados devolutos, e que destes, 75 se encontram em muito mau estado de conservação ou em ruína e 173 em mau estado de conservação.

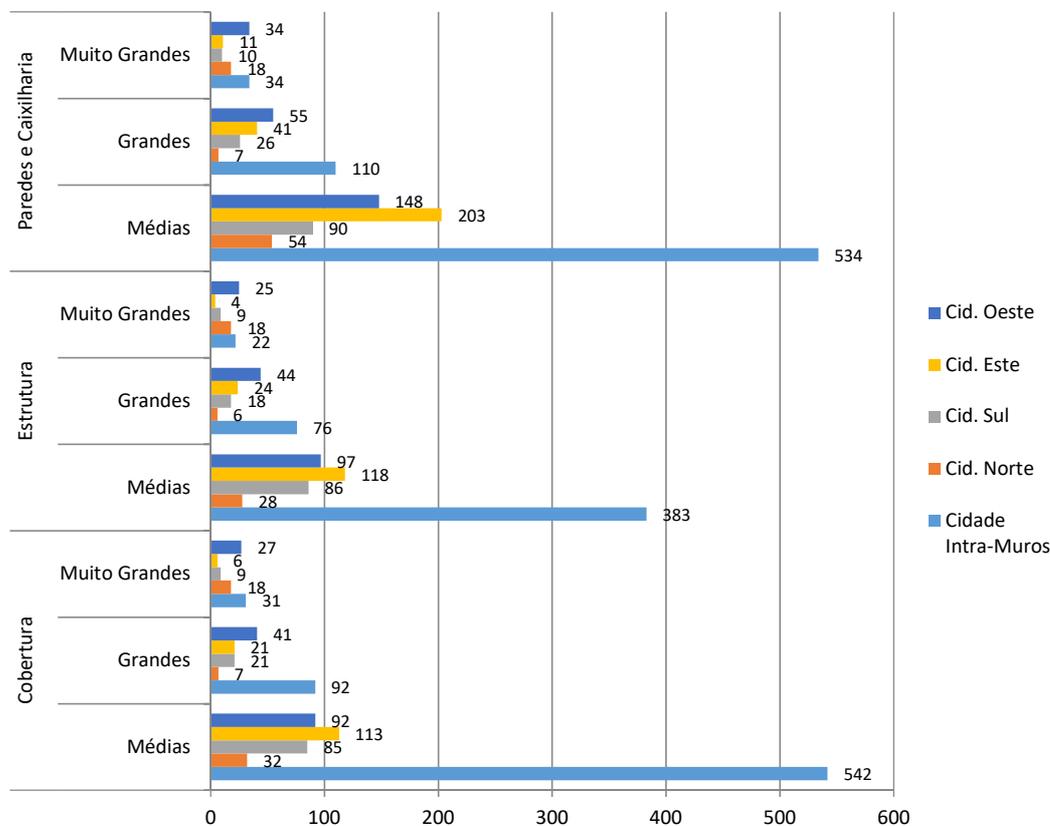


Figura 7 - Necessidade de reparações dos edifícios por sector da cidade, segundo a graduação, média, grande e muito grande

Fonte: INE, Censos 2011

Considerando ainda a necessidade de reparação na estrutura, a Cidade Este, apresenta necessidades de intervenção em 664 edifícios, que corresponde a cerca de 27% do total neste setor, seguindo-se a Cidade Oeste, com necessidades de intervenção em 515 edifícios, cerca de 16% do total.

Realização de obras

Freguesia	Construção Nova			Ampliações, alterações e reconstruções		
	Total	Habituação familiar	Outros	Total	Habituação familiar	Outros
	2002 a 2012					
EVORA (SANTO ANTAO)	4	4	0	10	8	2
EVORA (SAO MAMEDE)	4	3	1	17	15	2
BACELO	336	319	17	34	27	7
HORTA DAS FIGUEIRAS	532	405	127	45	16	29
MALAGUEIRA	118	106	12	65	59	6
SE E SAO PEDRO	5	5	0	15	11	4
SENHORA DA SAUDE	259	252	7	32	25	7
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BACELO E SENHORA DA SAÚDE	595	571	24	66	52	14
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ÉVORA (SÃO MAMEDE, SÉ, SÃO PEDRO E SANTO ANTÃO)	13	12	1	42	34	8
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALAGUEIRA E HORTA DAS FIGUEIRAS	650	511	139	110	75	35

Quadro 14 - Edifícios concluídos, por tipo de obra e destino da obra

Fonte: INE

Embora os dados disponíveis (Quadro 14) não permitam uma comparação entre as últimas duas décadas, verifica-se que a construção nova continua a ser predominante face à reabilitação de edifícios, onde a habitação familiar constitui o principal destino de obra. No entanto, ao analisar-se a distribuição geográfica, verifica-se que o Centro Histórico apresenta naturalmente valores superiores de obras de reabilitação face a novas construções.

Reabilitação do edificado

- **Políticas municipais e programas de apoio**

Foram implementados desde a década de 1970 pela CME diversos programas de apoio a obras de reabilitação ou recuperação de fogos (Quadro 15), enquadrados em programas nacionais (PRID, PRAUD, RECRIA) ou em programas específicos com recurso a meios próprios da autarquia.

Em 1990 o município lançou o Programa Municipal de Recuperação de Fogos (intervenção em instalações sanitárias e coberturas), Programa Municipal de Recuperação de Caixilharias em Madeira e Programa Municipal Casa Caiada. Estes programas, que promoveram realização de obras

relativamente pequenas (que constituíram reparações e melhoramentos parciais), apoiaram 264 intervenções entre 2002 e 2010.

Entre 2002 e 2010 foi implementado o Programa RECRUA-REHABITA. Estes programas foram aplicados no CHE, declarado Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) em 1997. Esta declaração permitiu a implementação do Programa RECRUA/REHABITA, que na primeira década do século XXI apoiou intervenções em 43 edifícios e 117 frações, num valor de investimento total de 3 221 935,00 € dos quais 696515,8 € foi subsidiado pela CME e 1 045 020 € subsidiado pelo IHRU/INH). Estas intervenções foram, em geral abrangentes, incluindo elementos estruturais do edifício.

Programa de financiamento	Investimento e intervenções	Valores Totais 2003/2010
P. M. Casa Caiada	Subsídios atribuídos	68 673.4€
	Intervenções apoiadas	87
P.M. Recuperação Caixilharias Madeira	Subsídios atribuídos	67 432.45€
	Intervenções apoiadas	51
P. M. Reabilitação Fogos	Subsídios atribuídos	512 298.33€
	Intervenções apoiadas	126
Total	Subsídios atribuídos	652 258.53€
	Intervenções apoiadas	264
REHABITA	Subsídio CME	696515.8€
	Subsídio IHRU	1 045 020 €
	Investimento Privado	1 487 576 €
	Investimento Total	3 221 935 €
	Nº de Frações abrangidas	117
	Nº de Edifícios intervencionados	43
Total subsídios	CME	1 348 774.30€
	IHRU	1 045 020 €
Total investimento Privado		1 487 576 €
SOLARH		107 740.35€
Investimento total considerado (subsídios CME e IHRU, linha de crédito e investimento privado)		3 989 110,65 €
Número de intervenções		390

Quadro 15 - Apoios prestados até 2010 (fonte DCHPC)

Na cidade intramuros ao longo das últimas duas décadas foram implementados diversos programas e executados diversos projetos de conservação e reabilitação de imóveis, destacando-se as intervenções em monumentos e elementos patrimoniais, em equipamentos coletivos, designadamente em equipamentos culturais e os programas de apoio à modernização do comércio (ver capítulo 3.2.10). Merecem referência as intervenções de reabilitação de grandes edifícios para a instalação de habitação, comércio e serviços, incluindo unidades hoteleiras.

A modernização do comércio e serviços foi apoiada pelo Programa PROCOM/URBCOM (2000/2005).

O Projeto Acrópole XXI - Pareceria para a Regeneração Urbana – (2009/2012) financiou a requalificação de diversas unidades museológicas e a criação de novos espaços culturais, assim como de intervenções de reabilitação e conservação e restauro do património arquitetónico e integrado.

Nos últimos anos observou-se uma dinâmica de reabilitação do edificado intramuros, nomeadamente associada ao investimento em unidades de alojamento local, dinâmica esta não abrangida pelos dados disponíveis.

Merecem ainda referência as intervenções realizadas nas últimas duas décadas no parque escolar da rede pública da cidade e as intervenções de reabilitação do parque habitacional da Habévora.

- **ARU e ORU do CHE**

Em 2016 foi aprovada a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Évora, destacando-se o conjunto de apoios e incentivos fiscais previstos na legislação em vigor⁵, resultando na possibilidade de acesso dos particulares a esses mesmos benefícios, nomeadamente na isenção de IMI e IMT e redução de IVA, em ações de reabilitação urbana, devidamente enquadradas na legislação em vigor. Na sequência da ARU a Câmara Municipal aprovou em 2019 a Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

De acordo com informações recolhidas nos serviços municipais (em junho de 2020), foram emitidas 95 certidões de localização na ARU e efetuados 41 pedidos de avaliação do estado inicial de conservação dos quais, apenas 6 pedidos concluíram as obras, referenciando-se este universo a 14 unidades, e que resultaram nas seguintes melhorias do estado de conservação:

- Subida de 3 níveis (mau para excelente) – 3 unidades
- Subida de 2 níveis (médio para excelente) – 10 unidades
- Subida de 1 nível (bom para excelente) – 1 unidade

Por via da implementação da ARU, foi possível ao município de Évora aceder a fundos comunitários do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, para execução de projetos integrados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que integra o Plano de Ação de Reabilitação Urbana

⁵ Incentivos financeiros, Incentivos fiscais associados aos impostos municipais e Outros incentivos decorrentes do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

(PARU), o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).⁶

Foi, entretanto, aprovada a nova ARU do concelho de Évora (2020). Esta nova ARU abrange a generalidade dos núcleos urbanos do concelho.

Conclusão

- Registou-se um abrandamento do ritmo de nova construção entre 1991 e 2011 face ao registado nas décadas anteriores;
- A Cidade Oeste e o CHE são os setores com maior número de edifícios;
- Entre 1991 e 2011 o crescimento de nova construção efetuou-se sobretudo na Cidade Norte e Cidade Sul, em particular na década de 2000, onde se assinala o crescimento da Cidade Sul;
- O CHE apresenta a maior percentagem de edifícios anteriores a 1945 e o número mais elevado de edifícios com necessidades de intervenção;
- A construção nova continua a ser predominante face à reabilitação de edifícios, onde a habitação familiar constitui o principal destino de obra;
- O Centro Histórico apresenta valores superiores de obras de reabilitação face a novas construções, tendo sido alvo de diversos programas de apoio dirigidos à reabilitação do edificado;
- Foram ainda realizadas diversas intervenções de reabilitação e requalificação do parque escolar.

3.2.6. Equipamentos de utilização coletiva

Algumas das redes de equipamentos coletivos encontram-se descritas e caracterizadas em documentos próprios, como a Carta Educativa de Évora (2007), que aguarda revisão, a Carta Social (2018) e a Carta das Instalações Desportivas do Concelho de Évora (2010), que aguarda revisão.

As redes e equipamentos que a seguir se identificam e descrevem referenciam-se a abril/maio de 2020, não tendo sido, contudo, efetuada uma avaliação global dos mesmos, de acordo com as *Normas para a Caracterização e Programação de Equipamentos Coletivos* (DGOTDU, 2002). Importa realçar que este levantamento pretende identificar e descrever, tanto quando possível, a realidade existente, devendo constituir uma base de trabalho para futuro desenvolvimento, podendo não refletir a totalidade dos

⁶ Através do PEDU, foi executado o Acesso Público Pedonal à Porta Nova da Traição, concluída a execução da Ligação pedonal e clicável Zona Norte/ CHE e encontram-se em curso um conjunto de intervenções que visam a reabilitação/requalificação de edifícios públicos na cidade, destacando-se as obras no Salão Central Eborense, no Teatro Garcia de Resende, no Edifício dos Paços do Concelho e na Rede Museológica Polinucleada (Convento dos Remédios e Arquivo Fotográfico). Destaca-se ainda a obra em curso de requalificação do Palácio de D. Manuel, financiada igualmente pelo Programa Operacional Alentejo 2020 e integrada no projeto de criação do "Centro de Acolhimento Turístico e Interpretativo de Évora e Alentejo Central", que pretende envolver toda a Praça 1º de Maio, com adaptação dos edifícios do Mercado e do Museu de Artesanato.

equipamentos coletivos na cidade. A identificação apresentada reflete uma abordagem abrangente dos equipamentos coletivos não se restringindo aos equipamentos previstos nas *Normas para a Caracterização e Programação de Equipamentos Coletivos* (DGOTDU, 2002) e nos Instrumentos de Gestão do Território.

Equipamentos de Saúde

Relativamente aos equipamentos da rede do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a cidade é servida (Quadro 16) pelo Hospital do Espírito Santo (integra o designado Hospital do Patrocínio) e pelo Centro de Saúde de Évora que dispõe de 5 Unidades de Saúde. Nas últimas décadas ocorreu a reorganização do Centro de Saúde de Évora, tendo sido construídas novas instalações do Centro de Saúde a norte, junto à Porta de Aviz (com duas Unidades de Saúde Familiar) e foram instaladas duas outras Unidades de Saúde no edifício do Hospital do Patrocínio. Permanece em funcionamento ainda uma Unidade de Saúde no edifício no Chafariz D'El Rei. As antigas instalações do Centro de Saúde localizadas na Rua de Machede estão atualmente ocupadas pela Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARSA), tendo sido encerradas as extensões de saúde existentes no Bairro da Cruz da Picada e no Largo de Aviz.

De acordo com as *Normas para a Caracterização e Programação de Equipamentos Coletivos*, o atual Hospital responde à população base prevista (dado que um Hospital Distrital deve servir uma população base de 200.000 habitantes), assim como o Centro de Saúde (um centro de saúde deve servir uma população base de 75.000 a 150.000 pessoas e ter 4 a 10 unidades de saúde familiar).

Equipamento	Instituição
Hospital Distrital / Regional	Hospital do Espírito Santo de Évora
Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora
Unidade de Saúde Familiar	Salus Eborae Lusitânia Planície Sol

Quadro 16 - Equipamentos do SNS em Évora

Fonte: ARSA - <http://www.arsalentejo.min-saude.pt/>

Nos equipamentos de saúde de natureza privada, merece referência o Hospital da Misericórdia de Évora. Existem igualmente diversos consultórios e clínicas privadas, 41 no total, que se localizam em diversos bairros, observando-se uma relativa concentração na Área Envolvente à Muralha e que oferecem serviços em várias especialidades médicas, destacando-se as unidades com valências de meios auxiliares de diagnóstico.

Na área urbana de Évora existem 14 farmácias, 6 delas localizadas na cidade intramuros (ver Figura 8).

Referencia-se ainda a existência do Laboratório de Saúde Pública (ARSA), do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e do Centro de Respostas Integradas de Évora.

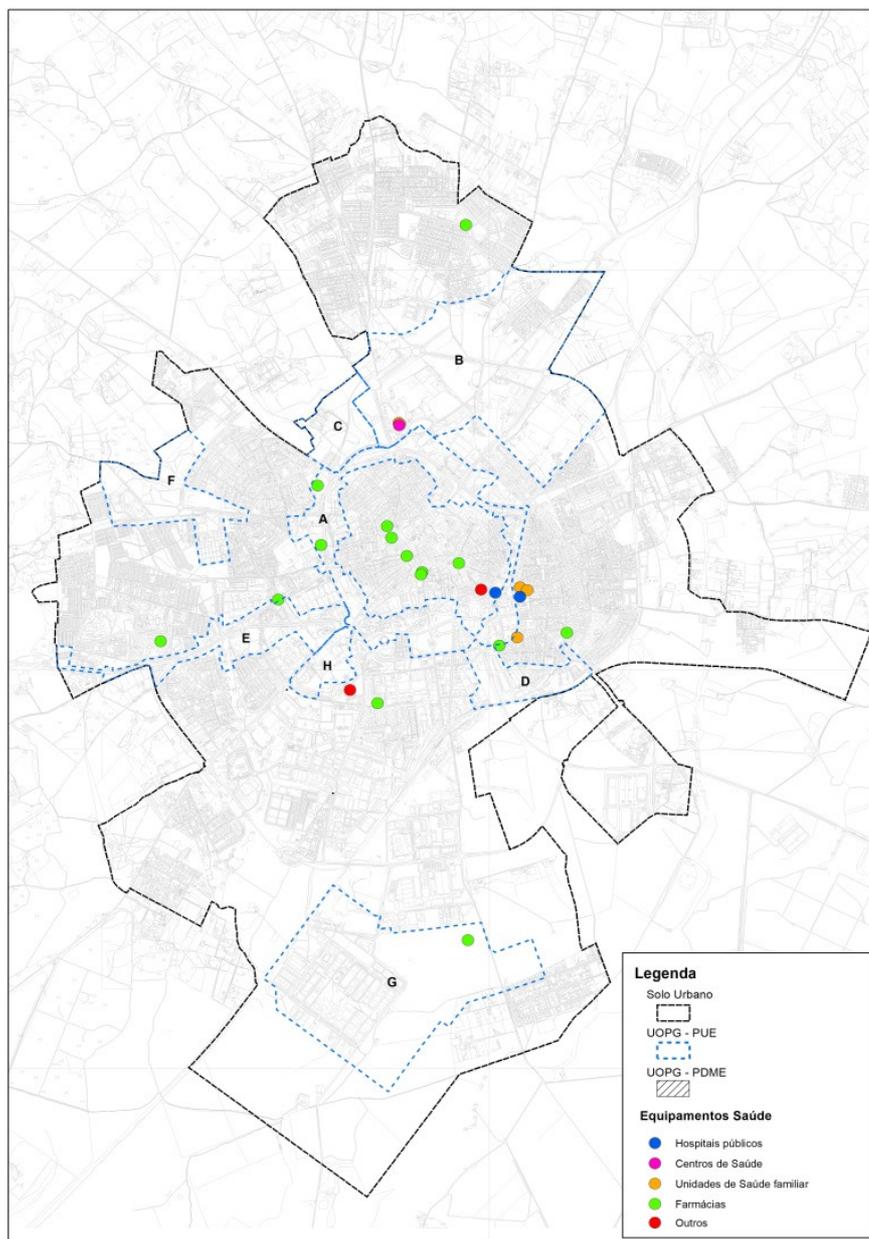


Figura 8 - Equipamentos de Saúde do SNS e outros equipamentos na cidade (não inclui as clínicas privadas)

Equipamentos de Educação

- **Rede Pública**

A rede pública de educação e ensino pré-escolar, básico e secundário distribui-se pelas freguesias da área urbana de forma relativamente equilibrada, com exceção da cidade sul, onde se observa a ausência de jardins-de-infância (JI) e Escolas Básicas com 2º e 3º ciclo (Figura 9).

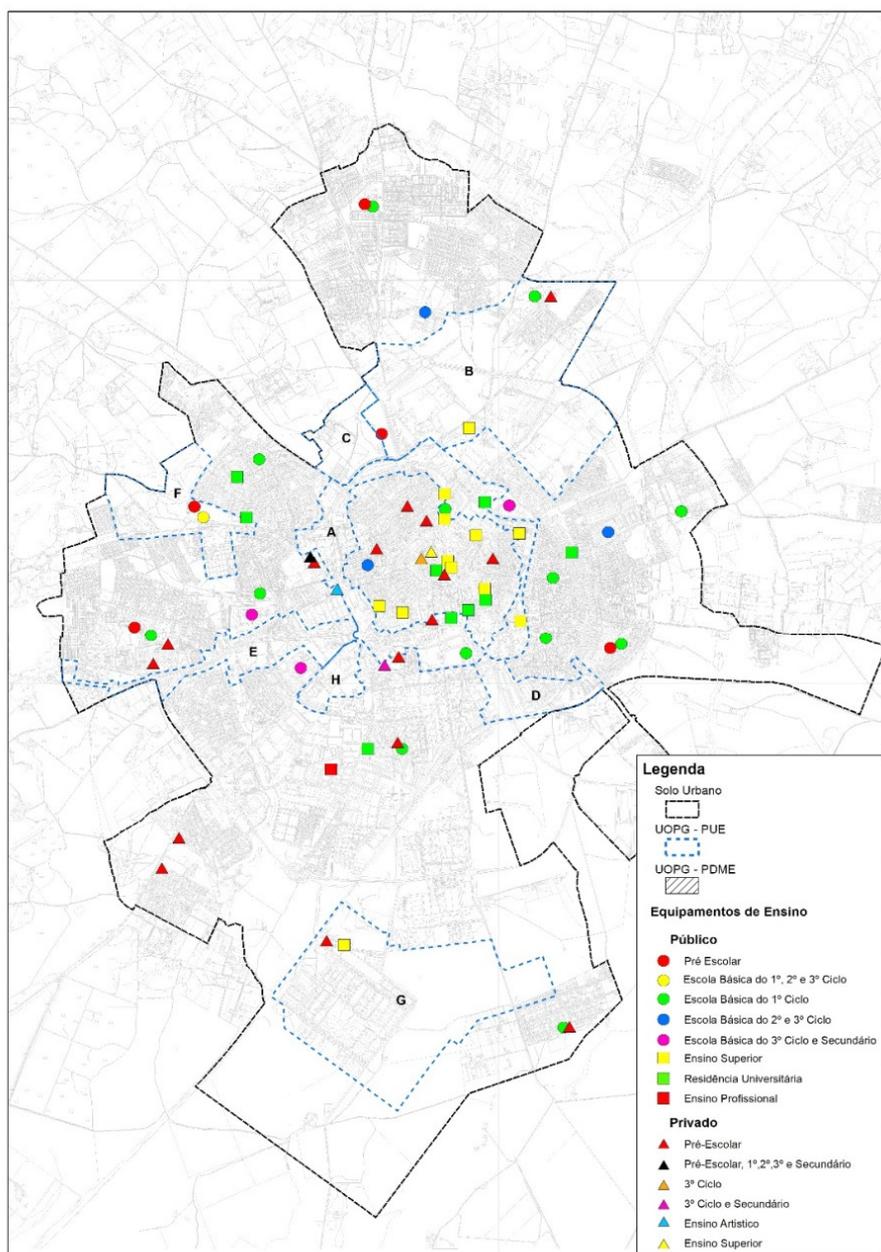


Figura 9 - Rede de ensino em Évora

Uma análise comparativa do número de edifícios escolares de cada um dos Agrupamentos de escolas, por nível de educação ou ensino (Quadro 17) complementa esta leitura, na medida em que permite concluir que o Agrupamento de escolas Severim de Faria é aquele que não integra qualquer estabelecimento de educação pré-escolar, em zona urbana.

Agrupamento de escolas	Nível de educação/ ensino	Nº de edifícios escolares / componente letiva	Identificação de edifícios escolares-componente letiva
Manuel Ferreira Patrício	Pré-escolar	1+1=2	1 (JI Cruz da Picada); 1 (EB Manuel Ferreira Patrício)
	1ºCEB	3+1=4	3 (EB Vista Alegre/ EB Sra. da Glória/ EB Cruz da Picada); 1 (EB Manuel Ferreira Patrício)
	2º/3º CEB	1	EB Manuel Ferreira Patrício- Escola integrada com JI/ EB 1º, 2º e 3º CEB
Gabriel Pereira	Pré-escolar	2	2 (JI Santo António/ JI Garcia de Resende)
	1ºCEB	5	5 (EB Comenda, EB Chafariz D'El Rei, EB Câmara/EB Heróis Ultramar/ EB Rossio).
	2º/3º CEB	1	EB André Resende
	Secundário	1	ES Gabriel Pereira
Severim de Faria	Pré-escolar	0	
	1ºCEB	3	EB Almeirim/EB Horta das Figueiras/EB S. Mamede
	2º/3º CEB	1	EB Santa Clara
	3º CEB/Secundário	1	ES Severim Faria
André de Gouveia	Pré-escolar	1+ 2=3	1 (JI Penedo D'Ouro; 2 Centros Escolares – com EB e JI Canaviais e com EB e JI Galopim de Carvalho).
	1ºCEB	1 +2=3	1 EB Frei Aleixo
			2 (Centros Escolares – com EB e JI Canaviais e com EB e JI Galopim de Carvalho)
	2º/3º CEB	1	EB Conde Vilalva
			ES André Gouveia
Secundário	1	ES André Gouveia	

Quadro 17 - Número de edifícios escolares por Agrupamento de escolas de Évora, em zona urbana.

Fonte: CME

Em termos futuros, poderá ser de equacionar o reforço da oferta pública Pré-escolar, através da criação de JI em territórios onde esta resposta ainda não existe, como será o caso da área urbana correspondente à antiga freguesia de Horta das Figueiras. Essa alteração também possibilitaria promover o percurso sequencial de educação/ensino no Agrupamento de escolas Severim Faria, de Évora.

Relativamente à evolução da rede de equipamentos nas últimas décadas, destaca-se a construção das instalações da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, em 2004, integrando o pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

Acompanhando a tendência da estratégica nacional de requalificação da rede escolar do 1.º CEB e da Educação Pré-Escolar, no período de 2006 a 2016, foram criados na rede de Educação Pré-Escolar e ensino público de Évora, dois Centros Escolares (Galopim de Carvalho e Canaviais).

Futuramente, a intervenção nestes espaços educativos passará pela sua conservação e, também, requalificação, dotando os estabelecimentos de educação e ensino público com estruturas que garantam a segurança e o bem-estar daqueles que os ocupam e que contribuam para um ambiente promotor de aprendizagem. Essas intervenções incluirão a construção de bibliotecas, refeitórios, espaços cobertos e salas para funcionários, bem como a modernização tecnológica, dando continuidade ao investimento que tem vindo a ser feito em equipamento informático.

A relação entre a tipologia de cada estabelecimento de educação e ensino da rede pública, a respetiva oferta (do pré-escolar ao ensino secundário) e o número de alunos matriculados no ano letivo 2018-19 é apresentada nos Quadros 18 a 20.

ESCOLA	TIPOLOGIA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Escola Básica dos Canaviais	EB	48
Escola Básica Galopim de Carvalho	EB	68
Jardim de Infância de Graça do Divor	JI	12
Escola Básica Manuel Ferreira Patrício	EB	59
Jardim de Infância do Bairro da Cruz da Picada	JI	37
Jardim de Infância do Penedo de Ouro	JI	77
Jardim de Infância do Bairro de Santo António	JI	20
Jardim de Infância do Bairro Garcia de Resende	JI	35

Quadro 18 - Oferta de educação pré-escolar (público), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19.

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

ESCOLA	TIPOLOGIA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Escola Básica dos Canaviais	EB	163
Escola Básica Galopim de Carvalho	EB	237
Escola Básica da Quinta da Vista Alegre	EB	93
Escola Básica do Bairro de Almeirim	EB	57
Escola Básica da Avenida Heróis do Ultramar	EB	88
Escola Básica da Horta das Figueiras	EB	99
Escola Básica do Rossio de São Brás	EB	169
Escola Básica Manuel Ferreira Patrício	EB	179
Escola Básica da Cruz da Picada	EB	70
Escola Básica do Chafariz d'El-Rei	EB	100
Escola Básica do Bairro do Frei Aleixo	EB	93
Escola Básica do Bairro da Câmara	EB	86
Escola Básica do Bairro da Comenda	EB	95
Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória	EB	84
Escola Secundária Gabriel Pereira ⁷	ES	2
Escola Básica de São Mamede	EB	220

Quadro 19 - Oferta de ensino de 1.º CEB (público), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

⁷ Curso PIEF.

ESCOLA	TIPOLOGIA	CICLO DE ESTUDOS	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Escola Básica Conde de Vilalva	EB	2.º Ciclo	249
Escola Básica Conde de Vilalva	EB	3.º Ciclo	342
Escola Básica Manuel Ferreira Patrício	EB	2.º Ciclo	255
Escola Básica Manuel Ferreira Patrício	EB	3.º Ciclo	196
Escola Básica André de Resende	EB	2.º Ciclo	315
Escola Básica André de Resende	EB	3.º Ciclo	362
Escola Básica de Santa Clara	EB	2.º Ciclo	234
Escola Básica de Santa Clara	EB	3.º Ciclo	225
Escola Secundária Gabriel Pereira	ES	2.º Ciclo	9
Escola Secundária Gabriel Pereira	ES	3.º Ciclo	196
Escola Secundária Gabriel Pereira	ES	Ensino secundário	872
Escola Secundária André de Gouveia	ES	3.º Ciclo	102
Escola Secundária André de Gouveia	ES	Ensino secundário	506
Escola Secundária Severim de Faria	ES	Ensino secundário	530

Quadro 20 - Oferta de ensino de 2.º e 3º CEB e ensino secundário (público), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

Para além das instituições já referidas, existe ainda em Évora, o Centro de Formação Profissional do IEFF, o qual oferece várias modalidades de formação em espaços próprios ou mediante parcerias com outras instituições.

A Universidade de Évora é a instituição de ensino superior público no território e integra vários espaços, conforme se apresenta no Quadro 21.

Universidade de Évora	
Estabelecimentos Universitários	Casa Cordovil
	Colégio do Espírito Santo
	Palácio do Vimioso e Sede da Associação de Estudantes
	Escola de Enfermagem de S. João de Deus
	Fábrica dos Leões
	Colégio Mateus D'Aranda
	Colégio Luís António Verney
	Colégio Pedro da Fonseca
	Outros Edifícios universitários (4)
Residências Universitárias	Residência Florbela Espanca
	Residência Portas de Moura
	Residência Eborim
	Residência Soror Mariana
	Residência Bento de Jesus Caraça
	Residência António Gedeão
	Residência Manuel Álvares

Quadro 21 - Espaços da Universidade Évora

Fonte: Página Web da Universidade de Évora

O Colégio do Espírito Santo mantém-se como principal edifício da universidade e continuam a ser ocupados diversos edifícios no CHE. O Ex-Quartel RAL3 foi reconvertido em colégio universitário – Colégio Luís António Verney. A universidade veio a ocupar igualmente a antiga Fábrica dos Leões (Escola das Artes) e o Colégio Pedro da Fonseca no PITE. Diversas residências universitárias localizam-se na cidade intramuros e extramuros.

- **Rede semi-pública e privada**

A oferta de educação pré-escolar no concelho de Évora é maioritariamente assegurada por IPSS e entidades privadas (Quadros 22 e 23).

A relação entre a tipologia de cada estabelecimento de educação e ensino da rede semi-pública ou privada, a respetiva oferta (do pré-escolar ao ensino secundário) e o número de alunos matriculados no ano letivo 2018-19 é apresentada nos Quadros 22 e 23.

ESCOLA	TIPOLOGIA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima	Jl	69
Centro Infantil da Obra S. José Operário	Jl	34
Centro Infantil Irene Lisboa	Jl	66
ADBES - Associação Desenvolvimento e Bem-Estar Social da Cruz da Picada	Jl	19
O Casulo - Associação P/ Desenvolvimento Sócio-Cultural da Zona Oeste	Jl	22
Coopberço - Cooperativa de Prestação de Serviços à Infância, CRL	Jl	32
Jardim Infantil do Legado do Caixeiro Alentejano, R.M.	Jl	38
Jardim Infantil Quinta dos Sonhos	Jl	35
Centro de Atividade Infantil	Jl	57
Jardim Infantil "Nossa Sra. da Piedade"	Jl	121
Associação da Creche e Jardim Infância de Évora	Jl	124
Centro Social e Paroquial de São Brás - Equipamento de São Paulo	Jl	16
Casa Sagrado Coração de Jesus	Jl	63

Quadro 22 - Oferta de educação pré-escolar (privado dependente do estado), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19.

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

ESCOLA	TIPOLOGIA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Centro Infantil Palmo e Meio	Jl	75
Associação Mãe Galinha	Jl	25
Centro Social e Paroquial de São Brás - Equipamento de São João de Deus	Jl	16
Os Salesianos	EBS	92
Colégio Fundação Alentejo	EB	41

Quadro 23 - Oferta de educação pré-escolar (privado independente), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19.

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

A oferta de ensino básico e secundário em regime privado independente é assegurada pelo Colégio Os Salesianos e pelas escolas profissionais INETESE- Instituto para o Ensino e Formação e Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL). O Quadro 24 faz referência ao número de alunos matriculados, por ciclo de estudos, em cada uma destas instituições.

ESCOLA	TIPOLOGIA	CICLO DE ESTUDOS	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Os Salesianos	EBS	1.º Ciclo	217
Os Salesianos	EBS	2.º Ciclo	109
Os Salesianos	EBS	3.º Ciclo	138
Os Salesianos	EBS	Ensino secundário	44
INETESE - Instituto para o Ensino e Formação	EP	3.º Ciclo	12
Escola Profissional da Região Alentejo (Sede)	EP	3.º Ciclo	26
Escola Profissional da Região Alentejo (Sede)	EP	Ensino secundário	448

Quadro 24 - Oferta de ensino de 1º, 2º e 3º CEB e secundário (privado independente), em zona urbana do concelho de Évora, no ano letivo 2018-19.

Fonte: DGEEC- Alunos matriculados no continente (2018/2019)

Para além das instituições de educação e ensino referenciadas, o concelho de Évora tem oferta de cursos artísticos especializados pelo Conservatório Regional de Évora Eborae Musica. Esta instituição funciona, em termos oficiais, com autorização do Ministério da Educação, desde o ano letivo 2003/2004 e oferece cursos de iniciação, nível básico e secundário no domínio da música.

Existe ainda uma instituição de ensino superior privada no concelho de Évora: a Escola Superior de Teologia, que tem como objetivo a promoção de estudos filosóficos, teológicos e pastorais.

Equipamentos de solidariedade e segurança social

A cidade de Évora possui uma adequada rede de equipamentos sociais, uma vez que na área urbana existe um vasto conjunto de respostas vocacionadas aos destinatários das áreas de intervenção social (Quadro 25), a saber: infância e juventude, população adulta e família e comunidade.

Todavia, ao atendermos à evolução demográfica do concelho, na qual se regista um acentuado crescimento da população idosa e diminuição da população jovem (pirâmide invertida), importa refletir sobre a necessidade de se acautelar o aumento da capacidade instalada nas respostas

orientadas para os idosos, nomeadamente Estruturas Residenciais para Idosos, no que respeita, em específico, à criação de respostas especializadas em áreas que necessitam de claro reforço, face às atuais necessidades diagnosticadas, como a questão da saúde mental. Neste domínio, importa destacar a ausência de equipamentos na área da saúde mental, tanto para a população adulta, como para a infância e juventude, sendo imprescindível equacionar a instalação de fórum sócio-ocupacional que possibilite resposta a estas duas faixas etárias.

Na área *família e comunidade* é de sublinhar a inexistência na cidade de resposta habitacional de transição para pessoas em situação de sem-abrigo. Este tipo de unidades assume um papel fundamental no processo de reabilitação e autonomia desta população ao permitir o treino de um conjunto alargado de competências pessoais e sociais.

Atualmente não existe a resposta social de Lar de Infância e Juventude.

Área de intervenção: Infância e juventude		
Crianças e jovens	N.º de instituições	Capacidade
Centro de Atividades de Tempos Livres	3	340
Centro de Atividades para Jovens	1	90
Creche	19	888
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	22	1219
Intervenção precoce	2	60
Crianças e jovens em situação de perigo	N.º de instituições	Capacidade
Apartamento de autonomização	1	4
Lar de Infância e Juventude	1	30
Centro de Acolhimento Temporário	2	41
Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental - - /	1	100

Área de intervenção: População adulta		
Pessoas Idosas	N.º de instituições	Capacidade
Centro de convívio	6	428
Centro de dia	5	169
Estrutura Residencial Para Idosos	20	510
Serviço de Apoio Domiciliário	8	530
Pessoas adultas com deficiência	N.º de instituições	Capacidade
Apoio em Regime Ambulatório APCE	1	70
Centro de atendimento / acompanhamento e Animação para pessoas com deficiência	1	n.a.
Centro de Atividades Ocupacionais	1	n.a.
Formação Profissional	2	n.a.
Lar Residencial	2	27
Residência Autónoma	1	10

Área de intervenção: Família e comunidade		
Família e comunidade em geral	N.º de instituições	Capacidade
Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas	1	252
Apoio ao nível do planeamento familiar	1	n.a.
Aprendizagem ao longo da vida	2	n.a.
Atendimento / Acompanhamento social	3	n.a.
Centro Comunitário	2	n.a.
Centro de Alojamento Temporário	1	15
Grupo de autoajuda	-	-
Habitação Social	1	948
Loja Social	2	n.a.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	3	56
Refeitório Social / Cantina Social	8	n.a./340
Voluntariado organizado	3	n.a.
Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	N.º de instituições	Capacidade
Apartamento de reinserção social	2	15
Equipa de intervenção direta	1	n.a.
Pessoas vítimas de violência doméstica	N.º de instituições	Capacidade
Casa de abrigo	1	25
Centro de atendimento	2	n.a.
População imigrante Centro de acolhimento e orientação - -	N.º de instituições	Capacidade
Centro de acolhimento e orientação	1	n.a.

Quadro 25 - Equipamentos de solidariedade e Segurança Social

Fonte: A rede de equipamentos de Solidariedade e Segurança Social baseia-se na informação da Carta Social do Concelho de Évora (CME, 2018).

No domínio do apoio à população imigrante existe ainda uma plataforma de transição de refugiados, dedicada à reunificação familiar, da responsabilidade do Serviço Jesuíta aos Refugiados.

Equipamentos de Desporto

A rede de equipamentos desportivos da cidade compreende um conjunto de equipamentos com uma estrutura, hierarquia e tipologia diversificada. No âmbito da *Carta das Instalações Desportivas do Concelho de Évora* elaborada em 2010, foi efetuado um levantamento exaustivo das instalações desportivas do concelho, tendo como base o Regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público definidas no Decreto-Lei n.º 317/97 de 25 de novembro e as *Normas para*

a *Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos* (DGOTDU, 2002) com adaptações de forma a integrar um conjunto de equipamentos não previstos.

No âmbito do presente relatório, procedeu-se em conjunto com a Divisão de Desporto do Município, à atualização dos equipamentos desportivos tendo como ponto de partida o levantamento de 2010 com adaptações às *Normas para a Caracterização e Programação de Equipamentos Coletivos* (DGOTDU, 2002). O quadro abaixo reflete o trabalho efetuado, estando identificados **110 equipamentos/instalações desportivas** de acordo com o tipo de equipamento considerado. Este levantamento deve constituir uma base de trabalho para futuro desenvolvimento, podendo não refletir a realidade dos equipamentos desportivos na cidade. Contudo, permite verificar que a cidade apresenta um conjunto de equipamentos muito diversificado, destacando-se o surgimento do Complexo Desportivo de Évora na Cidade Sul, que integra um Grande Campo de Jogos, uma Pista de Atletismo e um Circuito de Manutenção, o Pavilhão Multiusos da Arena de Évora, assim como a Ecopista e a Ciclovia do Bacelo, que liga a escola do Bacelo ao Centro Histórico.

Tipo de equipamento	Nº de equipamentos
Grande Campo de Jogos	6
Pistas de Atletismo	2
Pequenos Campos de Jogos	56
Pavilhões e Salas de Desporto	25
Piscinas Cobertas	2
Piscinas ao Ar Livre	1
Ciclovias	4
Ecopista	1
Circuitos de Manutenção	3
Outros	10

Quadro 26 - Equipamentos desportivos

Fonte: Adaptado de Carta Desportiva do concelho (CME)

Refira-se que, a grande maioria das instalações desportivas está associada a equipamentos escolares, tendo surgido, contudo, um conjunto de espaços (não contabilizados aqui) associados ao setor privado que promoveram um alargamento das opções para a prática desportiva, tais como ginásios ou espaços dedicados.

Em termos de distribuição geográfica dos equipamentos (Figura 10), destaca-se uma maior concentração de equipamentos desportivos de grande dimensão na Cidade Sul, beneficiando a Cidade

Norte de um reforço de equipamentos de base recreativa ao ar livre como a Ecopista e a Ciclovía do Bacelo.

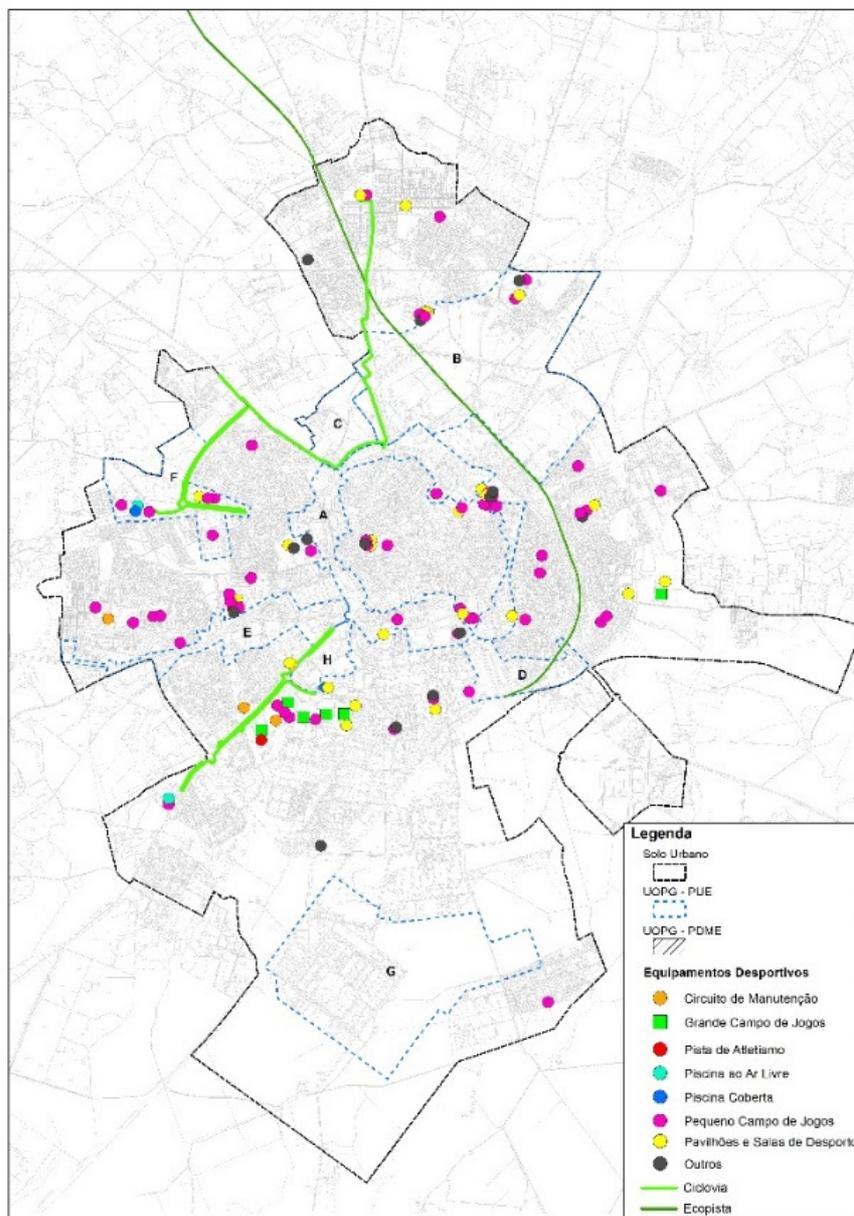


Figura 10 - Equipamentos desportivos na cidade

Equipamentos de segurança pública e proteção civil

Relativamente aos equipamentos de segurança pública e proteção civil, a cidade dispõe das estruturas identificadas no Quadro 27:

Equipamentos de Segurança pública e Proteção Civil
<p>Polícia de Segurança Pública (PSP)</p> <p>Comando Distrital de Évora</p> <p>Esquadra de Évora</p> <p>Esquadra de Transito de Évora</p> <p>Esquadra Int/Fisc de Évora</p> <p>Esquadra de Investigação Criminal</p> <p>Serviço Municipal de Proteção Civil e Segurança</p> <p>Autoridade Nacional de Proteção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora (CDOS)</p> <p>Polícia Judiciária /Unidade local de investigação criminal de Évora</p> <p>GNR – Comando Territorial de Évora</p> <p>Destacamento de Ação Fiscal de Évora</p> <p>Bombeiros Voluntários de Évora</p>

Quadro 27 - Equipamentos de segurança pública e proteção civil

Fonte: Página oficial do Ministério da Administração Interna

Equipamentos coletivos de cultura, recreio e lazer

A rede de equipamentos existente (Quadro 28) integra instituições e espaços diversificados de natureza pública e privada, de onde se destacam os organismos dependentes do Ministério da Cultura (museu, biblioteca e arquivo) e da Câmara Municipal (teatro e pavilhão multiusos).

A Rede Museológica de Évora é constituída por 13 espaços de características muito diferentes, embora existam outros núcleos museológicos não integrados na rede. É de referir que, existem cerca de 30 associações culturais, muitas das quais possuem espaços de acolhimento ao público e onde se podem realizar atividades.

Teatros e auditórios	Teatro Garcia de Resende Arena de Évora – Pavilhão Multiusos Salão Central Eborense
Salas de congressos	Universidade de Évora / Colégio do Espírito Santo Auditório CCDRA Auditório Évora Hotel
Cinemas e auditórios	Auditório Soror Mariana (Universidade de Évora) Évora Plaza
Bibliotecas e arquivos	Biblioteca Pública de Évora (BPE) Arquivo Distrital de Évora – Dependente da Direção Geral de Arquivos; Arquivo Municipal e Arquivo Fotográfico Municipal

Rede Museológica de Évora	Casa nobre e ruína da rua de Burgos Casas Pintadas Centro de Arte e Cultura da Fundação Eugénio de Almeida Centro Interativo de Arqueologia – Palácio do Vimioso Coleção de Carruagens Igreja do Salvador Megalithica Eborae – Convento dos Remédios Museu do Artesanato e do Design (MADE) Museu do Relógio Colégio do Espírito Santo Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo Palácio D. Manuel Palácio Duques de Cadaval
Outros núcleos museológicos	Novo Museu de Arte Sacra da Sé Igreja de S. Francisco Núcleos museológicos municipais – Central Elevatória da Água e Casa da Balança Ludoteca / Museu do Brinquedo
Galerias de arte	Fundação INATEL Igreja de S. Vicente Sede do Grupo Pró-Évora
Outros espaços / Equipamentos culturais / Recreio e lazer	Monte Alentejano (CME) Ex-Celeiros da EPAC (CME) Fundação INATEL Pousada da Juventude IPDJ Convento / Igreja dos Remédios Parque de Campismo de Évora

Quadro 28 - Equipamentos coletivos de cultura, recreio e lazer

Fonte.: Diversas – Serviços Municipais

A rede de equipamentos culturais evoluiu nas últimas décadas, destacando-se a construção do Pavilhão Multiusos Arena de Évora e do novo Centro de Arte e Cultura da Fundação Eugénio de Almeida, assim como a constituição de uma Rede Museológica, rede esta que inclui o espaço do Convento dos Remédios (centro interativo e sala de exposições). Diversos espaços e núcleos museológicos foram requalificados ou abertos ao público, como o Museu de Arte Sacra da Sé, o Palácio de S. Miguel, a Igreja de S. Francisco e o Museu do Relógio / Fundação INATEL. Relativamente aos equipamentos existentes, destaca-se a requalificação do Museu de Évora (atual Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo), a reabilitação da Biblioteca Pública de Évora, a reabilitação do Teatro Municipal

Garcia de Resende (nova empreitada em curso), a reconstrução do Salão Central Eborense (em curso) e a reabilitação do Palácio de D. Manuel (centro interpretativo da cidade, em curso).

Equipamentos de defesa nacional

A cidade possui os equipamentos de defesa nacional identificados no Quadro 29:

Ministério da Defesa Nacional	
<u>Exercito Português</u>	
	Edifício da Região Militar sul – Quartel Central – Direção de Formação
	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
	Centro de Apoio Social de Évora (CASE)
	Centro de Saúde Militar
	Messe do Exército – Convento da Graça

Quadro 29 - Equipamentos de defesa nacional

Fonte: Página oficial do Ministério da Defesa Nacional

A ocupação dos equipamentos afetos ao Exército Português reflete a reorganização das Forças Armadas, estando os antigos quartéis situados intramuros semi-ocupados, o mesmo acontecendo com a antiga Manutenção Militar. A antiga Messe dos Sargentos foi desativada.

Equipamentos da administração pública

O grande número de organismos e serviços públicos existentes na cidade (Quadro 30), serviços desconcentrados da administração central, com destaque para as direções regionais dos diversos ministérios refletem o seu papel na região. Com efeito, localizam-se aqui serviços de âmbito sub-regional (ou distrital) e regional, dependentes de quase todos os ministérios do governo da república em funções (abril/maio 2020). Pela sua relevância regional, destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e os colégios da Universidade de Évora.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	
–	Câmara Municipal de Évora (4 localizações principais)
JUNTAS DE FREGUESIA	
–	União das Freguesias de Évora (Sé, Santo Antão e S. Mamede)
–	União das Freguesias do Bacelo e da Senhora da Saúde
–	União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	

ADMINISTRAÇÃO DESCONCENTRADA DO ESTADO
<p>MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL</p> <p>Autoridade da Segurança Alimentar e Económica (ASAE)</p> <p>IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais</p> <p>Turismo de Portugal / ERTA – Entidade Regional de Turismo do Alentejo</p>
<p>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</p> <p>Autoridade Tributária e Aduaneira</p> <p style="padding-left: 40px;">Direção Finanças de Évora – travessa dos Caraça</p> <p style="padding-left: 40px;">Serviço de Finanças de Évora – praça do Sertório</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL</p> <p>Exercito Português</p> <p style="padding-left: 40px;">Edifício da Região Militar sul – Quartel Central – Direção de Formação</p> <p style="padding-left: 40px;">Instituto de Ação Social das Forças Armadas</p> <p style="padding-left: 80px;">Centro de Apoio Social de Évora (CASE)</p> <p style="padding-left: 40px;">Centro de Saúde Militar</p> <p style="padding-left: 40px;">Messe do Exército – Convento da Graça</p>
<p>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</p> <p>Polícia de Segurança Pública (PSP)</p> <p>Comando Distrital de Évora – rua Francisco Soares Lusitano</p> <p style="padding-left: 40px;">Esquadra de Évora - rua Francisco Soares Lusitano</p> <p style="padding-left: 40px;">Esquadra de Transito de Évora- avenida Arquitetos Torralva 44</p> <p style="padding-left: 40px;">Esquadra Int/Fisc de Évora – Bairro da Cruz da Picada, lote 43 R/C Esq</p> <p style="padding-left: 40px;">Esquadra de Investigação Criminal - rua Francisco Soares Lusitano</p> <p>GNR – Comando Territorial de Évora</p> <p style="padding-left: 40px;">Destacamento de Ação Fiscal de Évora – rua da Rampa</p> <p>SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</p> <p>Autoridade Nacional de Proteção Civil</p> <p style="padding-left: 40px;">Centro Distrital de Operações de Socorro de Évora</p>
<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p>Direção Geral de Registos e Notariado</p> <p style="padding-left: 40px;">Registo Civil</p> <p style="padding-left: 40px;">Registo Predial</p> <p style="padding-left: 40px;">Registo Comercial</p> <p style="padding-left: 40px;">Registo Automóvel de Évora</p> <p>Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses</p> <p style="padding-left: 40px;">Gabinete Médico-Legal e Forense do Alentejo Central</p> <p>Direção Geral da Administração da Justiça</p> <p>Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais</p>

<p>Equipa de Reinserção Social do Alto Alentejo</p> <p>Tribunais</p> <p>Tribunal da Relação de Évora</p> <p>Tribunal Judicial da Comarca de Évora (inclui Juízo do Trabalho)</p> <p>Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) Regional de Évora</p> <p>Procuradoria-Geral da República – Delegação</p>
<p>MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO</p> <p>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo</p>
<p>MINISTÉRIO DA CULTURA</p> <p>Direção Regional de Cultura do Alentejo – sede –</p> <p>S. Bento de Cástris</p> <p>Igreja do Salvador</p> <p>Biblioteca Pública de Évora - Direção Geral dos Livros e das Bibliotecas</p> <p>Arquivo Distrital de Évora – Direção Geral de Arquivos</p> <p>Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo</p>
<p>MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR</p> <p>Universidade de Évora</p> <p>Estabelecimentos Universitários</p> <p>Casa Cordovil</p> <p>Colégio do Espírito Santo</p> <p>Palácio do Vimioso e Sede da Associação de Estudantes</p> <p>Escola de Enfermagem de S. João de Deus</p> <p>Edifícios universitários (4)</p> <p>Residências Universitárias</p> <p>Residência Florbela Espanca</p> <p>Residência Portas de Moura</p> <p>Residência Eborim</p> <p>Residência Soror Mariana</p> <p>Residência Bento de Jesus Caraça</p> <p>Residência António Gedeão</p> <p>Residência Manuel Álvares</p>
<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>Direção Regional de Educação do Alentejo</p>
<p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL</p> <p>Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Évora</p> <p>Segurança Social – Serviços de atendimento</p> <p>IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo</p> <p>Delegação Regional do Alentejo</p>

<p>IEFP – Serviço de Emprego de Évora</p> <p>Centro de Formação Profissional</p> <p>ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho</p> <p>Casa Pia de Évora</p>
<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE</p> <p>ARS - Administração Regional de Saúde</p> <p>Instituto da Droga e da Toxicodependência</p> <p>Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)</p> <p>ETEETE e Centro de Respostas Integradas de Évora- rua Gil do Monte</p>
<p>MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA</p> <p>APA – Administração de Região Hidrográfica do Alentejo</p>
<p>MINISTÉRIOS DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO</p> <p>IMTT – Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo</p>
<p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA</p> <p>Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo</p> <p>Sede</p> <p>Serviço Regional do Alentejo Central</p> <p>Centro de Formação Técnico-Profissional Agrário</p> <p>Autoridade Florestal Nacional ICNF</p> <p>Direção Geral de Alimentação e Veterinária</p> <p>DSAVRA e DAV Alentejo Central</p> <p>Centro de Desenvolvimento Agropecuário de Évora (ex-IROMA)</p> <p>Comissão Vinícola da Região Alentejana – CVRA</p>
<p>MINISTÉRIO DO MAR</p> <p>Instituto Português do Mar e da Atmosfera – Centro Meteorológico de Évora</p>
<p>OUTRAS ENTIDADES</p> <p>Banco de Portugal</p> <p>INE – Delegação de Évora</p> <p>Instituto do Desporto e da Juventude</p> <p>ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo</p>

Quadro 30 - Equipamentos da administração pública

Fonte: Diversas – Páginas web oficiais de Organismo Públicos

Relativamente à evolução dos equipamentos da Administração Pública nas últimas décadas destaca-se a instalação dos serviços municipais no PITE e a construção de um novo edifício da Direção Regional de Educação do Alentejo (edifício que abriga atualmente também serviços da Segurança Social).

O Tribunal da Relação ocupou o Palácio Barahona e o Tribunal do Trabalho e a Casa Nobre do Largo das Alterações. Os serviços da Direção Geral dos Registos e Notariado foram transferidos para a Avenida Lino de Carvalho, o mesmo sucedendo com o DCIAP, a PSP e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Os serviços da Administração Regional de Saúde do Alentejo instalaram-se na Rua de Machede, no antigo edifício do Centro de Saúde de Évora.

Equipamentos de Comércio e Serviços

São considerados para efeitos de caracterização os equipamentos tradicionais e identificados em sede de PUE, como os mercados, assim como outros serviços relevantes de apoio à atividade económica. Identificam-se igualmente as grandes superfícies comerciais e outros serviços relevantes.

- **Mercados abastecedores e grandes superfícies comerciais**

Existem os seguintes mercados abastecedores:

- Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARE) - situado junto à estrada de Beja
- Mercado Municipal de Évora (MME) – situado na Praça 1.º de Maio.
- Feiras, mercados e venda ambulante:
 - ✓ Rossio de S. Brás.
- Mercados temporários de produtos agrícolas:
 - ✓ Praça 1.º de Maio,
 - ✓ Coronheiras (Bacelo).

Existem em Évora 8 hiper e supermercados e 23 agências bancárias. Merece referência o Centro Comercial Évora Plaza (composto por mais de 80 lojas, zonas de restauração e cinemas e que inclui supermercado) e o *Retail Park* no PITE, que inclui várias superfícies comerciais: Worten, Sport Zone, JOM; outros espaços localizam-se nas proximidades - Intermarché, Bricomarché, Kiabi, Talho Nacional e Staples e o Retail Park a norte do MARÉ.

- **Equipamentos e serviços de apoio à atividade económica**

Identificam-se os seguintes serviços de apoio à atividade económica:

- NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora;
- PACT - Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia;
- Centro de Incubação de Évora.

No PITE localizam-se o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), DECSIS e ÉvoraTech - Incubadora de empresas, num espaço reservado a equipamentos e estabelecimentos de ensino, investigação e desenvolvimento económico e empresarial.

- **Equipamentos de Correios**

Os equipamentos de correios são relevantes pelos diversos serviços que desempenham na comunidade, designadamente ao nível das comunicações. As agências e serviços dos Correios de Portugal são as seguintes:

- Estação Rossio (e Banco CTT);
- Rua de Olivença (e Banco CTT);
- Centro logístico MARÉ;
- Lojas CTT (Almeirim, Continente, Notebook - Bacele).

- **Equipamentos de Culto / Religiosos**

São considerados nesta caracterização os espaços de culto (templos) e os cemitérios públicos existentes. Identificaram-se vinte igrejas e capelas do culto católico aberto ao público, existindo ainda três outros templos, de outros ritos religiosos, abertos ao público. Observa-se que os espaços religiosos da igreja católica se distribuem pelos diversos bairros da cidade, o que é significativo, tendo em conta que a religião católica é tradicionalmente maioritária em Portugal.

- Equipamentos de culto da Igreja Católica

Para além da Sé Catedral de Santa Maria existem nove igrejas paroquiais:

- Santo Antão
- N.ª Sr.ª do Carmo
- S. Mamede
- S. Francisco
- N.ª Sr.ª de Fátima
- S. Brás
- Igreja Paroquial de Santo António
- Igreja Paroquial da Sagrada Família (Álamos)
- Igreja Nossa senhora Auxiliadora
- Cemitérios públicos
 - Cemitério dos Remédios - Évora
 - Cemitério do Espinheiro – Évora

Conclusão

A cidade apresenta uma rede de equipamentos vasta, abrangente e diversificada, nas diversas redes e tipologias descritas. Esta realidade reflete a dimensão da cidade e da população residente e a sua realidade como polo regional e sub-regional.

Destacam-se os equipamentos dos sistemas públicos de saúde e educação, assim como os serviços da administração pública. É notória a relevância e complementaridade do setor social/associativo nas redes de equipamentos de solidariedade social e culturais e da complementaridade do setor privado nos equipamentos de saúde. Os equipamentos de comércio e serviços são na sua maioria privados.

Observa-se uma relativa assimetria na distribuição das redes nos diversos setores urbanos. A cidade intramuros e as suas imediações são a localização tradicional de diversos equipamentos, sendo esse o caso dos equipamentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS). A cidade sul, por seu turno, apresenta um menor número de equipamentos, o que reflete a sua consolidação mais tardia, existindo uma carência de equipamentos educativos (escolas básicas e jardim de infância).

Deverá ser posteriormente avaliada a adequação da rede de equipamentos sociais à realidade demográfica, designadamente ao envelhecimento da população, assim como a disponibilidade de equipamentos de proximidade.

3.2.7. Infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais

Sistema de abastecimento de água

O abastecimento de água à cidade de Évora é efetuado a partir de uma origem de água, albufeira do Monte Novo, cujo volume captado é tratado na estação de tratamento de água do Monte Novo sendo depois transportada através duas condutas adutoras até aos reservatórios da cidade para ser distribuída pelas redes de distribuição até aos consumidores.

- **Captação, tratamento e adução**

A. Abastecimento / origem de água

A albufeira do Monte Novo constitui a única reserva de água para o abastecimento público à cidade. As águas destas albufeiras caracterizam-se por elevada turvação conferida pela matéria orgânica e inorgânica em suspensão, exigindo tratamentos mais ou menos complexos, face à sua má qualidade.

A água depois de captada é tratada na estação de tratamento de água, ETA do Monte Novo, e transportada através de duas condutas adutoras até aos reservatórios da cidade, cuja gestão é da responsabilidade da EPAL – Águas de Portugal.

O aqueduto da Água da Prata, anteriormente também utilizado como adutor de água dos poços da Graça do Divor, servirá num futuro próximo, como infraestrutura de transporte de água para rega permitindo uma poupança de água generalizada no âmbito da rega de espaços verdes da cidade.

A capacidade de produção de água potável na ETA é de 1100 m³/h num período máximo de operação de 20 horas/dia permitindo uma produção de 22000 m³ por dia.

A adução a partir do Monte Novo faz-se por uma conduta de diâmetro de 600 mm em ferro com capacidade para 400 l/s com um período diário de adução de 20 horas totalizando 28800 m³/dia existindo ainda a conduta antiga DN500 em fibrocimento que está reservada para emergências e que foi projetada para um caudal de 720 m³/hora, ou 14 400 m³/dia, funcionando 20 horas por dia (ver Figura 11).

As águas tratadas são elevadas a partir da ETA e são armazenadas em três reservatórios situados em São Bento cuja capacidade total é de cerca de 16000 m³.

A partir destes reservatórios faz-se a distribuição para a zona baixa e uma bombagem para os dois reservatórios da zona alta com capacidade para 5000 m³.

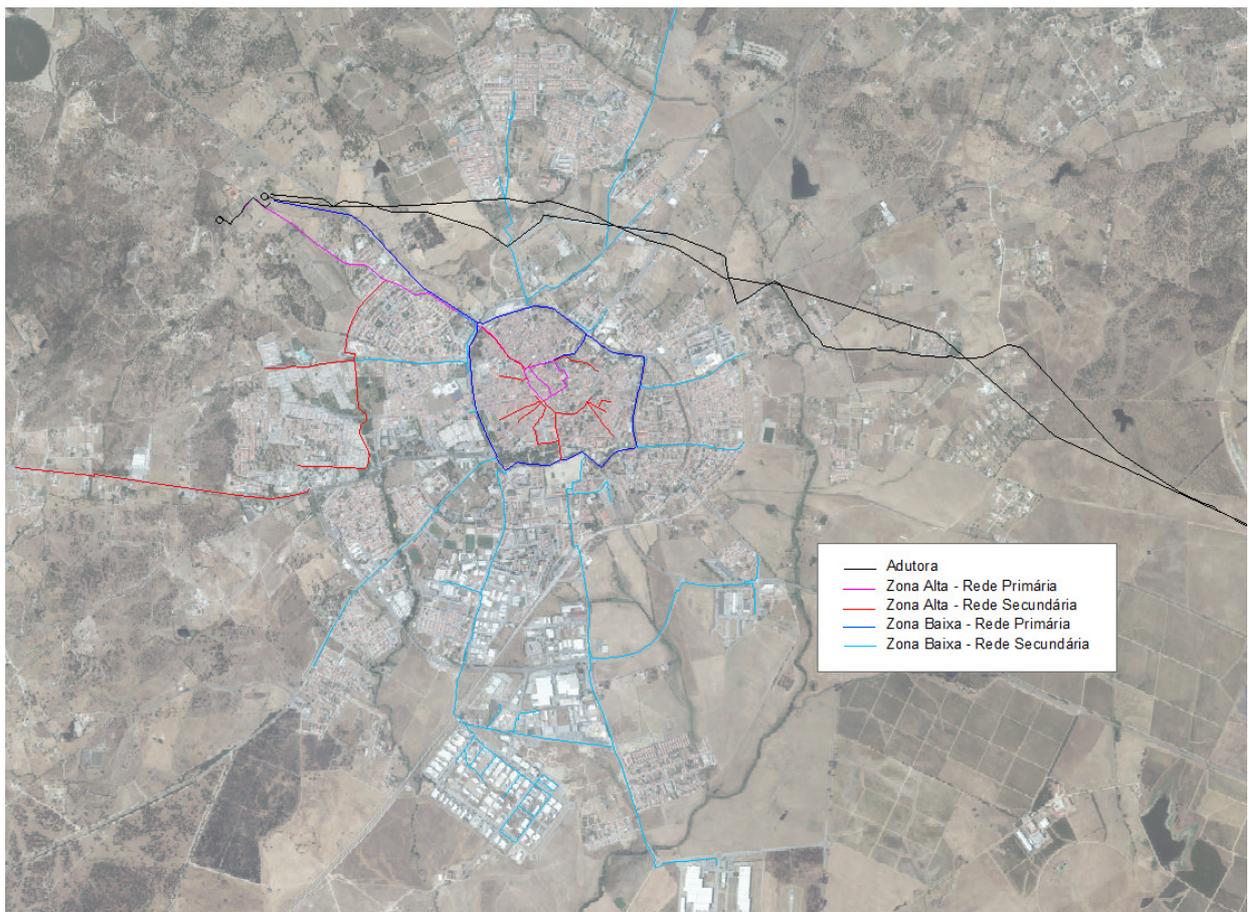


Figura 11 - Rede de abastecimento de água

B. Consumos

A evolução dos consumos médios diários e a respetiva projeção, obtida por regressão linear, está apresentada no Quadro nº 31 e no gráfico representado na Figura nº 12.

ANO	CONSUMO MÉDIO REGISTADO (m3/dia)	CONSUMO PREVISÍVEL (m3/dia)	ANO	CONSUMO MÉDIO REGISTADO (m3/dia)	CONSUMO PREVISÍVEL (m3/dia)
1986	6483	8395	2009	11300	11168
1987	7222	8515	2010	11274	11289
1988	7725	8636	2011	11175	11409
1989	7834	8757	2012	11016	11530
1990	8706	8877	2013	10845	11651
1991	8676	8998	2014	10781	11771
1992	9027	9118	2015	11832	11892
1993	8826	9239	2016	11323	12012
1994	9260	9359	2017	11322	12133
1995	9292	9480	2018	10800	12254
1996	9489	9601	2019	10907	12374
1997	10109	9721	2020	-	12495
1998	10261	9842	2021	-	12615
1999	10493	9962	2022	-	12736
2000	11339	10083	2023	-	12857
2001	11293	10204	2024	-	12977
2002	11873	10324	2025	-	13098
2003	12857	10445	2026	-	13218
2004	13109	10565	2027	-	13339
2005	12344	10686	2028	-	13460
2006	11274	10807	2029	-	13580
2007	11443	10927	2030	-	13701
2008	11397	11048			

Quadro 31 - Consumos médios diários de água e projeções obtidas por regressão linear

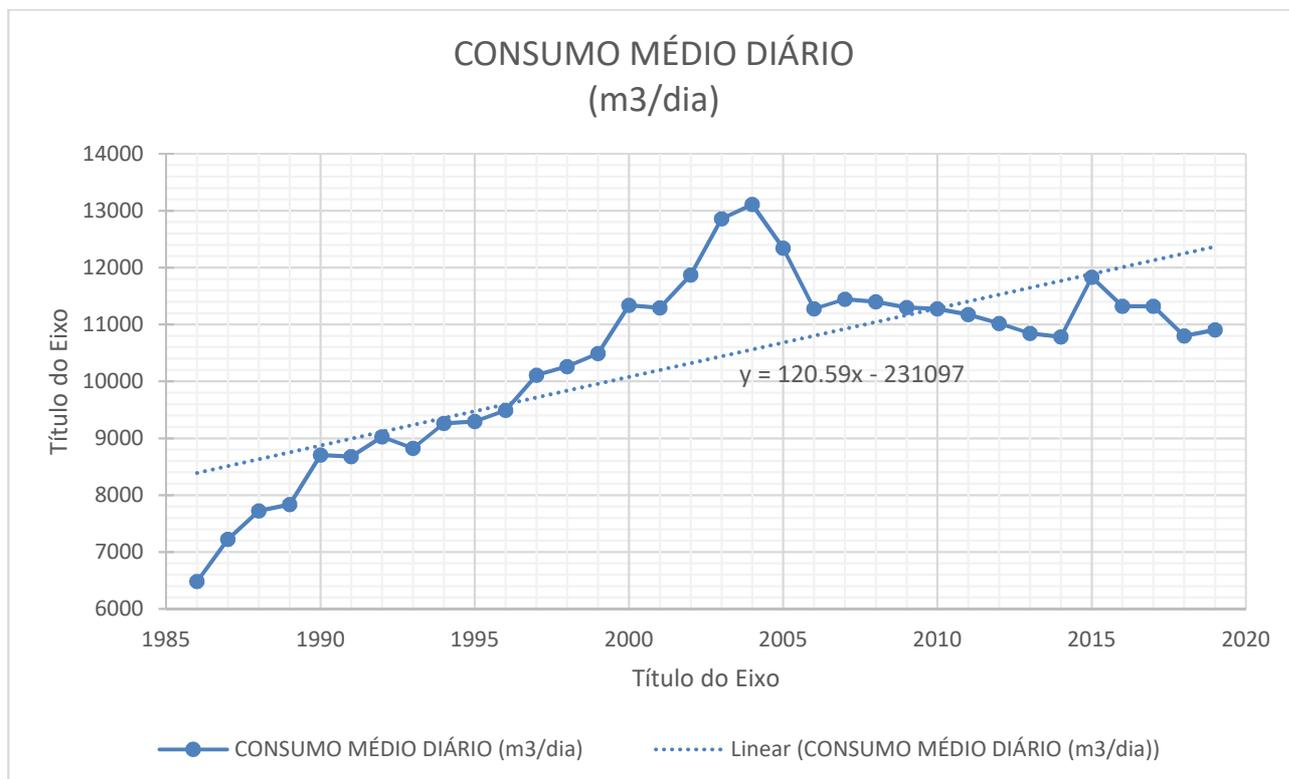


Figura 12 - Consumos médios diários de água e linha de tendência

C. Necessidades

As operações de captação, tratamento e adução de água à cidade estão integradas no sistema de gestão em alta.

Para uma produção diária de 22000 m³ poderemos fazer face a um consumo médio diário de cerca de 14700 m³ admitindo um fator de ponta $F_p=1.5$.

Da análise aos consumos registados verifica-se uma tendência de estabilização dos valores a partir de 2006.

A previsão de consumos para os próximos anos, obtida por análise estatística simples com regressão linear indica-nos que em 2030 o consumo atingirá cerca de 13700 m³/dia estando dentro dos valores que a ETA tem capacidade de produzir e que as condutas adutoras têm capacidade de transportar.

É de realçar, no entanto, que com a passagem da ETA para o sistema em alta, esta infraestrutura passou a abastecer mais povoações do concelho de Évora, Reguengos de Monsaraz, e Mourão pelo que a capacidade máxima de produção de água na ETA poderá não ser suficiente a médio prazo se os consumos globais aumentarem significativamente.

- **Distribuição**

A. Rede existente

A estrutura do sistema de abastecimento está dividida em dois patamares de distribuição, zona alta e zona baixa correspondendo a dois níveis de pressão.

A zona alta fornece água às zonas de cota topográfica mais elevada, Centro Histórico, algumas zonas próximas das muralhas e as áreas a SW de Évora (Malagueira, Cruz da Picada, Fontanas e Alto dos Cucos), e é composta por uma rede primária com diâmetros entre DN400 a DN200 com ramificações para uma rede secundária e terciária que garantem o fornecimento de água em condições adequadas.

A zona baixa apresenta um sistema em anel de condutas de dimensões variáveis entre DN600 e DN300 instaladas em redor das muralhas permitindo o abastecimento de água aos bairros extramuros da cidade através de várias ramificações para redes secundárias e terciárias.

Ambas as zonas apresentam uma variabilidade de materiais refletindo a época em que foram instaladas desde o ferro antigo, até ao fibrocimento, PVC e PEAD com diâmetros também muito variáveis entre DN50 até DN200 nas redes com características de distribuição e diâmetros superiores, entre DN600 a DN200 para as redes que, apesar de pertencerem ao sistema em baixa, caracterizam-se pela quase ausência de ramais domiciliários.

Na Figura nº 11 encontram-se representadas as condutas principais de distribuição de água, a partir das quais nasce a rede secundária e terciária de distribuição. Indicaram-se apenas as condutas de maior secção ($\varnothing > 100$ mm) ou condutas que pela sua importância merecem uma atenção especial.

No Quadro nº 32 estabelece-se uma relação entre o diâmetro das condutas de distribuição, o caudal e a população que teoricamente será possível abastecer.

DIAMETRO (mm)	CAUDAL (l/s)	F. PONTA	CAPITAÇÃO (l/hab.dia)	POPULAÇÃO (hab)
500	200	2.4	250	28800
400	130	2.4	250	18720
350	95	2.4	250	13680
300	70	2.4	250	10080
250	50	2.4	250	7200
200	30	3	200	4320
175	24	3	200	3456
150	17	3	200	2448
125	12	4	150	1728
100	8	4	150	1152
80	4,5	4	150	648

Quadro 32 - População possível de abastecer de água em função da secção das condutas de adução

Estes valores foram determinados adotando o critério da limitação da velocidade e da perda de carga unitária. Teve-se ainda em conta os fatores de ponta instantâneos e as capitações devidamente majoradas.

Trata-se, no entanto, de uma determinação simplista que não poderá ser ajustada a todas as situações.

B. Reservatórios

As águas provenientes do Monte Novo são armazenadas em três reservatórios situados em São Bento cuja capacidade total é de 16000 m³ e que atualmente pertencem ao sistema em alta (ver Figura nº 11).

A partir destes reservatórios faz-se a distribuição para a zona baixa e uma bombagem para os dois reservatórios da zona alta com capacidade para 5000 m³. A capacidade útil total é de 16800 m³.

Tendo em conta a necessidade de dispor de reserva para 24 horas em qualquer dia do ano e as projeções de consumo para os próximos 10 anos não se prevê a necessidade de ampliação desta infraestrutura no curto prazo.

Deve, no entanto, haver uma monitorização contínua da evolução dos consumos e respetiva tendência.

C. Melhoramentos

Para além da renovação sistemática da rede de distribuição um pouco por toda a cidade destacam-se entre os vários melhoramentos pontuais efetuados nas redes, a nova conduta DN200 da Cruz da Picada, conduta DN200 da Horta das Figueiras, conduta DN200 de reforço à zona da Lagril/ Tapada do Matias, conduta DN200 da zona de urbanização n.º3 / Sr.ª da Saúde, conduta DN110 do Maré/ São José da Ponte, conduta DN125 Évora Plaza / Tyco / B.º de Almeirim, conduta DN125 B.º de Almeirim/ Embraer.

D. Necessidades

Embora com intervenções contínuas na rede de distribuição, constata-se que as redes primárias apresentam uma idade já muito avançada pelo que será prudente avaliar a necessidade de intervenção a médio prazo nestas infraestruturas.

Existe ainda uma grande extensão de condutas em fibrocimento, um pouco por toda a cidade, que já atingiu o seu período de vida útil levando a uma grande fragilização e roturas sucessivas sendo por isso vital a sua substituição de forma a promover o melhoramento de serviço prestado.

Na zona alta verifica-se a necessidade de substituição das condutas mais antigas, ainda em ferro, que originam problemas recorrentes a nível de qualidade e de falta de pressão no fornecimento de água sobretudo nas condutas de diâmetro mais reduzido que se encontram parcialmente obstruídas.

Deve ainda ser equacionada a implementação de zonas de medição e controlo de pressão no sentido de controlar as perdas na rede atendendo à idade avançada de rede existente.

Em termos globais pode-se dizer que a cobertura de infraestruturas de abastecimento de água, na área urbana, é superior a 99%. No entanto é necessário efetuar diversas obras de ampliação e renovação de condutas.

No Quadro nº 33 faz-se uma análise da rede secundária de distribuição tendo em conta as condutas instaladas, as respetivas populações servidas e as necessidades em termos de secções necessárias.

ZONA	TROÇO	BAIRROS SERVIDOS	POP. (2011) EXIST.	SECÇÕES (mm)		POPULAÇÃO QUE AINDA É POSSÍVEL ABASTECER	OBS.
				EXIST.	NECES		
1	GRANITO	GRANITO	1671	140	125	720	-
2	NÓ CRUZEIRO/BACELO	BACELO	5428	200	250		Adutora a substituir
		BACELO DOS PRETOS					
		CORUNHEIRAS					
		PITES					
		QUINTAS DAS CORUNHEIRAS					
3	NÓ PORTAS DE AVIZ/CRUZEIRO	ZONA 1 + ZONA 2	7099	200	250		Adutora a substituir
4	PORTAS DE AVIZ/CANAVIAIS	CANAVIAIS	3685	250	200	2880	Adutora a substituir pelo seu estado de degradação
		FREI ALEIXO					
		QUINTAS DA BELA VISTA					
		QUINTAS DO ESPINHEIRO					
5	CENTRAL / FERRAGIAL DA NORA	PIC	1180	150	125	720	-
		TÂMARAS					
		FERRAGIAL DA NORA					
		NOGUEIRAS					
		DEGEBE					
6	ZONA DE URBANIZAÇÃO N.º1	SRA DA SAÚDE	7524	300	300	-	-
		CHAFARIZ DEL REI					
		QUINTA DO ESTORIL					
		B GARCIA DE RESENDE					
		COMENDA / ÁLAMOS					
		25 DE ABRIL					
		SANTA LUZIA					
		SANTO ANTÓNIO					
		QUINTAS DO EVARISTO					
		MONTINHO DE FERRO					
		7					
B ALMEIRIM ZONA INDUSTRIAL							
TYCO							
KEMET							
B ALMEIRIM							
SÃO JOSÉ DA PONTE							
ALCAIDE							
CABEÇO DO ARRAIAL							
EMBRAER							
8	PORTAS DO RAIMUNDO/HORTA DAS FIGUEIRAS / PITE	HORTA DAS FIGUEIRAS	3934+ind	200	200	-	-
		SRA DO CARMO					
		MOÍNHOS					
		PITE					
9	PORTAS DO RAIMUNDO/VILA LUSITANO	VILA LUSITANO	1090	300	100	8928	
10	VILA LUSITANO/CASINHA	TORREGELA	2562	160	200	-	Adutora a substituir
		QUINTA DO MONIZ					
		CASINHA NORTE					
		CASINHA SUL					
		QUINTAS DA CASINHA					
11	VISTA ALEGRE/MALAGUEIRA	TAPADA DO RAMALHO	4027	140+110	200	-	A reforçar a partir do anel de condutas
		VISTA ALEGRE					
		TRÊS BICOS					
		ANTÓNIO SÉRGIO					
		SRA DA GLÓRIA					
12	TORRALVA	TORRALVA	135	80	80	-	-
13	VISTA ALEGRE/MALAGUEIRA	VISTA ALEGRE	2881	300	200	5760	-
		MALAGUEIRA					
		SANTA MARIA					
		VILAS CARTUXA					
14	ESTRADA DAS PISCINAS	MALAGUEIRA	3403	200	200	-	-
		MALAGUEIRINHA					
		SANTA MARIA					
		MONTE REDONDO					
		FONTANAS					
		ALTO DOS CUCOS					
15	CRUZ DA PICADA	CRUZ DA PICADA	1713	200	150	1872	-
		ESCURINHO					
		VILA ACADÉMICA					
		ESPADAS					
16	CENTRO HISTÓRICO	CENTRO HISTÓRICO	4738	400	300	8600	-

Quadro 33 - Análise da rede secundária de distribuição de água

Em termos de necessidade de remodelação de condutas por falta de capacidade de caudal e estado de degradação verifica-se o constrangimento da rede nos nós 2, 3, 4 e 10 respetivamente a adutora Portas de Aviz / Cruzeiro/ Bacelo, adutora P. Avis / Canaviais e a adutora / V. Lusitano/Casinha.

O abastecimento à Vista Alegre também necessita de um reforço que poderá ser obtido a partir da ligação ao anel de condutas ao nó de Alconchel.

Os reservatórios de distribuição encontram-se implantados às seguintes cotas:

- Reservatório da zona baixa:..... 305 m
- Reservatório da zona alta:..... 340 m

Estas cotas vão condicionar o desenvolvimento das urbanizações, pois será necessário garantir pressão adequada em todos os pontos da rede de distribuição.

A distribuição da zona alta faz-se entre a cota 310 m (Torralva e Alto dos Cucos) e a cota 250 m (abastecimento ao Bº das Espadas a partir da rede de distribuição da Cruz da Picada).

A distribuição da zona baixa faz-se entre a cota 280m (Vista Alegre) e a cota 230m (ETAR de Évora).

Recomenda-se que na definição das novas zonas de expansão se tenha em atenção os condicionalismos resultantes das limitações da distribuição, não só em termos da secção das condutas instaladas, mas muito particularmente no que se refere às cotas topográficas que, em determinadas circunstâncias, poderão inviabilizar o traçado dos planos de loteamento.

Em resumo, poderemos dizer que os condicionalismos que se colocam a nível da distribuição são os seguintes:

- Reforço do abastecimento com a instalação de novas condutas primárias e secundárias de distribuição quer pela sua idade e material quer pela falta de capacidade de caudal a fornecer;
- Condicionalismos em termos das zonas de expansão habitacional tendo em conta a situação mais favorável para o abastecimento no que se refere a cotas piezométricas. (ver Figura 13):
 - ✓ Cota > 310 m - não é viável o abastecimento a partir da rede existente;
 - ✓ Cota 300/310 m - abastecimento condicionado a partir da rede da zona alta (em função do nº de pisos);
 - ✓ Cota 280/300 m - abastecimento a partir da rede da zona alta;
 - ✓ Cota 270/280 m - abastecimento condicionado a partir da rede da zona baixa (em função do nº de pisos);
 - ✓ Cota < 270 m - abastecimento a partir da rede da zona baixa.

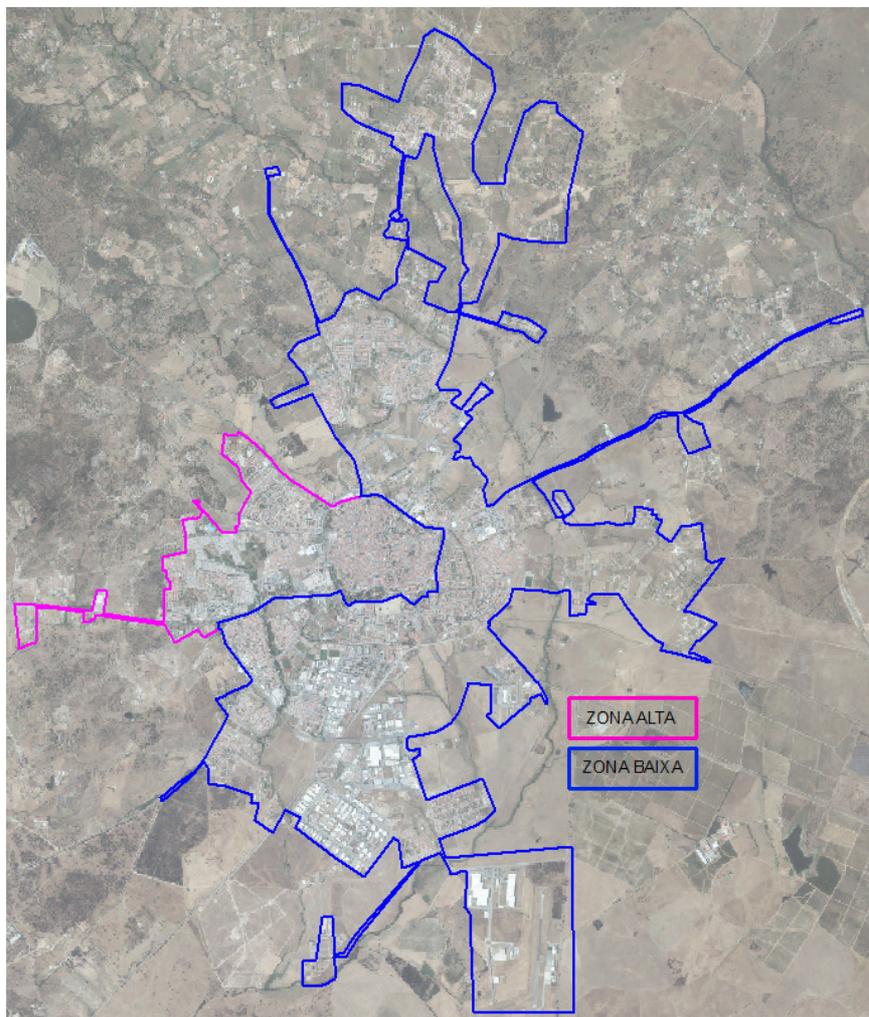


Figura 13 - Zona Alta e Baixa

Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais

A drenagem dos esgotos domésticos e pluviais da cidade é assegurada por uma rede de coletores ramificados que garantem a recolha dos efluentes a partir dos ramais domiciliários.

Os sistemas instalados são maioritariamente separativos, excetuando-se o centro histórico e algumas zonas contíguas cujo tipo de sistema é unitário ou misto e caracterizando-se da seguinte forma:

SISTEMA UNITÁRIO - Rede única onde são admitidas conjuntamente águas residuais domésticas e industriais e águas pluviais. Este sistema encontra-se instalado no Centro Histórico.

SISTEMA SEPARATIVO - Existem duas redes de drenagem distintas: uma rede que recebe apenas águas residuais domésticas e industriais e uma rede de drenagem para águas pluviais. É o sistema que atualmente é concebido para as redes de saneamento encontrando-se instalado em quase todas as áreas de expansão habitacional e zonas industriais projetadas nos últimos vinte anos.

SISTEMA MISTO - Existem simultaneamente na mesma zona os dois sistemas anteriormente referidos: parte da rede é separativa e parte da rede é unitária. Este sistema existe nalgumas zonas mais antigas da Cidade Extramuros nomeadamente nos Bairros do Rossio, Chafariz d'el Rei, Urbanização nº1, Sra. da Saúde.

O destino final das águas residuais domésticas é assegurado pela recolha dos esgotos através de coletores designados por emissários, caracterizados pela sua grande dimensão, que asseguram o seu transporte até à estação de tratamento de águas residuais, ETAR de Évora.

Estes emissários desenvolvem-se ao longo das duas principais linhas de água, rio Xarrama e ribeira de Torregela constituindo respetivamente os emissários Leste e Oeste.

Nas entradas da rede de emissários que recebem águas residuais dos coletores unitários existem descarregadores de tempestade, que procedem à descarga das águas diluídas em excesso para as linhas de água, sempre que ocorrem chuvadas mais intensas.

- **Rede de esgotos domésticos e pluviais**

Na Figura 14 encontram-se representados os emissários principais EL1-EF (emissário Leste ao longo do rio Xarrama) e EO1-EF (emissário Oeste, ao longo da ribeira da Torregela), a rede secundária e os descarregadores de tempestade existentes.

De um modo geral a capacidade dos emissários mantém-se adequada às áreas de influência não se vislumbrando necessidades imediatas no âmbito de remodelações destas infraestruturas.

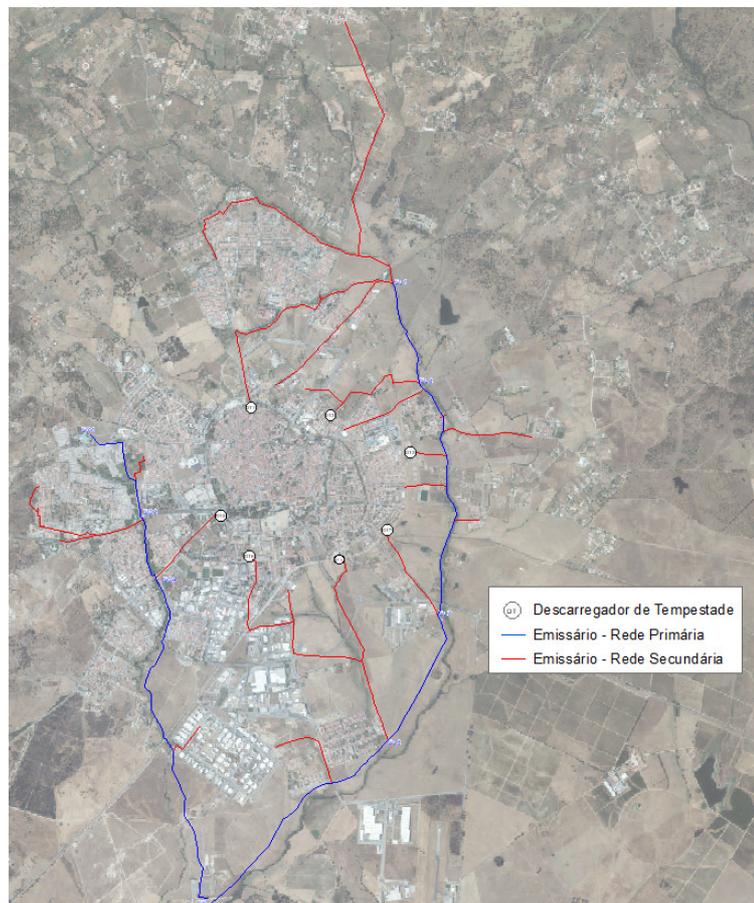


Figura 14 - Rede de drenagem

Importa, no entanto, referir que os emissários são infraestruturas que estão integradas no sistema em alta sendo por isso responsabilidade da entidade gestora garantir a sua capacidade de transporte e a integridade estrutural dos mesmos.

No quadro seguinte indica-se a população associada às bacias de drenagem à rede geral de emissários da cidade.

TROÇO	POPULAÇÃO DRENADA NO TROÇO (HAB)	DÍAMETRO (mm)
EO3-EO4 (EN114/TORREGELA)	16280	400
EO4-EF (TORREGELA/ETAR)	18701	400 A 600
EL1-EL3 (EST.ESTREMOZ/COMENDA)	11790	500
EL3-EL7 (COMENDA/SÃO JOSÉ DA PONTE)	20070	500
EL7-EL8 (SÃO JOSÉ DA PONTE/ALMEIRIM)	24024	550
EL8-EF (/ALMEIRIM/ETAR)	25481	700

Quadro 34 - População afluente às bacias de drenagem da rede geral de emissários

Associada à rede geral de emissários existe uma rede secundária (Figura 14) que está ligada aos dois troços principais EL1-EF e EO1-EF não evidenciando problemas a nível de capacidade de vazão das bacias de drenagem afluentes.

Quanto às redes de drenagem de nível terciário, que recolhem as águas residuais domésticas dos ramais domiciliários verificam-se diversos problemas a nível do funcionamento, sendo as situações mais preocupantes as que resultam do estado de degradação de algumas redes nas zonas mais antigas da Cidade, nomeadamente no Centro Histórico e áreas envolventes.

As águas residuais pluviais são recolhidas na rede de coletores pluviais e descarregadas nas linhas de água limítrofes. Ao contrário das redes de esgotos domésticos, não são redes muito extensas com descargas nas linhas de água urbanas próximo das bacias drenadas.

As descargas são livres, no caso das redes separativas, ou com descarregadores de tempestade quando as redes são unitárias ou mistas ocorrendo estas últimas só em caso de necessidade quando os coletores não têm capacidade de vazão em situações excecionais de fenómenos de precipitação intensa.

A. Melhoramentos

Para além dos melhoramentos contínuos por toda a cidade em função das necessidades das redes, destaca-se o novo coletor de águas pluviais na zona do B.º do Bacelo que permitiu a resolução de inundações recorrentes nas últimas três décadas e a remodelação do coletor unitário ao longo das muralhas entre as portas da Lagoa e as Portas do Raimundo.

B. Necessidades

Verifica-se a necessidade de intervenção nas redes mais antigas do centro histórico, cuja infraestrutura está em vários casos em condições de assoreamento parcial não garantindo a boa drenagem dos afluentes a montante.

Nas linhas de água que venham a ser integradas nos espaços verdes urbanos, dever-se-á procurar controlar e atenuar os efeitos das descargas clandestinas de águas sujas e as chamadas águas residuais pluviais, resultantes da lavagem dos pavimentos das áreas habitacionais e industriais.

Os eventos de precipitação intensa de curta duração que se têm vindo a verificar constituem um reflexo das alterações climáticas globais do planeta. Deve ser dada especial atenção ao planeamento urbanístico no sentido de que novas expansões devem ser compatibilizadas com as linhas de água existentes no território e que o dimensionamento das infraestruturas hidráulicas deve começar a contemplar a ocorrência cada vez mais frequente deste tipo de eventos extremos com efeitos destrutivos.

Deve ainda ser garantido a manutenção da capacidade de transporte da rede principal de emissários em coordenação com o sistema em alta, eventuais coletores das redes secundárias e terciárias já subdimensionados e os necessários às novas áreas de expansão da cidade.

- **ETAR**

Com a integração da ETAR no sistema em alta foi previsto o aumento da capacidade de tratamento desta infraestrutura para cerca de 60000 habitantes no seu horizonte de projeto, no ano 2033 cabendo à entidade gestora em alta garantir a capacidade de tratamento do caudal afluente a esta infraestrutura.

Faz-se notar que presentemente, a população residente servida pela ETAR é de 46 000 habitantes estando dentro da capacidade projetada para a ETAR. No entanto deve ser considerado a contribuição dos caudais da atividade industrial bem como da população não residente, nomeadamente estudantes e turistas, recomendando-se consulta à entidade gestora EPAL-Águas do Vale do Tejo quanto à garantia de capacidade de tratamento desta infraestrutura.

Conclusão

A cobertura da rede de abastecimento de água é muito elevada na cidade de Évora (superior a 99%), sendo, no entanto, necessário efetuar diversas obras de ampliação e renovação de condutas.

Verificando-se uma estabilização dos consumos desde 2006, a capacidade da ETA poderá, no entanto, ser insuficiente se se verificar um aumento significativo dos consumos globais.

De um modo geral, a capacidade de emissários da rede de esgotos domésticos e pluviais mantém-se adequada.

Embora se verifique uma intervenção continuada, é evidente a necessidade de renovação das redes de distribuição e de drenagem mais antigas. A este respeito, merece referência que o sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais da cidade intramuros permanece um sistema unitário.

A programação das novas expansões urbanas deve considerar os eventos de precipitação intensa que se têm vindo a verificar, designadamente ao nível do dimensionamento das infraestruturas hidráulicas e da sua compatibilização com as linhas de água existentes.

3.2.8. Mobilidade

À data, os dados desagregados mais atualizados de que se dispõe são os referidos na Estratégia de Mobilidade da Cidade de Évora, documento de 2006, que em complemento com alguma informação relativa aos censos de 2011, nos permitem apresentar uma caracterização muito sumária do tema em análise. Importa referenciar que se encontra atualmente em elaboração o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).

De acordo com a Estratégia de Mobilidade da Cidade de Évora, a taxa de motorização era, em 2006, de 1,5 automóvel por agregado familiar, sendo que 8% das pessoas não possuíam nenhum veículo

automóvel no seu agregado. Segundo a mesma fonte (inquérito realizado à população), a repartição modal nas viagens diárias fazia-se maioritariamente utilizando o transporte individual (64%), seguido do modo pedonal (25%), representando o transporte público⁸ apenas 10% das deslocações da população.

Segundo dados dos censos de 2011, apenas 4,9% da população residente empregada ou estudante utiliza meios de transporte coletivo nas deslocações pendulares, sendo a utilização de automóvel ligeiro correspondente a 73,6% e as deslocações a pé a 19,7%.

Na cidade intramuros, o número de entradas de veículos automóveis/dia era superior a 30.000 (2006), observando-se um número considerável de deslocações pedonais.

Relativamente ao PITE, e de acordo com os resultados do inquérito (EMCE 2006), 78% das deslocações diárias efetuavam-se em transporte individual e apenas 12% em transporte público.

Transporte individual

O transporte individual automóvel continua a ser dominante face a outras formas de deslocação, sendo o principal meio de transporte utilizado nas deslocações em Évora. A complexificação da distribuição das atividades económicas, dos serviços e dos equipamentos na cidade, aliado a uma deficiente resposta de alternativas, conduzem a uma utilização dominante deste tipo de transporte.

Modos suaves

- **Transporte público**

O transporte público inclui o transporte público urbano, o transporte público interurbano, os circuitos especiais e os veículos das juntas de freguesia. A rede de transportes públicos foi reorganizada na década de 1980, tendo sofrido alterações pontuais desde então. Em 2006 (EMCE) considerou-se que a rede existente não correspondia às necessidades de mobilidade da cidade de então.

Desde 2010 a empresa TREVO detém a concessão dos transportes públicos da cidade. O serviço atual da TREVO (2020) é constituído por dez linhas urbanas e pelo serviço *Linha Azul* com 214 circulações em horário. As linhas urbanas estabelecem a ligação entre os bairros periféricos e o Centro Histórico, as ligações a escolas e universidade, centro de saúde, ao PITE e ao terminal rodoviário. As dez linhas organizam-se no sentido norte-sul e este-oeste, atravessando a Cidade Intramuros (Largo Luís de Camões e Praça do Giraldo) e a Circular à Muralha. A Linha Azul, por seu turno, estabelece a ligação da Cidade Intramuros com a sua envolvente, incluindo os terminais rodoviários e ferroviários e as Unidades de Saúde.

Ainda no que respeita ao transporte público, destaca-se a requalificação da estação ferroviária que ocorreu em 2011/2012, que incluiu a modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora, a construção da passagem superior pedonal, construção do abrigo de passageiros,

⁸ Transporte público urbano e interurbano, incluindo minibus e táxis.

melhoramentos nas infraestruturas gerais, a construção de um interface com 52 lugares de estacionamento, assim como de um acesso pedonal à estação e vedação da zona da estação.

Não se dispõe de dados que permitam avaliar o impacto das melhorias realizadas neste equipamento nas deslocações efetuadas.

- **Deslocações a pé**

Tanto em 2006 como em 2011, os dados apontam para números entre os 20% a 25% nas deslocações pendulares a pé, o que evidencia uma preferência por este tipo de deslocação face ao transporte coletivo. É possível que a população estudante desempenhe um papel importante neste indicador, uma vez que a concentração de equipamentos universitários e de alojamento no Centro Histórico possibilita uma rápida e fácil deslocação entre as várias zonas da cidade.

As redes mistas (pedonal e ciclável) têm registado um aumento ao longo dos anos, existindo várias ligações mistas, destacando-se a ECOPISTA existente no antigo ramal de Mora, a ciclovia entre a Porta da Lagoa e a Porta de Aviz, e pista segregada da Avenida Rui Couto, ligando a ER114-4 – Estrada de Arraiolos ao Bairro da Malagueira, a ciclovia existente na EN380 (Estrada das Alcáçovas) e a Via Pedonal e Ciclável Norte, com ligação entre o CHE e o Bairro do Bacelo, recentemente inaugurada.

O Centro Histórico e o estacionamento

Desde a implementação do SITEE (cerca de 1990), o estacionamento tornou-se tarifado no interior do CHE, sendo maioritariamente gratuito no exterior. Em 2006, existiam 1208 lugares de estacionamento no interior das muralhas, estando a cidade intramuros organizada em oito zonas tarifadas. O número de lugares disponíveis por habitação é de 0,5 lugares/fogo, com um total de 1474 selos de *residente* atribuídos. De acordo com estes dados, era notória a falta de estacionamento para residentes.

Na Praça Joaquim António de Aguiar existe, ainda, a oferta de 117 lugares de estacionamento em parque subterrâneo.

Os parques de estacionamento periféricos ao CHE, por seu turno, possuem cerca de 2300 lugares de estacionamento, sendo, em grande parte, espaços ordenados de forma deficiente e pouco qualificados.

Os espaços pedonalizados, por seu turno, situados sobretudo intramuros, cresceram em superfície entre 2000-2006 (Praça do Sertório, Praça 1.º de Maio, Alcárcova de Baixo, Largo Álvaro Velho, Rua Miguel Bombarda).

Acessibilidade

A Câmara Municipal tem desenvolvido algumas intervenções que visam a melhoria da acessibilidade, nomeadamente a eliminação de degraus e declives, colocação de pilaretes, o incremento de áreas exclusivas para peões, marcação de lugares de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência, melhoramentos nos acessos nas imediações e interior de Estabelecimentos de Educação e Ensino.

Conclusão

A maior parte das deslocações dos habitantes da Cidade de Évora é feita utilizando o automóvel ligeiro como principal modo de transporte, maioritariamente por motivos de rapidez e comodidade, mas também por não haver uma restrição de horário inerente à sua utilização. É possível ainda constatar, a partir da análise dos inquéritos à mobilidade e dos dados recolhidos dos censos de 2011, que os habitantes de Évora optam, em segundo lugar, por deslocações a pé, quase sempre por questões de rapidez e pela reduzida disponibilidade de estacionamento existente na cidade, que, como tal, condiciona o uso do automóvel (EMCE, 2006). (NOTA: uma grande parte das deslocações diárias apresenta tempos inferiores a 15 min, compatível com o andar a pé)

No sistema de circulação e transportes, destaca-se a reorganização do transporte público em 2010. O sistema de tarifário, as condições de estacionamento automóvel periférico, a regulação e condicionamentos da circulação intramuros, permaneceram inalterados nas últimas décadas.

A estrutura urbana atual, que apresenta uma maior complementaridade centro/ periferia, a consolidação de uma rede de centralidades locais e de serviços e a afirmação de um importante polo de emprego na cidade-sul, deve ser equacionada na organização do Transporte Público.

Os modos suaves de circulação têm sido incentivados de forma gradual, com a construção de ciclovias e o aumento paulatino da área pedonal, nomeadamente no CHE. No entanto, a rede de percursos pedonais apresenta um grande *deficit*, permanecendo pouco coerente, pouco qualificada e com descontinuidades evidentes, sobretudo entre bairros e setores urbanos. Muitos dos antigos caminhos de acesso aos bairros não apresentam um perfil urbano, o mesmo acontecendo com parte da Circular à Muralha.

O Centro Histórico apresenta uma oferta de estacionamento desadequada, sendo necessário rever todo o sistema instalado, através da redefinição de zonas de estacionamento e tipo de oferta e da requalificação dos parques de estacionamento periféricos.

A nível das principais infraestruturas viárias na cidade de Évora, cuja estrutura será desenvolvida no capítulo destinado à Rede Viária, constata-se que a inexistência de um segundo eixo circular (grande circular incompleta) de distribuição, dificulta a mobilidade interna, verificando-se na envolvente à muralha o principal eixo de atravessamento da cidade (deslocações norte/sul ou este/oeste).

Verifica-se ainda a fraca permeabilidade entre setores urbanos, nomeadamente entre a Cidade Este e a Cidade Sul.

3.2.9. Património

O património arquitetónico, arqueológico e urbanístico da cidade de Évora é composto por bens classificados nos termos da legislação nacional, e por Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial e Pequenos Conjuntos ou Elementos de Valor Patrimonial, listados em sede dos instrumentos de gestão do território, que não sendo classificados individualmente, podem incluir bens classificados, tais como Monumentos Nacionais (MN), Monumentos de Interesse Público (MIP) e Imóveis de Interesse Concelhio (IIC).

Observando-se o PUE, os elementos patrimoniais estão organizados da seguinte forma:

Os Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial que incluem:

- Centro Histórico de Évora (MN)
- Zona Verde Monumental⁹
- Zona de Urbanização N.º1 – Núcleo Inicial
- Bairro da Malagueira

Os Pequenos Conjuntos ou Elementos de Valor Patrimonial que incluem:

- Imóveis Classificados (MN, IIP e IVC¹⁰)
- Edificações de Valor Patrimonial (E1, E2 e E3)
- Zonas Verdes de Valor Patrimonial (V1)
- Zonas de Vestígios Arqueológicos (A)
- Elementos Pontuais de Valor Patrimonial (P)
- Fachadas de Valor Patrimonial (F1 e F2)

Ainda de acordo com o PUE, no Anexo I - Inventário do Património, encontram-se listados **247 elementos** com a seguinte distribuição:

- MN – 24 elementos
- IIP - 17 elementos
- IVC – 1 elementos
- E1 – 56 elementos
- E2 – 56 elementos
- E3 – 40 elementos
- V1 – 4 elementos (+ 6 associados a outras categorias, entre os quais 1 elemento V2)
- A2 – 2 elementos

⁹ A Zona Verde Monumental foi excluída em grande parte do PU com a alteração de 2011, tendo em conta que a Área Agrícola Envolvente à Cidade passou a ser regulada pelo PDME.

¹⁰ Designações alteradas, entretanto (MN, MIP e IIM), de acordo com a legislação em vigor (DL 309/2009 de 23 de Outubro, com alterações).

- A3 – 8 elementos
- P – 39 elementos

Do conjunto de elementos listados, 191 encontram-se na cidade intramuros e 56 na cidade extramuros.

Na cidade intramuros localizam-se 36 elementos classificados, onde 23 correspondem a Monumentos Nacionais e 13 a Imóveis de Interesse Público. Encontram-se ainda 128 Edificações de Valor Patrimonial (E1, E2 e E3), 1 Zona de Vestígios Arqueológicos (A2), 25 Elementos Pontuais de Valor Patrimonial (P) e 1 Zona Verde de Valor Patrimonial (V1 e V2) existindo mais 2 registos associados a outras categorias.

Na cidade extramuros localizam-se 6 elementos classificados, dos quais 1 corresponde a Monumento Nacional, 4 a Imóveis de Interesse Público e 1 a Imóvel de Valor Concelhio. Encontram-se ainda 24 Edificações de Valor Patrimonial (E1, E2 e E3), 9 Zonas de Vestígios Arqueológicos (A2 e A3), 14 Elementos Pontuais de Valor Patrimonial (P) e 3 Zonas Verdes de Valor Patrimonial (V1 e V2) encontrando-se mais 4 registos associados a outras categorias.

As referências ao património no Relatório do PUE referem-se sobretudo à cidade intramuros, conjunto classificado, e aos grandes conjuntos de valor patrimonial. O património não classificado está sujeito a normas específicas no regulamento do plano, incluindo os grandes conjuntos de valor patrimonial, assim como a imagem do Centro Histórico de Évora, através de um sistema de proteção de vistas.

Observando a legislação nacional e de acordo com o DL 309/2009, de 23 de outubro de 2009, os “Imóveis de Valor Concelhio” (IVC), designam-se de “Imóveis de Interesse Municipal” (IIM) e os “Imóveis de Interesse Público” (IIP) de “Monumentos de Interesse Público” (MIP), não tendo esta alteração sido refletida nas classificações utilizadas no PUE atualmente em vigor.

Para além dos elementos listados, os seguintes imóveis foram entretanto classificados: a Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Remédios (MIP), Pórtico do Antigo Convento de S. Domingos (MIP), Chafariz dos Leões (MIP) e Chafariz das Bravas (MIP). Estes devem ser adicionados ao Inventário do Património bem como as respetivas servidões administrativas (Fonte DGPC).

Por outro lado, o Chafariz da Fonte Nova indicado como IVC não se encontra classificado, não possuindo atualmente qualquer proteção de natureza legal (imóvel classificado) ou administrativa (em sede de instrumento de gestão do território).

Por último, destaca-se, que a listagem do Inventário não refere conjunto classificado o Centro Histórico como Monumento Nacional.

Grandes conjuntos de valor patrimonial

- **Centro Histórico de Évora**

O Centro Histórico de Évora corresponde à designada cidade intramuros delimitada na sua quase totalidade pelo sistema defensivo medieval e moderno, que durante séculos correspondeu ao limite da cidade. Com uma área aproximada de 100 ha, é constituído por cerca de 250 quarteirões e 3200 edifícios, apresentando o tecido urbano intramuros uma grande heterogeneidade formal e de épocas

de construção, sendo o resultado dum processo continuado de alterações, reconstruções, remodelações, ou recomposições. O Centro Histórico de Évora constitui o centro tradicional da cidade, centro simbólico, cultural e administrativo, o seu principal polo de comércio e serviços e um dos dois principais polos de emprego.

A cidade intramuros está sujeita a regulamentação específica no âmbito do PUE.

- **Outros grandes conjuntos**

A Zona de Urbanização N.º 1 (Núcleo Inicial) é uma área predominantemente residencial, onde os imóveis se encontram globalmente em bom estado de conservação e onde se verificou nos últimos anos uma dinâmica de reabilitação dos edifícios.

O Bairro da Malagueira (Núcleo Inicial) é uma área predominantemente residencial, onde se observa a tendência para uma certa rotatividade da população residente. Existem alguns edifícios degradados e conjuntos edificados inacabados.

Em relação à Zona Verde Monumental, apenas a área envolvente ao Forte de Santo António se mantém no interior do perímetro urbano¹¹.

Estado de conservação dos imóveis classificados

Observam-se alguns imóveis classificados que apresentam deficiente estado de conservação, apresentando diversos níveis de risco, tais como: Sé Catedral (cabeceira), Igreja das Mercês (em recuperação ao nível estrutural), Convento do Calvário, Igreja de Santa Clara, Fachada da Igreja da Graça, troços das Muralhas de Évora, pontos críticos nalguns troços do Aqueduto da Água da Prata.

Os imóveis classificados são propriedade de diversas entidades, quer públicas (pública estatal e pública municipal), quer privadas, com destaque para a Igreja Católica (que é igualmente usufrutuária de diversos edifícios religiosos classificados).

Os imóveis classificados estão, na sua maioria ocupados e afetos a diversos usos, incluindo o culto religioso, equipamentos coletivos (sociais, culturais e educativos), unidades hoteleiras e associações. As muralhas e sistema defensivo, as fontes e chafarizes, não têm uma utilização corrente, permanecendo como elementos valorizadores dos espaços urbanos.

Foram realizadas ao longo das últimas décadas diversas intervenções no património classificado, da responsabilidade de diversas entidades. As principais intervenções realizadas foram as seguintes: Sé Catedral (zimbório e cobertura do claustro), Templo Romano, Igreja de S. Francisco, Paços de Évora

¹¹ A Zona Verde Monumental é constituída por diversos espaços e monumentos classificados, com destaque para o Aqueduto da Água da Prata, verdadeiro elemento de ligação entre todos eles. Os imóveis classificados (Forte de Santo António, Igreja da Cartuxa, Mosteiro de S. Bento de Cástris) apresentam estado de conservação variável. O primeiro acolhe uma casa sacerdotal, a segunda está afeta a uso monástico e o último está afeto à DRCALEN e tem acolhido eventos de carácter cultural. As quintas antigas integradas nesta zona apresentam utilizações e também estados de conservação diversos, observando-se algumas situações de degradação dos elementos construídos e de quase abandono.

(Palácio de D. Manuel, a decorrer), Palácio de S. Miguel, Casas Pintadas (parte do Palácio da Inquisição), Colégio do Espírito Santo, Chafariz do Rossio, Chafariz da Praça do Giraldo, Chafariz da Porta de Moura, Igreja da Misericórdia, Ermida de S. Miguel do Castelo, Igreja de Santo Antão, Teatro Garcia de Resende, Janelas do antigo Paço dos Sepúlveda, Torre do Salvador.

Evolução de políticas e regulamentação

Ocorreram diversas inovações a nível legislativo nas últimas duas décadas, assim como alterações aos diplomas legais aplicáveis à salvaguarda do património cultural. Neste âmbito, devemos destacar que o conjunto classificado como Património Cultural da Humanidade Centro Histórico de Évora é considerado Monumento Nacional, nos termos da “Lei de Bases do Património Cultural” – a Lei 107/2001, de 8 de setembro, com implicações ao nível da sua gestão e salvaguarda. Merece ainda referência a entrada em vigor da legislação de desenvolvimento da referida Lei 107/2001, de 8 de setembro, como o DL 140/2009, de 15 de Junho (regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções nos bens culturais classificados) - e DL 309/2009, de 23 de Outubro – regime jurídico do plano de pormenor de salvaguarda, das zonas especiais de proteção e conteúdo dos conjuntos classificados.

A gestão de um Centro Histórico classificado deve obedecer aos princípios e orientações expressos nas cartas e convenções internacionais, aprovadas no âmbito da UNESCO e do ICOMOS. Ao nível nacional entrou em vigor na última década um conjunto de normas legais que incidem sobre os conjuntos históricos, com destaque para a legislação de desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, já referida, assim como a legislação no âmbito da edificação e reabilitação urbana, que incide sobre a cidade intramuros, e que sofreu diversas inovações e alterações, destacando-se o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU -DL 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, 14 de Agosto), e o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE – DL 555/99, de 16 de Dezembro e sucessivas alterações - disposições sobre trabalhos de conservação).

Listagens e inventários

Foram realizados nas últimas décadas diversos estudos temáticos e inventários, quer ao nível do património arquitetónico, quer ao nível do património arqueológico, particularmente focados na cidade intramuros. A este respeito, destaca-se o Inventário do Património Arquitetónico desenvolvido no âmbito do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, DGPC/Ex. DGEMN), organizado em inventário de monumentos e em inventário de conjunto do Centro Histórico de Évora (IPACHE). Este último foi posteriormente complementado através da “Carta de Valores Patrimoniais do CHE”, realizada pelos serviços municipais (em finalização). Estes estudos e inventários identificam e descrevem outros elementos e imóveis de valor patrimonial, assim como muitos imóveis, que não podendo ser considerados construções notáveis, possuem elementos de valor patrimonial, sejam elementos de antiguidade, sejam características ou elementos estruturais e decorativos de interesse arquitetónico. A este respeito, deve referir-se que o Inventário Artístico do Concelho de Évora, trabalho de referência da autoria de Túlio Espanca (1966), identifica muitos imóveis com elementos

de interesse ou com referências de antiguidade (notas históricas) não identificados em sede de plano. Em face do referido, conclui-se que a listagem de elementos constante da planta de património do PUE deverá ser atualizada /complementada.

O património arqueológico deverá ser alvo de estudo e eventual prospeção, de forma a identificar elementos de valor arqueológico e delimitar áreas de sensibilidade arqueológica. A cidade intramuros apresenta uma grande riqueza ao nível do subsolo e uma complexa estratificação por períodos de ocupação, existindo uma proposta de carta de sensibilidade arqueológica que deverá ser revista.

Sistema de proteção de vistas

O Sistema de Proteção de Vistas está em vigor desde 1979, aquando da aprovação do PDM. Os três cones visuais consistem em planos definidos por pontos (de tomada de vista) e pelos alinhamentos (em altimetria) do coroamento das muralhas e são os seguintes:

- Alto de S. Bento – Vista de conjunto sobre o setor ocidental intramuros e grande parte da Cidade Extramuros (Zona Norte, Sul e Oeste), abarca grande parte da chamada Plataforma de Évora, circunscrita pela Serra D'Ossa e Serra de Portel-Mendro e assim como a Zona Verde Monumental ao longo do Aqueduto, incluindo a Cerca da Cartuxa.
- Espinheiro – Vista de conjunto sobre o setor norte intramuros, assim como a zona norte da cidade, incluindo o Aqueduto e o Forte de Santo António (remete para gravura do século XVII).
- Estrada do Redondo / Alto da Boa Morte – Vista de conjunto sobre o setor Norte e Nascente Intramuros, assim como as correspondentes zonas extramuros.
- Estrada de Beja – Vista de conjunto sobre o setor Este da Cidade Intramuros e Extramuros.
- Estrada de Viana – Vista de conjunto sobre o setor Sul da Cidade Intramuros e Extramuros.

A este respeito e tendo como base uma proposta de delimitação da ZEP/Zona Tampão do CHE, na cidade de Évora e onde o sistema de proteção de vistas foi avaliado, observem-se:

- Vistas do conjunto, de grande distância,
- Vistas parciais da colina da cidade, de maior proximidade.

Tipo de tomadas de vista em Évora:

- Pontos de vista / cones visuais – ponto fixo;
- Eixos visuais / corredor visual;
- Eixo de contemplação – corredor radial ou circular com panorâmica contínua.

A avaliação efetuada utilizou simulações das volumetrias edificadas admissíveis pelo plano e, o respetivo enquadramento a partir dos pontos de vista selecionados. Esta simulação permitiu concluir da adequação global dos parâmetros urbanísticos definidos. Considerando que as vistas sobre o Centro Histórico devem constituir um dos elementos de análise para a proteção e preservação da imagem do Centro Histórico face à malha urbana da cidade, este sistema deve ser alvo de melhor avaliação e, eventualmente, revisão.

Conclusão

O património edificado tem sido um elemento valorizador e valorizado na cidade de Évora, constituindo um elemento estruturador do ordenamento do território. O património edificado é fruído pela comunidade, estando diversos bens classificados afetos a usos socialmente relevantes, designadamente apropriado por equipamentos coletivos (educativos, culturais, sociais, administrativos, religiosos e hoteleiros). Sendo a propriedade destes bens partilhada entre diversas entidades, observaram-se ao longo das últimas décadas diversas intervenções de conservação e restauro, na grande maioria dos bens classificados, que afirma o seu papel na vida da cidade. Persistem, no entanto, bens patrimoniais que apresentam deficiente estado de conservação e situações de algum risco, que devem ser tidas em consideração na definição das políticas para o património cultural.

A listagem de elementos constituintes das plantas de património e listagens anexas ao regulamento do plano devem ser atualizadas e complementadas, tendo em conta os estudos e inventários realizados. O sistema de proteção de vistas existente deve ser avaliado e revisto e, eventualmente, complementado.

O património arquitetónico, arqueológico e urbanístico deve ser alvo de propostas (políticas) por parte do plano, para além dos grandes conjuntos e do sistema de proteção de vistas, com orientações e ações a integrar no Programa de Execução (investimento).

3.2.10. Cidade Intramuros

Conforme referido, o Centro Histórico de Évora corresponde à chamada cidade intramuros delimitada na sua quase totalidade pelo sistema defensivo medieval e moderno, que durante séculos constituiu o limite da cidade. Com uma área aproximada de 100 ha, o tecido edificado de génese maioritariamente medieval, é composto aproximadamente por 250 quarteirões e 3200 edifícios.

Distribuição espacial

A cidade intramuros apresenta uma forma radioconcêntrica, sendo os elementos radiais, as artérias que se dirigem às portas da muralha, o dominante. Os quarteirões compreendidos entre estas artérias

são delimitados por travessas que lhes são perpendiculares, o que origina um conjunto de malhas aproximadamente regulares. O núcleo interior da Cerca Velha, situado no topo da colina, correspondente à antiga cidade romana e islâmica, diferencia-se morfologicamente da restante cidade antiga pelos traçados irregulares, produto de uma longa sedimentação histórica, pela diversidade do edificado, pela presença de grandes imóveis e espaços abertos. A Praça do Geraldo, centro social e simbólico da cidade, integra-se num eixo de atravessamento noroeste-sudeste, entre a Praça Joaquim António de Aguiar e a Porta de Moura, que apresenta a principal concentração de comércio e serviços. O padrão espacial das funções é condicionado pela morfologia, e neste sentido o comércio e os serviços localizam-se nas principais artérias em redor da Praça do Geraldo e entre esta e as portas da muralha, ao longo das artérias de penetração.

O carácter multifuncional da cidade intramuros revela-se na afetação dos usos por edifício. Com efeito, de acordo com o IPA 2005-2007 (Oliveira et al, 2013), 73,5% dos imóveis possuem um único uso, 26,5 % possuem utilizações diversas, (eventualmente comércio, serviços e habitação), 54% dos imóveis tinham utilização residencial, 5,1% comércio e serviços e 0,8% acolhem organismos e serviços públicos.

A função habitacional concentra-se nos setores urbanos compreendidos entre a *Cerca Nova* e a *Cerca Velha*. A densidade populacional é mais elevada a norte, na antiga freguesia de S. Mamede, e nos setores Poente e Nascente da Cidade Intramuros. O núcleo interior à *Cerca Velha* é ocupado sobretudo por monumentos, administração e serviços públicos. O terciário ocupa *grosso modo* 18% da área da Cidade Intramuros (PUE, 1995). Relativamente ao comércio e aos serviços distinguem-se quatro subáreas (Salgueiro et al, 2007) (ver Figura 15):

- Interior da *Cerca Velha* - concentração de serviços, administração pública, equipamentos culturais, incluindo a praça do Sertório e rua de Olivença;
- Eixo principal de comércio e serviços – correspondendo ao principal atravessamento do CH, em grande parte pedonalizado, que se prolonga para sul da Praça do Geraldo, nas ruas da Moeda, Mercadores, Raimundo, Bernardo de Matos, Romão Ramalho e travessa dos Fusos;
- Rua de Aviz – constitui o eixo popular de comércio e serviços, também com características de centro de bairro;
- Rua 5 de Outubro – concentração de artigos de artesanato, direcionados para o visitante.

Paralelamente ao centro principal de comércio e serviços, a chamada área de transição é constituída por um conjunto de artérias envolventes ao centro principal, onde se conjugam funções típicas do centro principal com funções de proximidade, não constituindo, no entanto, um centro intermédio (Simplício et al, 2003), como acontece na Rua de Aviz (Figura 15), Rua Cândido dos Reis, Largo de Santa Catarina, Rua Miguel Bombarda, Rua da Misericórdia, Porta de Moura, Rua da República, Rua do Raimundo e Rua Romão Ramalho.

Podem também ser identificados outros núcleos de comércio e serviços, nomeadamente em redor do Largo 1.º de Maio e do mercado municipal, assim como do Largo de Aviz e Rua do Muro (antigo centro de proximidade em mutação), comércio de proximidade nas ruas de Machede e Mendo Estevens, com menor densidade a algum perfil de proximidade na Rua do Cano e Largo do Chão das Covas, troços inferiores da Rua Serpa Pinto e Rua D. Augusto Eduardo Nunes.

O comércio apresenta uma lógica e distribuição axial ao longo dos eixos principais e ainda nalguns “espaços centrais” dos setores habitacionais. Os serviços apresentam uma localização menos axializada do que o comércio, com preferência pela Praça do Geraldo e vias imediatamente envolventes (PUE, 1994). Os bancos, seguros e advogados concentravam-se em redor da área mais central, ou seja, da Praça do Geraldo.

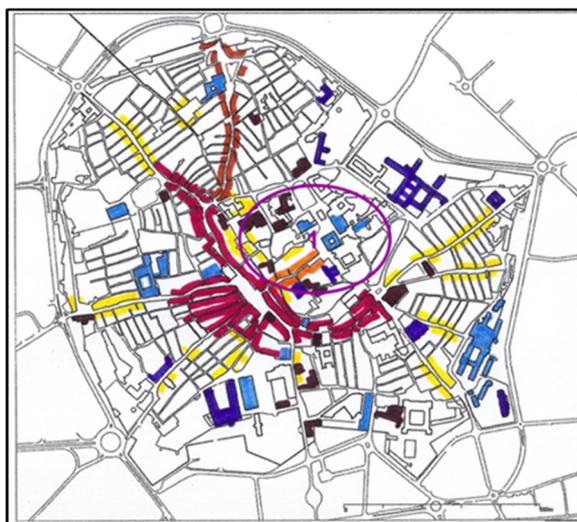
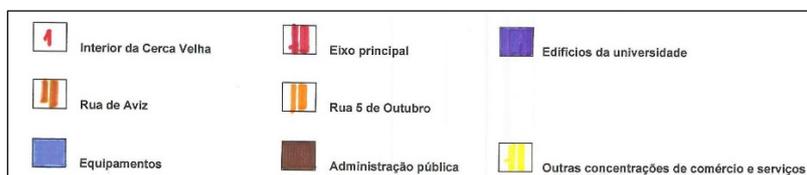


Figura 15 - Localização de comércio e serviços no CHE – Fonte: Miranda, 2014



Caracterização geral

O número de alojamentos na cidade intramuros era de 4364 em 2011 (sendo este valor de 3893 em 2001 e 3949 em 1991).

A Cidade Intramuros regista uma diminuição acentuada no número de alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual na ordem dos 22%, mas por outro lado, um crescimento no número total de alojamentos na ordem dos 10%, dinâmica que, conforme já referido no capítulo relativo ao alojamento, poderá eventualmente refletir o crescimento do alojamento para estudantes, do alojamento de segunda residência e, em menor expressão, de operações de emparcelamento.

Entre 2002 e 2012 ocorreram treze construções novas e 42 intervenções referentes a ampliações, alterações e reconstruções (ver Quadro 14).

A avaliação da evolução do estado de conservação dos edifícios apoia-se em diversas fontes e dados da responsabilidade de entidades distintas, utilizando métodos de recolha de informação e critérios também distintos. Não obstante, os dados de que dispomos apontam para uma melhoria progressiva

das condições de habitabilidade dos fogos, nomeadamente no respeitante às carências em termos de esgotos, água corrente e instalações sanitárias.

Em meados da década de 1970 tornou-se evidente um processo progressivo de degradação física e social da cidade intramuros (Carvalho, 1990). A existência de muitos edifícios em mau estado de conservação foi considerada o principal problema do CH (PDM, 1980). A partir dos anos 1980 assistiu-se a um esforço de reabilitação, que resultou na melhoria do estado de conservação dos edifícios e das condições de habitabilidade (Simplício, 1997). Em 1978, 45% dos edifícios no CH encontravam-se em mau estado, sobretudo edifícios antigos com deficientes condições de habitabilidade, ocupados por uma população envelhecida e de poucos recursos. Naquela data 40% dos fogos não dispunham de instalação sanitária completa (PDM, 1980). Entre 1985 e 1994 registou-se uma melhoria significativa do estado de conservação dos edifícios, tendo em conta o levantamento efetuado das condições de conservação exterior dos mesmos (Simplício, 1997).

Um inquérito realizado às condições de habitabilidade em 2001 concluiu que cerca de 14,2% dos alojamentos tinham carências de equipamento e que 25% dos edifícios necessitavam de intervenções globais (Oliveira et al, 2003).

De acordo com o inventário do património arquitetónico (IPA, 2005-2007) cerca de 18% dos edifícios apresentavam-se em mau estado e em ruína, tendo cerca de 12,5% más condições de habitabilidade.

Os dados do INE demonstram uma melhoria das condições de habitabilidade entre 2001 e 2011 tendo em conta as carências de infraestruturas e equipamento. O número de alojamentos sem retrete constituiu em 2011 cerca de 10% do valor de 2001, o número de alojamentos sem banho era em 2011 cerca de ¼ do correspondente de 2001, sendo que neste período o número de alojamentos foi constante (INE, 2001). Em 2011 2,61% dos edifícios encontravam-se em mau estado ou necessitavam de grandes reparações (ver Quadro 35).

Freguesias	2001					2011				
	N.º alojamentos familiares clássicos	Res. hab sem água	Res. Habit. sem retrete	Res. Habit. sem esgotos	Res. Habit. sem banho	N.º alojamentos familiares clássicos	Res. Hab. sem água	Res. Habit. sem retrete	Res. Habit. sem esgoto	Res. Habit. sem banho
Santo Antão	661	2	37	1	61	689	2	3	2	23
São Mamede	921	1	23	1	85	900	3	3	1	23
Sé/São Pedro	902		53	0	89	835	2	4	1	24
CH	2484	3	113	2	235	2424	7	10	4	70

Quadro 35 - Condições de habitabilidade dos alojamentos

Fonte: INE

Foi efetuado um levantamento do estado de conservação dos imóveis intramuros, entre abril e julho de 2015 (CME/DORU), com base na observação direta externa, daqueles que apresentavam sinais de se encontrarem devolutos. A avaliação do seu estado de conservação foi graduada em: Bom; Razoável; Mau; Ruína e ainda os que se encontravam em obra. Dos 1026 registos (32,7% do total de edifícios do CH) constatou-se: 76 (7,4% dos observados) em bom estado de conservação; 604 (58,9%) razoável; 173 (16,9%) mau; 56 (5,5%) em ruína. Em obra, 17 (1,7%). Resulta do observado que 7,3% dos edifícios do CH se apresentam em muito mau estado de conservação e alguns em ruína.

Concluindo, os diversos indicadores apontam para uma evolução positiva do estado de conservação dos edifícios e sobretudo para uma melhoria do seu equipamento, logo das condições de habitabilidade, com destaque para os dados do INE. A realidade atual difere muito da retratada na década de 1970.

A população residente no CH está em declínio há sete décadas (4738 em 2011, ou seja aproximadamente 1/4 do número de 1940 - 18 000 habitantes) (ver Quadro 1). O envelhecimento continuado da população residente foi contrabalançado parcialmente com a instalação de novos residentes, facto demonstrado pelo aumento da população com nível de ensino superior, entre 1981-2001, pela diminuição do índice de envelhecimento entre 2001-2011, assim como pela população presente, em grande parte constituída por estudantes universitários. O rácio residente/fogo permanece muito inferior ao rácio global da área urbana - 1,1 para 2,0 - o que indicia uma subutilização do edificado. A não estabilização da população residente e o seu contínuo envelhecimento será a principal causa desta subutilização (Boavida-Portugal, 2003).

Atividades e usos do solo

Os dados de análise das funções do CH de que dispomos são de diversas proveniências e foram obtidos de acordo com diferentes metodologias. No entanto, afigurasse-nos possível a análise comparativa dos levantamentos funcionais efetuados em 1985, 1995 e 2006 (nesta última data com metodologia e categorização diferente) (ver Figura 16).

O número de funções existentes na cidade intramuros, de acordo com a nossa estimativa é de 102 para um total 880 unidades funcionais. Os dados recolhidos permitem-nos afirmar que o CH apresenta uma grande diversidade de funções e número de unidades funcionais. As funções não especializadas têm algum significado (18 no total), mas as pouco especializadas são as mais numerosas (59). As funções especializadas (16) são relevantes na cidade - tribunal, radiologia e ecografia, conservatória comercial, lar de crianças e jovens, conservatória predial, conservatória civil, conservatória notarial, repartição de finanças, posto de turismo, loja de instrumentos musicais, agência de viagens, posto policial, Câmara Municipal. As funções muito especializadas (9) são igualmente relevantes na cidade - hospital geral, centro de reabilitação, TAC, centro de emprego, museu e galeria de arte, teatro, ensino superior, biblioteca. É evidente o carácter público ou institucional da maioria das funções descritas.

Os dados de que dispomos demonstram um crescimento assinalável das unidades funcionais relacionadas com os serviços entre 1985-95, e uma diminuição do número de unidades de comércio e serviços entre 1995-2006, sendo mais acentuada no caso do comércio - 568 para 375 (ver Figura 17).

No entanto, a análise do levantamento funcional de 2006 concluiu que os encerramentos de estabelecimentos de comércio e serviços na cidade não apresentavam nenhum padrão espacial claro (Salgueiro et al, 2007). Logo, não há indício de um padrão de transferências de unidades do CH para a periferia.

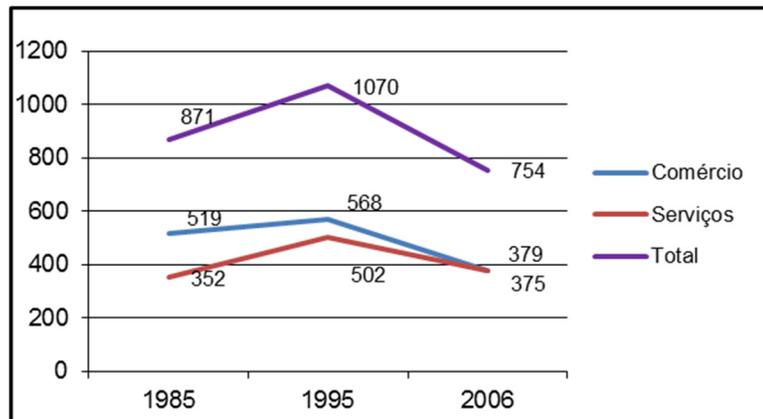


Figura 16 - Evolução do comércio e serviços no CH
(Fonte: levantamentos funcionais de 1985, 1995 e 2006)

A síntese das dinâmicas funcionais e da evolução do estado de conservação da cidade intramuros (Quadro 35 e Figura 17) permite-nos retirar algumas conclusões.

Com efeito, a partir da década de 1980 ocorreu uma melhoria gradual do estado de conservação dos edifícios e das condições de habitabilidade, coincidente com um ciclo de terciarização e de diminuição da população residente, ao mesmo tempo que a população estudantil presente terá compensado parcialmente a diminuição da população permanente (ver Figura 17). Esta conjugação de fatores terá reforçado a multifuncionalidade através do investimento renovado no CH.

A diminuição da população poderá ter tido, num primeiro momento, um impacto positivo nas condições de habitabilidade intramuros, visto que resultou também do nível de sobreocupação anterior (10% dos fogos em 1978 - PDM, 1980) e da procura de melhores condições de habitabilidade extramuros, viabilizando intervenções de reabilitação.

A terciarização, por seu turno, foi promovida e regulada pela ação municipal e resultou da convergência das dinâmicas do setor privado e do crescimento do setor público, pelo que terá tido um impacto virtuoso, demonstrando a importância das funções centrais para a revitalização da cidade histórica. O declínio de algumas atividades – armazéns, oficinas, comércio alimentar - também pode ter sido positivo, favorecendo a implantação de usos mais qualificados, logo de intervenções de reabilitação. O despovoamento e a terciarização não são necessariamente fenómenos negativos e podem ser, dentro de determinados limites, geradores de novos equilíbrios, novos investimentos e novas atividades.

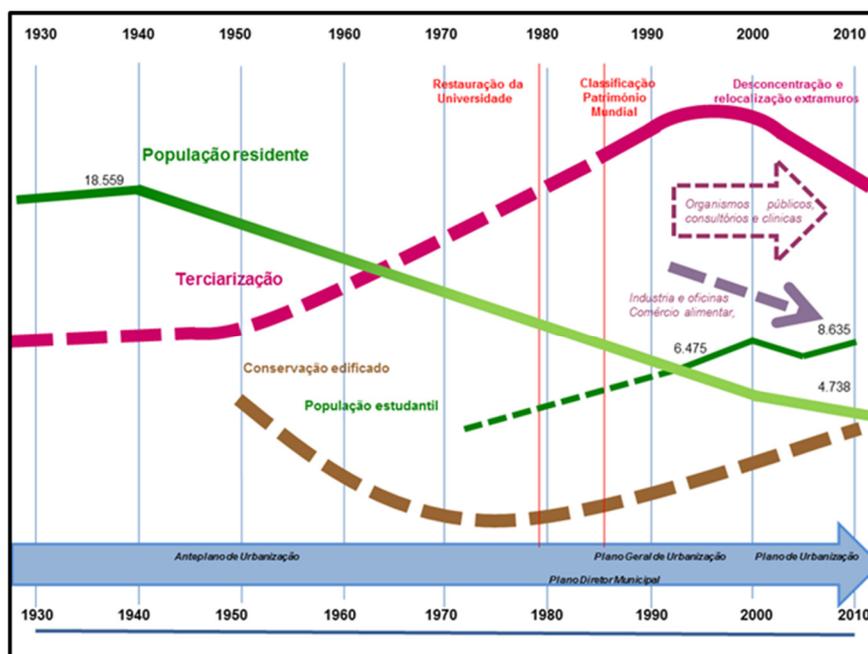


Figura 17 - Dinâmicas da população e habitação na cidade intramuros (Miranda, 2014)

O centro da cidade

A população residente intramuros constitui pouco mais de 11% da população da área urbana, sendo a densidade populacional, 42 hab/ha, superior à da área urbana, 28 hab/ha, logo reveladora de uma maior densidade característica dos tecidos urbanos antigos.

Relativamente à distribuição espacial da atividade económica na cidade e tendo em conta os dados de que dispomos, a cidade intramuros mantém-se como principal local de concentração de empresas, com mais de 1/3 do total existente na cidade (Quadro 36). Merece referência a distribuição do comércio a retalho, tendo em conta que quase metade dos estabelecimentos se localizava no Centro Histórico em 2007 (Quadro 37) (o comércio a retalho é um indicador de centralidade). A importância da atividade turística observa-se pela proporção do número de unidades de alojamento existentes intramuros (58% do total do concelho em 2013).

	Val. absolutos	Percentagem
Centro Histórico	2055	36,56%
Cidade Norte	814	14,48%
Cidade Este	720	12,81%
Cidade Sul	1095	19,48%
Cidade Oeste	937	16,67%
Total	5621	

Quadro 36 - Número de empresas por freguesia em 2011

Fonte 2011 - Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE

	CH val. Absl.	Extram. val absol	Total val absol	CH %
Comércio retalho	375	384	759	49,4
Serviços	462	557	959	41,9
Espaços vagos	64	156	220	29,1
Total	841	1097	1938	43,4

Quadro 37 - Estabelecimentos por ramo de atividade, 2006

Fonte: Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na Cidade de Évora, GECIC-FLUL, 2007

	Principais organismos públicos		Equipamentos de utilização coletiva	
	Val. absolutos	%	Val. absolutos	%
Centro Histórico	33	58,90%	73	36,10%
Cidade extramuros	23	41,10%	129	63,90%
Total	56	100%	202	100%

Quadro 38 - Principais organismos públicos e equipamentos de utilização coletiva, 2013

Fontes: Levantamento e tratamento do próprio e Carta de Equipamentos de Évora, CME 2013

A localização dos principais organismos e serviços públicos na cidade, nomeadamente dos serviços desconcentrados da Administração Central, incluindo diversas direções regionais, demonstra uma vez mais a centralidade funcional da cidade intramuros, apesar da transferência de alguns serviços para a cidade extramuros. Relativamente aos equipamentos de utilização coletiva, embora a maioria destes se localize extramuros, o CH apresenta a maior concentração de entre as cinco zonas urbanas analisadas. Merecem particular destaque os equipamentos do domínio da cultura e recreativos, do domínio da justiça, educativos e os equipamentos do domínio da segurança social. Ao nível da saúde merece referência o Hospital de Évora.

A distribuição de emprego na área urbana, de acordo com os dados disponíveis, sofreu uma evolução assinalável nas últimas décadas. Em 1978 a cidade intramuros concentrava cerca de 62% dos postos de trabalho¹². Os dados da última década¹³, e tendo em conta a sub-representação do emprego público, indiciam a existência de um outro importante polo de emprego a sul (PITE e Parque Industrial da Horta das Figueiras) para além do CH¹⁴ (Quadro 39).

¹² Inquérito à distribuição dos postos de trabalho na área urbana de Évora elaborado no âmbito da preparação do PDM.

¹³ Dados que podem não contar com a totalidade do emprego público, estando no CH localizados grandes empregadores, como a universidade e o hospital.

¹⁴ Os dados do emprego apresentados levantam-nos algumas reservas devido à variação destes na Freguesia da Sé e S. Pedro num período de oito anos, parecendo-nos que os dados de 2011 serão mais realistas.

	2003		2011	
	Val.	%	Val.	%
Centro Histórico	8220	59,87%	5055	35,48%
Cidade Norte	771	5,61%	710	4,98%
Cidade Este	541	3,40%	576	4,04%
Cidade Sul	2688	19,58%	6316	44,33%
Cidade Oeste	1508	10,98%	1589	11,15%
Total	13728		14246	

Quadro 39 - Número de pessoas ao serviço nas freguesias urbanas de Évora

Fonte: Quadros de Pessoal, GEE, Ministério da Economia¹⁵

Evolução, principais políticas, projetos e intervenções

A partir da década de 1930 as políticas dirigidas ao conjunto arquitetónico intramuros procuraram manter a imagem tradicional da cidade e controlar a envolvente dos monumentos. Évora foi encarada como uma cidade histórica a preservar, não se pretendendo conservar globalmente um conjunto edificado, mas controlar urbanisticamente uma cidade antiga constituída por um grupo notável de monumentos históricos (Pereira, 2002).

Com a instituição do poder local democrático, após 1977, iniciou-se uma abordagem integrada da cidade intramuros, considerada como um conjunto dotado de valor patrimonial. Tendo como base o Programa de Recuperação do Centro Histórico (1982) implementou-se uma estratégia focada na reabilitação e na revitalização económica, cultural e social, recusando-se abordagens meramente conservacionistas, evitando-se a musealização.

A preocupação com a manutenção da multifuncionalidade e das funções tradicionais da cidade intramuros foi uma constante, assim como a valorização da função habitacional e a permanência da população residente. Favoreceu-se o reforço da presença da Administração Pública, dos equipamentos de utilização coletiva, com destaque para os colégios e residências universitárias, da hotelaria, promovendo-se a transferência dos usos incómodos (como a indústria geradora de poluição ou fluxos). O apoio ao comércio tradicional efetuou-se através da valorização dos espaços públicos que constituem os eixos principais e pela implementação de programas de apoio direto à modernização dos estabelecimentos.

O controlo da terciarização fez-se através de uma forte restrição no âmbito do PUE (2000) à alteração do uso habitacional para comércio e serviços, como forma de promover a habitação intramuros. Este condicionamento pode ser considerado um constrangimento à modernização da atividade comercial

¹⁵ O número de pessoas ao serviço dos “mapas de pessoal” são apurada por “estabelecimento” e referem-se ao emprego formal privado localizado na freguesia, ou seja, nem emprego familiar: agricultura, comércio, serviços pessoais, não inclui habitualmente o emprego público.

intramuros, pelo impedimento da ocupação dos andares superiores dos edifícios. Paralelamente, o plano canaliza as grandes superfícies para a cidade extramuros (zonas industriais).

A nível da habitação merecem destaque intervenções em grandes edifícios, incluindo a sua divisão, proporcionando uma oferta de fogos de padrões correntes, assim como a construção de novos edifícios destinados a habitação coletiva, alguns dos quais com usos mistos. As intervenções de reabilitação do edificado no âmbito de programas públicos orientados para a habitação circunscreveram-se a ações isoladas, edifício a edifício, não tendo ocorrido intervenções de reabilitação sistemática, coordenada ou integrada. Os principais espaços públicos foram intervencionados e a modernização das infraestruturas foi igualmente prosseguida, nomeadamente nas redes de água e saneamento, persistindo, no entanto, um défice de cobertura no gás natural e nos sistemas de transmissão de dados.

Na década de 2000 são intervencionadas:

- as ruínas e vestígios do antigo convento de S. Domingos; Palácio dos Sepúlvedas (instalação de unidade hoteleira); antigo Celeiro Comum; em 2003 / 2004 - o restauro da Catedral abrangeu a cobertura do claustro e o zimbório (IPPAR); a Igreja de Santa Marta e a Igreja de Santo Antão são alvo de campanhas de restauro da responsabilidade da paróquia;
- 2000/2001 - Foi realizado um estudo/inquérito às condições de habitabilidade do Centro que concluiu que cerca de 25% dos imóveis necessitavam de obras de recuperação total ou geral, 29% dos imóveis necessitavam de obras de recuperação parcial ou em coberturas; os restantes 45% estavam em bom estado de conservação;
- 2000/2005 – Intervenções do programa URBCOM: reordenamento e requalificação de espaços públicos (Praça do Sertório, Travessa do Sertório, Praça 1.º de Maio, Rua Cândido dos Reis, Praça Joaquim António de Aguiar, Rua Elias Garcia e Largo Luís de Camões, Rua João de Deus, Rua 5 de Outubro, Alcárcova de Cima e Alcárcova de Baixo, Rua Miguel Bombarda e Largo Álvaro Velho, Rua da República;
- 2000/2008 – O programa de iluminação cénica de Monumentos contemplou a iluminação do Templo Romano, da Sé, das igrejas de Santa Clara, Santiago, Misericórdia, Calvário, S. Vicente e Santo Antão, das arcadas e da fonte da Praça do Giraldo;
- 2000/2008 - Ao nível das intervenções em equipamentos sociais e culturais, salienta-se a remodelação do Teatro Municipal Garcia de Resende (programa faseado) e a recuperação do Mercado Municipal;
- 2000/2008 – Construção de grandes projetos habitacionais na antiga cerca de S. Domingos e no interior da Cerca de Santa Mónica, ocupando áreas não edificadas, na proximidade das muralhas;
- 2002 – Abertura do novo equipamento cultural Fórum Eugénio de Almeida;
- 2002/2010 - Programa RECRIA/REHABITA: recuperação de 43 imóveis (com rendas baixas, em área crítica de reconversão urbanística) e de 117 unidades funcionais com rendas baixas, em área crítica de reconversão urbanística;

- 2003/2006 - Programa POLIS: requalificação da zona envolvente às muralhas, entre a Porta do Raimundo e a Porta da Lagoa (faseado);
- 2003/2010 – Programa Municipal de Recuperação de Fogos apoiou 126 intervenções.
- 2003/2009 - Remodelação do Museu de Évora, com projeto de Hestnes Ferreira (responsabilidade do Instituto Português de Museus);
- 2004/2005 - Programa de reforço da iluminação urbana ambiental, com a colocação de cerca de 1000 novas lanternas, na cidade intramuros.
- 2005/2006 – Na sequência do URBCOM, foi finalizado um programa de caiações de fachadas nas principais artérias do CHE;
- 2005/2006 – Iniciou-se a remodelação do Jardim dos Colegiais (intervenção não concluída);
- 2005/2006 - Programa de recuperação e restauro de fontes, bicas e chafarizes (18 estruturas);
- 2005/2009 – Obras para novas instalações do Museu de Arte Sacra da Sé de Évora (no antigo Colégio dos Meninos do Coro).

Na última década ocorreram diversas intervenções de conservação, reabilitação intramuros, destacando-se:

- 2011-2012 – Intervenção de adaptação do Palácio da Inquisição a centro de arte contemporânea, reabilitação do Palácio dos Condes de Basto, musealização da igreja do Salvador, instalação de espaço museológico no edifício da Fundação INATEL, no âmbito do projeto Acrópole XXI;
- Novas unidades hoteleiras: OliveHotel, Hotel Moov e antiga Pensão Policarpo;
- Intervenção de consolidação e restauro das termas romanas;
- Iluminação cénica do Aqueduto da Água da Prata (troços intramuros);
- Restauro dos chafarizes de Alconchel e da Rua dos Mercadores;
- Intervenções de restauro da Igreja de Santo Antão, do Templo Romano, da Igreja de S. Francisco e do Palácio de D. Manuel (adaptação a centro interpretativo da cidade, a decorrer);
- Foram realizadas obras de conservação ou reabilitação no Palácio Barahona, no Mercado Municipal, na igreja das Mercês, na Biblioteca Pública de Évora, na igreja do Espírito Santo (a decorrer), no Solar dos Condes de Portalegre e na Igreja da Misericórdia.
- Reabilitação do Teatro Garcia de Resende e parque de estacionamento adjacente e do antigo Salão Central Eborense.

Conclusão

Como principal conclusão, e de acordo com a tipologia de CH definida por Troitiño (2003), consideramos que a cidade intramuros de Évora continua a constituir o centro principal da cidade, embora a perda de centralidade topológica, associada ao crescimento da área urbana e a desequilíbrios na sua estrutura urbana, possa afetar e preceder a perda progressiva de centralidade funcional. A cidade de Évora apresenta uma distribuição de funções complexa, facto que se observa na distribuição do emprego, o que tem reflexo na vitalidade intramuros. O CH é simultaneamente o centro comercial, administrativo, universitário, cultural e simbólico da cidade, mantendo um elevado grau de multifuncionalidade. Não apresenta por seu turno, o conjunto de problemas associados às áreas urbanas históricas, como a musealização, a guetização e o abandono. São notórias, no entanto, tendências de despovoamento progressivo e de transferência de serviços. Os novos espaços comerciais localizados na periferia e o surgimento previsível de grandes superfícies comerciais constituem uma ameaça à centralidade do CH. A centralidade simbólica e cultural mantem-se, e o turismo e a cultura tendem de facto a afirmar-se continuamente, prefigurando-se um cenário em que estas atividades coexistem com a universidade e alguns organismos públicos, perante o declínio da função habitacional e do comércio e serviços, o que pode fragilizar a multifuncionalidade tradicional

3.2.11. Estrutura, distribuição funcional e transformações urbanas

Estrutura¹⁶

A cidade de Évora desenvolve-se predominantemente de norte para sul e tem como “limites naturais” o Alto de S. Bento, a noroeste, o rio Xarrama a nascente e a sul, e a ribeira de Alpedriche a norte. Os ramais ferroviários persistem como barreiras ao crescimento e à continuidade do espaço urbano a sul e nascente, o mesmo acontecendo com a grande circular (circular exterior).

Évora assume a forma radial ou radioconcêntrica característica dos aglomerados urbanos implantados em colinas nas peneplanícies. No núcleo antigo, as principais artérias ligavam as portas da muralha aos espaços urbanos mais importantes. Na cidade extramuros, os caminhos que se dirigiam às portas foram o suporte do processo de urbanização, sobretudo dos núcleos de génese ilegal (33 no total). Quer intramuros, quer extramuros, os elementos radiais são dominantes, tendo sido os indutores do crescimento urbano. A rede viária assume a forma radioconcêntrica, apesar de incompleta.

¹⁶ Este capítulo transcreve, com adaptações, o conteúdo de Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território intitulada “O Centro Histórico de Évora e as Centralidades em Évora – Dinâmicas Urbanas e Organização Espacial (Miranda, 2014: 49-53).

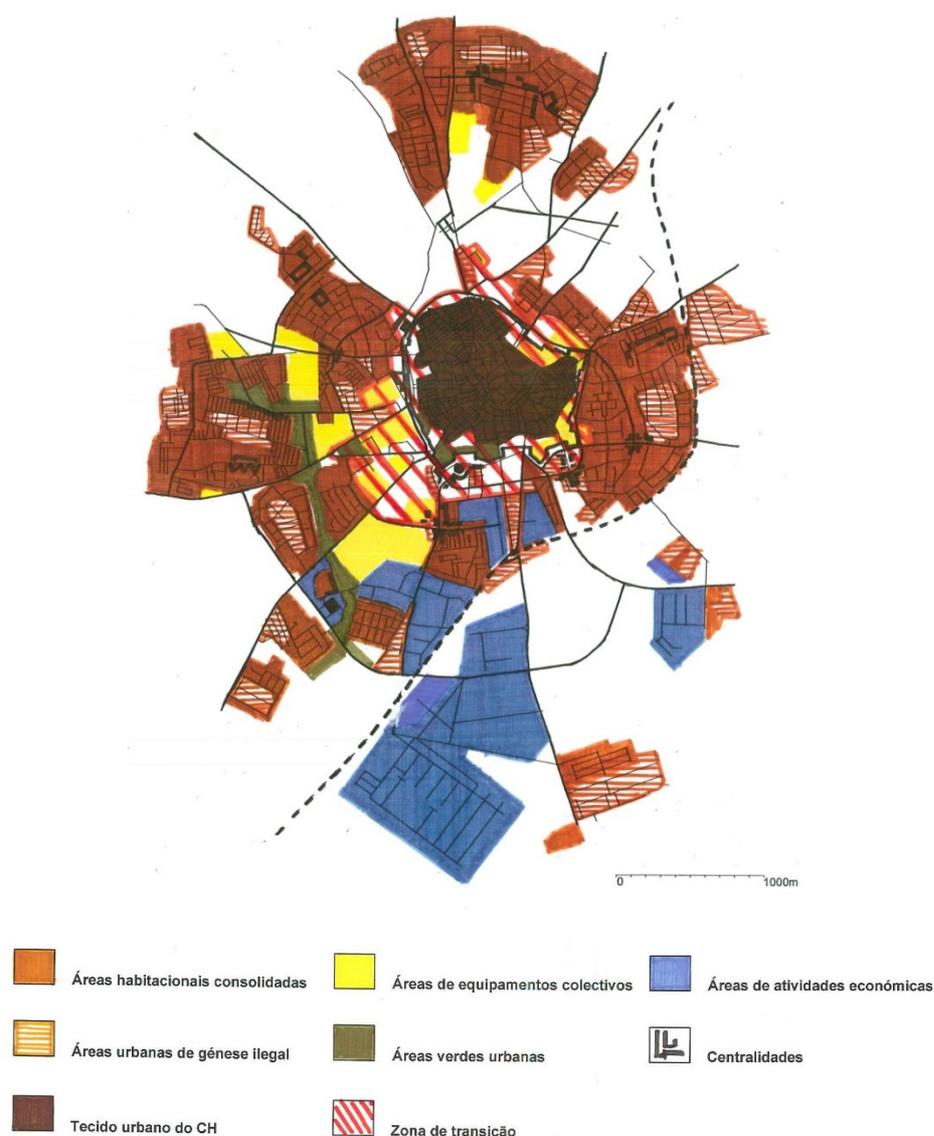


Figura 18 - Estrutura urbana de Évora
(Fonte Miranda, 2014)

A estrutura urbana tem como núcleo o CH, ainda hoje o coração muralhado da cidade, multifuncional. Entre o CH e as áreas predominantemente residenciais, na área envolvente à muralha, o tecido urbano é fragmentado e heterogéneo, com características de franja urbana ou cintura periférica, com a presença de equipamentos públicos, empreendimentos multifuncionais, conjuntos edificados que aguardam reconversão urbanística e espaços abertos. A área envolvente à muralha denota descontinuidade no tecido urbano, que assume um cariz de transição entre unidades morfológicas (ver Figura 18 e 19).

As descontinuidades espaciais e funcionais persistem, sendo a fragmentação urbana evidente a sul e, sobretudo, a norte. A principal mancha de ocupação urbana contínua orienta-se de este para oeste e corresponde aos setores e conjuntos urbanos que apresentam maior grau de consolidação.

A norte, as áreas residenciais estão afastadas do centro, permanecendo uma grande área não urbanizada nas imediações do CH. A estrutura ecológica urbana, apoiada nas linhas de água principais, é mais significativa a poente, ao longo da ribeira da Torregela, no sentido norte-sul.

A dicotomia centro-periferia em Évora mantém-se até à atualidade, continuando a considerar-se o CH como a verdadeira cidade¹⁷. A descontinuidade, espacial, morfológica, funcional e vivencial entre a cidade intramuros e extramuros, contribui para esta diferenciação. No entanto, nas duas últimas décadas muito mudou na dinâmica funcional da cidade, quer nas funções e serviços, quer na infraestruturização. Estas mudanças refletem a expansão da cidade extramuros, a evolução dos efetivos populacionais e da sua distribuição.

Distribuição funcional

A distribuição funcional apresenta padrões simultaneamente monofuncionais e plurifuncionais. As diferentes áreas da cidade refletem estes padrões, com maior ou menor grau de plurifuncionalidade (Fig. 19).

A cidade intramuros, o coração da cidade e o seu centro funcional tradicional, mantém a plurifuncionalidade característica da cidade antiga e permanece a principal concentração de comércio e serviços. Aqui se localizam as principais funções centrais da cidade, merecendo referência os grandes equipamentos coletivos (hospital regional, edifícios da universidade, equipamento culturais) e o eixo tradicional de comércio e serviços pontuado por arcadas, que se implanta no sentido noroeste-sudeste e na área envolvente à praça do Giraldo.

As áreas que concentram simultaneamente comércio, serviços e habitação localizam-se em vários setores urbanos, designadamente na cidade intramuros, como já foi referido. Nos bairros e áreas residenciais, estas concentrações de comércio e serviços correspondem a usos complementares à habitação, definindo uma rede de centralidades locais onde se localizam funções de proximidade (ou funções banais). Observam-se também centralidades de comércio e de serviços, com funções especializadas, estas localizadas na envolvente à muralha (ver ponto seguinte).

As áreas de atividades económicas de perfil misto localizam-se a sul da cidade e apresentam um carácter diferenciado, onde se associam habitação/comércio/serviços/indústria (Torregela), ou armazéns/comércio/serviços (Horta das Figueiras), ou indústria/serviços/armazéns (PITE), ou indústria/serviços/comércio (Almeirim Sul) (Fig. 19).

As áreas de equipamento distribuem-se um pouco por toda a área urbana, predominantemente a poente e sudoeste da cidade intramuros e na área envolvente à muralha, intramuros e extramuros, onde se localizam grandes equipamentos. As zonas predominantemente terciárias localizam-se a sul, nas imediações da grande circular (Quinta de Alcântara, Parque industrial de Almeirim Sul, S. José da Ponte). A concentração industrial mais relevante é na zona industrial de Almeirim Sul (Tyco/Siemens e

¹⁷ Na linguagem comum dos habitantes de Évora, a expressão ir “à cidade” ainda hoje é sinónimo de ir ao CH.

Kemet). Deve referir-se a este respeito que o Parque da Indústria Aeronáutica de Évora (PIAE) se localiza a sul do bairro de Almeirim, em área exterior ao perímetro urbano (Fig. 19).

As áreas residenciais (predominantemente monofuncionais) consolidadas localizam-se a norte (conjunto Bacelo-Granito-Corunheiras), este (Zona de Urbanização N.º1, Álamos, Senhora da Saúde e Chafariz D'El Rei) e oeste (Vista Alegre/Tapada, Malagueira, Cruz da Picada, Alto dos Cucos) e, com menor dimensão e com implantação relativamente fragmentada, a sul (Horta das Figueiras, Urbanização do Moinho, Almeirim, Cabeço do Arraial, Vila Lusitano, Torregela, Casinha).

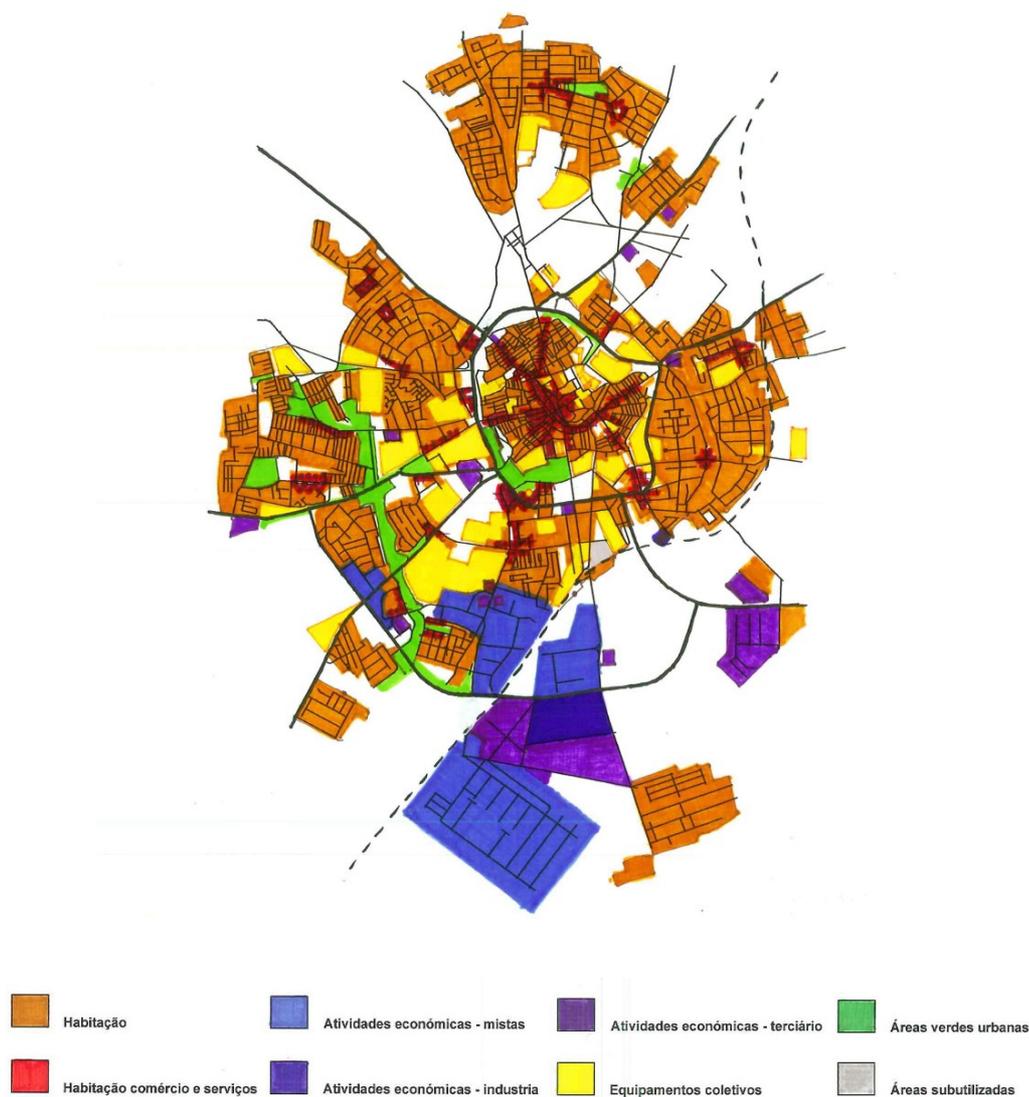


Figura 19 - Distribuição de atividades na área urbana

(Fonte: adaptado de levantamento funcional (2006) e Simplício (2013) e Miranda (2014))

- **Rede de centralidades**¹⁸

A identificação de centros e centralidades urbanas baseia-se tradicionalmente nos usos do solo e na quantidade e tipo das funções presentes, designadamente o comércio a retalho e os serviços pessoais. A identificação a partir das características funcionais tem em conta:

- concentração de comércio e serviços e atratividade relativamente à envolvente urbana,
- agrupamento contíguo e coerente das unidades funcionais, devendo as atividades ser acessíveis a partir do espaço público, através de percursos contínuos e coerentes.

O estudo referido identifica catorze **centralidades** distribuídas pela área urbana de Évora – Bacelo/Coronheiras, Álamos, Zona de Urbanização n. 91/Nau, Chafariz D’El Rei, Urbanização da Muralha/Rossio Ocidental, Horta do Bispo/Horta das Figueiras, Quinta do Moniz, Cruz da Picada, Malagueira, Horta dos Telhais, Vista Alegre/António Sérgio, Horta da Porta, Galerias Comerciais da Vista Alegre e Vilas da Cartuxa (ver Figura 20).

¹⁸ Este capítulo transcreve, com adaptações, o conteúdo de Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território intitulada “O Centro Histórico de Évora e as Centralidades em Évora – Dinâmicas Urbanas e Organização Espacial (Miranda, 2014: 49-53). (Miranda, 2014:64-79). Os dados aqui constantes deverão ser, futuramente, atualizados.

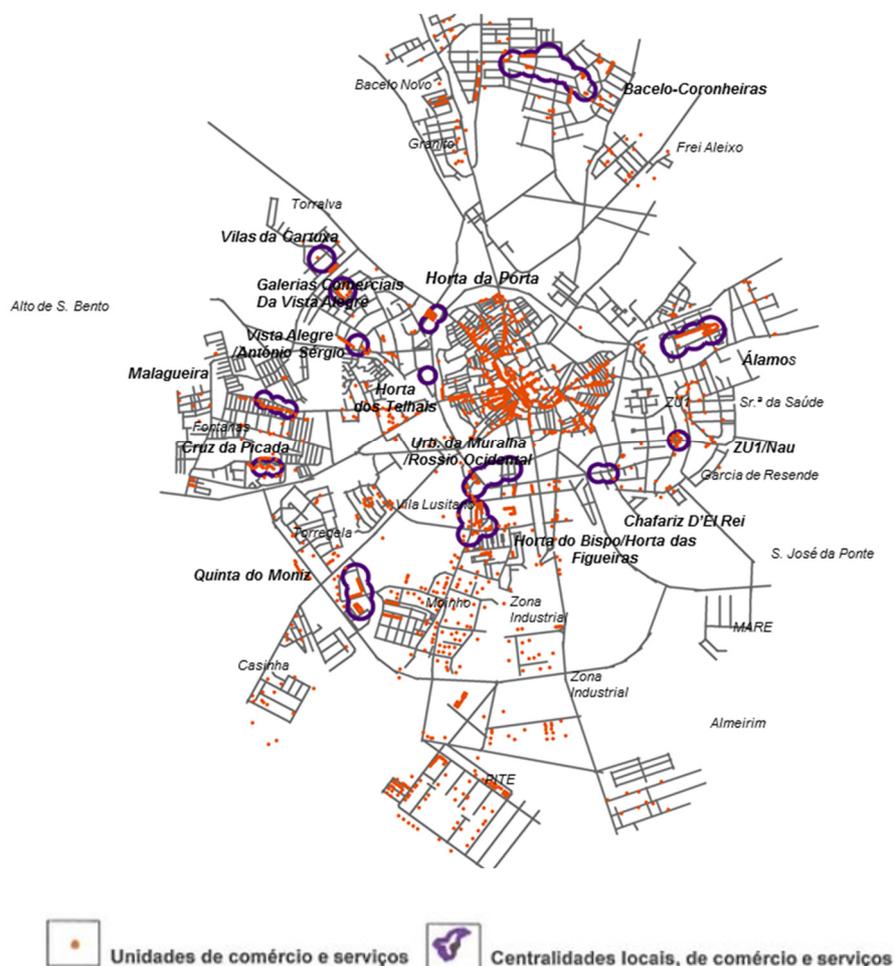


Figura 20 - Localização de unidades de comércio e serviços e centralidades

(Fonte: Levantamento funcional, 2006 e Miranda (2014))

No entanto, outras áreas com concentração de comércio e serviços poderão constituir centralidades (ou embriões de centralidades)¹⁹, como a avenida Lino de Carvalho, o Bairro da Senhora da Glória (avenida de S. Sebastião), avenida Túlio Espanca, rua da Antiga Estrada de Viana/Horta do Bispo/eixo da Horta das Figueiras e a zona Industrial da Horta das Figueiras e o Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE). Pode ocorrer a emergência de outras centralidades, como na urbanização do Moinho a sul (junto à centralidade comercial), assim como a nova localização de serviços a nordeste junto à Circular à Muralha (2014).

A maior densidade de centralidades encontra-se a poente do CH - dez centralidades, num total de catorze, localizam-se entre sudoeste e noroeste. A maioria das centralidades, nove em catorze, localiza-se em setores urbanos adjacentes ao CH. Estando mais distantes do centro principal o Bacelo/Coronheiras e em menor grau, a Quinta do Moniz, a Cruz da Picada, a Malagueira e as Vilas da Cartuxa.

¹⁹ As concentrações de comércio e serviços referidas deverão ser atempadamente estudadas e caracterizadas.

As centralidades de serviços, posicionadas na envolvente do CH, demonstram a tendência de formação de uma coroa envolvente deste, coroa esta que pode no futuro vir a abranger também a envolvente sul do CH, nomeadamente o Chafariz D’El Rei, o próprio Rossio, e a Horta do Bispo/Horta das Figueiras. Isto pode ser demonstrativo do alargamento do terciário a partir do CH, já referido, ou pode representar “a atração gravítica” do centro tradicional.

- **Carácter e composição das centralidades**

A caracterização das centralidades, a identificação de tipos e hierarquia na respetiva rede, implicam a avaliação do grau de especialização das atividades presentes. A caracterização efetuada vem parcialmente ao encontro das conclusões da caracterização efetuada para as centralidades e comércio nas cidades médias portuguesas e as conclusões retiradas aquando do levantamento funcional em 2006 (Salgueiro et al, 2007).

- **Tipos de centros e de áreas dotadas de centralidade:**

- I. **Centro Histórico (CH)** – Centro principal, multifuncional, possui grande diversidade de funções e grande número de unidades funcionais.
- II. **Centralidades de serviços (CS)** – Caracterizam-se pela presença de funções especializadas e muito especializadas - Horta dos Telhais - e outras, diversificadas, associadas a algumas funções pouco especializadas de relevância local - Urbanização da Muralha/Rossio Ocidental e Horta da Porta.
- III. **Centralidade comercial (CC)** – Concentração de atividade comercial periférica diversificada, associada a grande superfície comercial e constituída por funções de relevância supralocal (Quinta do Moniz).
- IV. **Centralidades locais de nível 1 (CL1)** – Centros de proximidade, onde predominam funções banais ou pouco especializadas, logo de relevância local, associadas a funções especializadas ou muito especializadas de relevância supralocal – Álamos, Chafariz D’ El Rei, Horta do Bispo/Horta das Figueiras e Vilas da Cartuxa.
- V. **Centralidades locais de nível 2 (CL2)** – Centros de proximidade ou de bairro, predominam funções não especializadas ou pouco especializadas de relevância local, estando quase ausentes as funções especializadas – Bacelo/Coronheiras, ZU1/Nau, Cruz da Picada, Malagueira, Vista Alegre/António Sérgio e Galerias Comerciais da Vista Alegre.

As centralidades de serviços localizam-se na envolvente ao CH, apoiados na Circular às Muralhas, e podem constituir o alargamento do centro principal através da expansão do terciário para fora das muralhas (Bouça, 2007), demonstrando, eventualmente, o seu caminhar para poente e sul. Globalmente, podemos concluir que a cidade possui uma rede de centralidades fortemente hierarquizada, dotada de um centro principal, o Centro Histórico ou cidade intramuros. Este centro alarga-se e caminha para poente, sendo evidente a complementaridade entre o centro e a periferia. Observa-se a disseminação de comércio e serviços a sul, não existindo nenhum centro secundário posicionado entre o CH e as restantes centralidades especializadas ou locais (ver Figura 21).

Confirmam-se assim as conclusões de outros estudos sobre Évora (Salgueiro et al, 2007 e Simplício, 2013).

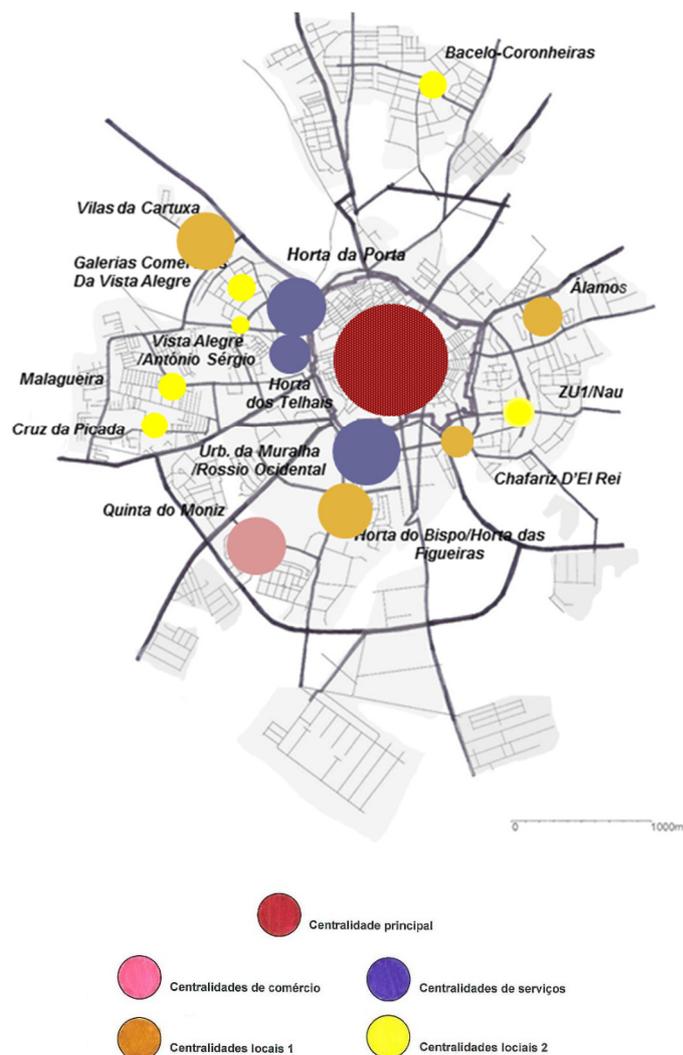


Figura 21 - Rede de centralidades de Évora
(Fonte: Miranda, 2014)

- **A rede de centralidades e o espaço urbano**

A localização das centralidades acompanha, *grosso modo*, a distribuição da população residente e respetiva densidade, estando nove centralidades locais situadas em áreas com densidade populacional superior a 50 hab/ha, ou adjacentes, o mesmo acontecendo com três centralidades de serviços, sendo evidente o peso demográfico e funcional da zona oeste.

A localização de centralidades está diretamente relacionada com a rede viária fundamental e com a hierarquia desta, assumindo particular relevo os eixos direcionados ao CH, nomeadamente os

caminhos antigos, onde o comércio e os serviços tendem a localizar-se (Panerai et al, 2009), como acontece no Chafariz D’El Rei, Horta do Bispo/Horta das Figueiras, avenida de S. Sebastião, Vista Alegre/António Sérgio e, eventualmente, na Malagueira.

Com exceção dos caminhos antigos, as centralidades não se apoiam diretamente nos eixos radiais principais que se dirigem ao CH, localizando-se na sua proximidade – Álamos, Quinta do Moniz, Cruz da Picada, Vilas da Cartuxa. Este facto explica-se, em parte, pelo perfil eminentemente rodoviário, logo “pouco urbano”, desses eixos. As centralidades locais privilegiam a rede viária fundamental, os eixos viários secundários e os eixos locais mais significativos (distribuidoras locais), que estabelecem a ligação entre setores e bairros urbanos, como acontece na ZU1/Nau, Horta do Bispo/Horta das Figueiras, Quinta do Moniz, Malagueira, Vista Alegre/António Sérgio. Apenas a Cruz da Picada e as Galerias Comerciais da Vista Alegre não se apoiam diretamente na rede viária secundária que une bairros.

Principais transformações urbanas

O crescimento da ocupação urbana nas últimas décadas (Figura 22) ocorreu sobretudo a sul, depois de fases de expansão a este (1945/65), oeste (anos 1970-1990) e norte (1970-2000). A expansão urbana observada ocorreu na forma de pequenos conjuntos urbanizados ou áreas urbanas, e já não em grandes expansões (bairros coerentes), numa tendência para a disseminação da urbanização e colmatção e preenchimento de vazios, correspondendo a um processo de urbanização assistemática. O crescimento populacional e o número de alojamentos da Cidade Sul foi o mais significativo de entre os setores urbanos (1991-2011).

Da evolução da cidade nas últimas três décadas, evidencia-se claramente um aumento da plurifuncionalidade, quer ao nível dos bairros, quer ao nível dos setores urbanos. A sul consolidou-se uma importante área de atividades económicas. A estrutura monocêntrica do passado, em que a cidade intramuros concentrava as funções centrais, o comércio e os serviços e o emprego, deu lugar a uma maior complementaridade funcional centro-periferia, à emergência de centralidades locais e de serviços e a um importante polo de emprego na Cidade Sul (Salgueiro et al, 2007, Simplício, 2013, Miranda, 2014).

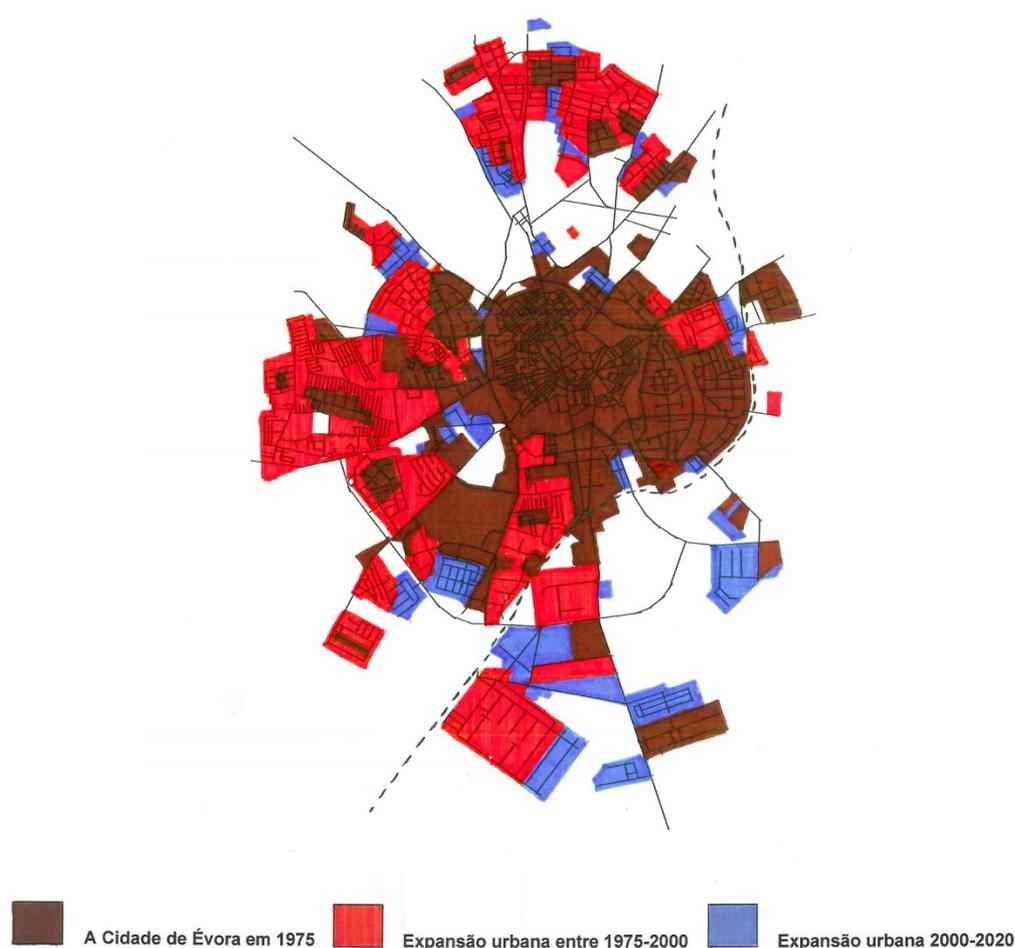


Figura 22 - Expansão urbana extramuros, adaptado de Simplício (2009)

3.3. TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÓMICAS OCORRIDAS APÓS 2000

Após a caracterização geral efetuada anteriormente, apresenta-se uma síntese das principais transformações socioeconómicas ocorridas na área urbana de Évora.

Relativamente à **população** ocorreu um crescimento muito moderado entre 2001 e 2011, assistindo-se a um processo de envelhecimento da população, a um aumento significativo do número de famílias entre 1991 e 2011 (33%) e à diminuição do número médio de pessoas/família (2,4 indivíduos). Ao aumento da população residente na cidade-sul é paralelo o processo continuado de declínio da população intramuros.

Manteve-se o ritmo de construção de novos **alojamentos** até 2000, com abrandamento até 2011, evidenciando-se a importância das cooperativas de habitação na promoção habitacional, sendo o setor

privado o principal promotor do setor habitacional. Persistem necessidades de realojamento para famílias e núcleos na área urbana.

Ao nível da **atividade económica e emprego**, observou-se um aumento significativo do número de empresas e do emprego (2003-2018), apesar do impacto da crise financeira de 2008-2014. O tecido económico baseia-se em PME, destacando-se a existência de um número reduzido de grandes empresas em 2018 (5). Registam-se alterações no perfil do emprego, com o aumento do emprego entre 2011-2018 nas atividades turísticas e conexas (alojamento, restauração e similares), indústria transformadora, agricultura e atividades de informação e de comunicação, em resultado da recuperação económica. Observa-se a consolidação de dois grandes polos de emprego, a Cidade Sul (incluindo o PITE) e cidade intramuros.

Relativamente ao **sistema ambiental**, apesar da diversidade de espaços verdes existentes, é notória a falta de um Parque Urbano na cidade. Algumas zonas habitacionais são afetadas pela sua proximidade a vias principais onde o tráfego rodoviário é intenso em períodos específicos do dia, gerando problemas de ruído de difícil resolução. A remodelação da ETA de Monte Novo permitiu aumentar a capacidade de produção e melhorar o processo de tratamento da água para consumo humano, nomeadamente para abastecimento da cidade de Évora. É ainda de referir que a ocupação desordenada de algumas zonas ameaçadas pelas cheias e a canalização de linhas de água têm vindo a originar inundações recorrentes no solo urbano.

Registou-se um abrandamento do ritmo de nova **construção** entre 1991 e 2011 face ao registado nas décadas anteriores. A construção nova continua a ser predominante face à reabilitação de edifícios. A nova construção concentrou-se na Cidade Norte e na Cidade Sul, tendo o crescimento a sul ocorrido sobretudo após 2000.

As redes de **equipamentos coletivos** são muito abrangentes, existindo complementaridade entre o setor público, o terceiro sector e o setor privado, podendo considerar-se Évora uma cidade “bem equipada”. Destaca-se nas últimas décadas a construção de duas novas escolas básicas e a reorganização do centro de saúde (novas instalações e constituição de cinco unidade saúde familiar) e a construção de grandes equipamentos coletivos (pavilhão multiusos e complexo desportivo municipal).

Nas **redes de água e esgotos**, tem sido efetuada uma melhoria continuada na rede. Existem, no entanto, necessidades de requalificação e renovação destas redes uma vez que grande parte desta rede já atingiu o seu período de vida útil.

Ao nível da **mobilidade** observa-se o predomínio na utilização de transporte individual e a utilização residual do transporte público. A circulação automóvel intramuros encontra-se condicionada, sendo dada prioridade aos residentes. O estacionamento automóvel é pago no interior da cidade intramuros e predominantemente gratuito extramuros, sendo a maioria destes parques pouco qualificados. Ocorreu nas últimas décadas a implementação de vias de uso misto (clicáveis e pedonais) e a reorganização do transporte público.

Na política de salvaguarda do **património edificado** e nas disposições do plano, destaca-se a delimitação de grandes conjuntos de valor patrimonial, destacando-se o conjunto classificado intramuros (património cultural da humanidade / monumento nacional) e, paralelamente, a proteção

de mais de duas centenas de elementos individuais. Ocorreram intervenções de valorização, conservação e restauro na maioria dos imóveis classificados, que se encontram afetos a usos socialmente relevantes.

Relativamente à **distribuição funcional** observa-se uma maior plurifuncionalidade da generalidade dos sectores urbanos e bairros, com complementaridade centro-periferia. Para além da cidade intramuros, que concentrava tradicionalmente o comércio e os serviços, surgiu uma rede de centralidades locais, comerciais e de serviços. A tendência de disseminação das atividades terciárias é evidente a sul e sudoeste da área urbana, destaca-se a consolidação de usos terciários na cidade-sul, onde se localizam as grandes superfícies comerciais.

Das **principais transformações urbanas** nas últimas décadas, para além da evolução da distribuição funcional, destaca-se o crescimento da área urbanizada a norte e sobretudo a sul, tendo esta expansão ganho forma através de pequenos conjuntos edificados (ver Figura 22).

Em face do referido anteriormente e tendo em conta o conhecimento da evolução da cidade, elencamos os **principais fatores que têm afetado os usos e ocupação** do solo nas últimas duas décadas:

- Crescimento moderado da população e alterações demográficas, como o envelhecimento da população, alteração da composição das famílias, com redução do número médio de pessoas por agregado familiar (2,4 indivíduos) e um aumento significativo do número de famílias (33% em vinte anos);
- O processo continuado de declínio da população residente intramuros e de aumento da população residente na cidade extramuros;
- Manutenção do ritmo de construção de novos alojamentos até 2011 e impacto da crise financeira após 2011;
- O tecido económico baseado em PME, tendo ocorrido um crescimento global do número de empresas nas duas últimas décadas (2003-2018), evidenciando-se um número reduzido de grandes empresas (5);
- Aumento do emprego entre 2003 e 2018, apesar do impacto da crise financeira de 2008-2014, destacando-se o aumento de pessoas empregadas no setor terciário, um menor peso do emprego público e o crescimento dos setores dos serviços em geral, da hotelaria, restauração e similares, da indústria transformadora e da agricultura;
- Inovações na regulamentação de alguns setores de atividade, como a saúde (exigências de espaços qualificados, criação de clínicas privadas);
- A consolidação de dois grandes polos de emprego, a Cidade Sul (incluindo o PITE) e Cidade Intramuros;
- A dinâmica do setor imobiliário, impulsionada pelo setor privado e pelas cooperativas de habitação, que foi afetada pela crise económica e financeira 2008/2014;
- As intervenções de nova construção superaram as intervenções de reabilitação (2002/2012);
- A construção de 2 escolas básicas, a reorganização do centro de saúde de Évora e a construção de 2 grandes equipamentos coletivos: o pavilhão multiuso da Arena de Évora e o Complexo Desportivo Municipal;

- Predominância no uso de transporte individual nas deslocações pendulares;
- Aumento das ciclovias na cidade e da área pedonal, nomeadamente no CHE.
- O regime da salvaguarda do património edificado aplicado nos grandes conjuntos de valor patrimonial, destacando-se o seu impacto na gestão da cidade intramuros.
- A distribuição funcional na cidade apresenta uma maior plurifuncionalidade, mantendo a Cidade Intramuros as funções centrais;
- O crescimento da cidade efetuou-se através de pequenos conjuntos num processo de disseminação assistemática da urbanização.
- Maior crescimento da Cidade Sul nas últimas duas décadas, através do desenvolvimento de áreas habitacionais e industriais/atividades económicas.
- Infraestruturação e produção pública de solo urbanizado, tendo tal sido particularmente evidente nas zonas industriais.

4. VISÃO E OBJETIVOS DO PUE

Os objetivos do PUE 2000 tiveram em conta o Plano Estratégico de 1994, que fixou uma estrutura baseada em **seis ideias fortes**:

- *Évora cidade cultural património da humanidade,*
- *Évora cidade universitária,*
- *Évora cidade aberta à inovação,*
- *Évora cidade com qualidade ambiental,*
- *Évora cidade solidária,*
- *Évora cidade internacional e de congressos.*

Um Objetivo Geral:

- *Criar um ambiente de cultura e de inovação capaz de transformar Évora numa cidade socialmente justa, organicamente integrada na região e com projeção internacional.*

Quatro Estratégias de Intervenção:

- Reforçar os valores de identidade e pertença territorial (...)
- Melhorar e valorizar a qualidade ambiental e as condições de vida (...)
- Criar uma base económica sustentada (...)
- Intensificar e qualificar os processos de integração em espaços mais vastos (...)

Do conjunto de ideias/estratégias gerais do Plano Estratégico a equipa do plano identificou um conjunto de orientações que deveriam ser transpostas para o PUE, nomeadamente:

- Valorizar e criar espaços públicos que facilitem o encontro, o convívio e as realizações coletivas.
- Valorizar o património através de revitalização do tecido urbano; utilização dos espaços históricos desaproveitados; criação de novos elementos simbólicos; integração de todo o património na vivência da cidade.
- Manter e reforçar a integração da Universidade na Cidade, valorizando a sua presença.
- Globalizar a imagem da Cidade, atenuando a descontinuidade entre Intramuros e Extramuros.
- Criar uma estrutura verde de uso coletivo.
- Dotar a Cidade de bom nível de infraestruturas, equipamentos coletivos e transportes públicos.
- Defender a qualidade urbana e a integração de diversos usos em cada uma das zonas da cidade.
- Promover a habitação social integrada em programas habitacionais mistos.
- Continuar a oferta de lotes infraestruturados e com bom acesso para a instalação de atividades económicas, qualificação da respetiva envolvente física.
- Promover a construção de grandes equipamentos de apoio à atividade económica (Terminal de Carga, Mercado Abastecedor, Aeródromo, Espaço de Feira).
- Criar acessos fáceis e receção agradável (do ponto de vista paisagístico e funcional) á chegada à cidade, de todas as direções.

Da identificação do conjunto de orientações do Plano Estratégico e do diagnóstico efetuado em 1995, foram definidos os objetivos do PUE, seguidamente apresentados em quadro.

Objetivos estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
1. Globalizar e estruturar a cidade	1.1 Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da muralha
	1.2 Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades
	1.3 Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.
	1.4 Manter e reforçar o contraste campo-cidade sublinhando linhas/limite de construção e criando novos espaços de receção, afastados da muralha
2. Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	2.1 Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência, a longo prazo, das funções habitacionais.
	2.2 Integrar a muralha na vivência da Cidade, tornando-a acessível e permeável; estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha, prolongando-o pela zona do Aqueduto/Forte de S.to António (complementa o ponto 1.1.)
	2.3 Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade e valor patrimonial da Cidade (complementa o ponto 3.1.).
3. Dotar a cidade de um bom nível de serviços	3.1 Dotar a Cidade de um conjunto de equipamentos de grau superior, que potenciem realizações e grandes eventos de carácter social, cultural ou económico.
	3.2 Dotar a Cidade de uma estrutura verde urbana, associada a percursos estruturados e equipamentos coletivos, que se afirme com marcante na forma e na função.
	3.3 Dotar as diferentes zonas da Cidade de um bom nível de equipamentos coletivos, que favoreçam o convívio, a permanência das pessoas e atividades e o espírito de vizinhança (articula-se com o ponto 1.3.).

	3.4. Criar condições para uma circulação fácil, apostando nos transportes coletivos para o acesso ao Centro.
4. Animar a ação urbanística municipal	4.1 Relançar a política de solos municipal, rentabilizando investimentos, orientando o crescimento da Cidade e criando condições para a promoção habitacional cooperativa e para a construção disseminada de habitação social.
	4.2 Continuar a política municipal de produção de solo urbanizado para a instalação de indústrias e outras atividades económicas; valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente destas áreas.
	4.3 Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público

Quadro 40 - Objetivos do plano

As propostas do plano foram baseadas no **cenário**, definido com base na caracterização da cidade em 1995, estabelecendo o horizonte de 2005. O cenário de crescimento da cidade corresponde a uma atitude que se pretendia realista, sobretudo no que respeita à evolução da população e do alojamento, mas também para áreas de indústria e armazéns.

Para a determinação das áreas necessárias para equipamentos e zonas verdes foram tidas em conta as necessidades da população, tendo em vista a sua plena satisfação.

Os dados mais significativos do cenário descrito são os seguintes:

- População residente de cerca de 45000 habitantes;
- Número de famílias de 16000;
- Número de pessoas família de 2,8;
- Número total de alojamentos de 19600;

Para as indústrias e armazéns foi previsto um crescimento de 50 ha e foram previstos mais 70 ha para equipamento e 120 ha para zonas verdes.

5. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS E COMPLEMENTARES DO PLANO

O atual RJIGT introduziu uma alteração quanto à organização do conteúdo material e documental dos planos. Ao estabelecer um termo de comparação com os conteúdos do plano em vigor, deparamo-nos desde logo com a desadequação da terminologia adotada: os elementos fundamentais do plano encontram-se agora elencados como peças que constituem o plano (n.º 1, artigo 100º do RJIGT) e os elementos complementares, como peças que acompanham o plano (n.º 2, artigo 100º do RJIGT).

Não obstante, para efeitos da presente análise crítica, serão considerados os elementos tal como referidos no regulamento do PUE, assim como a terminologia aí utilizada.

5.1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO

5.1.1. Regulamento do plano

O **Regulamento do Plano de Urbanização de Évora**, publicado no D.R., 2ª série, nº 107, através do Aviso n.º 12113/2011, de 2 de junho, encontra-se estruturado da seguinte forma:

TÍTULO I - Disposições Gerais

TÍTULO II - Do Património e das Condicionantes do Uso do Solo

Capítulo I – Do património

Capítulo II – Das servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Capítulo III – Das outras condicionantes

TÍTULO III - Do Uso dos Solos

Capítulo I - Do Espaço Agrícola Envolvente à Cidade (revogado)

Capítulo II - Cidade extramuros

(Secções I a VII: Rede viária, Estrutura ecológica urbana, Zonas de equipamentos, Zonas terciárias, Zonas industriais, Zonas habitacionais e Parâmetros gerais)

Capítulo III - Da cidade intramuros

(Secções I a IV: Área contígua à muralha, Usos, Realização de obras e Acabamentos exteriores)

TÍTULO IV - Das Regras para a Implementação do Plano

Capítulo I – Regras Gerais

Capítulo II – Das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Capítulo III – Da justa Repartição de Benefícios e Encargos

Capítulo IV – Da Política de Solos Municipal

TÍTULO V - Disposições Finais

A presente avaliação do regulamento resulta da reflexão conjunta de diversos serviços da autarquia, designadamente DGU, DDE e DAM, ocorridas no âmbito da elaboração deste relatório, bem como da

consulta de relatórios e estudos setoriais que versam sobre algumas das normas do regulamento em vigor.

O quadro seguinte pretende compilar as notas e contributos formulados acerca da aplicação do regulamento.

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS		
	<i>Artigo 4º (Definições)</i>	A redação da alínea c) do n.º2 do artigo 4º levanta dúvidas quanto à sua interpretação.
TÍTULO II - DO PATRIMÓNIO E DAS CONDICIONANTES DO USO DO SOLO		
	<i>Artigo 6º (Identificação)</i>	De acordo com o DL 309/2009, de 23 de outubro de 2009, os “Imóveis de Valor Concelhio” (IVC) designam-se agora “Imóveis de Interesse Municipal” (IIM) e os “Imóveis de Interesse Público” (IIP) de “Monumentos de Interesse Público” (MIP). Esta desatualização é extensível aos anexos I e II do regulamento.
CAPÍTULO I - DO PATRIMÓNIO	SECÇÃO II – Grandes Conjuntos de valor patrimonial	
	Esta secção devia designar-se “ <i>Secção I</i> ”	
	<i>Artigo 9º (Vistas sobre o Centro Histórico)</i>	A designação “vistas sobre o Centro Histórico” não tem correspondência na Planta de Condicionantes. Os pontos de tomada de vista referidos no n.º 3 não se encontram representados na Planta de Condicionantes. O facto do artigo 9º se encontrar equiparado aos restantes <i>Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial</i> na secção com o mesmo nome em termos de estrutura de “arrumação” dos artigos, é questionável.
	<i>Artigo 11º (Zona de urbanização n.º1 – núcleo inicial)</i>	A normativa é vaga e genérica, dado que se aplicam as regras das <i>Zonas de Habitação a Conservar e Consolidar</i> (HC). Aplicam-se igualmente na gestão urbanística as regras constantes das “Condições de Venda dos Talhões” em hasta pública (por exemplo ao nível do pé-direito das caves), o que não é enquadrado em sede regulamentar. Apesar dos “ <i>projetos tipo</i> ” dos conjuntos edificados que constituem a ZU1 serem respeitados, o controlo sobre materiais e acabamentos é por vezes problemático.
	<i>Artigo 12º (Malagueira)</i>	A normativa é vaga e genérica, dado que se aplicam as regras das <i>Zonas de Habitação a Conservar e Consolidar</i> (HC). Por outro lado, as regras que constam das diretrizes para o projeto (da autoria de Siza Vieira), são insuficientes para assegurar a gestão urbanística do bairro. O respeito pela tipologia e pelos diversos <i>projetos-tipo</i> não é explicitada em sede regulamentar, assim como a natureza das alterações a admitir.
	SECÇÃO III – Pequenos Conjuntos ou elementos individuais de valor patrimonial	
	<i>Artigo 14º (Edificações de Valor Patrimonial)</i>	As normas admitem a realização de obras de reabilitação, mas não se especificam de forma clara os trabalhos admitidos, considerando as características construtivas e arquitetónicas dos imóveis. O respeito pelo princípio da manutenção do existente implica por vezes a manutenção de elementos dissonantes, o que é indesejável.
<i>Artigo 16º e 17º</i>	As Zonas Verdes de Valor Patrimonial identificadas no Inventário como V2, não têm correspondência no regulamento, nem na planta do património. As zonas de vestígios arqueológicos (A) no inventário como A2 e A3, não têm correspondência no regulamento, nem na planta do património.	

TÍTULO III - DO USO DOS SOLOS		
CAPÍTULO II - CIDADE EXTRAMUROS	SECÇÃO II - Estrutura Ecológica Urbana	
	<i>Artigo 36º-B e Artigo 36º-C</i>	A definição de parque urbano (EE1) como um espaço com área superior a 30ha é excessiva, não se adequando a uma cidade com a dimensão de Évora. As tipologias descritas não diferenciam de forma clara os espaços de enquadramento dos espaços de proximidade (EE6 e EE7). A designação adotada para a tipologia EE6 não parece adequar-se às funções que lhe estão associadas.
	SECÇÃO III - Zonas de Equipamentos	
	<i>Artigos 39º a 43º</i>	Algumas das áreas destinadas a equipamentos albergam usos de natureza terciária, contrariando a definição que consta do artigo 39º. A alteração de uso prevista no artigo 42º A deveria apenas ser admitida em caso que os usos propostos promovam efetivamente um incremento na qualidade de vida da população.
	SECÇÃO IV - Zonas Terciárias	
	<i>Artigo 44º, 45º, 46º, 46-Aº</i>	Algumas zonas terciárias não contêm quaisquer regras urbanísticas com vista à edificação. Novas atividades (usos “inovadores”) são dificilmente enquadráveis nas normas em vigor, assistindo-se a uma tendência crescente para a multifuncionalidade e a necessidade de ponderar usos compatíveis. A atividade comercial não é alvo de orientações específicas, sendo essencialmente estruturada no quadro dos usos compatíveis com o uso habitacional. ²⁰
SECÇÃO V - Zonas Industriais²¹		

²⁰ O estudo *Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na cidade de Évora* (Salgueiro et al, 2007:74-75) teceu algumas considerações sobre Plano de Urbanização de Évora: “A atividade comercial não é alvo de orientações específicas. A atividade comercial no quadro do zonamento estabelecido no plano, é essencialmente estruturada no quadro dos usos compatíveis, e tomada como elemento agregador de centralidades e axialidades urbanas. A atividade comercial nas zonas Extramuros tem uma expressão marginal no quadro dos usos compatíveis, sendo remetida para a definição genérica de funções não habitacionais. Para estas funções não habitacionais é estabilizado uma percentagem mínima que, nas novas urbanizações, gera, na sua maioria, oferta de espaços comerciais de pequena dimensão. Esta oferta não tem suportado uma real agregação de micro centralidades, desejáveis nestas zonas urbanas de uso dominante habitacional.”

²¹ O estudo *Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na cidade de Évora* (Salgueiro et al, 2007:74-75) teceu as seguintes considerações: A referência mais relevante, no que se refere à atividade comercial, é a que vincula a localização das grandes superfícies às áreas industriais de expansão, mais especificamente no parque industrial e sua área de expansão. (...) Assim, a concentração de estabelecimentos de grandes dimensões na zona industrial da Horta das Figueiras decorre diretamente do art.º. 47º que refere que as zonas industriais são destinadas a “indústrias, armazéns e grandes superfícies comerciais”. No art.º. 106º, sobre o Parque Industrial de Almeirim, encontram-se demarcadas zonas IT/E para ocupação mista com determinado tipo de indústria, armazéns e grandes espaços comerciais, e ainda comércio retalhista, serviços, etc.

<p><i>Artigo 47º, 48º, 49º e 50º</i></p>	<p>A tipificação de zonas em vigor é globalmente adequada, mas apresenta rigidez, o que implica o enquadramento cuidadoso das atividades. O conceito de indústria / atividade económica tem apresentado grande evolução e a tipificação não é suficientemente flexível. Isto aplica-se sobretudo na zona do PITE consolidado onde se observa a necessidade de enquadrar o acolhimento de serviços, visto que o uso industrial é aqui residual.</p> <p>A gestão das zonas consolidadas I/C e IA/C é efetuada com aplicação de normas relativas às zonas de expansão I/E e IA/E.</p> <p>As normas relativas a IA/E admitem a instalação de armazéns, comércio por grosso e grandes espaços comerciais. A aplicação das normas previstas no artigo 58º relativas a estacionamento é problemática nestas zonas.</p> <p>A admissibilidade de aumento de STP nas zonas industriais a conservar e consolidar (I/C e IA/C) (artigo 49º) deverá ser ponderada tendo em conta o impacto expectável, designadamente a sobrecarga sobre as infraestruturas.</p> <p>Na regulamentação de IT/E a aplicação de norma relativa a dimensão mínima dos lotes (500m2) não responde à procura e deverá ser revista.</p> <p>O enquadramento de atividades económicas não admitidas em solo rústico por via da normativa do PROTA, deviam, em alternativa, ter enquadramento nas zonas destinadas a atividades económicas em solo urbano.</p>
<p>SECÇÃO VI - Zonas Habitacionais</p>	
<p><i>Artigos 51º, 52º, 53º, 54º</i></p>	<p>A criação das tipologias H4 e H5, introduzidas pela alteração de 2011, tornaram, eventualmente, excessiva a tipificação das zonas habitacionais. Em diversos espaços teria sido aconselhável a definição de parâmetros específicos, considerando como referência a tipificação já existente (Zonas não Tipificadas).</p> <p>Artigo 53º (Zonas Habitacionais a Conservar e Consolidar - HC): a normativa existente, embora flexível e aberta, possui insuficiente definição na gestão de áreas urbanas muito diversas do ponto de vista morfológico. Para além disso, os usos compatíveis com a habitação não são especificados de forma suficientemente clara, de forma a enquadrarem-se atividades potencialmente perturbadoras ou incompatíveis (como oficinas de automóveis).</p> <p>Artigo 54º (Zonas Habitacionais de Expansão Tipificadas - H0, H1, H2, H3, H4, H5): diversas Zonas H0 não foram executadas, sendo aparentemente pouco atrativas para os promotores por razões de rentabilidade. Por outro lado, a norma aplicável nas Zonas H1 tem-se revelado atrativa para os promotores, dado que permite construir moradias com densidade fogos/ha elevada, onde a percentagem destinada a usos não habitacionais (5% STP) é relativamente baixa.</p> <p>As Zonas onde os usos não habitacionais previstos são superiores a 5% total de STP, apresentam execução mais problemática, com menor atratividade para os promotores.</p> <p>É de notar que promoção de usos complementares à habitação promovida nas últimas décadas parece ter sido bem-sucedida nalgumas áreas urbanas de natureza mista.</p>
<p>SECÇÃO VII - Parâmetros Gerais</p>	

	<i>Artigo 57º (Arruamentos)</i>	Os perfis dos arruamentos não respeitam a legislação sobre acessibilidade (<i>Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada</i> , anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto) ao nível do dimensionamento dos passeios, que deverão ter largura superior a 1,60m e, idealmente 2,00m. Considera-se ainda que a dimensão dos passeios indicada (1,60m) é insuficiente para comportar arborização, infraestruturas e mobiliário urbano e garantir o corredor com dimensão mínima para a circulação pedonal.
	<i>Artigo 58º (Estacionamento)</i>	As normas relativas a estacionamento têm uma aplicação problemática, nomeadamente na exigência de STP para estacionamento de veículos pesados no interior dos lotes, assim como sobre a exigência (insuficiente) de disponibilização de lugares de estacionamento no domínio público no caso de uso comercial, nomeadamente no caso de grandes superfícies comerciais. Os lugares de estacionamento para comércio não se encontram especificados como públicos. Não se encontra definido o número de lugares de estacionamento mínimo a aplicar aos equipamentos.
CAPÍTULO III - DA CIDADE INTRAMUROS ²²	SECÇÃO I - Área Contígua à Muralha	
	<i>Artigo 61º</i>	A programação do espaço E65, que corresponde a unidade <i>a manter como memória e ser objeto de recuperação</i> e destinada a <i>usos mistos de equipamento e outras funções compatíveis com áreas habitacionais</i> , é pouco clara e de difícil implementação tendo em conta a realidade existente.
	SECÇÃO II – Usos ²³	

²² O estudo comparativo sobre os instrumentos de planeamento em vigor em centros históricos (Ricardo da Costa et al, 2012), considera que o PUE não apresenta uma estratégia com diferentes categorias de intervenção nos edifícios (intervenção forte, média, fraca), tal como acontece com outros regulamentos em Centros Históricos em Portugal. Não são efetivamente explicitadas em sede regulamentar regras sistemáticas de intervenção para os vários fatores de renovação urbana identificados neste estudo, designadamente: volumetria (conceção original); cobertura (geometria e volumetria original); tipologia interna (tipologia original, materiais e tecnologias tradicionais, impedimento de estacionamento automóvel, regulamentação do reforço estrutural, proibição de emparcelamento); de acordo com o estudo referido, o grau de renovação admitido é muito elevado. Conclui o estudo que o facto de regulação ser feita em sede de plano de urbanização pode justificar o conteúdo do plano, visto que os PU's pela sua natureza têm uma escala inadequada para o planeamento das áreas históricas. Concluímos das considerações do estudo referido (Ricardo da Costa et al, 2012), que a regulamentação em vigor é omissa relativamente ao interior dos edifícios, controlando sobretudo as alterações às fachadas. Conclui-se, do referido, que a cidade intramuros deveria ser regulada por instrumento regulamentar específico.

²³ O estudo *Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na cidade de Évora* (Salgueiro et al, 2007:74-75) teceu as seguintes considerações: *A atividade comercial no quadro do zonamento estabelecido no plano, é essencialmente estruturada no quadro dos usos compatíveis, e tomada como elemento agregador de centralidades e axialidades urbanas. Esse enquadramento é muito claro na orientação para a cidade Intramuros, em definir ruas comerciais, apoiada no preceito urbanístico de limitar o uso comercial aos pisos térreos. Esta "contenção" regulamentar relativamente à localização da atividade comercial funda-se na visão, que o plano extrapola, sobre a tendência para uma indesejável regressão de função habitacional, não se permitindo a alteração de uso de habitação para outros fins, interditando-se a instalação de comércio grossista, promovendo-se a transferência progressiva destas atividades, para as zonas industriais e, a sua conversão em usos preferencialmente habitacionais.*

De modo inverso, a forte restrição à mudança de uso no CH (art. 63º) só levantada a nível de rés-do-chão nas artérias comerciais e desde que "o edifício tenha piso superior com função habitacional" impediu, na prática, a instalação no CH de lojas de maiores dimensões que ocupassem 2 ou 3 pisos e, por conseguinte, a desejável modernização. Esta regra tem também contribuído para uma ocupação "clandestina" dos andares superiores por armazéns sem a devida fiscalização, nem precauções, por exemplo, no que respeita à proteção contra incêndios.

	<p><i>Artigo 63º e 65º</i></p> <p><i>(alteração de uso)</i></p>	<p>O condicionamento do uso comercial nos pisos superiores dos imóveis contribui para o subaproveitamento de unidades funcionais. Nem sempre fará sentido a manutenção de uso habitacional nos pisos superiores dos imóveis, nomeadamente em espaços urbanos centrais, com “vocação” para acolher comércio e serviços (n.º 3 artigo 63º). Paralelamente, a definição de rua comercial é muito restritiva, tendo em conta a realidade da cidade intramuros e a localização do comércio e serviços.</p> <p>A norma relativa ao condicionamento de alteração de usos de estabelecimentos comerciais e de restauração e bebidas apresenta-se como questionável (n.º 3 e n.º 6 do artigo 63º), assim como o condicionamento de alteração de usos de garagem para outros usos (n.º 5 artigo 63º).</p> <p>A aplicação do artigo 65º levanta dúvidas na sua aplicação.</p>
	SECÇÃO III - Realização de Obras	
	<p><i>Artigos 66º a 71º</i></p>	<p>O princípio geral de manutenção de alinhamentos e volumetrias na cidade intramuros, não se definindo, em alternativa, índices urbanísticos e condicionando-se fortemente o aumento de STP, é considerado eficaz e adequado às características do edificado existente. A definição de índices urbanísticos poderia ter aplicação problemática.</p> <p>As normas relativamente abrangentes e genéricas de proteção dos valores patrimoniais (n.º 1 artigo 66º e n.º 6 artigo 68º) têm sido aplicadas para fundamentar os limites das alterações admissíveis e têm permitido proteger elementos arquitetónicos (como por exemplo chaminés tradicionais à face).</p> <p>A norma que promove o “emparcelamento” dos edifícios de pequena dimensão tem sido pouco aplicada, apesar de fazer sentido (artigo 71º).</p>
	SECÇÃO IV - Acabamentos Exteriores	
	<p><i>Artigo 75º</i></p>	<p>As normas relativas a caixilharias (artigo 75º) são pouco claras, dando azo a diversas interpretações, nomeadamente relacionando estas regras com o grau de classificação de fachadas. As normas devem ser aplicadas a todos os edifícios.</p>
TÍTULO IV - DAS REGRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO		
CAPÍTULO II - DAS UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	SECÇÃO I - Área Envolvente da Muralha	
	<p><i>Artigos 83º, 84º, 85º e 86º (UOPG_A)</i></p> <p><i>(e artigos 59º, 60º e 61º relativos à cidade intramuros)</i></p>	<p>As regras são de difícil implementação, designadamente as exigências relativas a estacionamento, sendo que o seu difícil cumprimento tem inviabilizado algumas ocupações. O estacionamento envolvente à muralha constitui um problema, extensível às questões de logística. As regras em vigor devem ser clarificadas, especificadas ou melhor densificadas em instrumento urbanístico (idealmente em plano de pormenor), designadamente no que respeita aos alinhamentos de vias e edifícios.</p> <p>No espaço T20 observa-se uma grande sobrecarga de uso terciário que deve ser compensado com habitação, reforçando o carácter “misto” deste espaço (e evitando que se torne numa “zona vazia” durante o período noturno). Realça-se também a importância da sua articulação com a envolvente à muralha e com as zonas HC adjacentes.</p>
SECÇÃO II - Área de Expansão dos Leões		

<p><i>Artigos 87º, 88º, 89º e 90º (UOPG_B)</i></p>	<p>A aplicação do índice na totalidade da parcela dificulta a sua concretização. Tratando-se de uma área muito fragmentada, o cadastro existente, assim como os limites das classes de espaço, dificultam a execução, sendo difícil a mobilização dos proprietários e a concertação entre eles (operações conjuntas). É necessária uma gestão pró-ativa apoiada na elaboração de instrumentos urbanísticos (estudos de ocupação).</p> <p>O município, apontado como grande promotor da implementação desta UOPG, realizou algumas das infraestruturas gerais, embora isso não tenha sido suficiente para despoletar o processo de urbanização. Existe uma desarticulação entre os objetivos e as orientações para a implementação da UOPG, e a programação definida no âmbito do seu zonamento, dado que os mesmos não foram adequados à reprogramação do espaço efetuada em 2011. Esta desarticulação tem expressão na reprogramação de T1 para zona H4 e H5.</p>
SECÇÃO V – Eixo poente da entrada na cidade	
<p><i>Artigo 101º (Orientações urbanísticas)</i></p>	<p>A criação de um espaço de receção na cidade encontra-se prevista para o Rossio e Praça 1º de Maio, pelo que as orientações urbanísticas que constam do artigo 101º se encontram desatualizadas. Este espaço, que na versão de 2000 do PUE correspondia a <i>área a constituir praça de receção da cidade, parcialmente afeta a unidade hoteleira a manter (T17)</i>, encontra-se agora afeto às instalações da APPACDM (E71).</p>
SECÇÃO VI – Área de equipamento Piscinas / Quinta da Malagueira	
<p><i>Artigos 103º a 106º</i></p>	<p>O normativo aplicável a esta UOPG não se encontra articulado com as disposições do artigo 42º, no âmbito do qual o espaço E62, integrado nesta unidade, <i>compreende o Complexo de Piscinas Municipais, espaço destinado a desporto e recreio, instalação de unidades de alojamento de estudantes da Universidade de Évora e espaços de reserva para outros equipamentos definidos no artigo 39.º, não programados.</i></p>
SECÇÃO VIII - Parque Urbano junto às Portas do Raimundo	
<p><i>Artigo 110º-A e 110º-B (UOPG_H)</i></p>	<p>As regras para esta UOPG são pouco claras, sendo desejável a definição de orientações para a ocupação e para usos compatíveis, nomeadamente de equipamentos de apoio e eventual construção nas áreas de cedências nas “franjas” desta unidade.</p> <p>Seria adequado elaborar um estudo de ocupação abrangendo áreas envolventes, espaços de equipamento e eixo da estrada das Alcáçovas, articulando espacialmente a envolvente e eventualmente redelimitando a UOPG. Conforme referido a propósito do artigo 36ºB, considera-se que deve ser ponderada a pertinência de manter a tipologia EE1 - Parque urbano.</p>
SECÇÃO IX- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no âmbito do PDM	
<p><i>Artigo 110º-C (Termos de referência)</i></p>	<p>PP da Área Residencial da Turgela apresenta dificuldades de execução, sobretudo devido ao investimento necessário em infraestruturas. O uso comercial previsto no plano poderá ser excessivo (equivalente a grande e superfície comercial). O PP define lotes com frentes de dimensões exíguas (6m).</p>
TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	
<p><i>Artigo 119º-A</i></p>	<p>A definição de “Área Urbanizável”, segundo a qual esta é delimitada pelo eixo da via, aumenta a capacidade edificatória dos lotes.</p>

Quadro 41 - Análise ao regulamento do PUE

Do exposto, conclui-se que algumas normas são demasiado genéricas, sugerindo a necessidade de recorrer a um instrumento regulamentar complementar para definição e aplicação de normas específicas, como o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU).

O carácter genérico da norma é ainda mais evidente no que respeita aos grandes conjuntos de valor patrimonial e às áreas consolidadas, uma vez que não é tida em conta a especificidade morfotipológica destes conjuntos urbanos.

Relativamente à **cidade intramuros**, considera-se que a normativa é demasiado rígida, tendo sido concebida para controlar o processo de terciarização, atualmente ultrapassado, limitando excessivamente os usos não habitacionais e a sua modernização.²⁴ Por outro lado, não define de forma clara as diferentes categorias de intervenção nos edifícios, de acordo com o seu grau de proteção individual.

De acordo com o articulado, para além das zonas terciárias e das zonas industriais, também as zonas habitacionais podem acolher atividades terciárias, onde se incentivam os usos complementares à habitação. No entanto, a questão da compatibilização dos **usos não habitacionais** com os usos habitacionais constitui uma questão premente, quer nas zonas consolidadas, quer nas zonas de expansão, tendo em vista a minoração de impactos dos usos incompatíveis com a habitação e a viabilidade e atratividade dos espaços destinados a usos não habitacionais.

5.1.2. Planta de zonamento

A **planta de zonamento** concretiza o modelo de ordenamento do PUE através da qualificação do solo. De acordo com o artigo 27º do regulamento, *o PUE abrange solos urbanizados, os solos de urbanização programada, e os solos afetos à estrutura ecológica urbana compreendidos no perímetro urbano da cidade de Évora conforme delimitados na Planta de Zonamento.*

Do ponto de vista formal, a planta de zonamento apresenta uma legenda devidamente articulada com o regulamento, onde os temas com representação gráfica se organizam da seguinte forma:

- Base cartográfica
- Zonamento
- Espaços canais
- UOPG

No que respeita ao **zonamento**, a área de intervenção do plano encontra-se zonada de acordo com as categorias de espaço seguintes, devidamente representadas na planta:

- Centro Histórico
- Habitacional
- Industrial
- Terciário
- Equipamento
- Estrutura Ecológica Urbana

²⁴ O controlo da terciarização intramuros não fará atualmente sentido, devendo, no entanto, referir-se de que este controlo terá sido mais aparente e formal do que real, visto existirem muitas ocupações de pisos superiores de imóveis com atividades comerciais e de serviços não legalizadas.

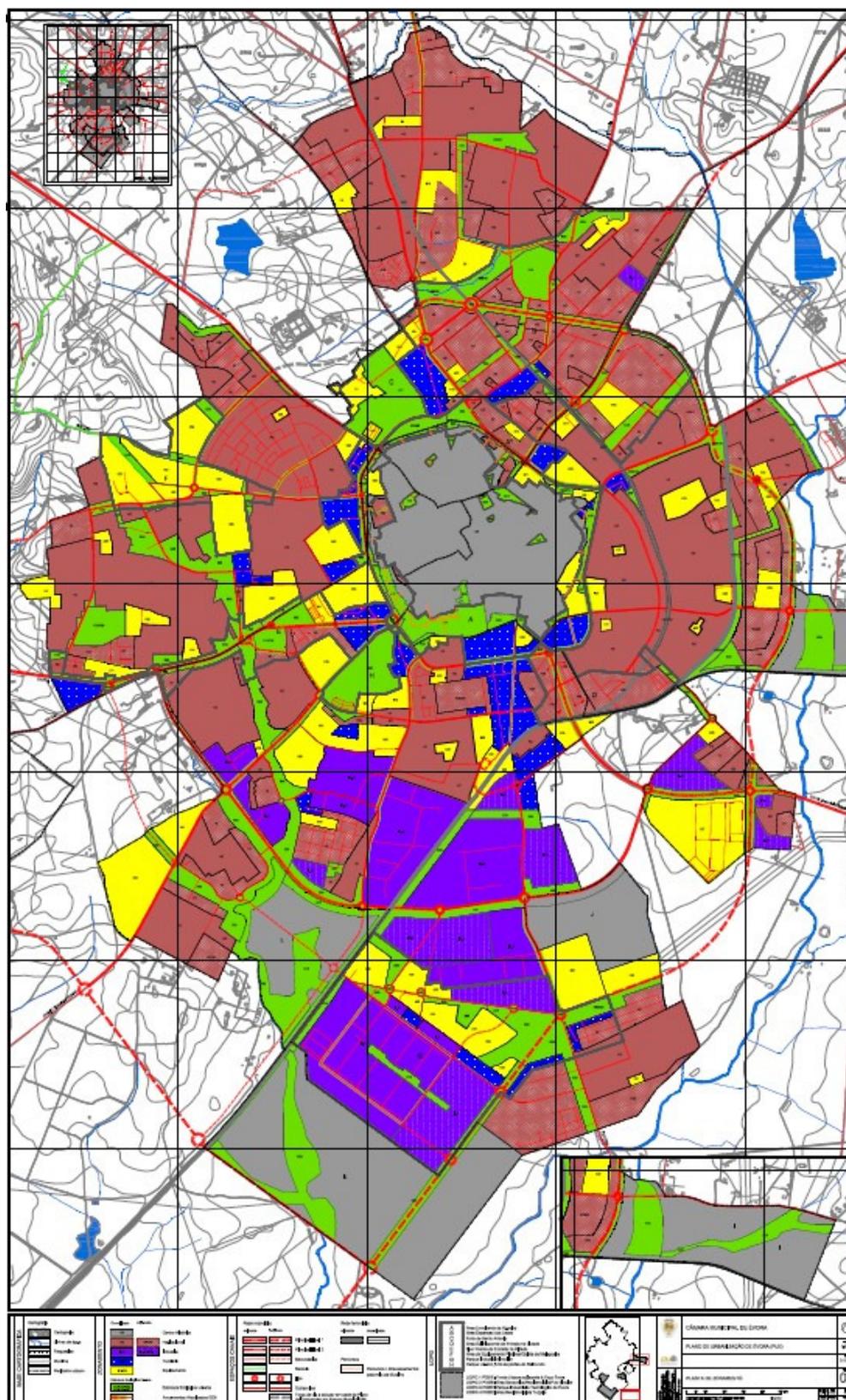


Figura 23 - Planta de zonamento

A planta de zonamento obedece a regras de representação gráfica cuja interpretação e articulação com o regulamento, deve ter uma representação clara e, desejavelmente, não deve levantar dúvidas. O quadro seguinte resulta da análise efetuada à referida planta e identifica incorreções ou incoerências que foram, no entanto, detetadas. Para este efeito, estruturou-se a descrição das mesmas, de acordo com a organização da legenda da planta:

BASE CARTOGRÁFICA	
Cartografia	<ul style="list-style-type: none"> A cartografia de base utilizada em 2011 encontrava-se desatualizada, já àquela data.
(Cadastro)	<ul style="list-style-type: none"> O cadastro não se encontra representado nos elementos cartográficos do plano;
ZONAMENTO	
Centro Histórico	<ul style="list-style-type: none"> O espaço designado de CH não corresponde efetivamente ao Centro Histórico, mas ao tecido edificado consolidado do Centro Histórico; A desarticulação referida no ponto anterior é extensível ao regulamento.
Estrutura Ecológica Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Algumas vias corretamente delimitadas não se encontram visíveis quando associadas à EEU; por exemplo, alguns espaços EE7 não têm a representação da respetiva via; A representação dos EE7 confunde-se com <i>Rede Rodoviária/Recreio</i>; Foram identificados erros na classificação de espaços (por exemplo uma rotunda classificada como EE5); Na legenda, a designação <i>Arruamentos arborizados – EE5</i> está errada, devendo corresponder a EE7; Na legenda, a etiqueta relativa à EEU deve incluir referência a EE5 e não a EE7
ESPAÇOS CANAIS	
Eixos viários	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrem erros na classificação de vias como existentes ou propostas, que nalguns casos não representam o grau de execução verificado em 2011; <i>Outras vias</i> devia estar elencado em <i>Base Cartográfica</i>; Os percursos pedonais indicados na UOPG(A), provenientes da proposta de 2000, não têm a devida correspondência no regulamento, não havendo por isso regras para a implementação dos mesmos; O traçado de <i>Troço de Via a Estudar (PIER)</i> confunde-se com o traçado da <i>Rede Ferroviária</i>; A Rua do Ferragial do Poço Novo possui um perfil de eixo viário que não cumpre o previsto em plano. A proposta do plano tornou-se inviável devido à construção dos dois equipamentos existentes. Nalgumas vias não foi respeitado o modelo previsto pelo PUE, como é o caso do Penedo do Ouro, da antiga estrada de Beja e do troço norte da Rua Antiga Estrada de Almeirim até à Estação Ferroviária.
UOPG	
	<ul style="list-style-type: none"> A identificação das UOPG na Planta e no Regulamento não é textualmente correspondente.

Quadro 42 - Análise da Planta de Zonamento

De uma forma geral, a **Planta de Zonamento** apresenta necessidade de correções pontuais, quer ao nível da representação gráfica, quer das legendas.

5.1.3. Planta de condicionantes

De acordo com o artigo 19º do Regulamento do PUE, “*regem-se pela legislação aplicável as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública ao uso do solo seguidamente identificadas, que constam da Planta de Condicionantes:*

- a) Domínio Fluvial/Margens e Zonas Inundáveis*
- b) Reserva Ecológica Nacional*
- c) Arborização Protegida*
- d) Imóveis Classificados*
- e) Edifícios Públicos*
- f) Saneamento Básico*
- g) Linhas Elétricas*
- h) Rede Rodoviária*
- i) Rede Ferroviária*
- j) Aviação Civil*
- k) Telecomunicações*
- l) Edifícios Escolares*
- m) Defesa Nacional*
- n) Estabelecimentos Prisionais*
- o) Marcos Geodésicos”*

A planta de condicionantes compila assim, a representação gráfica das diferentes servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis ao território da cidade de Évora, organizada conforme apresentado na respetiva legenda:

- **Base Cartográfica**
- **Reserva Ecológica Nacional**
- **Património arquitetónico e arqueológico**
 - Imóveis classificados
 - Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial
- **Espaços canais:**
 - Rede rodoviária
 - Rede Ferroviária
- **Infraestruturas e equipamentos coletivos**
 - Equipamentos
 - Linhas elétricas
 - Infraestruturas
 - Aviação Civil
 - Telecomunicações
- **Defesa Nacional**
- **Arborização protegida**

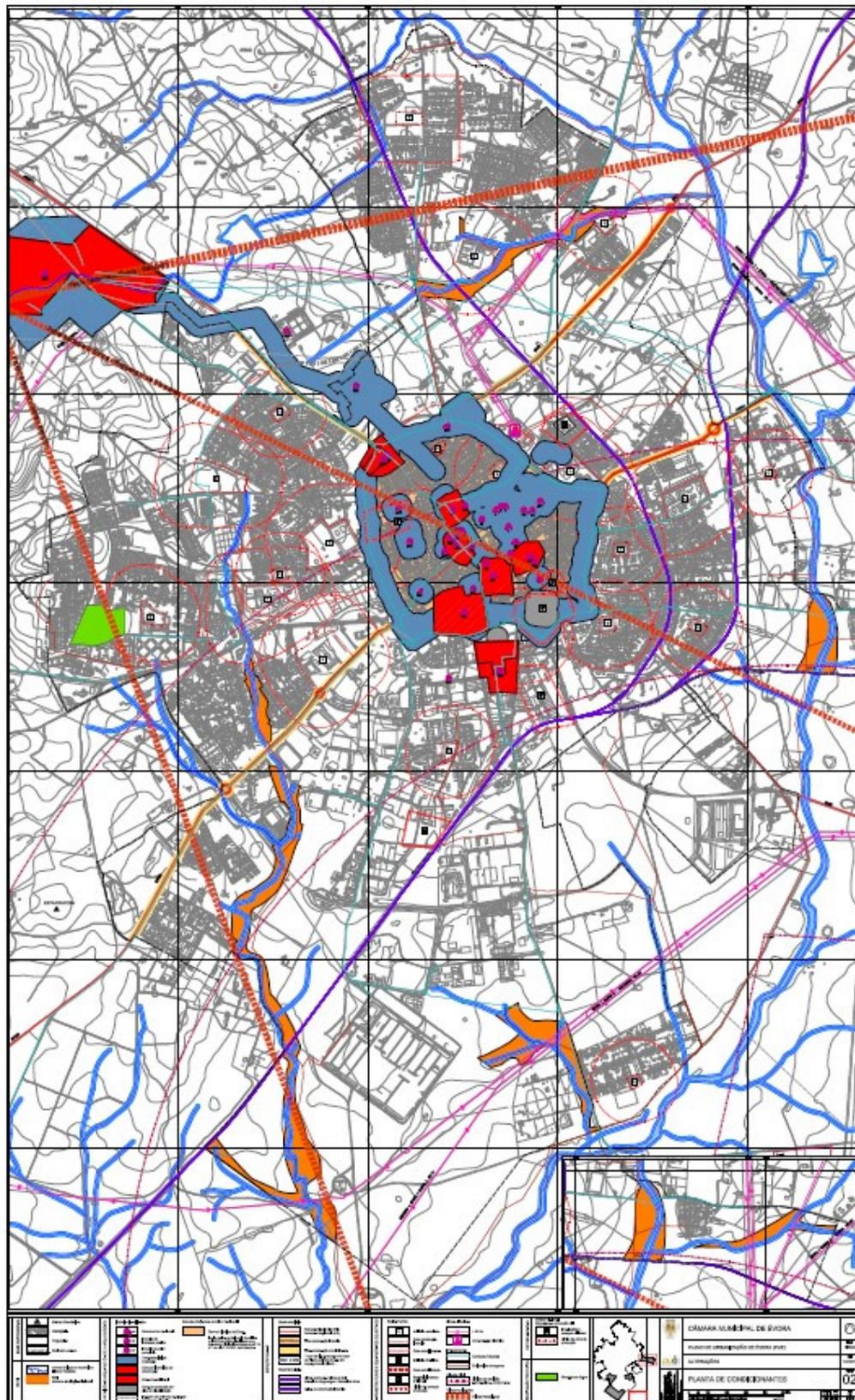


Figura 24 - Planta de condicionantes

A Planta de Condicionantes obedece também a regras de representação gráfica cuja interpretação e articulação com o regulamento e com os regimes legais aplicáveis, desejavelmente não deve levantar dúvidas. O resultado da análise da planta consta do quadro seguinte e dá indicação das incorreções ou incoerências detetadas, estruturadas de acordo com a organização da legenda da planta.

Base Cartográfica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A representação gráfica de “<i>Freguesias</i>” na legenda não é clara.
Reserva Ecológica Nacional (REN)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A representação da REN deve ser atualizada de acordo com a aprovada e publicada.
Património arquitetónico e arqueológico	<p>Na planta de condicionantes estão representados os bens do património arquitetónico e arqueológico classificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com o DL 309/2009, de 23 de outubro de 2009, os “Imóveis de Valor Concelhio” (IVC) designam-se agora “Imóveis de Interesse Municipal” (IIM) e os “Imóveis de Interesse Público” (IIP) de “Monumentos de Interesse Público” (MIP). Esta desatualização é extensível ao Regulamento; ▪ A referência na legenda a zonas especiais de proteção (ZEP) está incorreta; a representação corresponde às zonas gerais de proteção (ZP); ▪ A referência na legenda a zonas de interdição da construção (<i>áreas non aedificandi</i>) está incorreta; a representação correspondente efetivamente a zonas especiais de proteção (ZEP); a legislação em vigor estabelece “zonas <i>non aedificandi</i>” e não “<i>áreas non aedificandi</i>”; ▪ As zonas <i>non aedificandi</i> não são representadas na sua totalidade; não é representada por exemplo a definida no seio da ZEP dos Paços de Évora (Palácio D. Manuel); ▪ Os imóveis classificados estão representados por selo com sigla e não por um polígono que os delimite claramente; ▪ Existem diversos imóveis entretanto classificados, que carecem de representação em planta: igreja e Convento dos Remédios, Pórtico do Antigo Convento de S. Domingos, Chafariz dos Leões e Chafariz das Bravas; ▪ O Chafariz da Fonte Nova indicado como IVC não se encontra classificado; ▪ Na <i>Imagem do conjunto da cidade em Centro Histórico</i> a denominação difere da constante do regulamento - <i>Vistas sobre o Centro Histórico</i>; não são representados os cones visuais, para além de que os pontos de tomada de vista não estão representados porque estão definidos fora do perímetro urbano (informação incompleta); ▪ A delimitação do Centro Histórico de Évora, conjunto classificado, não está de acordo com a proposta de delimitação apresentada pela CME, que não foi ainda aprovada e publicada, existindo divergências na delimitação do limite adjacente à avenida da Universidade; ▪ O Centro Histórico de Évora foi inscrito na lista da UNESCO em 1986 e não em 1995 como consta da legenda.
Espaços canais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas rodoviárias – a EN254 transitou para o município; nos termos da lei, mantém-se servidão enquanto não houver regulamento municipal específico.

Infraestruturas e Equipamentos coletivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola – está assinalada a antiga escola do “Convento Novo”, atualmente desativada.
Defesa Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estão delimitados o Centro de Saúde Militar (no CHE), Quartel dos Mesquitas, Quartel dos Dragões e Manutenção Militar; deve ser verificado se as instalações estão desativadas.
Arborização protegida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A planta identifica as manchas de ocupação mais significativas de azinheira e sobreiro, embora a sua proteção decorra diretamente da aplicação da lei, independentemente da sua delimitação. Eventualmente, esta delimitação, que apenas abrange o espaço EE4 do Escurinho, pode dar azo a interpretar que esta servidão não se aplica a outros locais da cidade.

Quadro 43 - Análise da Planta de condicionantes

Conclui-se que, também a Planta de Condicionantes apresenta necessidade de correções e de atualização dos elementos que a compõem, nomeadamente ao nível da estrutura ecológica urbana, da REN e do património cultural classificado.

Importa referir que o sistema de vistas (descrito no capítulo do Património), definido por um conjunto de cones visuais integrados na Planta de Condicionantes e regulado pelas normas constantes do artigo 9º do Regulamento do PUE (*Vistas sobre o Centro Histórico*), deveria encontrar-se representado na Planta do Património anexa ao Regulamento e não na Planta de Condicionantes.

5.1.4. Planta da estrutura ecológica urbana

A Planta da Estrutura Ecológica Urbana, à escala 1: 5000, foi elaborada e introduzida no PUE em 2011, aquando da sua alteração. No entanto, os erros detetados na Planta de Zonamento, no que respeita à Estrutura Ecológica Urbana, e já devidamente descritos no quadro 42, foram replicados nesta planta, havendo assim necessidade de proceder também à sua correção.

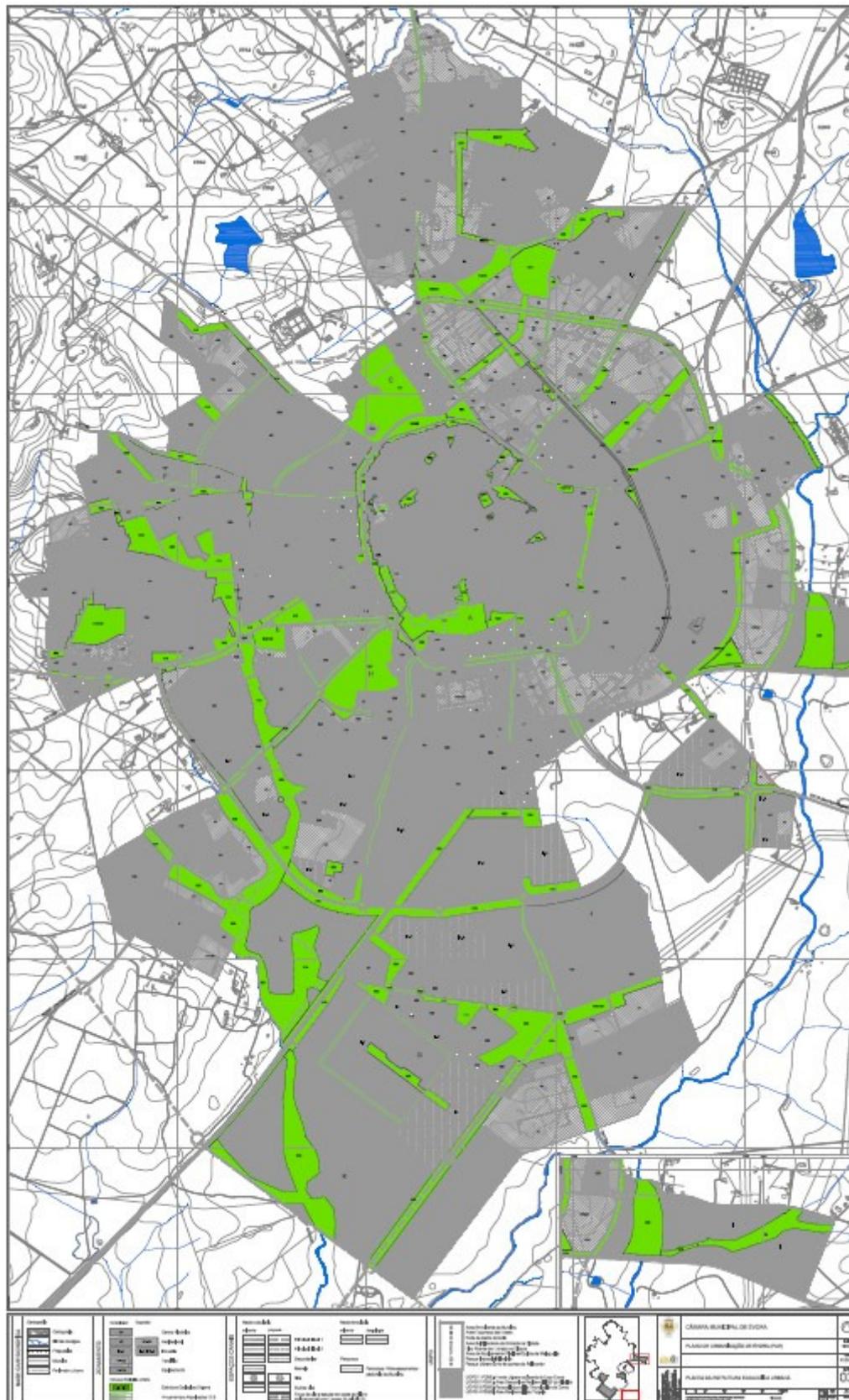


Figura 25 - Estrutura ecológica urbana

5.1.5. Planta do património e inventário do património

Os elementos patrimoniais encontram-se representados em duas plantas, “Património, Cidade Intramuros” à escala 1:2 000 e “Património, Cidade Extramuros”, à Escala 1:5 000, e identificados no Anexo I do Regulamento, Inventário do Património.

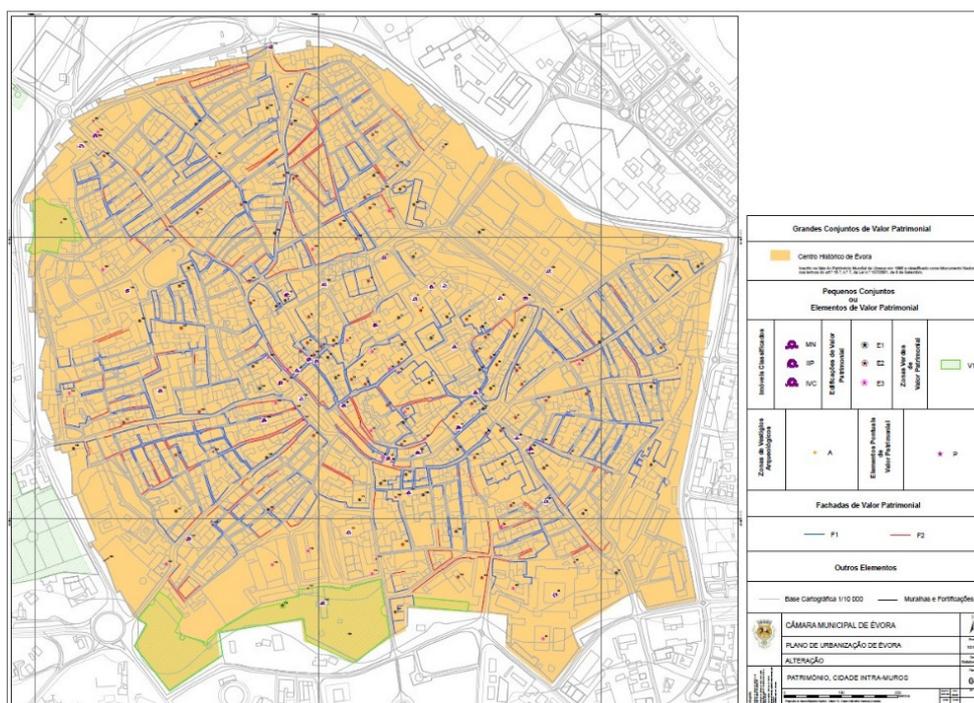


Figura 26 - Planta do património - Cidade intramuros

Nas plantas encontram-se representados os Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial e os Pequenos Conjuntos ou Elementos de Valor Patrimonial, onde se incluem os seguintes elementos:

Nos Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial:

- Centro Histórico de Évora
- Zona Verde Monumental
- Zona de Urbanização Nº1 – Núcleo Inicial
- Bairro da Malagueira

Nos Pequenos Conjuntos ou Elementos de Valor Patrimonial:

- Imóveis Classificados (MN, IIP e IVC)
- Edificações de Valor Patrimonial (E1, E2 e E3)
- Zonas Verdes de Valor Patrimonial (V1)
- Zonas de Vestígios Arqueológicos (A)
- Elementos Pontuais de Valor Patrimonial (P)
- Fachadas de Valor Patrimonial (F1 e F2)

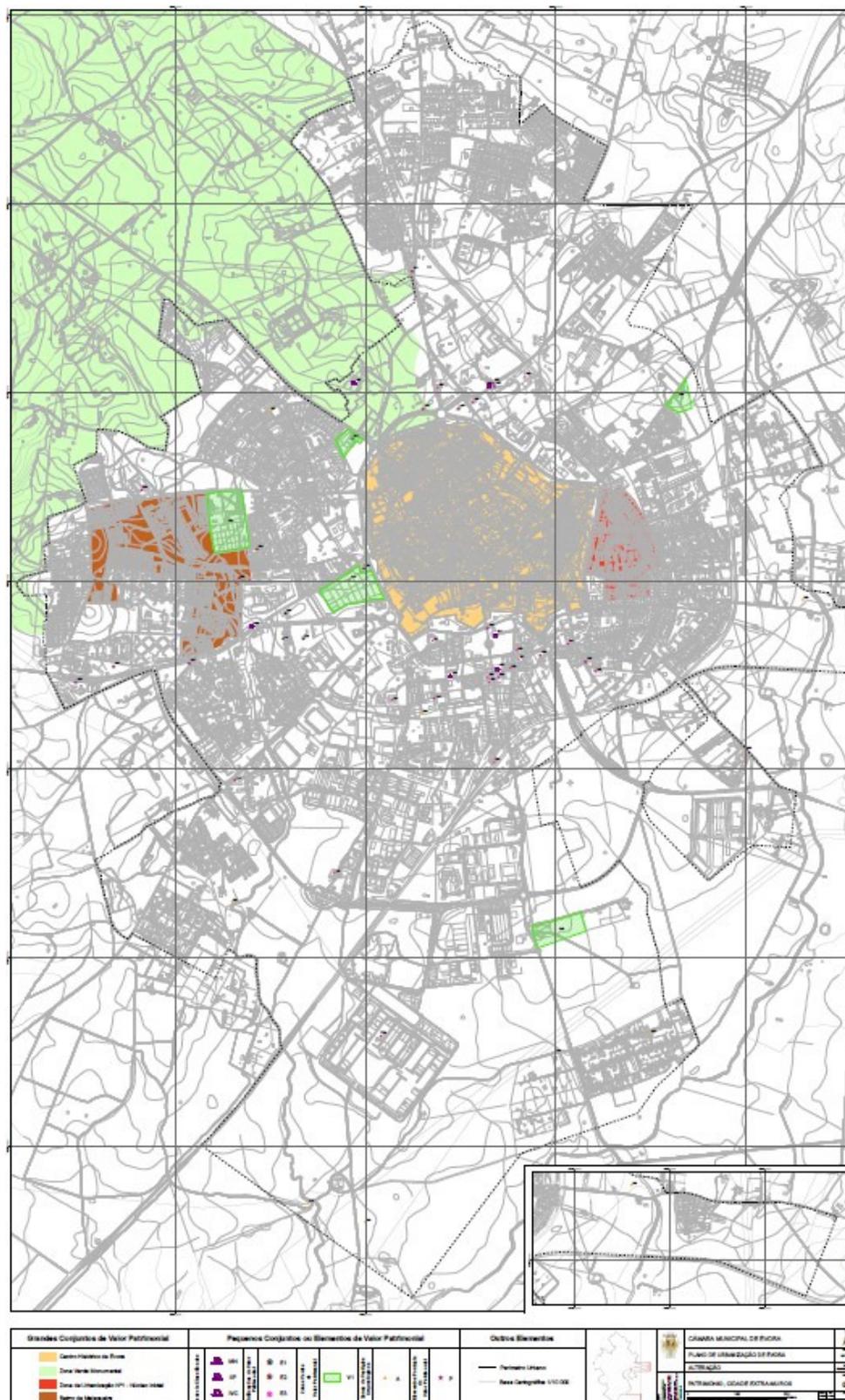


Figura 27 - Planta do património – Cidade extramuros

As plantas do Património obedecem a regras de representação gráfica cuja interpretação e articulação com o regulamento não deve levantar dúvidas. O quadro seguinte resulta da análise efetuada às referidas plantas e dá indicação de incorreções ou incoerências detetadas. Para este efeito, estruturaram-se os comentários de acordo com a organização da legenda da planta:

Base Cartográfica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Base cartográfica, está identificada como “Outros Elementos”, o que não é coerente com as restantes peças desenhadas. Não se encontra representada na planta do “Património, Cidade Intramuros”, as muralhas e fortificações de acordo simbologia definida na legenda.
Grandes Conjuntos de Valor Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não se encontram representadas na planta do “Património, Cidade Extramuros” as Vistas sobre o Centro Histórico, encontrando-se este elemento representado na Planta de Condicionantes. ▪ O Centro Histórico de Évora foi inscrito na lista da UNESCO em 1986 e não em 1995 como consta do inscrito na legenda da planta “Património, Cidade Intramuros”.
Pequenos Conjuntos ou Elementos Individuais de Valor Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com o DL 309/2009, de 23 de outubro de 2009, os “Imóveis de Valor Concelhio” (IVC) designam-se agora “Imóveis de Interesse Municipal” (IIM) e os “Imóveis de Interesse Público” (IIP) de “Monumentos de Interesse Público” (MIP). Esta desatualização é extensível ao Regulamento. ▪ Os imóveis classificados estão representados por selo com sigla e não por um polígono que os delimite claramente; ▪ Existem diversos imóveis entretanto classificados, que carecem de representação em planta: igreja e Convento dos Remédios, Pórtico do Antigo Convento de S. Domingos, Chafariz dos Leões e Chafariz das Bravas; ▪ O Chafariz da Fonte Nova indicado como IVC não se encontra classificado, não possuindo atualmente qualquer proteção de natureza legal (imóvel classificado) ou administrativa (em sede de instrumento de gestão do território), situação que deverá ser corrigida; ▪ A delimitação do Centro Histórico de Évora, conjunto classificado, não está de acordo com a proposta de delimitação apresentada pela CME, que não foi ainda aprovada e publicada, existindo divergências na delimitação do limite adjacente à avenida da Universidade; ▪ Os elementos elencados no inventário do património como 192 e 218, classificados como IIP/ V2 e P/V1 respetivamente, não se encontram corretamente representados na Planta de Património, sendo omissa a representação enquanto Zonas Verdes de Valor Patrimonial (V). ▪

Quadro 44 - Análise da Planta de Património

A listagem de elementos apresentada no Anexo I do Regulamento, Inventário do Património e constante nas plantas de património, encontra-se desatualizada e incompleta em face dos estudos e inventários existentes²⁵ e deverá ser atualizada /complementada, tendo em vista a salvaguarda abrangente e eficaz do património arquitetónico e arqueológico.

²⁵ Foram realizados nas últimas décadas diversos estudos temáticos e inventários, quer ao nível do património arquitetónico, quer ao nível do património arqueológico, estudos particularmente focados na cidade intramuros. De entre estes destaca-se o Inventário do Património Arquitetónico desenvolvido no âmbito do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, DGPC/ex-DGEMN) (2005-2007)

É de referir ainda que, as Zonas Verdes de Valor Patrimonial identificadas no inventário como V2, não têm correspondência no regulamento, nem na planta do património.

O mesmo ocorre com as zonas de vestígios arqueológicos (A) identificadas no inventário como A2 e A3, que também não têm correspondência no regulamento, nem na planta do património.

5.2. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DO PLANO

5.2.1. Relatório

Tal como indicado no regulamento do PUE, os elementos incluídos no relatório incluem o seguinte:

- a) Objetivos
- b) Modelo de ordenamento
- c) Enquadramento territorial, incluindo a respetiva planta
- d) Propostas setoriais
- e) Financiamento e execução do plano

A primeira parte do relatório intitula-se **A cidade em 1995** e divide-se em três capítulos: *Abordagem Global*, *Abordagens Setoriais* e *Um Olhar Crítico Sobre o Território*. O capítulo *Abordagem Global* inclui informação sobre o enquadramento territorial, a população residente, as atividades económicas e as transformações urbanas. O capítulo *Abordagens Setoriais* aborda a circulação e transportes, redes de águas e saneamento e eletricidade, equipamentos, alojamento, produção e oferta de solo urbanizado e cadastro fundiário. O último capítulo, *Um Olhar Crítico Sobre o Território*, tece considerações sobre o perímetro urbano e eixos estruturantes, a estrutura ecológica urbana e a distribuição funcional.

A segunda parte do relatório intitulada “**Cenário e Objetivos**” inclui três capítulos: *Um cenário de crescimento da cidade*, *Orientações do plano estratégico* e *Objetivos do plano*.

A terceira parte do relatório sobre as “**Propostas do Plano**” desenvolve-se em quatro capítulos. O primeiro destes, relativo ao modelo de ordenamento, organiza-se nos seguintes subcapítulos: *estrutura* (que inclui planta esquemática), *distribuição funcional*, *zonamento* (apresenta quadro síntese com quantificação de zonas), *património*, *desenho urbano*, *equidade*, *áreas estratégicas e prioritárias* (apresenta planta de UOPG) e *um cenário de distribuição da população* (que inclui quadro com distribuição da população por áreas da cidade). O segundo capítulo dedica-se ao enquadramento territorial. O terceiro capítulo dedica-se às propostas setoriais e subdivide-se nos seguintes subcapítulos: política de solos, alojamento, equipamentos, águas e esgotos, circulação e transportes.

organizado em inventário de monumentos e em inventário de conjunto do Centro Histórico de Évora (IPACHE). Este último foi posteriormente complementado através “Carta de Valores Patrimoniais do CHE” (realizada pelos serviços municipais e em finalização). Estes estudos e inventários identificam e descrevem outros elementos e imóveis de valor patrimonial, assim como muitos imóveis, que não podendo ser considerados construções notáveis possuem elementos de valor patrimonial, como elementos de antiguidade, interesse arquitetónico, elementos estruturais e decorativos de valor. A este respeito, deve referir-se que o Inventário Artístico do Concelho de Évora, obra de referência da autoria de Túlio Espanca (1966), descreve muitos imóveis com elementos de interesse ou com referências de antiguidade (datações ou notas históricas) que não estão identificados na cartografia do plano.

O quarto capítulo, sobre o financiamento e execução do plano organiza-se em três subcapítulos: *custos de execução do plano*, *capacidade financeira do município* e *investimentos prioritários*.

No que respeita à estrutura do relatório, importa referir que nem sempre os conteúdos se distribuem pelos diversos títulos que o compõem, da forma mais clara e coerente. De qualquer forma, considera-se que, no essencial, o documento sintetiza as propostas do plano com tradução nos restantes elementos, os quais no seu conjunto compõem o PUE.

A falta de correspondência clara entre o diagnóstico e a proposta, torna por vezes pouco perceptíveis os critérios que estiveram na origem das propostas. Exemplo disso é a delimitação das *Zonas Verdes Urbanas* (ZVU), cujo conceito por vezes se confunde com o conceito de *Estrutura Ecológica Urbana* e relativamente às quais os critérios de delimitação não são suficientemente explícitos.

No que respeita às propostas setoriais, destaca-se a falta de uma representação gráfica da globalidade dos equipamentos, algo que dificulta a identificação dos equipamentos programados e que gera alguma confusão relativamente à interpretação da figura e do elenco apresentados a respeito do financiamento e execução do plano.

Também o próprio modelo de ordenamento não se encontra claramente descrito, não sendo apresentado nos elementos gráficos constantes do documento.

É também de notar a ausência de quaisquer descritores de qualidade ambiental, designadamente acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos e da qualidade da água para abastecimento público, que à data se assumiam já como temática de bastante relevo na gestão do território.

Por outro lado, a terceira parte do relatório inclui a maioria dos conteúdos elencados no regulamento, resultando numa boa articulação entre o modelo proposto e as normas que lhe estão associadas.

6. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

6.1. CIDADE DE ÉVORA

6.1.1. Rede viária

Os objetivos do PUE:

O modelo de ordenamento proposto no PUE 2000 procurou consolidar a estrutura radioconcêntrica da cidade. Para a prossecução dessa consolidação a estrutura viária deveria ser reforçada, mantendo e apostando na qualificação urbana da Circular à Muralha e da totalidade dos eixos viários existentes, dando continuidade à grande circular pelos lados nascente-norte e criando um novo eixo radial.

Ao sistema viário principal competia assegurar duas funções essenciais: a ligação da cidade com a região e a rede viária nacional; a articulação dos bairros entre si. O sistema de circulação proposto assumiu uma forma radioconcêntrica, que se apoia em circulares (existentes e projetadas) e num conjunto de radiais que constituem as antigas estradas de acesso à cidade. O reforço do sistema viário foi programado através da projeção de novas vias circulares (Grande circular e circular intermédia).

Considerando a organização da rede viária do plano, temos que, as **Vias Principais de Nível 1** são constituídas pelas radiais que fazem a ligação entre a Cidade Intramuros e as estradas nacionais, assim como as principais circulares – a Circular à Muralha e a grande circular. As **Vias Principais de Nível 2** complementam o esquema radioconcêntrico de Nível1, articulando a Circular à Muralha com os bairros e a cidade a norte, nascente e poente (através de radiais) e articulando setores urbanos e bairros entre si (através de circulares com destaque para a Circular Intermédia). A **Rede Secundária** articula vias radiais e vias circulares, interligando diferentes bairros e estabelecendo distribuidoras locais.

A grande circular (Lisboa/Estremoz), projeta-se para desempenhar uma função regional de atravessamento da cidade, que inclui o troço já existente a sul, estrada Lisboa/Beja e é prolongada para nascente, pretendendo-se que esta constitua limite entre cidade e campo, e para norte, transformando-se numa avenida assumidamente urbana e estruturante para a expansão da zona dos Leões.

A circular intermédia, entre as portas de Machede e as piscinas, projeta-se para a ligação de vias já existentes, pretendendo-se conferir uma maior ligação e capacidade de distribuição entre o sector sul e poente da cidade. Refere-se ainda o eixo radial de Estremoz, onde se projeta o desvio da via existente para um enfiamento direto ao CHE, e uma ligação ao nó da grande circular a norte, estabelecendo assim um importante eixo visual.

O Relatório do PUE (1999) aponta ainda opções e políticas relativas à circulação e transportes ao nível da rede viária, da rede de circulação de bicicletas, da circulação no Centro Histórico e do modelo de transportes públicos, tendo por base estudos setoriais desenvolvidos.

Com efeito, a rede viária contribui para os seguintes objetivos do plano:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades.
Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para uma circulação fácil, apostando nos transportes coletivos para o acesso ao Centro.

Quadro 45 - Objetivos do plano que enquadram a rede viária

Dinâmica do plano:

A alteração do PUE em 2011 manteve a tipificação existente, introduzindo alterações pontuais e acrescentando normativa sobre edificabilidade (artigo 35º do regulamento do PUE):

- *É atribuído aos espaços canais destinados à construção das Vias estruturantes de Nível 1 para efeitos da sua avaliação e aquisição pelo município, o direito de edificabilidade correspondente a um índice de utilização bruto máximo equivalente a $I_{ub}=0,35$ (...)*
- *No âmbito da realização de operações urbanísticas de iniciativa particular que incidam sobre prédios que compreendam parcelas necessárias à construção das Vias estruturantes de Nível 1 poderá ser admitido o acréscimo de STP nas parcelas urbanizáveis do prédio objeto da intervenção (...)*

Existem ainda um conjunto de alterações nos traçados da rede rodoviária, algumas das quais estruturantes, que se descrevem de seguida:

- Alterada a implantação, classificação e traçado da **Via Principal de Nível 1** entre as portas de Avis e o Cruzeiro (Figura 28), com deslocação da via e respetivo nó viário para junto da Rua Ferragial do Poço Novo, com implicações no traçado da Circular à Muralha, entre as portas da Lagoa e este nó;
- Profunda alteração do sistema viário concretamente ao nível da **Rede Secundária** na zona de expansão dos Leões (Figura 28), fragilizando a articulação entre bairros (Bacelo e Pites com antiga Fábrica dos Leões) e entre as EN 18 e EN 254, assumindo uma lógica de distribuição interna no setor; com efeito, a articulação entre a Cidade Norte e a Cidade Nascente não é efetuada por vias principais de Nível 2 ou vias secundárias, obedecendo a uma lógica diferente.

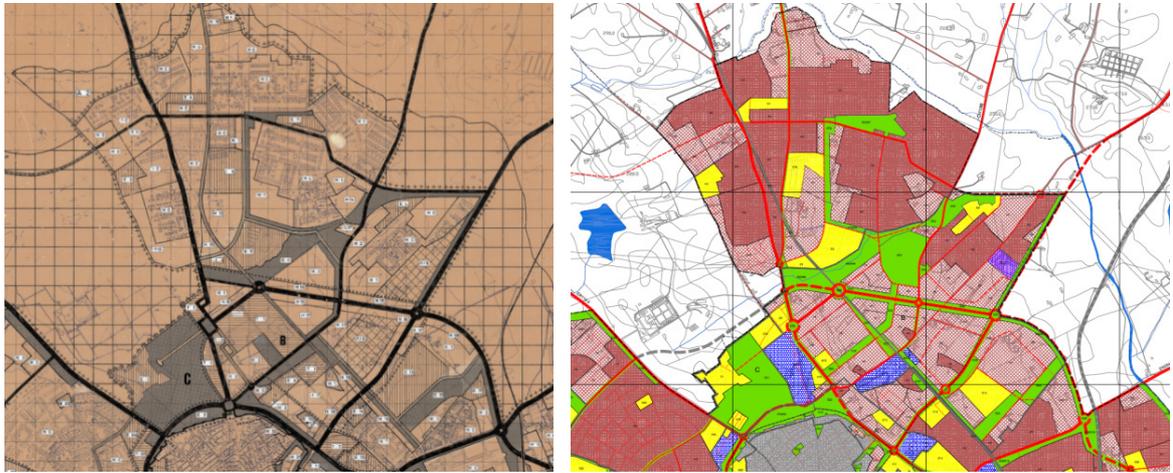


Figura 28 - Extrato do PUE 2000 e 2011

- c) Delimitação de novo traçado viário integrado na **Rede Secundária**, entre a Rua da Horta das Figueiras e a EN380 a sul na Zona Desportiva do Juventude Sport Clube e Lusitano de Évora (Figura 30), identificados em **E42**;



Figura 29 - Extrato do PUE 2000 e 2011

- d) Alterado o traçado proposto da **Via Principal de Nível 1**, referente à grande circular a sudeste, passando agora a prever-se uma ligação desde o nó do Évora Plaza, nó do MARE e nó do Sport Lisboa e Évora (Figura 31);

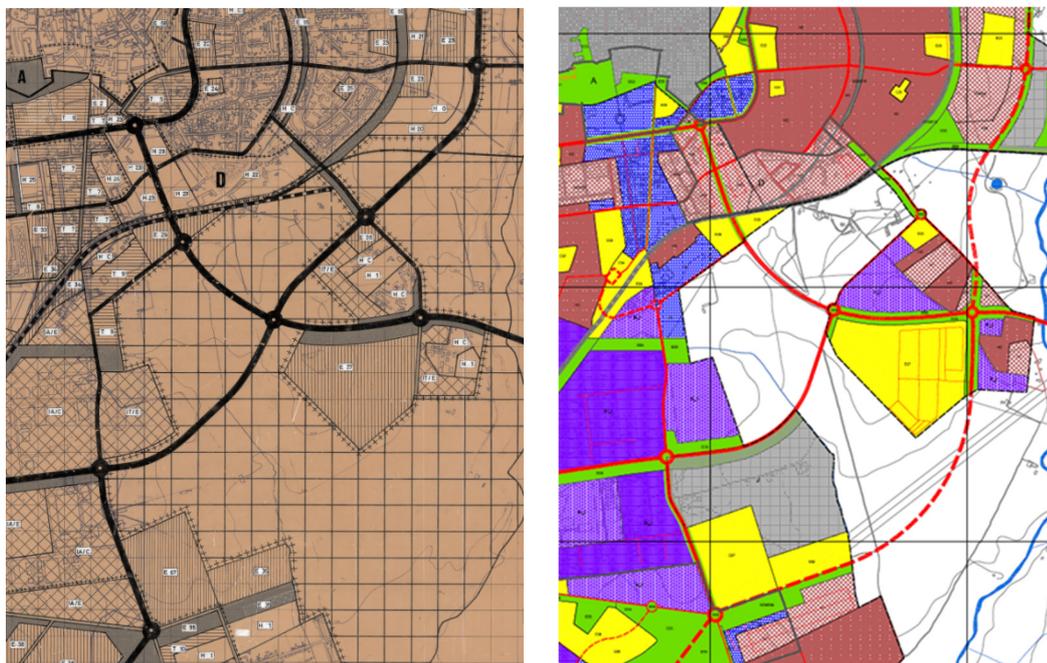


Figura 30 - Extrato do PUE 2000 e 2011

- e) Delimitação de novo traçado viário integrado em **Via Principal de Nível 2**, entre a Rua Antiga Estrada de Almeirim e a Estação Ferroviária, com execução de passagem subterrânea sobre a linha ferroviária; Assinala-se ainda a retirada do nó na Via Principal de Nível 1, variante de acesso à Lagril (Figura 31);

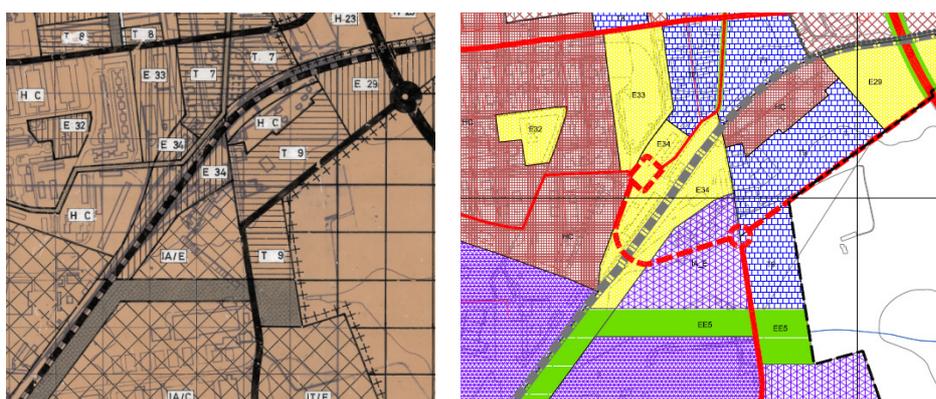


Figura 31 - Extrato do PUE 2000 e 2011

- f) Delimitação de novo traçado viário integrado em **Via Secundária**, pretendendo constituir uma circular a sul a partir do nó junto ao Évora Hotel, nó do Bairro da Casinha, passando pela UOPG L e ligação ao Parque Industrial e Tecnológico de Évora (Figura 32);

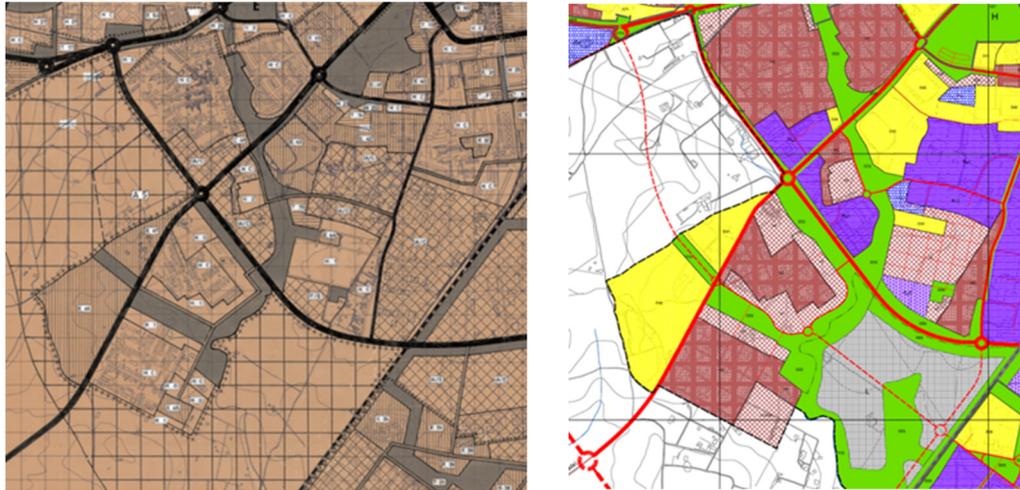


Figura 32 - Extrato do PUE 2000 e 2011

- g) Alteração do traçado de **Vias Secundárias** e introdução de nós viários no Parque Industrial e Tecnológico de Évora (Figura 33).

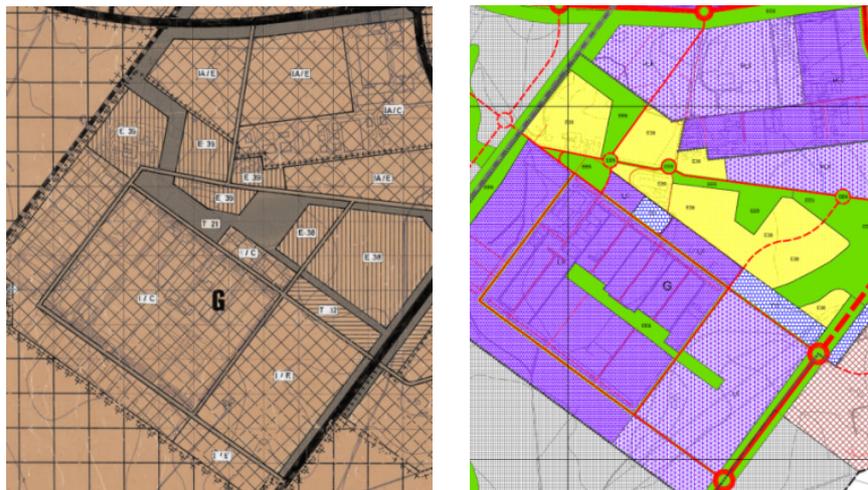


Figura 33 - Extrato do PUE 2000 e 2011

Regulamento:

De acordo com o artigo 33º do regulamento do PUE (2011) *o traçado da Rede Viária assinalado na Planta de Zonamento corresponde a vias já existentes ou/e a espaços canais destinados à implantação para novas vias a construir (...). Estas vias visam a necessária circulação automóvel, mas também a estruturação da Cidade, pelo que a sua implementação deverá articular o projeto viário com o desenho urbano e/ou paisagístico das faixas marginais.*

Nos termos do artigo 34º do regulamento do PUE, a Rede Viária assinalada na Planta de Zonamento subdivide-se em:

- a) *Vias Principais de Nível 1;*
- b) *Vias Principais de Nível 2;*
- c) *Vias de Recreio;*
- d) *Vias Secundárias.*

Vias Principais de Nível 1:

- a) *Funções: ligações urbanas estruturantes e ligações à rede regional; supletivamente, ligações entre sectores da Cidade;*

Vias Principais de Nível 2:

- a) *Funções: ligações urbanas estruturantes e, supletivamente, ligações entre sectores da Cidade;*

Vias de recreio:

- a) *Funções: percursos de recreio em ambiente rural e, supletivamente, ligações entre sectores da Cidade;*
- b) *Enquadramento: deverão respeitar preexistências, nomeadamente muros e coberto arbóreo;*
- c) *Características: preferencialmente afastadas da circulação rodoviária e integradas numa lógica de rede de circuitos, que estabeleça a ligação entre espaços públicos de recreio e lazer e equipamentos coletivos.*

Vias Secundárias:

- a) *Funções: complemento da restante rede viária, criando alternativas na ligação entre sectores da Cidade, estabelecimento de acessos locais e estruturação do tecido urbano;*
- b) *Características: a determinar pelo desenho urbano, tendo por referência os perfis transversais referência os expressos no artigo 57º, n.º 2, al. c).*

Execução do plano:

Dá-se nota que o zonamento definido em 2000 não diferenciava a rede rodoviária existente da proposta, passando essa diferenciação a constar em 2011. Neste sentido, existem alguns erros de classificação em 2011 que podem advir desta situação, nomeadamente na representação dos troços da circular intermédia. A planta com o nível de execução da rede rodoviária (Figura 34) reflete esta situação ao assinalar como não executados troços de vias classificadas como existentes em 2011.

De forma a identificar de forma clara a descrição da execução da rede rodoviária, são adicionados códigos numéricos com correspondência na planta de execução.

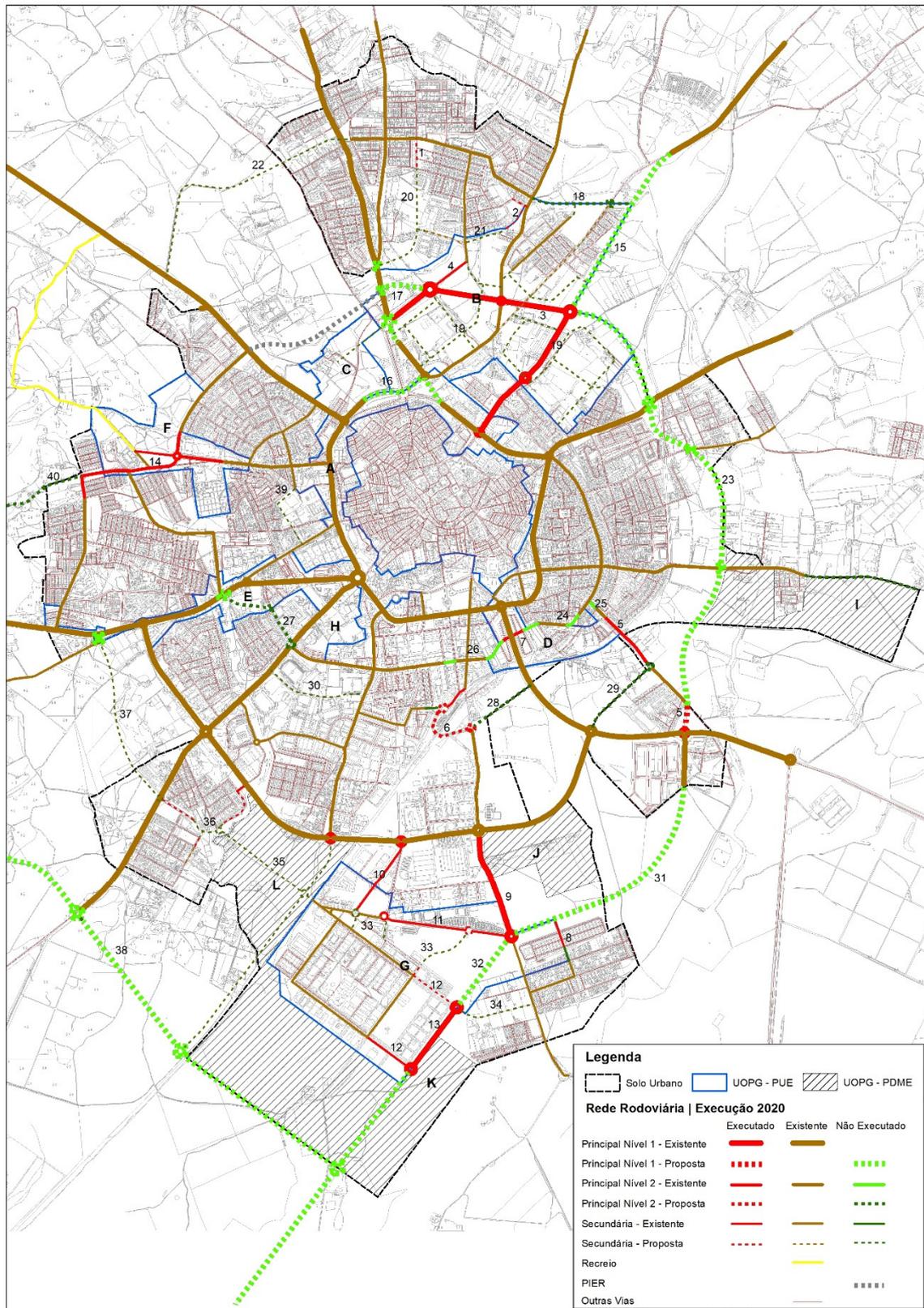


Figura 34 - Nível de execução da Rede Rodoviária

Conforme mapa de execução, **foram executadas as seguintes infraestruturas viárias:**

- Execução de troços de **Vias Secundárias** a norte – Rua To Quim Barreto (1), Rua Manuel Sebastião da Silva e reperfilamento da Rua da Soledade (2);
- Na UOPG dos Leões foram executadas as **Vias Principais de Nível 1** - Avenida Lino de Carvalho e troço norte da Grande Circular (3); e a **Via Secundária** “Estrada de ligação ao Bairro das Pites” (4);
- Executado o troço a sudeste da **Via Principal de nível 2** na Rua Antiga Estrada de Beja (5), alterando-se a sua implantação paralelamente ao definido em planta, com execução de passagem subterrânea sob a linha ferroviária, e executado troço da **Via Principal de Nível 1**, referente à Grande Circular, junto ao nó do MARÉ (5);
- Execução na Cidade Sul de troços das **Vias Principais de Nível 2**, através de ligação da Rua Antiga Estrada de Almeirim à estação Ferroviária (6) com execução de passagem subterrânea sob a linha ferroviária junto ao nó da Estação Ferroviária; e troço pertencente à Circular Intermédia, referente à Rua Henrique Mendes (7); execução de troço de **Via Secundária** nas Vilas do Alcaide, com execução da Rua Marcolino Silva (8) e vias de acesso ao Bairro da Casinha (36);
- Ainda a sul, foi executado o reperfilamento da **Via Principal de Nível 1** na Rua Antiga Estrada de Almeirim (9), na Zona Industrial, as **Vias Secundárias** da Rua do Parque Industrial e Rua Eng. Francisco Guerra (10) e ainda a Rua Luis Adelino Fonseca (11); no PITE, foram executados, troços das **Vias Secundárias** da Rua Intermédia e Rua Circular Sul do Parque Industrial (12) e **Via Principal de Nível 1** no limite este do PITE (13);
- A oeste, foram executados os troços das **Vias Principais de Nível 2** na Avenida Eng. Arantes e Oliveira e Avenida Arq. Rui Couto (14) e a **Via Secundária**, referente à Rua Rotary Internacional (14).

No que diz respeito às **vias não executadas**, observa-se o seguinte:

- Não execução de troços de **Vias Principais de Nível 1** a norte no eixo radial de Estremoz (15); troço da via envolvente à muralha junto às portas de Aviz e Rua Ferragial do Poço Novo (16); e a norte desta, os nós e a ligação da Estrada do Penedo do Ouro e nó da Grande Circular (17);
- Ainda a norte a não execução da **Via Principal de Nível 2** na ligação do CM1088 e o eixo radial de Estremoz (18); e das **Vias Secundárias** na área dos Leões (19), a ligação da Rua Tó Quim Barreto à Estrada Penedo do Ouro (20), ligação da Rua Manuel Sebastião Silva à Rua Soldado Joaquim Luís (21) e a via de ligação entre a Rua Professor Francisco Varela da Costa e a ER114-4 (22), exterior ao perímetro urbano;
- Não execução da **Via Principal de Nível 1** referente ao troço Nascente da Grande Circular (23) e ainda a nascente, o troço da Circular Intermédia (24) integrado nas **Vias Principais de Nível 2** na zona do Chafariz D’el Rei e troço de ligação entre a Av. D^a Leonor de Oliveira Fernandes e a Rua Bernardino Piteira (25);
- A sul, os troços da Circular Intermédia (26), integrados nas **Vias Principais de Nível 2**, junto à antiga manutenção Militar e Av. Dr. Francisco Barahona e a ligação entre o nó da Vila Lusitano e Av. Túlio Espanca (27);
- Também a sul, a não execução das **Vias Principais de Nível 2**, no troço entre o nó da Rua Antiga Estrada de Almeirim e a variante Sul/Nascente de entrada na cidade (28) e troço entre o nó da variante Sul/Nascente de entrada na cidade e a Rua Antiga Estrada de Beja (29);

- Não execução da **Via Secundária**, no traçado de ligação entre a Rua da Horta das Figueiras e a EN 380 na zona desportiva do Juventude e Lusitano (30);
- A sul da Grande Circular, a não execução do troço de circular integrado na **Via Principal de Nível 1**, entre o nó do Évora Plaza e o nó do MARÉ (31);
- Na zona Industrial, a não execução de troço de **Via Principal de Nível 1** entre o nó do Évora Plaza e o nó do PITÉ (32); troços de ligação de **Vias Secundárias** entre o Bairro de Almeirim e as Vilas do Alcaide (8), entre o PITE e a Rua Luis Adelino Fonseca e Rua da Barbarrala (33); e ligação do PITE à Rua Antiga Estrada de Almeirim (34), junto ao Bairro de Almeirim e Cabeço do Arraial;
- Ainda a sul, a não execução das **Vias Secundárias** previstas na UOPG L (35), de ligação entre o Bairro da Casinha, Parque Industrial, Grande Circular e Circular Sul (via circular de acesso ao novo Hospital) exterior ao perímetro urbano; troços de ligação (36) no bairro da casinha e troço de circular (37) desde o nó previsto junto ao Évora Hotel e Bairro da Casinha;
- Não execução da Circular Sul (38) exterior ao perímetro urbano, definida como **Via Principal de Nível 1** que liga a EN114, EN380 à zona de expansão industrial prevista na UOPG K;
- A oeste, a não execução da **Via Secundária** de ligação (39) da Rua dos Três Bicos à Av. do Salesianos e Av. de São Sebastião; e a via de ligação (40) entre a EN114 e a Rua Capitão Salgueiro Maia no Bairro das Fontanas;
- Ainda a oeste, dá-se ainda conta da não concretização da via a definir em sede de PIER.

Não se apresenta o quadro de execução como efetuado nas restantes classes de espaço do PUE, porque se tratam de traçados com representação linear não podendo ser comparado com o PUE2000 onde a rede rodoviária apresenta uma representação do tipo área.

Conclusões:

Tendo em conta os objetivos do plano, o sistema de circulação rodoviário radioconcêntrico apresenta-se fragmentado e está incompleto devido sobretudo a descontinuidades nas vias circulares. Evidencia-se uma fraca conectividade entre setores urbanos e bairros, sobretudo na Cidade Este e na Cidade Sul e entre estes setores.

As alterações ao plano em 2011 originaram uma complexificação da rede viária fundamental, tornando-a menos coerente ao nível dos traçados e da respetiva hierarquia. Esta complexificação pode onerar a programação e condicionar a sua exequibilidade, designadamente:

- Ao nível do traçado da grande circular;
- O nó da Porta de Avis com respetivo enterramento da Circular à Muralha e vias adjacentes;
- No atravessamento de via secundária ente Casinha e PITE.

Do conjunto de vias descritas, destacam-se ao nível da **execução** as seguintes:

- A execução das Vias Principais de nível 1 na UOPG dos Leões e na Cidade Sul;
- A execução das Vias Principais de nível 2 na Cidade Oeste;
- A execução das Vias Secundárias, também na Cidade Sul.

Ao nível da não execução, destacam-se as seguintes:

- A não execução da **Via Principal de Nível 1**, Grande Circular a nascente;
- A não execução da **Via Principal de Nível 2**, Circular Intermédia na Cidade Sul e Nascente;
- A não execução das **Vias Secundárias** na UOPG dos Leões e na Cidade Sul.

Relativamente às propostas contidas no relatório do PUE (1999) evidencia-se o seguinte:

- Circular à Muralha não possui perfil urbano em grande parte (Portas da Lagoa – Portas do Raimundo e troços a norte /Av. D. Manuel Trindade Sagueiro e Av. Universidade);
- A rede viária principal nem sempre é acompanhada de percursos pedonais qualificados;
- Sistema centralizado de pagamento e estacionamento não introduzido;
- Não se melhorou significativamente a circulação pedonal intramuros e não se pedonalizou a área interior à Cerca Velha;
- As “cargas e descargas” não foram disciplinadas;
- Existência de estacionamento lateral e acesso a edificações nalgumas vias de Nível 1 (Av. Lino de Carvalho); contrariando o disposto no regulamento.

Notas adicionais:

A rede de circulação de bicicletas apresentada tem sido implementada de forma parcial e com alterações, tendo sido implementados percursos alternativos aos indicados, tais como:

- Ecopista (EE2)
- Desde a Porta de Avis à Porta da Lagoa a ao longo do troço urbano da ER114-4 e Av. Rui Couto até Piscinas;
- Ao longo da antiga Estrada das Alcáçovas.
- O percurso pedonal e clicável de ligação da Porta de Avis à Cidade Norte está executado.

A execução das **Vias Principais de Nível 1** está dependente do investimento público o que tem condicionado a sua concretização.

Salienta-se neste sentido, a não execução do troço Nascente da **Via Principal** da Grande Circular, que condiciona o atravessamento da cidade e induz para a Circular à Muralha a quase totalidade do trânsito automóvel.

Por outro lado, a exequibilidade da rede viária, sobretudo das **Vias Principais de Nível 2 e Vias Secundárias** estão dependentes de processos de urbanização / ocupação urbana, como são o caso da circular intermédia e Zona dos Leões.

Neste sentido, a execução parcial da **Via Principal de Nível 2** da Circular Intermédia contribui para a reduzida permeabilidade e conectividade do sector sul e poente da cidade.

Impacto de grandes equipamentos e infraestruturas (novo hospital, ferrovia e terminar ferroviário) na rede viária existente e projetada deve ser avaliado.

6.1.2. Estrutura ecológica urbana

Os objetivos do PUE:

Segundo o relatório do PUE de 2000, a estrutura urbana proposta para a Cidade de Évora foi fortemente influenciada pela estrutura viária e pelo estabelecimento de uma Estrutura Ecológica Urbana (EEU), articuladas entre si e constituindo uma malha que pretendeu ordenar todo o território urbano. Esta constatação é confirmada pelo artigo 28º do Regulamento do PUE de 2000 ao referir que a estrutura verde, através do estabelecimento de corredores ecológicos, se constituía como elemento estruturante da cidade, em paralelo com o Centro Histórico, a rede viária e os espaços destinados a funções terciárias e a equipamentos.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, diploma vigente à data da publicação do PUE em vigor, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) traduz-se no conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos. Este conceito prevalece na legislação atual.

Por princípio, e de acordo com o mesmo diploma legal, no interior dos perímetros urbanos, a estrutura ecológica municipal compreende os espaços verdes de utilização coletiva e outros espaços de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano, nomeadamente no que respeita à regulação do ciclo hidrológico, à regulação bioclimática da cidade, à melhoria da qualidade do ar e à conservação da biodiversidade.

A EEM proposta no PUE assume assim um carácter estratégico, contribuindo para a constituição da EEM e traduzindo-se na delimitação de Zonas Verdes Urbanas (ZVU) com representação na Planta de Zonamento. As ZVU, delimitadas integraram áreas predominantemente verdes onde se incluíam elementos biofísicos a preservar tais como linhas de água, áreas arborizadas, áreas de interesse paisagístico, área monumental e área com capacidade de uso agrícola não comprometido, e eixos fortemente arborizados.

Efetivamente, um dos objetivos da EEU era dar continuidade aos poucos espaços urbanos verdes estruturados, que ocupavam cerca de 30 ha, criando percursos pedonais em qualidade e segurança, tendo sido assumido que as áreas agrícolas expectantes, numerosas e dispersas poderiam viabilizar essa tarefa.

Para dotar a cidade de uma estrutura verde urbana que se afirmasse como marcante na forma e na função implicou um aumento significativo das zonas verdes, pelo que o plano, a fim de atingir esse objetivo, preconizou a afetação de cerca de 129 ha, destinados à implementação da EEU.

Este aumento de área afeta a zonas verdes teve como ponto de referência o *ratio* de 30m²/habitante, correspondente ao que se considerou necessário para satisfação das necessidades da população no que respeita aos espaços verdes. Tendo em conta a situação da cidade de Évora, revelou-se necessário atingir cerca de 150ha de área total. Esta opção permitiria, não só satisfazer o *ratio* predefinido, mas

também contribuir para a estruturação e globalização da cidade pretendida, dando destino à generalidade dos espaços intersticiais, subaproveitados.

As propostas de delimitação e implementação respeitantes à EEU visaram atingir os seguintes objetivos do PUE:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades. • Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.
Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a muralha na vivência da Cidade, tornando-a acessível e permeável; estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha, prolongando-o pela zona do Aqueduto/Forte de S.to António.
Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a cidade de uma estrutura verde urbana, associada a percursos estruturados e equipamentos coletivos, que se afirme como marcante na forma e na função.

Quadro 46 - Objetivos do plano que enquadram a estrutura ecológica urbana

Dinâmica do plano:

Com a alteração do PUE em 2011 procedeu-se a uma reestruturação significativa da EEU, tendo contudo como base os espaços anteriormente delimitados e designados de Zonas Verdes Urbanas (ZVU).

Esta alteração procurou sobretudo incluir especificações que permitissem adequar-se a EEU ao disposto no Decreto Regulamentar n.º 9/2009 que determina que:

*“Os **espaços verdes de utilização coletiva** são as áreas de solo urbano enquadradas na estrutura ecológica municipal que, além das funções de proteção e valorização ambiental e paisagística, se destinam à utilização pelos cidadãos em atividades de estadia, recreio e lazer ao ar livre.”*

Uma das alterações mais significativas incidiu assim, no sistema de classificação aplicável a esta categoria, tendo sido propostas subcategorias e tipologias, atribuídas em função da natureza dos espaços e da sua vocação:

- **Espaços verdes de recreio e lazer**, que incluem:
 - EE1 – Parques urbanos;
 - EE2 – Espaços verdes associados a equipamento;
 - EE3 – Praças arborizadas;
 - EE4 – Jardins públicos.
- **Espaços verdes de proteção e enquadramento**, que incluem:
 - EE5 – Zonas de proteção às linhas de água;
 - EE6 – Espaços verdes de proximidade;
 - EE7 – Arruamentos arborizados.

As normas aplicáveis à EEU encontram-se descritas nos **artigos 36º a 36Dº e 37º** do regulamento do PUE, onde se especifica o programa atribuído a cada subcategoria e tipologia de espaço.

Comparando os valores indicados no relatório do PUE de 2000 com os do PUE de 2011, observamos que as ZVU passaram de 160ha para 264,32ha de EEU, resultando num aumento de cerca de 65%.

A redelimitação da EEU implicou a extinção de algumas áreas e a inclusão de outras (para além de pequenos acertos e ajustes relativamente ao cadastro), designadamente na cidade intramuros onde se contemplaram espaços abertos, pequenos jardins e praças arborizadas existentes.

Destacam-se as seguintes alterações à delimitação, das quais resultou o incremento da área afeta à EEU em cerca de 104,32ha:

- Na **Cidade Norte** foram delimitados dois novos espaços: *EE2-Ecopista* (35, 40), e *EE2-Frei Aleixo* (27); foram redelimitados o espaço *EE1 – Forte de Santo António* (41) com desafetação de área para espaços de expansão **T23** e **E74**, o espaço *EE2/E7 – Parque Urbano Bacelo/Corunheiras* (38), o espaço *EE6 – Leões* (33).
- Na **Cidade Nascente** foram delimitados três novos espaços: *EE6 - Avenida Lino de Carvalho* (32), *EE5-Xarrama e afluente* (81 ou 84) e *EE5-Linha ferroviária* (51 ou 75); foram redelimitados os espaços *EE5 – Nogueiras* (37) e *EE6 - junto a Pingo Doce/Ecopista* (85).
- Na **Cidade Sul** foram excluídos os espaços ZVU anteriormente identificados como *Rossio* (9) e *Horta do Bispo* (10), convertidos respetivamente em T6 e em H25/E31 e T8. Foi redelimitado o espaço *EE5 - Sr.ª do Carmo* (51) tendo sido integrada uma parte em E44, assim como os espaços *EE5 – Casinha* (51), *EE5 e EE6 - PITE / Almeirim* (72), *EE6 – Lusitano* (64), *EE6 - Grande circular* (68), *EE6/E35 - Vilas do Alcaide* (70).
- Na **Cidade Poente** foram delimitados três novos espaços: *EE5 - junto à escola da Malagueira* (45), *EE6 - Monte do Torrão / Monte Redondo* (50), *EE6 – junto à Quinta da Malagueira* (46); foram redelimitados os espaços *EE2 – Aqueduto* (43), *EE5/EE6 (E61 e E62 propostos em 2000)* (44, 45, 47), *EE5 - Ribeira da Torregela* (51), *EE6 - Eixo de Lisboa* (55, 57, 59).

- No **Centro Histórico** foram delimitados espaços anteriormente não identificados como ZVU, embora a maioria já existentes: *EE3 - Chão das Covas (24)*, *EE4 - Jardim Diana (19)*, *EE4 - Largo de Aviz (25)*, *EE6 - Largo Conde de Vila Flor* (entretanto muito alterado, trata-se de um espaço privado de usufruto público) (18), *EE6- Rua do Menino Jesus (20)*. Foi redelimitado o espaço *EE6 – Rampa de S. Miguel (22)*.

Importa ainda referir que, com a alteração ao plano, a categoria de solo designada de *Espaço Agrícola Envolvente à Cidade* foi revogada, passando esta a ser regida através do PDM. De notar também que os objetivos iniciais do PUE previam garantir a conetividade e a complementaridade entre os Espaços Agrícola Envolvente à Cidade e as Zonas Verdes Urbanas.

Caracterização e Tipologia:

A presente caracterização da EEU baseia-se no disposto no regulamento do PUE, transcrevendo-o parcialmente. A descrição de cada tipologia não teve em conta os setores da cidade em que insere cada espaço.

EE1 – Parques urbanos

São espaços de área de 30 ha, caracterizados por localização próxima do centro da cidade, permitindo o uso diário ou semanal aos utentes, com predominância de elementos naturais dispostos em equilíbrio com os inertes, com funções ecológicas, estéticas e de estadia e lazer.

- *Jardim Público, Mata e Jardim Infantil (15)*, existente,
- *Forte de Santo António (41)*, proposto (inserida em UOPG),
- *Parque Urbano da Porta do Raimundo (63)*, proposto (inserida em UOPG).

Esta tipologia de espaços assume relevância à escala global da cidade.

Na cidade de Évora, os parques urbanos (existentes ou propostos) localizam-se na cidade intramuros e na sua envolvente. O parque urbano da Porta do Raimundo é adjacente ao Jardim Público e Mata e o parque urbano do Forte de Santo António integra-se na Zona Verde Monumental, sendo adjacente a espaços de produção. A conetividade entre eles é assegurada pelo espaço verde envolvente à muralha. Todos os espaços EE1 propostos constituem UOPG's.

EE2 – Espaços verdes associados a equipamento

São espaços com área de 5 ha, de uso diário ou semanal pelos utilizadores, podendo estar associado a equipamento para desporto ao ar livre. São, preferencialmente, revestidos por vegetação, podendo englobar percursos pedestres, formais e informais.

- *Jardim da Palmeira (14)*, existente
- *Mata de S. Sebastião (61)*, a reprogramar

- Parque urbano do Bacelo (38), proposto,
- Parque do Frei Aleixo (27), proposto,
- Áreas adjacentes à Ecopista (26, 33, 35, 36), proposto / parcialmente executado,
- Forte de S. Bartolomeu (1), proposto,
- Campo de Jogos da Universidade Évora (12), proposto,
- Horta das Laranjeiras (6), proposto,
- Mata Escurinho (53), proposto,
- Espaço da Av. Túlio Espanca ao Bairro do Gancho (60), proposto,
- Espaço junto Bairro Torralva / Aqueduto (42/43), proposto.

EE3 – Praças arborizadas

São espaços públicos livres de edificações e inseridos na malha urbana, na qual o lazer e a circulação pedonal é dominante. São espaços para o convívio e encontro da população, situado na proximidade das habitações. Pode ser associado a áreas comerciais, quiosques podendo ter esplanadas associadas. Devem dispor de zonas de estadia pavimentadas e com arborização em caldeiras.

Todas as *Praças arborizadas* são espaços existentes, localizados sobretudo na cidade intramuros:

- Largo do Chão das Covas (24),
- Praça Joaquim António de Aguiar (23),
- Largo Conde de Vila Flor (18),
- Praça 1.º de Maio (16),
- Praça da Muralha (5),
- Largo Dr. Evaristo Cutileiro (11),
- Largo das Alterações (13),
- Malagueira / Rua Álvaro Campos (49).

EE4 – Jardins públicos

São espaços com área de 5 ha, com uso preferencial de lazer, recreio e contemplação podendo conter ou integrar monumentos, e/ou elementos ornamentais inertes e/ou equipamentos de recreio. São áreas verdes públicas estruturadas, delimitadas e inseridas na malha urbana, caracterizados pela forte presença de vegetação ornamental, arbórea, arbustiva e herbácea. Devem dispor de áreas informais para o recreio e estar equipadas com mobiliário urbano e equipamento desportivo considerado necessário.

A maioria dos *Jardins públicos* são espaços existentes, localizados sobretudo na cidade intramuros:

- Jardim do Largo de Aviz (25),
- Jardim de Diana (20),
- Jardim do Paraíso (executado) (17),
- Jardim dos Colegiais (21).

O espaço assinalado na Rotunda da Comenda (83) constitui um erro de classificação.

EE5 – Zonas de proteção às linhas de água

São áreas que visam a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas naturais que contemplam o leito, margens e zonas ameaçadas pelas cheias dentro do perímetro urbano. São áreas verdes em que deve ser salvaguardada a galeria ripícola como também a diversidade de espécies vegetais, de modo a permitir a proteção do solo e a capacidade de infiltração do mesmo. As espécies arbóreas existentes devem ser preservadas, sem prejuízo da sua melhoria fitossanitária e valorização biofísica e paisagística.

A maioria dos espaços EE5 distribuem-se pelas bacias hidrográficas das ribeiras do Xarrama e da Torregela, tendo como função a proteção das respetivas linhas de água e afluentes.

Pretendeu-se que todas as áreas classificadas como Zonas Ameaçadas pelas Cheias em espaço urbano no âmbito da REN fossem incluídas nesta tipologia:

- Espaço verde ao longo da Ribeira de Alpedriche (26) – Pites, proposto,
- Nogueiras (37) - Espaço junto ao bairro das Nogueiras, proposto,
- Ribeira da Torregela (51 e 75) - Espaço verde ao longo da Ribeira da Torregela (51) (adjacente a Malagueira, Vila Lusitano, Sr.ª do Carmo / Moinho e Casinha), existente e proposto,
- Xarrama (81 e 84) - Espaço verde adjacente ao Xarrama e afluentes, proposto,
- Quinta do Chantre à Quinta da Malagueira (45),
- Torralva (44).

O espaço identificado por (58) na Av. Túlio Espanca constitui um erro de classificação.

EE6 - Espaços verdes de proximidade

São faixas de proteção às redes viária e ferroviária, bem como à envoltória das muralhas, fazendo parte do sistema de corredores, com funções de integração paisagística, podendo integrar ou não equipamentos. No caso concreto da faixa de proteção à rede viária deve estar salvaguardada uma barreira de vegetação para defesa contra o ruído e poluição atmosférica e redução do impacto visual.

A designação desta tipologia não se revela a mais adequada à sua função. De resto, nem mesmo os espaços delimitados e identificados como EE6 cumprem a descrição prevista para a tipologia em causa. Os espaços EE6 encontram-se dispersos pela cidade.

EE7 – Arruamentos arborizados

São alinhamentos contínuos de vegetação arbórea que visam a consolidação do continuum naturale, integrados na estrutura viária, permitindo a ligação entre diferentes unidades de espaços verdes da cidade e entre estes e os Espaços Rurais Envoltórios da Cidade de Évora.

Esta tipologia tem uma representação linear, associada às vias identificadas na Planta de Zonamento do PUE.

Execução do PUE:

As áreas integradas na EEU definida no PUE perfazem uma área de **264,32 ha**, sendo que **106,72 ha** (40,4%) estão afetos à tipologia **EE6 - Espaços verdes de proximidade**, **100,36 ha** (37,97%) à tipologia **EE5 - Zonas de proteção às linhas de água**, **27,06 ha** (10,24%) a **EE2 - Espaços verdes associados a equipamento**, **26,32 ha** (9,96%) a **EE1 - Parques urbanos**, **2,34 ha** (0,89%) a **EE3 - Praças arborizadas** e **1,52 ha** (0,58%) a **EE4 - Jardins públicos**.

Os espaços **EE7** não foram contabilizados por tratar-se de uma tipologia com representação linear.

Execução da Estrutura Ecológica Urbana do PUE									
ID	Tipologia	Designação / Localização	Área (ha)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	UOPG
1	EE2	Forte de S. Bartolomeu	1,28	Não executado	0	0	0	1,28	A
2	EE6	Forte de S. Bartolomeu - Rotunda	0,04	Executado	0	0	0,04	0	A
3	EE6/E2	Portas de Aviz / Extramuros	1,94	Parcialmente executado	0	0	0,21	1,73	A
4	EE6	Rampa do Seminário até à Praça da Muralha	7,66	Parcialmente executado com pré existência	2,18	0	4,52	0,96	A
5	EE3	Praça da Muralha	0,69	Executado	0	0	0,69	0	A
6	EE2	Horta das Laranjeiras	0,8	Não executado	0	0	0	0,8	A
7	EE6	Av. Calouste Gulbenkian / Av. Bombeiros	0,85	Parcialmente executado	0	0	0,4	0,45	A
8	EE6	Av. S. João de Deus / Av. da Universidade	2,49	Não executado	0	0	0	2,49	A
9	EE2/E12	Campo de Jogos da Universidade	0,32	Executado	0	0	0,32	0	A
10	EE6	Cerca de Sta. Mónica	0,47	Não executado com pré existência	0,1	0	0	0,37	A
11	EE3	Largo Dr. Evaristo Cutileiro	0,15	Existente	0,15	0	0	0	A
12	EE6	Cerca de S. Domingos	0,14	Executado	0	0	0,14	0	A
13	EE3	Largo das Alterações	0,07	Existente	0,07	0	0	0	A
14	EE2	Jardim da Palmeira	1,4	Existente a reprogramar	0,7	0,7	0	0	A
15	EE1	Jardim Público, Mata e Parque Infantil Margiochi	5,87	Existente	5,87	0	0	0	A
16	EE3	Praça 1º de Maio	0,5	Executado	0	0	0,5	0	-
17	EE4	Jardim do Paraíso	0,25	Executado	0	0	0,25	0	-
18	EE6	Largo do Conde de Vilaflor	0,09	Executado	0	0	0,09	0	-
19	EE4	Jardim Diana	0,32	Existente	0,32	0	0	0	-
20	EE6	Rua do Menino Jesus	0,09	Existente	0,09	0	0	0	-
21	EE4	Jardim dos Colegiais	0,71	Existente	0,71	0	0	0	-
22	EE6	Rampa de S. Miguel	0,11	Existente	0,11	0	0	0	-
23	EE3	Praça Joaquim António de Aguiar	0,48	Executado	0	0	0,48	0	-
24	EE3	Largo Chão das Covas	0,19	Existente	0,19	0	0	0	-
25	EE4	Jardim do Largo de Aviz	0,17	Existente	0,17	0	0	0	-
26	EE5 /E6	Pites / Ecopista a norte	10,01	Parcialmente executado	0	0	2,24	7,77	B / -
27	EE2	Frei Aleixo	5,26	Não executado	0	0	0	5,26	B

28	EE6	Frei Aleixo	0,28	Não executado	0	0	0	0,28	B
29	EE6	Rotundas Estrada Penedo do Ouro	0,43	Não executado	0	0	0	0,43	-
30	EE6/E16	Troço norte da Grande Circular / Antigo Ramal de Reguengos	21,16	Parcialmente executado	0	0	0,57	20,59	B / -
31	EE6	Via projetada / Eixo de Estremoz	1,72	Não executado	0	0	0	1,72	B
32	EE6	Av. Lino de Carvalho	1,23	Não executado	0	0	0	1,23	B
33	EE6	Leões	0,31	Não executado	0	0	0	0,31	-
34	EE6	Apeadeiro Leões / Centro de Saúde Portas de Aviz	1,26	Não executado	0	0	0	1,26	B
35	EE2 / E16	Ecopista	3,39	Parcialmente executado	0	0	2,29	1,1	B / -
36	EE2	Ecopista (adjacente à ecopista)	1,21	Não executado	0	0	0	1,21	B
37	EE5	Nogueiras	3,67	Não executado	0	0	0	3,67	B
38	EE2 / E7	Parque urbano Bacelo / Corunheiras	2,7	Parcialmente executado	0	0	2,1	0,6	-
39	EE6	Bacelo / Viveiro	1,57	Parcialmente executado	0	0	0,82	0,75	-
40	EE2	Ecopista	1,14	Executado	0	0	1,14	0	-
41	EE1	Forte de Santo António	11,01	Não executado	0	0	0	11,01	C
42	EE6	Estrada de Arraiolos	1,32	Não executado	0	0	0	1,32	-
43	EE2	Aqueduto	1,16	Não executado	0	0	0	1,16	-
44	EE5	Torralva	1,01	Não executado	0	0	0	1,01	F
45	EE5	Quinta do Chantre / Quinta da Malagueira	2,08	Parcialmente executado	0	0	0,33	1,75	F / -
46	EE6	Avenida Arantes e Oliveira	0,78	Executado	0	0	0,78	0	F
47	EE6	C.M. 1086	1,15	Não executado	0	0	0	1,15	F
48	EE6	Avenida Arantes e Oliveira / Piscinas	0,69	Não executado	0	0	0	0,69	F / -
49	EE3	Malagueira / Rua Álvaro Campos	0,26	Existente	0,26	0	0	0	F / -
50	EE6	Malagueira / Monte Redondo e Torrão	0,76	Parcialmente executado	0	0	0,21	0,55	-
51	EE5	Ribeira da Torregela / Norte da Linha Ferroviária	42,65	Parcialmente executado com pré existência	16,27	0	2,47	23,91	E / L / -
52	EE6	Malagueira / Avenida do Dique	0,18	Existente	0,18	0	0	0	-
53	EE2 / E56	Escurinho	4,52	Parcialmente executado	0	0	2,78	1,74	-
54	EE6	Vila Académica	1,01	Executado	0	0	1,01	0	E / -
55	EE6	Avenida Túlio Espanca / Vila Académica	0,8	Executado	0	0	0,8	0	E
56	EE5	Avenida Túlio Espanca / Qt.ª Sagrada Família	0,86	Executado	0	0	0,86	0	E
57	EE6	Avenida Túlio Espanca / Cruz da Picada	1,26	Executado	0	0	1,26	0	E / -
58	EE5	Avenida Túlio Espanca / Circular Sul	0,57	Executado	0	0	0,57	0	E / -
59	EE6	Avenida Túlio Espanca / Jardim da Memória	2,92	Parcialmente executado	0	0	2,32	0,6	E
60	EE2 / T25	Avenida Túlio Espanca / Gancho	2	Não executado	0	0	0	2	E
61	EE2	Mata de S. Sebastião	1,9	Existente a reprogramar	0	1,9	0	0	E
62	EE6	Avenida de S. Sebastião / Escola André de Gouveia	0,76	Existente	0,76	0	0	0	E
63	EE1	Parque Urbano	9,43	Não executado com pré existência	0,83	0	0	8,6	H
64	EE6	E.N. 380 / Avenida Sanches de Miranda	2,15	Executado	0	0	2,15	0	-
65	EE6	Rotunda da Quinta do Moniz	0,06	Executado	0	0	0,06	0	-

66	EE6	Circular Sul - Torregela / Casinha	1,5	Parcialmente executado	0	0	0,21	1,29	-
67	EE6	Urbanização do Moinho	0,54	Parcialmente executado	0	0	0,22	0,32	-
68	EE6	Circular Sul / Linha ferroviária	26,65	Parcialmente executado	0	0	6,4	20,25	L / G / K / J
69	EE5	Zona Industrial de Almeirim Norte	2,28	Não executado	0	0	0	2,28	-
70	EE6 / E35	Vilas do Alcaide	3,48	Parcialmente executado	0	0	2,74	0,74	G
71	EE6	PITÉ / Rotundas da Rua Adelino Fonseca	0,45	Executadas	0	0	0,45	0	G
72	EE5	PITÉ / Rua Adelino Fonseca / Rua Antiga Estrada de Almeirim	11,97	Não executado	0	0	0	11,97	G / -
73	EE6	PITÉ / Rua Adelino Fonseca	1,82	Parcialmente executado	0	0	0,67	1,15	G
74	EE6	PITÉ / Expansão	2,1	Parcialmente executado	0	0	0,55	1,55	G
75	EE5	Ribeira da Torregela / Sul da Linha Ferroviária	12,09	Não executado	0	0	0	12,09	K
76	EE6	PITÉ - Barbarrala / Cabeço do Arraial	6,61	Parcialmente executado	0	0	2,03	4,58	G / K
77	EE6	MARÉ	5,99	Parcialmente executado	0	0	0,93	5,06	-
78	EE6	Rotunda Manuel Francisco	0,1	Executado	0	0	0,1	0	D
79	EE6	Rua Antiga Estrada de Beja / Rua de Timor	1,28	Parcialmente executado	0	0	0,2	1,08	D / -
80	EE5	Forno da Cal / Monte do Guano	1,43	Não executado	0	0	0	1,43	-
81	EE5	Xarrama	5,77	Não executado	0	0	0	5,77	I
82	EE5	Stª Luzia / Qt.ª do Evaristo	4,77	Não executado	0	0	0	4,77	I
83	EE4	Rotunda da Comenda	0,07	Não executado	0	0	0	0,07	-
84	EE5	Xarrama / Comenda	1,21	Não executado	0	0	0	1,21	-
85	EE6	Área de Apoio à Ecopista	0,5	Executado	0	0	0,5	0	-
Total			264,32		28,96	2,6	47,4	185,36	

Quadro 47 - Grau de execução da EEU

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 28,96ha – **10,96%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 2,6ha – **0,98%**;
- Áreas executadas após 2000 – 47,4ha – **17,93%**;
- Áreas não executadas – 185,36ha – **70,13%**;

De acordo com os valores indicados, verifica-se que a área não executada é dominante, representando cerca de **70%**. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de **235,96ha**, a área executada representa cerca de **20%**, o que contrasta com os cerca de **80%** de área não executada, valores significativos que permitem verificar uma fraca execução em termos totais.

Importa referir contudo, que apesar do peso da área executada após 2000, corresponder a 20%, este não deixa de ser significativo, uma vez que se trata de um aumento de cerca de **163%** face ao existente. Se consideramos ainda que a área de EEU não executada afeta às UOPG do PDME (solo urbanizável) corresponde a **49,5ha**, a área executada sobe para cerca de **26%**.

Ao analisarmos estas tipologias quanto ao seu **nível de execução**, verificamos o seguinte:

- **EE1**- Não foi executado nenhum dos parques urbanos propostos,
- **EE2** – Foram executados 6 espaços, num total de 13 programados, com destaque para a Ecopista (35, 40), o parque urbano do Bacelo/Corunheiras (38), o Espaço Verde junto ao Colégio do Espírito Santo (12) e a Mata do Escurinho (53),
- **EE3** – Foram executados 3 espaços num total de 5, com destaque para o reordenamento de praças arborizadas no Centro Histórico - Praça Joaquim António de Aguiar (23), Praça 1.º de Maio (16), Espaços Verde junto à Arena de Évora (6),
- **EE4** – Foi executado um espaço num total de 4 programados – Jardim do Paraíso (17),
- **EE5** – Foram executados 6 espaços num total de 17, com destaque para o espaço verde junto às Pites (26) e aos espaços verdes junto à Ribeira da Torregela (51), Espaço Verde junto à Escola da Malagueira (46),
- **EE6** – Foram executados 12 espaços no total de 29, com destaque para o reordenamento da envolvente à muralha (4,7).

	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução
EE1	26,32	9,96	Não executado / com pré existência	6,71	0	0	19,61	0
EE2*	27,06	10,24	Parcialmente executado	0,7	2,57	8,64	15,15	0
EE3	2,34	0,89	Parcialmente executado	0,67	0	1,67	0	0
EE4	1,52	0,58	Parcialmente executado	1,2	0	0,25	0,07	0
EE5*	100,36	37,97	Parcialmente executado	16,27	0	6,47	77,62	0
EE6*	106,72	40,38	Parcialmente executado	3,43	0	30,38	72,91	0
EE7								
Total	264,32	100,00		28,98	2,57	47,41	185,36	0

* Integra áreas afetadas a outras categorias de espaço associadas

Quadro 48 - Grau de execução das tipologias da EEU

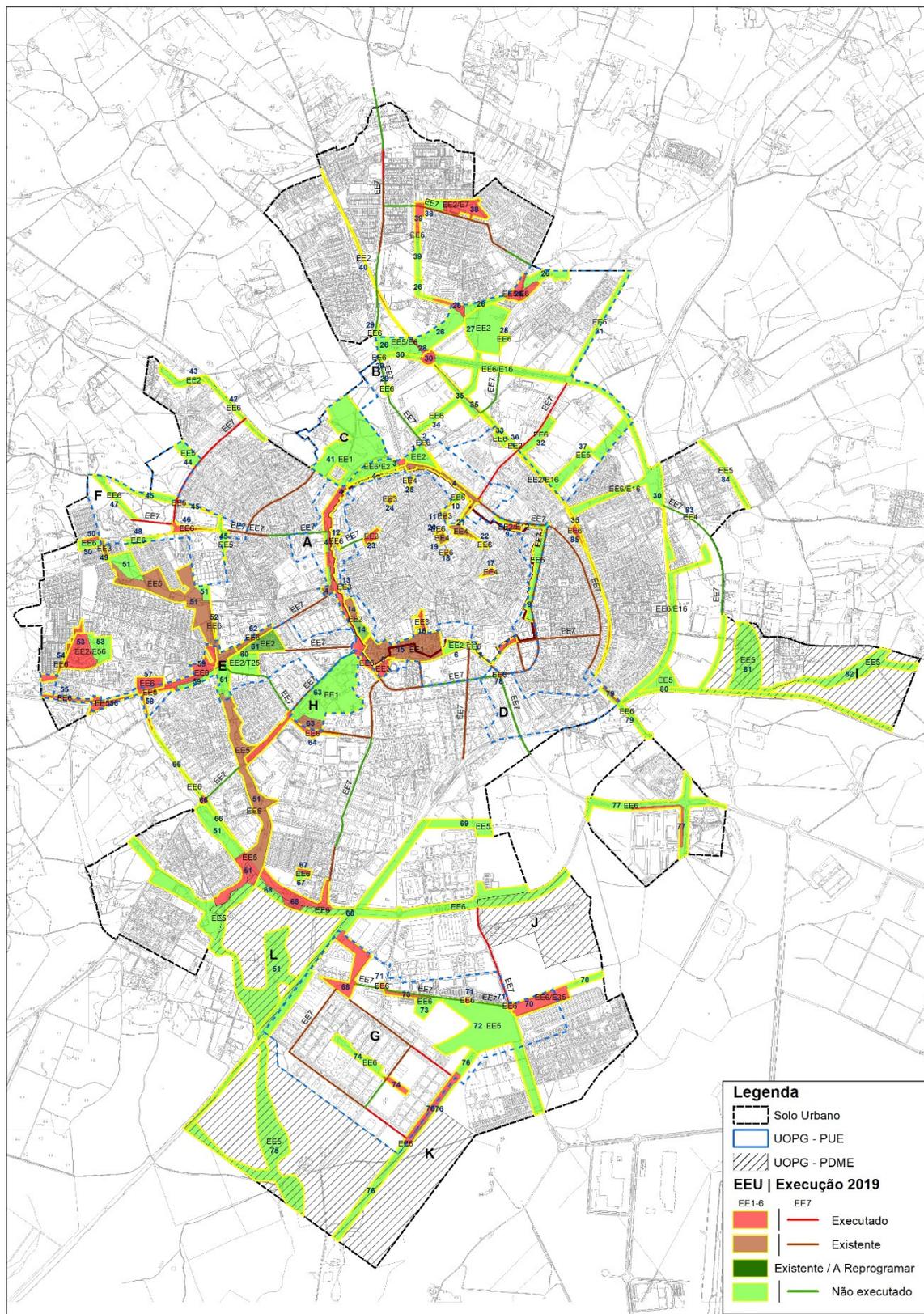


Figura 35 - Nível de execução da EEU

Na **cidade Norte** foram executados, total ou parcialmente, 6 espaços: dois troços do espaço *EE2-Ecopista* (35, 40), o espaço *EE2/E7-Bacelo/Corunheiras* (38), o espaço *EE5/E6-Pites/ecopista a norte* (26), *EE6-Bacelo/Viveiro* (39) e o espaço *EE6/E16 - Troço Norte da grande circular / antigo ramal de Reguengos* (30).

Na **Cidade Nascente** foram executados, total ou parcialmente, 2 espaços: *EE2/E16-Ecopista* (35) e o espaço *EE6-MARÉ* (77).

Na **Cidade Sul** foram executados, total ou parcialmente, 15 espaços: *EE3 - Praça da Muralha* (5), *EE5 - Ribeira da Torregela / Norte da Linha Ferroviária* (51), *EE5 - Avenida Túlio Espanca / Circular Sul* (58), *EE6 - Avenida Túlio Espanca / Jardim da Memória* (59), *EE6 - Lusitano* (64), *EE6 - Circular Sul - Torregela / Casinha* (66), *EE6-Urbanização do Moinho* (67) e *EE6-Circular Sul/Linha Ferroviária* (68), *EE6/E35 Vilas do Alcaide* (70), *EE6 - PITÉ / Rotundas da Rua Adelino Fonseca* (71), *EE6 - PITÉ/Rua Luís Adelino Fonseca* (73), *EE6 - PITE-Expansão* (74), *EE6 - PITÉ - Barbarrala / Cabeço do Arraial* (76), *EE6 - MARÉ* (77), *EE6 - Rotunda Manuel Francisco* (78). A zona verde do Moinho (67) foi integrada em E44 (e executada).

Na **Cidade Poente** foram executados, total ou parcialmente, 7 espaços: *EE6/EE5 - Eixo de Lisboa* (55, 57, 59), *EE2/E56 - Escurinho* (53), *EE5/EE6 - Malagueira/Vista Alegre* (45), *EE5 - junto à escola da Malagueira* (46), *EE6-Monte do Torrão / Monte Redondo* (50), *EE6 - Vila Académica* (54), *EE5 - Av. Túlio Espanca/Circular Sul* (58).

No **Centro Histórico** foram executados, total ou parcialmente, 6 espaços: *EE2/E12 - Campo de jogos da U.E.* (12), *EE3 - Praça Joaquim António de Aguiar* (23), *EE3 - Praça 1.º de Maio* (16), *EE4-Largo de Aviz*, *EE4 - Jardim do Paraíso* (17), *EE6 - Portas da Lagoa / Raimundo* (4). A área designada de *Chalrito* (mal designada, dado que corresponde à Porta de Machede) não se encontra executada.

O espaço inserido na UOPG-A – *Rampa do Seminário / Praça da Muralha* (4) está executado (no âmbito do programa POLIS) e corresponde ao atual **EE6**.

Conclusões:

A EEU foi considerada um instrumento fundamental no plano para a estruturação da cidade, tendo previsto uma expansão bastante ambiciosa de áreas a executar.

A proposta de EEU integrou e articulou valores ecológicos e paisagísticos, com os espaços de produção e o património cultural existentes na área urbana e no “Espaço Agrícola Envolvente à Cidade”. A Alteração do plano em 2011 revogou a categoria de espaço referida, regulada agora em sede de PDM e a opção estratégica relativa à complementaridade e continuidade entre a EEU e envolvente deixou de ser explícita.

Ainda assim, se observarmos a articulação entre o PUE e o PDM em vigor, verificamos que a categoria de espaço correspondente à anteriormente designada de Espaço Agrícola Envolvente à Cidade e a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), procuram assegurar a articulação entre a EEU e EEM, assim como

com a Estrutura Verde de Valor Patrimonial. O modelo e configuração espacial da estrutura ecológica baseia-se no *continuum naturale* que penetra na cidade e no sistema de corredores verdes.

Relativamente às tipologias da EEU do PUE, dá-se destaque aos seguintes aspetos:

- Os espaços **EE1 – Parque urbano** afiguram-se pouco exequíveis se tivermos em conta a área mínima prevista de 30 ha. Considera-se que esta dimensão não se adequa à realidade e às necessidades da cidade de Évora.
- Os espaços de tipologia **EE2 – Espaços verdes associados a equipamento**, podem constituir espaços com ocupações distintas, como por exemplo o parque proposto para o vale da Ribeira de Alpedriche ou a Mata de S. Sebastião. Esta tipologia não dispõe de uma definição suficientemente clara, para além de que não explicita os equipamentos a associar.
- Nem sempre é evidente que os espaços classificados como **EE3 – Praças arborizadas** concorram para implementar os princípios de delimitação da EEU, sobretudo no respeito à continuidade da estrutura, tratando-se muitas vezes de ocupações dispersas e desligadas entre si. Por outro lado, nem todas as praças arborizadas estão integradas nesta tipologia.
- Relativamente aos **EE4 – Jardins Públicos**, é de referir que, ocasionalmente, estes podem incluir praças arborizadas, como é o caso no Largo de Aviz onde ocorre sobreposição de funções.
- Da análise feita aos espaços **EE5 – Zonas de proteção às linhas de água**, verificou-se que estes integram espaços que podem assemelhar-se potencialmente a parques urbanos de menor dimensão, como por exemplo a zona verde da Malagueira. Dá-se ainda nota de que foi assegurada a inclusão das áreas correspondentes a zonas ameaçadas pelas cheias integradas na delimitação da REN.
- Relativamente aos espaços **EE6 - Espaços verdes de proximidade**, detetou-se que o conceito que lhe está associado não corresponde à sua designação, considerando que os espaços aqui inseridos constituem efetivamente espaços de proteção e enquadramento.

A EEU demonstra uma grande assimetria na localização destes espaços na cidade de Évora, quer ao nível de áreas delimitadas, quer em termos de atribuição das diferentes tipologias, tendo muitos espaços pouca expressão. Com efeito:

- Os espaços EE1 e EE2 localizam-se na Cidade Norte e Oeste,
- Os espaços EE5 localizam-se a norte, oeste e este.
- Os espaços EE3 e EE4 localizam-se sobretudo na Cidade Intramuros

É de destacar que entre a EN254 e a EN380, na Cidade Este e Cidade Sul, não existem áreas da EEU proposta na proximidade de áreas residenciais, sendo notória a carência de espaços verdes coletivos designadamente na zona da Horta das Figueiras e na Zona de Urbanização 1 e Sr.ª da Saúde.

É de notar também que não estão propostos Jardins Públicos, da tipologia EE4, para além dos existentes na cidade intramuros.

Por fim, considera-se que este modelo de EEU integra e articula valores ecológicos e paisagísticos, sendo que a conectividade é assegurada pelas linhas de água e pelos espaços verdes existentes, assumindo particular relevância a envolvente à muralha.

Destaca-se um elevado grau de áreas não executadas da EEU, sendo que cerca de 66% da área executada (30,38ha) incide sobre a tipologia EE6 e cerca de 81% da área não executada (150,53ha) é referente às tipologias EE5 e EE6. A tipologia EE3 encontra-se executada e a tipologia EE4 apresenta um grau de concretização muito elevado, ao contrário de EE1 que não teve qualquer execução após 2000.

Por fim, destacamos que a área existente da EEU mais do que duplicou neste período, permanecendo no entanto um conjunto de unidades relativamente fragmentado, não dando, por vezes, forma ao *continuum naturale* e observando-se muitos espaços de pequenas dimensões, resultantes do processo de urbanização.

A Estrutura Ecológica Urbana deveria ser composta por futuros espaços verdes de utilização coletiva, articulados com outras funções (equipamentos e terciário).

A procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros implicou um esforço de concentração dos novos investimentos nas áreas de expansão, já induzida através da proposta de rede viária secundária, articulada com a estrutura verde e com a localização de equipamento e terciário.

6.1.3. Zonas de equipamentos

Os objetivos do plano:

Na sua versão de 1999, e com base em critérios de plena satisfação da população previstos para 2005, o relatório apontava para a necessidade de acrescer cerca de 70ha aos 130ha já ocupados ou destinados a equipamentos, que deveriam destinar-se sobretudo a equipamentos cuja implementação depende de espaços com grandes áreas.

A programação específica para as zonas de equipamento procurou conferir um equilíbrio da oferta nos diferentes sectores da cidade em consonância com o modelo territorial plurifuncional que se propôs implementar, tendo em conta os cenários de distribuição da população prevista. O plano pretendia conduzir à organização da cidade em unidades residenciais que deveriam ter de 2000 a 3000 habitantes.

As diversas propostas contidas no PUE de 2000 visavam atingir os seguintes objetivos:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.
Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	<ul style="list-style-type: none"> Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade e valor patrimonial da Cidade.
Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> Dotar a cidade de um conjunto de equipamentos de grau superior, que potenciem a realização de grandes eventos de caráter social, cultural ou económico Dotar a cidade de uma estrutura verde urbana, associada a percursos estruturados e equipamentos coletivos, que se afirme como marcante na forma e na função. Dotar as diferentes zonas da cidade de um bom nível de equipamentos coletivos, que favoreçam o convívio, a permanência das pessoas e atividades e o espírito de vizinhança

Quadro 49 - Objetivos do plano que enquadram as áreas de equipamento

Dinâmica do plano:

A proposta de ordenamento resultante da alteração do PUE em 2011, alterou de forma significativa a orientação da programação inicialmente definida, sugerindo abandonar a lógica programática orientada para a distribuição de funções específicas para os espaços indicados nos sectores da cidade no que aos equipamentos diz respeito. Pretendeu-se que esta alteração concedesse uma maior flexibilidade através da definição de **usos não programados** a definir no âmbito do artigo 39.º, admitindo-se a possibilidade de alterar o uso destes espaços mediante determinadas regras de ocupação, designadamente as que se preveem no artigo 42.º-A do Regulamento. Esta alteração regulamentar teve como objetivo flexibilizar a definição do tipo de equipamento a implementar.

As normas sobre a instalação das zonas de equipamento na cidade de Évora encontram-se na sua generalidade descritas nos **artigos 39º a 43º** do regulamento do PUE, e no **artigo 61º**, relativo às regras a aplicar na Cidade Intramuros, que inclui diversas referências sobre os equipamentos aí existentes.

Caraterização e tipologias:

De acordo com o artigo 39º do regulamento do PUE, as zonas de equipamentos são destinadas à instalação de equipamentos de utilidade social ou de utilização coletiva, nomeadamente: educação; desporto; cultura; apoio social; residências para estudantes; saúde; religião; proteção civil e segurança.

Para efeitos de organização da informação agora apresentada, adotou-se como base a estrutura dos conteúdos do relatório de 2000, embora com algumas adaptações, nomeadamente a criação de um ponto referente a equipamentos sociais:

- A. Equipamentos desportivos
- B. Equipamentos de apoio à função habitacional
- C. Equipamentos de saúde
- D. Equipamentos educativos
- E. Equipamentos de animação económica e cultural
- F. Ensino superior
- G. Equipamentos administrativos
- H. Equipamentos sociais
- I. Outros equipamentos

A. Equipamentos Desportivos

Aquando da elaboração do PUE de 2000, foi proposta a programação de cinco complexos desportivos, distribuídos pelos vários setores da cidade, para fazer face às carências identificadas no que se referia a equipamentos desportivos. Esta programação teve como base uma população de 53000 habitantes, correspondente à estimativa prevista para 2005, acrescida de 8000 estudantes não residentes:

- a) O conjunto na zona Norte (**E5**), composto por 3 parcelas, uma delas reservada a equipamento desportivo (campo de grandes jogos, com pista de atletismos), outra parcela mais a sul destinada a piscina coberta e uma terceira ocupada pela Escola Conde Vilalva;
- b) O conjunto na zona Este (**E23**), também composto por 3 parcelas, uma delas ocupada pelo pavilhão da Universidade de Évora, outra ocupada pelo polivalente coberto e campo de jogos do Sport Lisboa e Évora e uma terceira, mais a sul, destinada a piscina ao ar livre e equipamento de apoio à função habitacional;
- c) O complexo na zona Oeste (**E62**), onde se inserem as Piscinas Municipais (integrado na UOPG E); ainda na zona Oeste encontramos também o espaço **E54**, onde atualmente se insere um polidesportivo descoberto associado a equipamento de convívio.
- d) Na zona Sul, programaram-se dois espaços distintos, que correspondem a uma piscina coberta já existente e outra de ar livre (**E41**), e à também já existente área desportiva do Juventude e Lusitano de Évora (**E42**);
- e) Também na zona Sul, foi programada a área destinada a um Estádio Municipal de grandes dimensões, com campo de grandes jogos e pista de atletismo (**E67**)

Para além destes, identificaram-se outros espaços, nomeadamente o espaço **E3**, afeto ao Clube de Ténis e outros destinados à implementação de circuitos de manutenção, **E6**, **E16** e **E35** e **E56**, sendo que estes se encontram associados a zonas verdes integradas na Estrutura Ecológica Urbana.

Com a alteração do plano em 2011, o espaço **E62** passou a referir-se especificamente às piscinas municipais, à data já existentes, prevendo também espaço destinado a desporto e recreio, a instalação de unidades de alojamento de estudantes da Universidade de Évora e espaços de reserva para outros equipamentos não programados.

A **norte**, no espaço antes designado de **E5**, ocorreu a reclassificação de uma das três parcelas que o compunham, tendo-lhe sido atribuída a designação de **E76**, destinada a usos não programados. A restante área, embora continue a designar-se **E5**, foi também ela convertida em espaços destinados a usos não programados, em articulação com a Estrutura Ecológica Urbana que lhe é adjacente.

A **este**, o espaço **E23** passou a destinar-se também ele a usos não programados, embora já ocupado pelos pavilhões desportivos atrás descritos. É de referir que a parcela mais a sul, ainda por concretizar, se destina agora ao uso habitacional, concretamente **H0/E23**, tendo sido retirada do regulamento a referência ao uso específico de piscina de ar livre.

No espaço **E41**, foi igualmente retirada do regulamento a referência à piscina de ar livre, passando a mencionar apenas *Piscina do AMINATA – Évora Club de Natação*.

Também a **Sul**, no espaço **E42**, ocupado atualmente pela área desportiva do Juventude e Lusitano de Évora, ocorreu uma alteração regulamentar, tendo sido retirada a possibilidade de instalação de bomba de combustível antes prevista, e por outro lado conferindo-se a possibilidade de se admitirem outros usos nos termos do n.º2 do art. 42.º-A.

Com área a afetar ao Estádio Municipal e estacionamento, o espaço **E67** mantém o uso definido no PUE de 2000 e assume-se como reserva de espaço para acolher um equipamento desportivo de referência na cidade, complementar ao já existente em **E43**, capaz de prestar apoio na logística associada às atividades desenvolvidas pelos diversos agentes desportivos.

O espaço **E43**, descrito no PUE de 2000 como área afeta a campo de obstáculos, foi reclassificado em 2011 de forma a indicar o uso então existente, o Hipódromo, ficando simultaneamente afeto a uso para equipamento não programado. Importa destacar que, este espaço acabou por ser reestruturado com a construção do Complexo Desportivo Municipal. Apesar de não se concretizar no espaço previsto para o efeito (**E67**), desempenha uma função importante na prática desportiva informal e no apoio a associações desportivas locais, marcando claramente aquela área como zona desportiva da cidade.

B. Equipamentos de apoio à função habitacional

O PUE preconizava, na sua versão de 2000, que cada unidade residencial comportando entre 2000 e 3000 habitantes, deveria dispor de centro de convívio, centro de dia para idosos, jardim-de-infância, polidesportivo e de uma pequena área de recreio e lazer, desejavelmente dispostos de forma concentrada. Estas unidades funcionais encontravam-se consagradas no regulamento através da

definição de Equipamentos de Apoio à Função Habitacional no artigo 4.º n.º 6 d), sendo o seu principal objetivo promover o equilíbrio de funções de proximidade.

O relatório de 1999 dava nota de um acentuado desajustamento na oferta deste tipo de equipamento, assim como na sua distribuição geográfica na cidade, realçando-se uma carência quase total de equipamentos de apoio à 3ª idade.

A fim de fazer face a estas carências, foram previstas diversas reservas de espaço distribuídas pelas zonas da cidade da seguinte forma:

- **Norte:** os espaços **E4** e **E9**, que embora incluam áreas a afetar à construção de escolas, incluíam também área destinada a equipamentos de apoio à função habitacional, à semelhança do espaço **E8**, onde situava já à data a EB1 do Frei Aleixo e do espaço **E7**, destinado à instalação de um polidesportivo descoberto.
- **Este:** o espaço **E20**, onde se situa a escola EB1 da Comenda, incluía área destinada a equipamentos de apoio à função habitacional, assim como o espaço **E23**, já referido no ponto relativo aos equipamentos desportivos por integrar parcelas já afetadas a esse uso. O espaço **E19** constitui uma reserva de espaço sem qualquer uso específico.
- **Sul:** o espaço **E32**, com área afeta à EB1 da Horta das Figueiras e o espaço **E44**, com área destinada a uma nova escola, incluíam uma área destinada a equipamentos de apoio à função habitacional. É referir que, no espaço E32 foi entretanto construída a Creche e JI Palmo e Meio. Os espaços **E45** e **E48** constituíam uma reserva de espaço sem qualquer programação definida e o espaço **E36** destinava-se preferencialmente a equipamento desportivo.
- **Oeste:** incluiu-se aqui o espaço **E57**, sem qualquer programação definida. O papel deste espaço enquanto estrutura de apoio à função habitacional era reforçado pela proximidade aos espaços **E54** e **E55**, que embora se destinassem a usos programados, descritos noutros pontos, em conjunto constituíam aquele que era talvez o único núcleo equiparado a “*centro cívico*” à luz dos conceitos do PUE de 2000, em que coexistem diversos equipamentos de apoio à função habitacional de forma concentrada.

Com a alteração do PUE, os espaços antes identificados como *Equipamentos de Apoio à Função Habitacional* passaram a designar-se de *equipamentos com usos não programados*, devendo ser definidos posteriormente no âmbito do artigo 39.º, que descreve o âmbito e objetivos desta categoria de espaço. Foi suprimida a definição que constava do artigo 4.º, n.º 6, d).

No espaço **E7**, foi retirada a referência feita ao polidesportivo descoberto e a parcela passou a integrar cumulativamente a Estrutura Ecológica Urbana.

No espaço **E36**, foi retirada a ressalva que designava o espaço de preferencialmente destinado a equipamento desportivo.

No espaço **E44** foi retirada a referência à instalação de escola, passando este a referir apenas *usos não programados*. O espaço foi reconfigurado por forma a incluir uma parcela adjacente, anteriormente afeta à Zona Verde Urbana.

A área correspondente ao espaço **E45** foi associada à zona habitacional confinante, tendo sido convertido em H1/**E45**, ainda que se mantenha a referência a equipamento com uso não programado, a dimensionar no âmbito de operações urbanísticas a desenvolver no local. A integração da área de equipamento em área habitacional pretendeu que, através da cedência de área para o município decorrente de operação urbanística, fosse obtida a área necessária para o seu desenvolvimento, adequando-se a sua localização e dimensionamento de acordo com o programa e solução urbanística a desenvolver no local.

C. Equipamentos de Saúde

De acordo com o Relatório do PUE de 2000, o Hospital do Espírito Santo de Évora, situado em espaço classificado como **E68**, mostrava-se incapaz de responder às exigências quantitativas e qualitativas que se lhe colocavam.

Para fazer face a este constrangimento, o plano previa um espaço de reserva para o novo **Hospital Regional**, no espaço **E15**, parcialmente integrado na UOPG B / Área de Expansão dos Leões.

O regulamento referia que, até efetivar-se a realocação prevista, se admitiam pequenas obras de alteração ou ampliação. Após realocação do equipamento, dever-se-ia conservar o antigo Hospital e Igreja do Espírito Santo e realizar obras de alteração ou reconstrução dos restantes edifícios, alterando o seu uso para equipamento, habitação e terciário, não podendo este ocupar mais de 20% do total.

Por outro lado, as unidades do **Centro de Saúde de Évora** sofreram uma importante reorganização na cidade de Évora, tendo vindo a ocupar espaços também destinados a outros usos, dado que o plano não previu espaços especificamente reservados à sua instalação (embora admitindo a sua inclusão nos EAFH), designadamente os seguintes:

- duas Unidades de Saúde Familiar com novas instalações a **norte**, construídas em área classificada como **H2**, na UOPG da Área de Expansão dos Leões;
- duas Unidades de Saúde Familiar, instaladas na UOPG da Área Envolvente à Muralha e nas suas imediações, em área comprometida com funções hospitalares (**E22**);
- uma Unidade de Saúde Familiar, instalada no edifício do Chafariz D'El Rei, em espaço classificado como **HC**.

Com a alteração de 2011, e face à não concretização da UOPG dos Leões, o uso e a configuração da parcela **E15** foram alterados, resultando na conversão da área anteriormente destinada ao Hospital, para espaço destinado a equipamento não programado e **H4**. Esta reformulação teve em conta o enquadramento do futuro Hospital Regional em espaço rural, a poente da cidade de Évora, aquando do processo de revisão do PDME ocorrido em 2008.

O espaço **E22**, onde se encontram inseridas as duas unidades de Saúde, passa a especificar o seu uso atual, o Hospital do Patrocínio.

O espaço **E40**, antes descrito apenas como lar de 3ª idade, embora acolhesse também a valência hospitalar, passou a constar no regulamento do PUE como espaço afeto ao Hospital da Misericórdia de Évora e Recolhimento Ramalho Barahona – Lar de 3ª idade da Santa Casa da Misericórdia de Évora.

Destaca-se ainda que no espaço **E68**, foi acrescentada a referência ao turismo como uso possível após a deslocação do Hospital para fora do perímetro da cidade, bem como a ressalva de que o uso terciário não poderá ocupar *menos* de 20% do total da área.

A parcela onde se localizaram as novas instalações afetas ao Centro de Saúde de Évora, anteriormente classificada como **H2**, foi alterada para **E73**, passando a constar no regulamento a correspondente referência a *Centro de Saúde Familiar das Portas de Aviz*.

Importa ainda referir que, atualmente, alguns serviços privados de saúde se localizam nos bairros e na Área Envolvente à Muralha, designadamente na área **T20**.

D. Equipamentos Educativos

O Relatório de 1999 dava destaque para uma insuficiência de escolas do 1º ciclo sobretudo a norte, referindo também que para atingir uma adequada cobertura de 2º e 3º ciclo e ensino secundário seria necessário instalar o 2º ciclo numa das escolas da zona sudoeste.

Elencam-se de seguida os estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário existentes àquela data:

- **E5** (EB2,3 Conde de Vilalva).
- **E8** (EB1 do Frei Aleixo)
- **E13** (Escola Secundária Gabriel Pereira)
- **E18** (EB1 André de Resende)
- **E20** (EB1 Escola da Comenda)
- **E21** (EB1 Bairro da Câmara)
- **E24** (EB1 Chafariz D'El Rei)
- **E25** (EB1 Heróis do Ultramar)
- **E28** (EB1 Rossio de S. Brás) Previa-se que este espaço pudesse ser afeto a outro uso após concretização do espaço E31, algo que não se verificou;
- **E32** (EB1 Horta das Figueiras)
- **E37** (EB1 Bairro de Almeirim)
- **E49** (Escola Secundária Severim de Faria) A proximidade da Escola Severim de Faria à estação rodoviária é referida como fator que facilita a utilização da mesma pelos alunos provenientes de fora da cidade.
- **E52** (Salesianos) esta escola não foi considerada nos cálculos para efeitos de determinação da carência de oferta, assumindo-se antes como espaço complementar;
- **E53** (Escola Secundária André de Gouveia e EB1 Sr.ª da Glória) A proximidade da Escola André de Gouveia à estação rodoviária é referida como fator que facilita a utilização da mesma pelos alunos provenientes de fora da cidade.
- **E55** (EB1 da Cruz da Picada)

- **E63** (EB1 da Vista Alegre)

Face às carências apontadas, designadamente a fraca oferta educativa nas zonas Norte e Oeste, foram propostos 5 espaços para construção de novos equipamentos escolares:

Norte: o espaço E4, onde se situa agora a Escola EB1 do Bacelo, e o espaço **E9** que corresponde à reserva de espaço para a futura escola EB1/JI dos Leões, equipamentos não programados e parque de estacionamento, local atualmente ocupado por um nó viário.

Sul: o espaço **E31**, contíguo à área habitacional (**H25**), que corresponde a uma reserva de espaço não executado, destinado à futura escola EB1/JI da Horta das Figueiras; o espaço **E44**, destinado a escola básica e equipamento de apoio à função habitacional, que também não foi executado. Dado que o espaço **E32** admitia a construção de um equipamento de apoio à função habitacional, acabaria por ser aí instalada a Creche e Jardim de Infância “Palmo e Meio”, em área contígua à já existente escola EB1 da Horta das Figueiras.

Oeste: o espaço E60, onde atualmente se situa a escola EB Manuel Ferreira Patrício, que integra a UOPG (F).

Com a alteração de 2011, o espaço **E31** foi associado à zona habitacional que lhe está adjacente, tendo sido convertido em **H25/E31**, mantendo-se a referência a reserva de espaço para a Escola EB1/JI da Horta das Figueiras prevista em 2000, embora aí se localize o atual IROMA. Este espaço integrou também uma parcela antes classificada como Zona Verde Urbana. A integração da área de equipamento em área habitacional pretende que, através da cedência de área para o município decorrente de operação urbanística, seja obtida a área necessária para o seu desenvolvimento, adequando-se a sua localização e dimensionamento de acordo com o programa e solução urbanística a desenvolver no local.

De referir ainda que, o espaço onde se encontra instalada a Creche e Jardim de Infância Palmo e Meio, **E32**, antes designado de equipamento de apoio à função habitacional, passou a constar do regulamento do PUE como um equipamento existente.

O **E44** passou a integrar o espaço adjacente, antes classificado de zona verde urbana, tendo sido aí instalado um parque infantil e zona verde de recreio. Este espaço passa a destinar-se apenas a equipamento não programado, tendo sido retirada a referência a escola.

E. Equipamentos de Animação Económica e Cultural

De acordo com o relatório do PUE de 2000, registava-se em 1999 uma concentração de equipamentos culturais no Centro Histórico de Évora. Embora os grandes equipamentos de animação económica e cultural decorressem, e decorram atualmente, na sua maioria de políticas setoriais, o PUE 2000 apontava localizações desejáveis, tendo procedido à programação de vários equipamentos estruturantes com usos diversos. É de referir que estes nem sempre foram programados em espaços classificados como **E**, e que apresentam uma grande diversidade no que respeita à sua natureza. Em 2000, foram propostos os seguintes equipamentos de animação económica e cultural:

O Mercado Abastecedor – MARE (E27), reserva de uma área comprometida com o futuro mercado abastecedor.

O Terminal rodo/ferroviário de carga (E29), a construir como interface de transportes rodoviários regionais, embora só se justificando se viesse a ser construída nova linha férrea na direção de Espanha. A localização prevista no regulamento e Planta de zonamento não corresponde à descrição feita no relatório, sendo apenas referidas neste, localizações alternativas.

O Espaço de Feiras e Mercados (E38), no parque industrial, a afetar a feiras de grandes dimensões de natureza recreativa e económica, constituía-se como uma alternativa ao Rossio de S. Brás, usado para este efeito, uma vez que era intenção do município transformar este último numa grande praça. Por outro lado, pretendia-se que quer o Rossio de S. Brás quer o Mercado 1.º de Maio fossem requalificados e revitalizados enquanto espaços de vivência comercial, de encontro e lazer, bem como se propunha que o Largo Chão das Covas, o Largo dos Estações e o espaço E2 (inserido na UOPG A, nas Portas de Aviz) fossem mantidos.

O Espaço de Serviços de Apoio à Atividade Económica (E39), já parcialmente afeto à UNESUL, NERE e Ministério da Indústria e a complementar com outros equipamentos de apoio ao parque industrial.

O espaço E46, embora constituísse uma área de reserva para equipamento, parcialmente comprometida com equipamento desportivo, destinava-se, à data, também a feira de gado.

O regulamento do PUE de 2000 previa ainda que o Convento dos Remédios, inserido no espaço E50, pudesse destinar-se a Museu, entre outras funções.

Previo-se a recuperação do Teatro Garcia de Resende, assim com a construção de um novo equipamento teatral em área contígua a este, no espaço H33.

São ainda de referir outros equipamentos para os quais se propunha uma localização preferencial, embora estes não possuíssem uma programação específica para esse fim:

1. Centro de congressos, cuja localização se sugeria no Rossio de S. Brás, área classificada de T6, na sequência da proposta de reconversão do referido espaço, a ocorrer de forma articulada com a execução do E38.
2. Biblioteca – foi proposta a ampliação da Biblioteca Pública a localizar na envolvente do Rossio de S. Brás, no espaço T6.
3. Museus – foi identificada a necessidade de instalar novos Espaços Museológicos, designadamente na área envolvente ao Rossio de S. Brás (T6) e na antiga Fábrica dos Leões (T1).

O espaço E30 correspondia à praça de touros já existente àquela data.

Com a alteração de 2011, no espaço E27, localizado a sul e que integra a área do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARE), foi introduzida a indicação de que o mesmo deve renovar-se nos termos do previsto no nº2 do artigo 42.º-A, remetendo este espaço para uma alteração de uso. A programação definida pretende conferir flexibilidade na concretização da solução a adotar, devendo, contudo, ser um uso compatível/complementar ao MARE.

Face à não concretização do Terminal Rodo/Ferroviário de Carga, a área reservada para este efeito, o espaço **E29**, foi convertida em espaço de reserva para equipamentos não programados.

Também a sul, é de referir que, em resultado da requalificação da antiga Praça de Touros, o espaço **E30** passou a ser descrito no regulamento como *Arena de Évora - Pavilhão Multiusos*, enquanto equipamento já concretizado. Este equipamento desempenha atualmente um papel importante na diversificação da oferta cultural da cidade.

Foi reprogramado o espaço para Feiras e Mercados **E38** e convertido em espaço de reserva para o ensino, investigação e desenvolvimento económico e empresarial. Esta alteração ocorreu de forma articulada com a revisão do PDME, na sequência da qual se propôs a reserva de uma nova área destinada a este efeito, inserida em solo rural, e designada de *Expo Évora – Parque de Exposições e Atividades Económicas Regionais*.

O espaço **E39** continua a constituir uma reserva para equipamento de apoio ao Parque Industrial, onde se admite a instalação de unidades destinadas a atividades económicas. Este espaço, em conjunto com o espaço **E38**, formam atualmente um núcleo que procura trazer novas centralidades à cidade, designadamente através da instalação de unidades como o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), DECSIS, ÉvoraTech - Incubadora de empresas, Universidade, NERE, Direção Regional de Economia do Alentejo e outras atividades económicas, como o Bowling e a empresa A. Matos Car, esta em fase final de construção.

O espaço **E46** converteu-se em espaço de reserva para equipamento não programado e outros usos a definir no âmbito do artigo 42ºA.

O espaço **E50**, onde se localiza o Convento dos Remédios, passou a fazer referência ao Centro Interpretativo Municipal – *Megalithica Eborá*, bem como a outros usos aí integrados.

F. Equipamentos de Ensino Superior

a) Universidade de Évora

O PUE de 2000 descrevia um aumento muito significativo do número de alunos da Universidade de Évora entre 1981 e 1999, na sequência do qual as instalações universitárias ocuparam diversos edifícios no Centro Histórico. O processo de entrosamento entre estudantes e residentes, embora apresentasse aspetos muito positivos, comportava também alguns problemas associados.

O modelo proposto pelo PUE propunha que as instalações universitárias se concentrassem nos seguintes espaços:

- O Espaço **E11**, onde se insere o Colégio do Espírito Santo, o qual se mantém como principal edifício da universidade; refira-se que era mencionada a vantagem em estender as instalações da universidade ao atual Seminário Maior de Évora; integra a UOPG A.
- O Ex-Quartel do RAL 3, que viria a converter-se no Colégio Luís António Verney;

- O Espaço **T1**, na UOPG (B), que incluía a reserva de espaço destinada à expansão da universidade, e que acabaria por ser apenas concretizada parcialmente, através da ocupação da antiga Fábrica dos Leões

É de referir que o PUE de 2000 preconizava que em 2005, fossem necessários cerca de 500 alojamentos para estudantes universitários, embora não se tenha proposto qualquer localização para o efeito.

Com a alteração de 2011, o espaço **T1** sofreu uma importante reconfiguração, passando a integrar apenas a área afeta à antiga Fábrica dos Leões entretanto requalificada e onde atualmente se encontra a Escola de Artes da Universidade de Évora. O regulamento do PUE foi alterado em consonância com esta alteração.

O espaço **E11** passou a integrar uma área adjacente anteriormente classificada de Zona Verde Urbana, tendo a sua descrição no regulamento passado a fazer referência ao Seminário Maior de Évora.

Embora existissem na cidade diversas residências universitárias, apenas o espaço classificado como **T3** passou a adotar na sua descrição uma referência à residência universitária existente. Por outro lado, o espaço **E62**, na UOPG (F) passou a prever a construção de uma nova residência universitária, que à data ainda não se efetivou.

G. Equipamentos administrativos

No âmbito do PUE de 2000, programava-se o transbordo do terciário para fora da muralha, e associados a este, vários novos equipamentos localizados na proximidade da muralha, aos quais foi atribuída a classificação de **T1**, **T6** e **T20**. O espaço **T20**, localizado a oeste, onde já à data se localizava o edifício da CCRA, é o único onde se verifica alguma execução, embora ela seja apenas parcial.

A oeste, o espaço em **E59**, integrado na UOPG (F), corresponde à Quinta da Malagueira, atual sede da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL). Este espaço encontra-se definido como Zona Verde de Valor Patrimonial, sendo proposta a promoção do seu acesso e visita pública.

No âmbito da alteração de 2011 foi incluída no regulamento uma referência explícita aos serviços administrativos da DRAPAL no espaço **E59**.

Foi criada a área **E70**, num espaço antes afeto a HC, que agora se destina a espaço de reserva para a instalação da sede do Centro Distrital de Segurança Social.

Com a construção das instalações da Direção Regional de Educação do Alentejo a norte, aquando da alteração de 2011, foi criado o espaço **E72**, anteriormente afeto a H2, tendo-lhe sido atribuída a respetiva descrição no regulamento (embora aí também se encontrem entretanto instalados serviços da Segurança Social).

H. Equipamentos sociais

No PUE de 2000, encontravam-se delimitados na planta de zonamento e descritos no regulamento, os seguintes três espaços que correspondem a lares de 3ª idade:

- no espaço **E14**, onde se situa também o Estabelecimento Prisional de Évora,
- no espaço **E17**, cuja descrição no regulamento se designa de *área residual de quinta afeta a equipamento social*.
- no espaço **E40**, designado de Recolhimento Ramalho Barahona da Santa Casa da Misericórdia de Évora

Com a alteração de 2011, foi integrada no regulamento a referencia ao lar de 3ª idade no espaço **E17** e alargada a sua área em resultado da junção deste com a parcela contígua, anteriormente destinada a H2, tendo-se assim convertido em **H2/E17**.

A designação do espaço **E40** passou a referir-se à sua ocupação, entretanto efetivada, Hospital da Misericórdia de Évora e Recolhimento Ramalho Barahona (Lar de 3ª idade da Santa Casa da Misericórdia de Évora).

Foi introduzido ainda o espaço **E71**, ocupado pelas instalações da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora (APPACDM), que passou a constar do regulamento do PUE enquanto equipamento existente.

É de notar o facto de diversos equipamentos sociais existentes não se encontrarem zonados como tal, por exemplo a residência da CERCIDIANA e o Lar de 3ª idade da Malagueira, ambos situados em espaços classificados como HC. De referir também que, não obstante a referência ao lar de 3ª idade feita para o espaço **E14**, este encontra-se atualmente afeto ao apoio a crianças e jovens.

I. Outros equipamentos

Em 2000 foram identificados vários equipamentos que classificamos aqui de ‘outros equipamentos’ por não se encontrarem descritos no relatório do plano em nenhuma das categorias referenciadas. Alguns destes espaços podem encontrar-se simultaneamente comprometidos ou parcialmente ocupados com usos já mencionados atrás:

- **E1**, que corresponde a um Imóvel Classificado
- **E10**, área afeta à subestação elétrica de Évora
- **E12**, estacionamento associado à universidade
- **E14**, área afeta ao Estabelecimento Prisional de Évora
- **E33**, área afeta a silos de cereais
- **E34**, área afeta à estação ferroviária
- **E47**, área afeta ao parque de campismo
- **E51** Terminal Rodoviário de Évora e funções complementares
- **E55**, espaço de reserva para equipamento sociocultural e religioso, confinante a área ocupada pela EB1 e JI da Cruz da Picada
- **E58**, área a afetar a miradouro sobre a cidade, podendo incluir unidade similar de hotelaria
- **E64**, área residual de quinta, a afetar a equipamento ou hotelaria
- **E65**, estrutura agrícola a manter, no Centro Histórico

- **E66**, destinava-se a zona verde e equipamento que motivasse a afluência pública. Previa-se que pudesse integrar a Escola da Pedra e ou equipamento complementar da Universidade. Está inserido na UOPG A e atualmente ocupada com estacionamento e uso habitacional.
- **E69**, equipamento de apoio a Jardim Público

Em 2011 alguns deste espaço sofreram uma reprogramação, designadamente:

- **EE2 / E12** - Alteração da classificação para E11 e EE2/E12 no PUE 2000 e alteração regulamentar (UOPG A)
- **E58** - Alteração regulamentar permitindo a afetação para equipamentos não programados
- **E65** - Admite-se a reconversão para usos mistos de equipamentos e outras funções compatíveis com áreas habitacionais. Situado no Centro Histórico e integrando a UOPG A, corresponde a uma unidade urbana a manter como memória a ser objeto de recuperação, admitindo-se a sua reconversão para usos mistos de equipamento e outras funções compatíveis com áreas habitacionais com aproveitamento e integração do espaço livre da antiga estrutura de produção que ali existiu, a Quinta do Paim. Este espaço encontra-se definido como Zona Verde de Valor Patrimonial.

Foram ainda acrescentadas as seguintes áreas:

- **E74**, destinado a estacionamento (anteriormente ZVU) integra UOPG C
- **E75**, estacionamento existente (anteriormente ZVU) integra UOPG C

Elencam-se ainda os espaços que, face à alteração de 2011, se converteram em áreas destinadas a equipamentos com usos não programados, perdendo a sua programação prevista em 2000:

- o espaço **E15**, situado a norte, na UOPG (B), onde se previa a execução do futuro hospital;
- o espaço **E26**, a sul, anteriormente destinado às instalações dos Bombeiros;
- o espaço **E61**, a oeste, na UOPG (F), integrado em zona verde urbana a afetar a estacionamento;
- o espaço **E76** a norte, antes definido como **E5**, que se destinava a afetar a equipamento desportivo

Importa ainda dar nota de que algumas áreas destinadas ao uso terciário podem acolher equipamentos, tais como:

- **T2**, equipamentos ou serviços públicos (integra UOPG)
- **T19**, também pode admitir equipamento.
- **T22**, área a afetar a funções terciárias ou equipamento, com articulações pedonais com a zona verde proposta, exterior à muralha, e com o largo de Machede Velho – ocupado por “Centro da Pedra” do antigo Centro Cultural de Évora.

As redes de equipamentos não zonados abordadas no capítulo 3.2.6, dedicado aos equipamentos de utilização coletiva, completam a informação aqui descrita, sobretudo no que respeita ao Centro Histórico.

Execução do plano:

Ao comparar as áreas de equipamento propostas no PUE de 2000 com as previstas no PUE de 2011, verificou-se uma diminuição das áreas que lhes estão afetadas, de **228 ha** para **199 ha**.

De acordo com a medição do nível de execução efetuada, apuraram-se os seguintes valores:

- Áreas já **existentes** em 2000 – 87,52ha – **43,96%**,
- Áreas **existentes a reprogramar** – 19,92ha – **10,01%**,
- Áreas **executadas** após 2000 – 18,45ha – **9,27%**,
- Áreas **não executadas** – 73,18ha – **36,76%**.

Execução das Zonas de Equipamento do PUE										
	Área (ha)	Execução	Existente (ha)	Existente a reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Uso Atual	Uso programado	Setor	UOPG
E1	3,03	Existente a reprogramar	0	3,03	0	0	Religioso	Recreio e Lazer	Norte	C
E2	Contabilizado em EE6								Norte	A
E3	1,64	Existente	1,64	0	0	0	Desportivo	Desportivo	Norte	-
E4	1,79	Parcialmente executado	0	0	0,81	0,98	Educativo	Educativo (Misto)	Norte	-
E5	4,66	Não executado / com pré existência	2,85	0	0	1,81	Educativo	Educativo (Misto)	Norte	-
E6	Contabilizado em EE5								Norte	B
E7	Contabilizado em EE2								Norte	-
E8	1,79	Existente	1,79	0	0	0	Educativo	Educativo (Misto)	Norte	B
E9	1,05	Não executado	0	0	0	1,05	Infraestrutura viária	Educativo (Misto)	Norte	B
E10	0,65	Existente	0,65	0	0	0	Infraestrutura de distribuição de energia	Infraestrutura de distribuição de energia	Norte	A
E11	1,39	Existente a reprogramar	0	1,39	0	0	Ensino Superior	Ensino Superior	CHE	A
E12	Contabilizado em EE2								Oeste	A
E13	3,12	Existente	3,12	0	0	0	Educativo	Educativo	Este	-
E14	1,4	Existente	1,4	0	0	0	Estabelecimento Prisional	Estabelecimento Prisional (Misto)	Este	-
E15	3,5	Não executado	0	0	0	3,5	Pastagens	Não definido	Este	B
E16	Contabilizado em EE2								Norte Este	B
E17	Contabilizado em H2								Este	-
E18	3,22	Existente	3,22	0	0	0	Educativo	Educativo	Este	-
E19	0,81	Não executado	0	0	0	0,81	Urbanizado / Em construção	Não definido	Este	-
E20	2,17	Não executado / com pré existência	0,21	0	0	1,96	Educativo	Educativo (Misto)	Este	-
E21	0,3	Existente	0,3	0	0	0	Educativo	Educativo	Este	-
E22	1,79	Existente	1,79	0	0	0	Saúde	Saúde	Este	-
E23	3,58	Existente	3,58	0	0	0	Desportivo	Desportivo	Este	-
E24	0,36	Existente	0,36	0	0	0	Educativo	Educativo	Este	-
E25	0,35	Existente	0,35	0	0	0	Educativo	Educativo	Este	-
E26	1,1	Não executado	0	0	0	1,1	Agrícola	Não definido	Sul	-

E27	16,33	Não executado / com pré existência	10,47	0	0	5,86	Logística	Logística (Misto)	Sul	-
E28	0,79	Existente	0,79	0	0	0	Educativo	Educativo	Sul	A
E29	3,02	Não executado	0	0	0	3,02	Agrícola	Não definido	Sul	-
E30	0,53	Executado	0	0	0,53	0	Cultura e Lazer	Cultura e Lazer	Sul	A
E31	Contabilizado em H25								Sul	-
E32	0,87	Executado / com pré existência	0,68	0	0,19	0	Educativo	Educativo	Sul	-
E33	2,25	Existente	2,25	0	0	0	Silos desativados	Silos desativados	Sul	-
E34	3,94	Existente	3,94	0	0	0	Estação Ferroviária	Estação Ferroviária	Sul	-
E35	Contabilizado em EE6								Sul	G
E36	4	Não executado	0	0	0	4	Agrícola	Não definido	Sul	-
E37	0,36	Existente	0,36	0	0	0	Educativo	Educativo	Sul	-
E38	8,4	Parcialmente executado	0	0	1,29	7,11	Inovação e tecnologia	Inovação e tecnologia	Sul	G
E39	8,3	Parcialmente executado / com pré existência	2,64	0	3,46	2,2	Serviços e atividades económicas	Serviços e atividades económicas	Sul	G
E40	2,12	Existente	2,12	0	0	0	Saúde, solidariedade e segurança social	Saúde, solidariedade e segurança social	Sul	-
E41	0,94	Existente	0,94	0	0	0	Desportivo	Desportivo	Sul	-
E42	7,3	Existente	7,3	0	0	0	Desportivo	Desportivo (Misto)	Sul	-
E43	5,56	Executado	0	0	5,56	0	Desportivo	Desportivo	Sul	-
E44	1,11	Parcialmente executado	0	0	0,58	0,53	Recreio e Lazer	Recreio e Lazer (Misto)	Sul	-
E45	Contabilizado em H1								Sul	-
E46	12,36	Não executado	0	0	0	12,36	Pastagens	Não definido	Sul	-
E47	3,73	Existente	3,73	0	0	0	Turismo	Turismo	Sul	-
E48	0,39	Não executado	0	0	0	0,39	Urbanizado / Não edificado	Não definido	Sul	-
E49	4,82	Existente	4,82	0	0	0	Educativo	Educativo	Sul	-
E50	5,24	Existente	5,24	0	0	0	Cemitério e Cultural	Cemitério e Cultural	Sul	-
E51	1,83	Existente	1,83	0	0	0	Estação Rodoviária	Estação Rodoviária	Sul	E
E52	4,5	Existente	4,5	0	0	0	Educativo e Religioso	Educativo e Religioso	Oeste	-
E53	5,37	Existente	5,37	0	0	0	Educativo	Educativo	Oeste	-
E54	0,92	Existente	0,92	0	0	0	Desportivo e Social	Desportivo e Social	Oeste	-
E55	2,31	Parcialmente executado / com pré existência	1,23	0	0,14	0,94	Educativo e Social e Desportivo	Educativo e Social	Oeste	-
E56	Contabilizado em EE2								Oeste	-
E57	2,25	Não executado	0	0	0	2,25	Florestal	Não definido	Oeste	-
E58	0,92	Não executado	0	0	0	0,92	Pastagens	Recreio e Lazer (Misto)	Oeste	-
E59	5,79	Existente a reprogramar	0	5,79	0	0	Administração Pública	Administração Pública (Misto)	Oeste	F
E60	2,61	Executado	0	0	2,61	0	Educativo	Educativo	Oeste	F
E61	1,4	Não executado	0	0	0	1,4	Pastagens	Não definido	Oeste	F
E62	15,43	Não executado / com pré existência	6,05	0	0	9,38	Desportivo	Desportivo (Misto)	Oeste	F
E63	0,41	Existente	0,41	0	0	0	Educativo	Educativo	Oeste	-
E64	1,43	Existente a reprogramar	0	1,43	0	0	Habitacional	Recreio e Lazer (Misto)	Oeste	A
E65	1,13	Existente a reprogramar	0	1,13	0	0	Habitacional	Misto	CHE	A
E66	0,69	Existente a reprogramar	0	0,69	0	0	Estacionamento	Misto	CHE	A

E67	9,29	Não executado	0	0	0	9,29	Agrícola	Desportivo	Sul	-
E68	3,23	Existente a reprogramar	0	3,23	0	0	Saúde	Misto	CHE	A
E69	0,08	Existente	0,08	0	0	0	Administração Pública	Apoio ao jardim Público	CHE	A
E70	0,65	Não executado	0	0	0	0,65	Urbanizado / Não edificado	Administração Pública	Sul	-
E71	2,01	Executado	0	0	2,01	0	Solidariedade e segurança social	Solidariedade e segurança social	Oeste	-
E72	0,7	Executado	0	0	0,7	0	Administração Pública	Administração Pública	Norte	B
E73	0,57	Executado	0	0	0,57	0	Saúde	Saúde	Norte	B
E74	1,67	Não executado	0	0	0	1,67	Agrícola	Estacionamento	Norte	C
E75	0,59	Existente	0,59	0	0	0	Estacionamento	Estacionamento	Norte	C
E76	3,23	Existente a reprogramar	0	3,23	0	0	Agrícola	Não definido	Norte	-
Total	199,07		87,52	19,92	18,45	73,18				

Quadro 50 - Grau de execução das áreas de equipamento

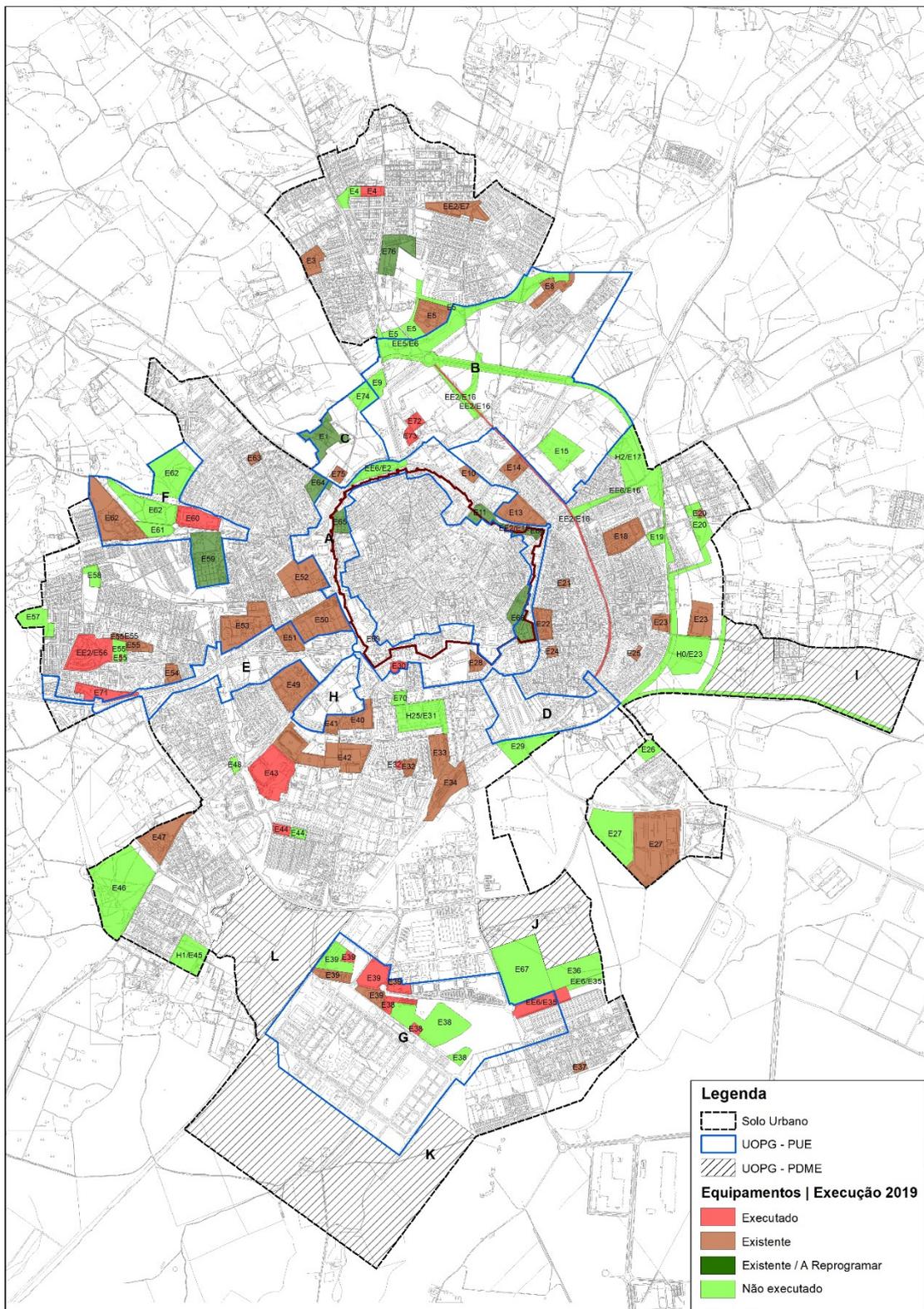


Figura 36 - Nível de execução das áreas de equipamento

I. Equipamentos Desportivos²⁶

Identificaram-se como equipamentos **existentes** em 2000: o Clube de Ténis (**E3**), o pavilhão da universidade / campo de jogos e pavilhão coberto do Sport Lisboa e Évora, situados em duas das parcelas **E23** (uma terceira destina-se a equipamentos de apoio à função habitacional e uso habitacional), as instalações da AMINATA (**E41**), a área desportiva do Juventude e Lusitano de Évora (**E42**) e o polidesportivo (**E54**). Estes ocupam na sua totalidade cerca de **14,38ha**.

Áreas mistas:

No espaço **E62**, onde as Piscinas Municipais ocupam cerca de **6,05ha**, a área destinada a uso desportivo, com cerca de **9,38ha**, não foi executada, pelo que o espaço se considera **parcialmente executado**.

O espaço **E67**, **não foi executado**, constituindo atualmente uma reserva de espaço com **9,29ha**, a afetar a estádio municipal e a estacionamento.

O espaço **E43** foi reprogramado e corresponde atualmente ao Complexo Desportivo Municipal, considerando-se **existente reprogramado**, ou seja, executado, ocupando **5,56 ha**.

Importa ainda referir aqui o uso desportivo do **E55**, já executado, que ocupa uma área de **0,06ha**. Este espaço encontra-se inserido numa parcela maior, também destinada a outros usos, no âmbito dos quais o espaço se considerou **parcialmente executado com pré existência**.

II. Equipamentos de apoio à função habitacional / Equipamentos não programados

Conforme referido anteriormente a generalidade dos espaços afetos a equipamentos de apoio à função habitacional passou a designar-se de equipamentos não programados. Os espaços **E19**, **E36**, **E44**, **E48** e **E57** respeitam a áreas a afetar exclusivamente a equipamentos não programados.

Parte do espaço **E20** está afeto à Escola EB1 da Comenda. A restante área, com cerca de **1,96ha**, está afeta a equipamentos não programados e **não executados**. Para efeitos de contabilização de áreas, e tendo em conta a existência da escola, este espaço foi considerado '**não executado com pré existência**'.

Quando aos espaços **E4** e **E5**, onde se situam as escolas EB1 do Bacelo e EB Conde de Vilalva, é de referir que destes resta ainda uma parte destinada a equipamentos de uso não programado, por executar. Tendo em consideração que à data de elaboração do PUE de 2000 apenas a EB Conde de Vilalva existia, consideraram-se os referidos espaços como **parcialmente executado e não executados com pré existência**, respetivamente.

Parte da parcela **E62**, atualmente ocupada pelas piscinas municipais, encontra-se por concretizar, sendo que parte da área **não executada** se destina a equipamentos de uso não programado. A restante

²⁶ Algumas áreas (E6, E16, E35 e E56) integram a estrutura ecológica urbana, correspondendo na generalidade a circuitos de manutenção já instalados, mas que serão contabilizados nas áreas relativas à EEU.

área constitui uma reserva destinada à instalação de uma residência universitária que será referida no âmbito dos equipamentos de ensino superior.

Contabilizaram-se aqui também os espaços que, de acordo com o já referido no âmbito dos ‘*outros equipamentos*’, se converteram em áreas destinadas a equipamentos com usos não programados, designadamente os espaços **E15, E29, E26, E46, E61 e E76**.

O espaço **E45**, foi associado a H1 e contabilizado naquela categoria de uso. O espaço **E7** foi contabilizado no âmbito da Estrutura Ecológica Urbana.

Os espaços **E8** e **E9**, também ocupados por escolas com área reservada a usos não definidos, foram contabilizados nos equipamentos educativos devido à prevalência desse uso. Pela mesma razão, os espaços **E23** e **E43**, afetos também ao uso desportivo, foram contabilizados no âmbito daquele tipo de equipamento, assim como o espaço **E58**, considerado nos ‘Outros equipamentos’.

III. Equipamentos de Saúde

Os equipamentos de saúde não se encontram zonados na sua totalidade, pelo que a sua contabilização apenas poderá ser realizada a partir de indicadores. De qualquer forma importa referir que, para efeitos de verificação da execução do plano, se consideraram como equipamentos **existentes** em 2000: o Hospital do Patrocínio, integrando duas unidades de saúde familiar, no espaço **E22** e o Hospital de Misericórdia no espaço **E40** (aqui inclui-se também o lar de 3ª idade). Estes ocupam na sua totalidade cerca de **3,91ha**.

Embora o Hospital do Espírito Santo se mantenha em funções no espaço **E68**, este espaço, que perfaz cerca de **3,23ha**, considera-se **existente a reprogramar** na sequência da deslocalização do Hospital.

O espaço **E73** foi **executado**, através da construção das instalações do Centro de Saúde Familiar das Portas de Aviz, ocupando cerca de **0,57ha**.

IV. Equipamentos educativos

Conforme atrás referido, a rede de escolas **existentes** em 1999 era composta por 16 estabelecimentos de ensino:

- 12 inseridos em espaços exclusivamente destinado a esse fim: **E8, E13, E18, E21, E24, E25, E28, E37, E49, E52, E53, E63**.
- 2 inseridos nos espaços mistos **E5** e **E20**, que incluem áreas destinadas a outros usos, não executadas e as escolas EB2,3 Conde Vilalva e EB1 da Comenda. Para efeitos de contabilização de áreas, estes espaços foram considerados ‘**não executados com pré existência**’. Em **E5**, a área afeta à escola é de **2,85ha** e em **E20**, de cerca de **0,21ha**.
- 2 inseridos em espaços mistos, que incluem áreas destinadas a outros usos, executadas ou parcialmente executadas, designadamente **E32**, onde foi construída a Creche e Jardim de Infância “Palmo e Meio” e onde já existia a EB1 da Horta das Figueira e o **E55**, onde se integra

a programação de outros usos (sociocultural e religioso) apenas parcialmente executados, mas onde já existia a EB da Cruz da Picada. Para efeitos de contabilização de áreas, estes espaços foram considerados ‘**executados e parcialmente executado com pré existência**’ respetivamente.

Relativamente às escolas propostas, refere-se que o espaço **E9 não foi executado**, continuando a constituir uma reserva de espaço com **1,05ha** para a escola EB1/JI dos Leões, inserida na UOPG B. Este espaço deverá incluir ainda equipamentos não programados e um parque de estacionamento.

Neste período foram **executadas** duas escolas públicas:

- a norte a EB1 do Bacelo, no espaço **E4**, do qual resta ainda uma parte não programada por executar (**parcialmente executado**);
- a oeste a EB Manuel Ferreira Patrício, que ocupa a totalidade do espaço **E60**, ocupando cerca de **2,61 ha**.

É de notar que acabariam por ser construídas apenas 2 escolas públicas na cidade de Évora, desde a elaboração do relatório do PUE de 2000.

O espaço **H25/E31** continua a incluir uma reserva destinada à construção de uma escola, contudo a sua área será contabilizada em H25.

V. Equipamentos de animação económica e cultural

O espaço **E27**, que corresponde ao MARE, integra uma área já existente em 2000 e uma outra de expansão que não foi ocupada até agora. Para efeitos de contabilização de áreas, este espaço foi considerado ‘**não executado com pré existência**’, estando ainda por ocupar uma área de **5,86ha**.

O espaço **E30** foi sujeito a uma reprogramação, tendo a Praça de Touros dado lugar à atual Arena de Évora / Pavilhão Multiusos, considerando-se **executado**.

O Espaço **E38** com cerca de **8,4ha**, onde atualmente se localizam o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), DECSIS e ÉvoraTech - Incubadora de empresas, compreende uma reserva de espaço de **7,11ha** destinada a equipamentos e estabelecimentos de ensino, investigação e desenvolvimento económico e empresarial, encontrando-se apenas **parcialmente executado**.

O espaço **E39**, com uma área de **8,3ha** onde se situam as instalações do NERE, da Universidade, da Direção Regional da Economia, assim como outras atividades económicas, possui uma área disponível de **2,2ha** que constitui uma reserva para unidades destinadas a atividades económicas. Este espaço considera-se **parcialmente executado**.

O espaço **E50**, embora inclua também área afeta ao cemitério, é um dos poucos equipamentos de animação cultural zonados no plano, sendo aqui identificado como **existente**.

VI. Equipamentos de ensino superior

Os equipamentos de ensino superior não se encontram zonados na sua totalidade, pelo que a sua contabilização apenas poderá ser realizada a partir de indicadores. De qualquer forma importa referir que, para efeitos de verificação da execução do plano, se teve em consideração o espaço **E11** enquanto espaço **existente a reprogramar**, ocupando uma área de **1,39ha**.

A nova residência universitária prevista para o espaço **E62 não foi executada**, tendo a área que lhe está destinada, sido contabilizada no âmbito dos equipamentos desportivos dado que se trata de um espaço misto com prevalência do uso desportivo.

VII. Equipamentos administrativo

O espaço **E59**, onde se encontram instalados os serviços administrativos da DRAPAL, é considerado para efeitos de contabilização de áreas, um espaço **existente a reprogramar**.

O espaço **E70** constitui um espaço de reserva com cerca de **0,65ha**, destinado às instalações da sede do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, que até ao momento não foram construídas, pelo que o espaço se considera **não executado**.

No espaço **E72** foram construídas as instalações da Direção Regional de Educação do Alentejo, considerando-se assim **executado**, ocupando uma área de **0,7ha**.

VIII. Equipamentos sociais

Os equipamentos de sociais não se encontram na sua generalidade zonados, pelo que a sua contabilização apenas poderá ser realizada a partir de indicadores.

Refira-se apenas o espaço **E71**, onde foram construídas as instalações da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora (APPACDM), considerado um espaço **executado**, com uma área de **2,01ha**.

Os usos de natureza social incluídos nos espaços **E14**, **E17** e **E40**, foram contabilizados no âmbito de outros tipos de equipamento por serem espaços mistos com prevalência de outros usos.

IX. Outros equipamentos

Para efeitos de contabilização de áreas quanto ao seu grau de execução, foram considerados como outros equipamentos não tipificados, já **existentes**, os espaços **E10**, **E14**, **E33**, **E34**, **E47**, **E51**, **E69** e **E75**.

Os espaços **E1**, **E64**, **E65** e **E66**, embora já existentes à data de elaboração do plano, foram objeto de proposta de **reprogramação** que até data ainda não teve lugar, razão pela qual se consideram **existentes a reprogramar**.

Por outro lado, os espaços **E58** e **E74** correspondem a propostas do plano em espaços sem qualquer ocupação prévia e que não sofreram qualquer concretização, pelo que se consideram **não executados**.

O único espaço relativamente ao qual se pode considerar alguma execução é o **E55**, que constitui um espaço de reserva para equipamento sociocultural e religioso, embora inclua também a EB1 / JI da Cruz da Picada e uma área desportiva, já referidos no âmbito das respetivas tipologias. Este espaço foi considerado **parcialmente executado com pré-existência**.

Dá-se nota de que o espaço **E12** foi contabilizado em EE2.

Importa ainda referir que as redes de equipamentos não zonados, abordadas no capítulo dedicado aos indicadores, completam a informação aqui descrita, sobretudo no que respeita ao Centro Histórico.

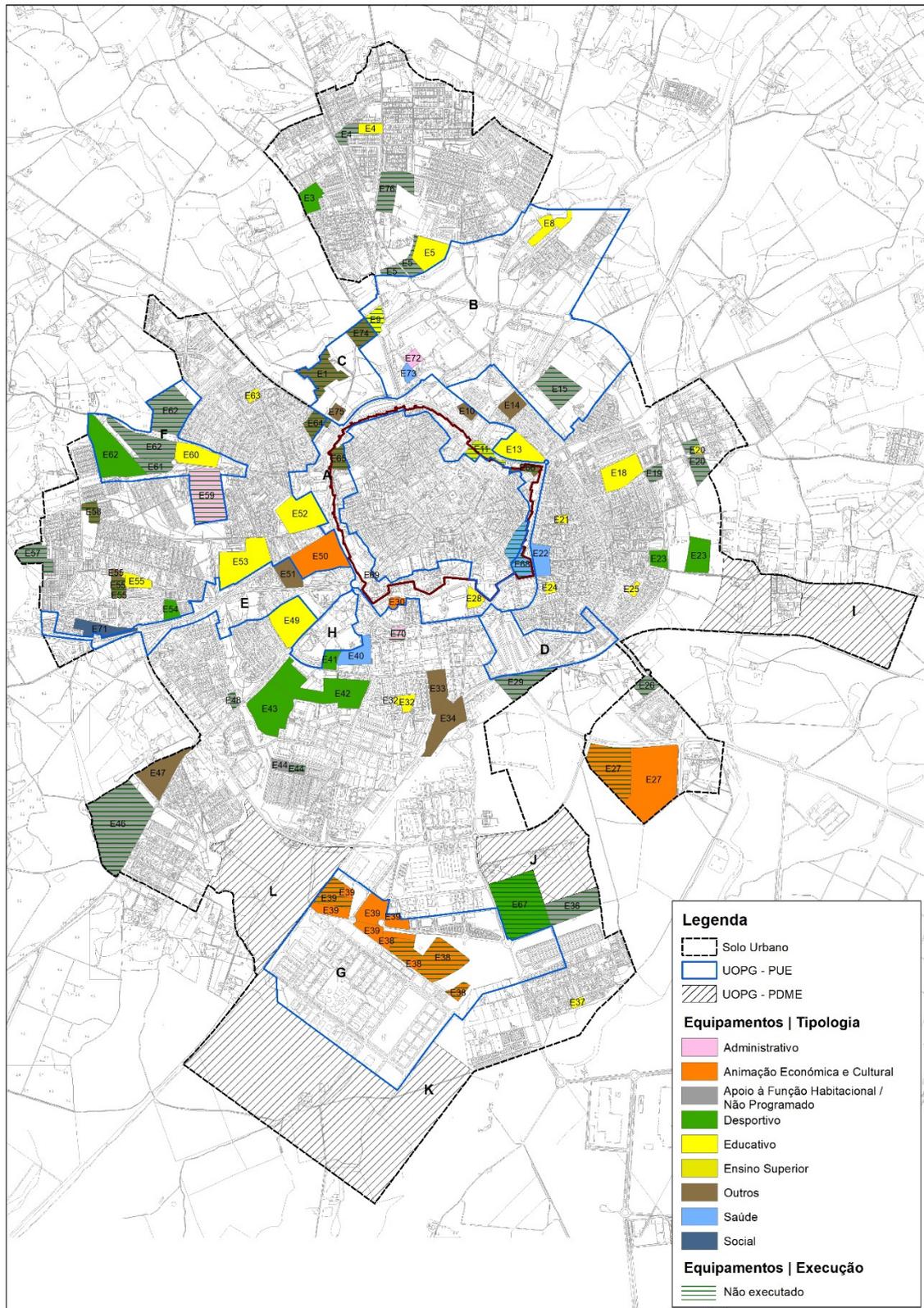


Figura 37 - Tipologia de equipamentos e nível de execução das áreas de Equipamento do PUE

Conclusões:

Em 2011, ocorreu uma redução de cerca de **13%** de áreas destinadas a equipamento, que pode ser explicada tanto pela reconfiguração das áreas de equipamentos, como pelo resultado da junção de áreas de equipamento e áreas habitacionais, ou pela contabilização de espaços destinados de equipamento nas áreas da estrutura ecológica urbana.

Foram executados 18,45ha (**9,27%**) após 2000, destacando-se a execução da **Escola Básica Galopim de Carvalho** e a **Escola Básica Manuel Ferreira Patrício**, a execução do **Complexo Desportivo Municipal** e a **Arena de Évora** (Pavilhão Multiusos). Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 111,55ha (excluindo a área existente), a área executada sobe para 16,5%.

Importa também referir que os espaços **E70** a **E75** foram criados no âmbito da alteração do PUE de 2011.

Para além dos equipamentos contabilizados como **E1** a **E76**, devem ainda ser considerados os equipamentos propostos em complementaridade com outros usos, nomeadamente áreas habitacionais (**H**), terciárias (**T**) e estrutura ecológica (**EE**).

A ausência de programa destinado à rede de equipamentos não zonados, não permite analisar e avaliar a importância de algumas estruturas relevantes, como por exemplo o Teatro Garcia de Resende ou o Salão Central.

6.1.4. Zonas terciárias**Os objetivos do plano:**

O modelo de ordenamento do PUE de 2000, procurou consolidar a estrutura radioconcêntrica da cidade, que tem como centro a cidade intramuros, através da manutenção das suas funções e do transbordo da função terciária para a área envolvente à muralha, procurando transformar toda a sua envolvente penetrando nalguns eixos radiais.

O plano previa na principal zona de expansão da cidade, a Zona dos Leões, **uma presença significativa de uso terciário** ao longo do troço Norte da Grande Circular, através da reutilização da Fábrica dos Leões, assim como um eixo fortemente terciarizado que reforçaria as relações intramuros/extramuros.

O modelo proposto procurou igualmente induzir uma **maior multifuncionalidade** em cada bairro. Para tal, o regulamento estabelecia normas que apontavam para alguma plurifuncionalidade, quer na cidade intramuros - presença de habitação, terciário, equipamento, comércio e serviços, hotelaria e indústria artesanal – quer na presença, nas zonas habitacionais de expansão, de percentagens mínimas a afetar a usos não habitacionais e na criação de algumas zonas onde se previa a coexistência de funções terciárias, industriais e habitacionais.

O zonamento do plano em 2000, refletia as orientações descritas anteriormente, delimitando as **principais zonas T** na envolvente ao Centro Histórico, apoiando-se nalguns dos eixos viários principais que se encaminham para as antigas portas da muralha, com destaque para T1 a norte, T5, T6 e T7 a

sul e T13, T16, T18 e T20 a poente. As zonas terciárias definidas no PUE 2000, concorriam para os seguintes objetivos:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial existente entre o interior e o exterior da muralha. • Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades
Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência, a longo prazo, das funções habitacionais.
Animar a ação urbanística municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público.

Quadro 51 - Objetivos do plano que enquadram as zonas terciárias

Dinâmica do plano:

Com a alteração de 2011, é introduzido o artigo 46.º-A, que confere flexibilidade na ocupação e construção nas Zonas Terciárias, permitindo, nas áreas onde não são indicadas suficientes regras urbanísticas, que a Câmara Municipal delibere previamente sobre a aprovação do respetivo programa funcional e quadro de áreas acompanhados de estudo prévio de arquitetura no qual se demonstre a compatibilização da solução de ocupação preconizada com as áreas envolventes, no que se refere à composição formal urbana, volumetrias e à articulação com os espaços públicos.

Pode ainda a Câmara Municipal efetuar a reprogramação e renovação das Zonas Terciárias, mediante deliberação sobre a alteração das regras de ocupação e edificabilidade definidas nos artigos anteriores, através da elaboração de instrumentos urbanísticos a realizar nos termos previstos do artigo 78º e com os termos de referência definidos no mesmo artigo. Ainda neste artigo, são definidos os requisitos de admissão de novos estabelecimentos ou conjuntos comerciais, nomeadamente, a deliberação da CME sobre elementos e estudos específicos.

As zonas terciárias estão identificadas, descritas e caracterizadas no regulamento do PUE de 2011 nos artigos 44.º ao 46.º-A, da seguinte forma:

- As Zonas terciárias são destinadas predominantemente a funções terciárias, podendo coexistir com habitação e estabelecimentos industriais do tipo 3 e equipamentos que resultem de cedências obrigatórias de operações urbanísticas.

- Consideram-se funções terciárias os serviços, os escritórios, a administração pública, o comércio retalhista, a hotelaria e os estabelecimentos de restauração e bebidas, com ou sem fabrico próprio e com ou sem salas de espaço de dança.

Comparando os valores indicados no relatório relativos às zonas terciárias propostas no PUE de 2000, com os do PUE de 2011, observamos que estas passaram de 80ha a 62,2ha, resultando numa redução de cerca de 22%. Este valor pode ser explicado pela reconfiguração da área **T1** na UOPG dos Leões.

As alterações mais significativas do **PUE em 2011**, incidiram sobre os seguintes espaços:

- Reconfiguração significativa do espaço **T1** a norte, reprogramado em **H4**, **H5** e **T23**; nesta área estruturante da UOPG B, previa-se a expansão universitária em três parcelas que totalizavam 16ha, prevendo-se a construção de faculdades, edifícios administrativos, equipamentos, residências universitárias e comércio complementar;
- A reconfiguração do espaço **T1**, integrou parte da área afeta a **E9**, tendo sido reduzido à antiga Fábrica dos Leões, retirando-se os usos diversos previstos em 2000 e indicando-se o uso atual como Escola de Artes da Universidade de Évora, resultante da requalificação da antiga fábrica dos Leões;
- Deslocação e reconfiguração do espaço **T2** (área destinada à instalação de equipamentos ou serviços públicos) a norte para localização adjacente a **T1**;
- Reconfiguração do espaço **T4** (área ocupada por unidade comercial e respetivo estacionamento, às Portas de Machede) a este, com aumento da área através da integração de **zona verde urbana** adjacente;
- Reconfiguração do espaço **T17** (área afeta a unidade hoteleira a manter), a oeste, suprimindo-se a parcela a norte do eixo viário (atualmente zonada como **E71**) e a indicação de área a constituir como praça de receção da cidade, reduzindo a sua delimitação ao espaço atualmente afeto ao Évora Hotel;
- Criação de espaço **T23** a norte – junto à Porta de Aviz, destinado a área comercial de dimensão relevante e impacto regional, com integração de parte do espaço anteriormente afeto a **T1**, espaço **H2** e **zona verde urbana**;
- Criação de espaço **T24** a sul, atualmente afeto ao Hotel Vila Galé, no espaço anteriormente definido com **H2**.

Caracterização e tipologias:

Não existindo uma tipificação dos espaços destinados a uso terciário, e tendo cada espaço usos e parâmetros próprios, podem estes espaços ser agrupados de acordo com os usos dominantes: **espaços com usos exclusivamente terciários** e **espaços com usos mistos**.

Os espaços com **usos exclusivamente terciários** podem sub-agrupar-se em:

- a) Espaços com **funções exclusivamente terciárias**: o espaço **T8** ocupado com o edifício do IROMA e o espaço **T14**, que antes se destinava a equipamento e que foi alterado pelo PUE 2011, tendo sido

acrescentada a referência a que a ocupação deve ser articulada com o espaço **E42** onde se situa atualmente a Área Desportiva do Juventude e Lusitano de Évora.

- b) Espaços destinados a **funções comerciais e a uma grande superfície comercial**: o espaço **T4** é uma área ocupada por posto de abastecimento de combustível da BP, superfície comercial do Pingo Doce e respetivo estacionamento construído entre 2012 e 2015 na sequência da alteração de 2011, alteração que integrou também uma zona verde no polígono. Incluem-se aqui também o espaço **T9**, onde se observa o reforço de funções terciárias (execução parcial) e o espaço **T23** (UOPG B), introduzido pela alteração ao PUE em 2011 e que se destina à instalação de uma grande superfície comercial.
- c) **Unidades hoteleiras já executadas**: no que respeita às unidades hoteleiras, o PUE de 2000 previa que no espaço **T17** se pudesse constituir uma praça de receção da cidade, contudo esta parcela foi sujeita a uma reprogramação e atualmente encontra-se parcialmente afeta a uma unidade hoteleira; o espaço **T24** (UOPG E), situado na Horta do Telhal, foi introduzido no PUE de 2011 como espaço destinado a uma unidade hoteleira.
- d) **Equipamentos ou serviços públicos**, correspondendo a situações diversas, incluindo o espaço **T1** (UOPG B), que corresponde à Escola de Artes da Universidade de Évora; o espaço **T2** (UOPG B) afeto à instalação de equipamentos ou serviços públicos; o espaço **T22** (UOPG A), a afetar a funções terciárias ou equipamentos com articulação pedonal com a Zona Verde proposta, exterior à muralha, e com o Largo de Machede Velho.
- e) **Estação de serviço**: o espaço **T21** (UOPG G) corresponde a uma estação de serviço de apoio ao Parque Industrial.

Os espaços com **usos mistos** podem sub-agrupar-se em:

- a) **Uso predominantemente terciário** ao longo de um eixo viário principal de nível 1, o espaço **T16** (UOPG E), constitui uma área marginal da avenida Túlio Espanca, ao longo do qual o plano determina que deve ser prevista uma frente edificada com 2 pisos, junto à rotunda do Raimundo e 3 pisos junto ao eixo de Lisboa, de uso predominantemente terciário. Dá-se a indicação que poderá manter-se a localização da bomba de gasolina e do estacionamento entre a frente edificada e o cemitério.
- b) **Funções terciárias, equipamentos e habitação**: o espaço **T19**, área parcialmente ocupada com unidade comercial e moinhos, deve destinar-se a equipamentos, funções habitacionais e terciárias, considerando-se as regras aplicadas em **H2**; no espaço **T20** (UOPG A), está programada uma área ocupada com uso misto de habitação e terciário, incluindo as instalações da CCDRA; as áreas a construir deverão destinar-se a equipamentos e a funções terciárias e habitação, esta não ocupando mais de 50% do total da STP.

- c) **Funções terciárias, habitação e unidade hoteleira:** o espaço **T13**, de usos mistos, onde se localiza o Hotel Ibis, é uma área afeta a unidade hoteleira a manter, integrando outras ocupações com uso misto; as regras urbanísticas aplicáveis são as definidas para **HC**. Observa-se no local um “nicho de empresas” e diversos estabelecimentos de comércio e serviços, onde incluem churrasqueira, restaurantes, imobiliária, estabelecimentos de venda de pão, de produtos biológicos, de equipamentos de cozinha, espaço de festas infantis, para além de habitação.
- d) **Funções terciárias, habitação e outros usos industriais (ou oficinas),** em áreas consolidadas a reconverter: os espaços **T5** (área dos Bombeiros/Pátio do Bacharel na UOPG A)), **T7 e T18**, localizam-se em áreas consolidadas com uso misto, onde as funções habitacionais prevalecem, e onde se pretende que sejam reforçadas as funções terciárias. No espaço **T5**, encontramos habitação, um posto de abastecimento de combustível, o edifício dos bombeiros, comércio, serviços privados (agência funerária, cabeleireiro e escola de condução) e da administração pública (Segurança social), uma associação, estando grande parte da área devoluta (Pátio do bacharel), O espaço **T7**, constitui o espaço mais extenso, onde se encontram oficinas, habitação, restaurante, sendo que grande parte da área é constituída por lotes de grande dimensão (alguns devolutos) afeta ao Exército Português e GNR e ao edifício da EPAC; de referir que existe ainda um projeto para uma unidade hoteleira (alvará emitido); No espaço **T18**, situa-se uma unidade hoteleira em construção, unidade de alojamento local, clinica, restaurante, estabelecimento comercial de venda de automóveis.
- e) **Funções complementares à habitação:** o espaço **T10** (UOPG G) nas Vilas do Alcaide, constitui o remate edificado de zona **H1**, com dois pisos, a destinar predominantemente a funções terciárias no rés-do-chão; o espaço **T11** (UOPG G), não executado, no Cabeço do Arraial, destina-se a funções não habitacionais numa percentagem não inferior a 50%, sendo aplicável no restante as regras para zonas **H1**.
- f) **Uso industrial e terciário:** o espaço **T12** (UOPG G) localizado na zona de expansão do PITE é uma área afeta a uso industrial e terciário, com dois pisos; o espaço **T15** constitui o remate edificado da Zona Industrial nº1 e Urbanização do Moinho, também com 2 pisos e funções terciárias.
- g) **Funções terciárias e habitação associada a espaço público:** no espaço **T6** (UOPG A), no Rossio de São Brás, dá-se a indicação de que a área deve ser sujeita a Plano de Pormenor, com eventual alteração da servidão existente sobre a Ermida de São Brás, com vista à sua ocupação com funções terciárias e de habitação e grande terreno, espaço aberto dominante não integrado na Estrutura Ecológica Urbana; está em curso a elaboração de projeto de interface Intermodal do Rossio de S. Brás.
- h) **Funções terciárias e equipamentos associadas a Estrutura Ecológica Urbana:** o espaço **T25** (UOPG E), associado a Estrutura Ecológica Urbana e aí contabilizado e representado, onde o regulamento indica que a área deve ser sujeita a reconstrução com programação a definir em sede de estudo a elaborar nos termos da alínea b) do artigo 78.º, devendo os espaços a edificar ser destinados

preferencialmente a funções terciárias e equipamentos públicos, em articulação com os espaços da Estrutura Ecológica Urbana adjacente.

- i) **Funções terciárias associadas a estacionamento e espaço verde:** no espaço **T3** (UOPG A), o plano não indica o uso programado, mas sim o uso atual, indicando que aí se localiza o troço do Baluarte (Imóvel Classificado); situam-se neste local uma residência Universitária da Universidade de Évora, parque de estacionamento público, espaço verde e estabelecimento de restauração e bebidas.

As zonas terciárias definidas apresentam diferentes enquadramentos no processo de planeamento. Podemos identificar três situações distintas na qualificação do solo das zonas terciárias, as **definidas em áreas consolidadas** com usos mistos, onde se pretende que sejam reforçadas as funções terciárias, os **espaços sem qualquer ocupação** (de expansão urbana), onde se pretende executar uma programação específica e os **espaços com uso e ocupação pré-existent**s.

Para além dos espaços referidos, devem ser consideradas ainda outras categorias do solo que podem acolher atividades terciárias, tais como as zonas de habitação consolidada (**HC**), as zonas de habitação tipificada, identificando-se “zonas com usos complementares à habitação” (**H1**, **H2** e **H3**), “zonas mistas” (**H4** e **H5**), e as zonas industriais (a conservar e consolidar, **I_C** e **IA/C** e de expansão, **I/E**, **IA/E** e **IT/E**).

Execução do plano:

Das áreas zonadas afetas ao terciário, conforme quadro de execução, **destaca-se:**

- a **execução das zonas T1** (Colégio dos Leões na UOPG B), **T4** (Pingo Doce), **T15** (Zona habitacional da Urbanização do Moinho com uso terciário) e **T24** (Hotel Vila Galé na UOPG E);
- as **zonas parcialmente executadas** em **T8** (Rua Fernanda Seno), **T10** (Vilas do Alcaide na UOPG G), **T12** (expansão do Parque Industrial na UOPG G), e **T20** (**já com uma pré-existência**) (Zona Oeste da UOPG A);
- **as áreas não executadas** em **T2** (junto ao Colégio dos Leões na UOPG B), **T9** (**parcialmente executado**) (junto à estação ferroviária), **T11** (junto à expansão do parque industrial na UOPG G), **T14** (na zona desportiva do Juventude e Lusitano), **T19** (com pré-existência) (Sr.^a da Glória/Malagueira) e **T23** (zona de expansão dos leões na UOPG B).
- o espaço **T17**, **existente em 2000**, ocupado pelo Évora Hotel;
- as **áreas consolidadas** consideradas como “**Zonas de Reversão Urbana**”, em **T3** (área do Baluarte na Zona Este da UOPG A), **T5** (área dos Bombeiros/Páteo do Bacharel na UOPG A), **T6** (Rossio de São Brás na UOPG A), **T7** (área da Av. dos Combatentes), **T13** (Quinta da Tapada), **T16** (área adjacente ao cemitério dos remédios na UOPG E), **T18** (no Bairro da Sra. da Glória/Av. de S. Sebastião), **T21** (no parque industrial) e **T22** (no CHE na UOPG A), que constituem áreas consolidadas onde se pretende que deve ocorrer um reforço das funções terciárias.

Execução das Zonas Terciárias do PUE										
	Área (ha)	Execução	Existente (ha)	Existente a reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Uso Atual	Uso programado	Sector	UOPG
T1	2,66	Executado	0	0	2,66	0	Equipamento educativo	Educativo	Norte	B
T2	0,34	Não executado	0	0	0	0,34	Sem ocupação	Equipamento e serviços públicos	Norte	B
T3	2,01	Existente a reprogramar	0	2,01	0	0	Misto	Misto	Este	A
T4	1,05	Executado	0	0	1,05		Unidade comercial e estacionamento	Unidade comercial e estacionamento	Este	-
T5	3,63	Parcialmente executado	1,78	1,41	0,44	0	Misto	Reforço de funções terciárias e estacionamento	Este	A
T6	4,55	Existente a reprogramar	0	4,55	0	0	Estacionamento, recreio, feiras e mercados	Funções terciárias, habitação e grande terreno	Sul	A
T7	10,94	Existente a reprogramar	0,66	9,46	0,82	0	Misto	Reforço de funções terciárias	Sul	-
T8	0,41	Parcialmente executado	0	0	0,12	0,29	Centro Incubação de empresas	Funções terciárias	Sul	-
T9	4,84	Parcialmente executado	0	0	0,76	4,08	Misto	Funções comerciais	Sul	-
T10	1,19	Parcialmente executado	0	0	0,96	0,23	Misto com predominância de habitação	Misto com predominância de habitação	Sul	G
T11	1,44	Não executado	0	0	0	1,44	Agrícola	Misto	Sul	G
T12	2,02	Parcialmente executado	0	0	1,57	0,45	Terciário	Uso Misto Industrial e terciário	Sul	G
T13	1,83	Parcialmente executado	0	0,62	1,21	0	Unidade hoteleira e Misto	Misto	Sul	-
T14	0,76	Não executado	0	0	0	0,76	Sem ocupação	Terciário	Sul	-
T15	0,93	Executado	0	0	0,93	0	Misto	Misto	Sul	-
T16	2,53	Existente a reprogramar	0	2,53	0	0	Bomba de gasolina, estacionamento e Misto	Bomba de gasolina, estacionamento e Misto	Sul	E
T17	3	Existente	3	0	0	0	Unidade hoteleira	Unidade Hoteleira	Oeste	-
T18	1,53	Parcialmente executado	0,5	0,5	0,53	0	Misto	Misto	Oeste	-
T19	2,23	Não executado / com pré existência	0,53	0	0	1,7	Unidade comercial, estacionamento e moinhos	Misto	Oeste	-
T20	5,12	Parcialmente executado / com pré existência	0,58	0,31	1,86	2,37	Misto de habitação e terciário	Misto de habitação e terciário	Oeste	A
T21	0,67	Existente a reprogramar	0	0,67	0	0	Estação de serviço desativado	Estação de serviço	Sul	G
T22	0,35	Existente a reprogramar	0	0,35	0		Serviços municipais e escola da pedra	Funções terciárias	CHE	A
T23	5,77	Não executado	0	0	0	5,77	Misto	Funções terciárias	Norte	B
T24	2,46	Executado	0	0	2,46	0	Unidade hoteleira	Unidade hoteleira	Sul	E
T25	Contabilizado em EE2						Pastagens	Terciário e equipamento público	Sul	E
Total	62,26		7,05	22,41	15,37	17,43				

Quadro 52 - Grau de execução das zonas terciárias

O quadro apresentado reflete o nível de execução das zonas terciárias zonadas, indicando-se o tipo de ocupação verificada e respetiva dinâmica. Da sua análise e interpretação resultam os seguintes indicadores de execução:

- Áreas já existentes em 2000 – 7,05h – **11,32%**,
- Áreas existentes a reprogramar – 22,41ha – **35,99%**,
- Áreas Executadas após 2000 – 15,37ha – **24,69%**,
- Áreas não executadas – 17,43ha – **28%**.

Se considerarmos a extensão das áreas não executadas e a extensão das áreas existentes a reprogramar, deparamo-nos com **um elevado grau de não execução das zonas terciárias**, de cerca de 64% da área. As áreas executadas correspondem a cerca de 25%, subindo para cerca de 28% se considerarmos a área por executar após 2000.

A planta seguinte, apresenta a distribuição das zonas terciárias de acordo com o zonamento do PUE, refletindo também a avaliação, o tipo de ocupação e dinâmica. É de referir que a aferição da execução em áreas consolidadas, nem sempre foi possível.

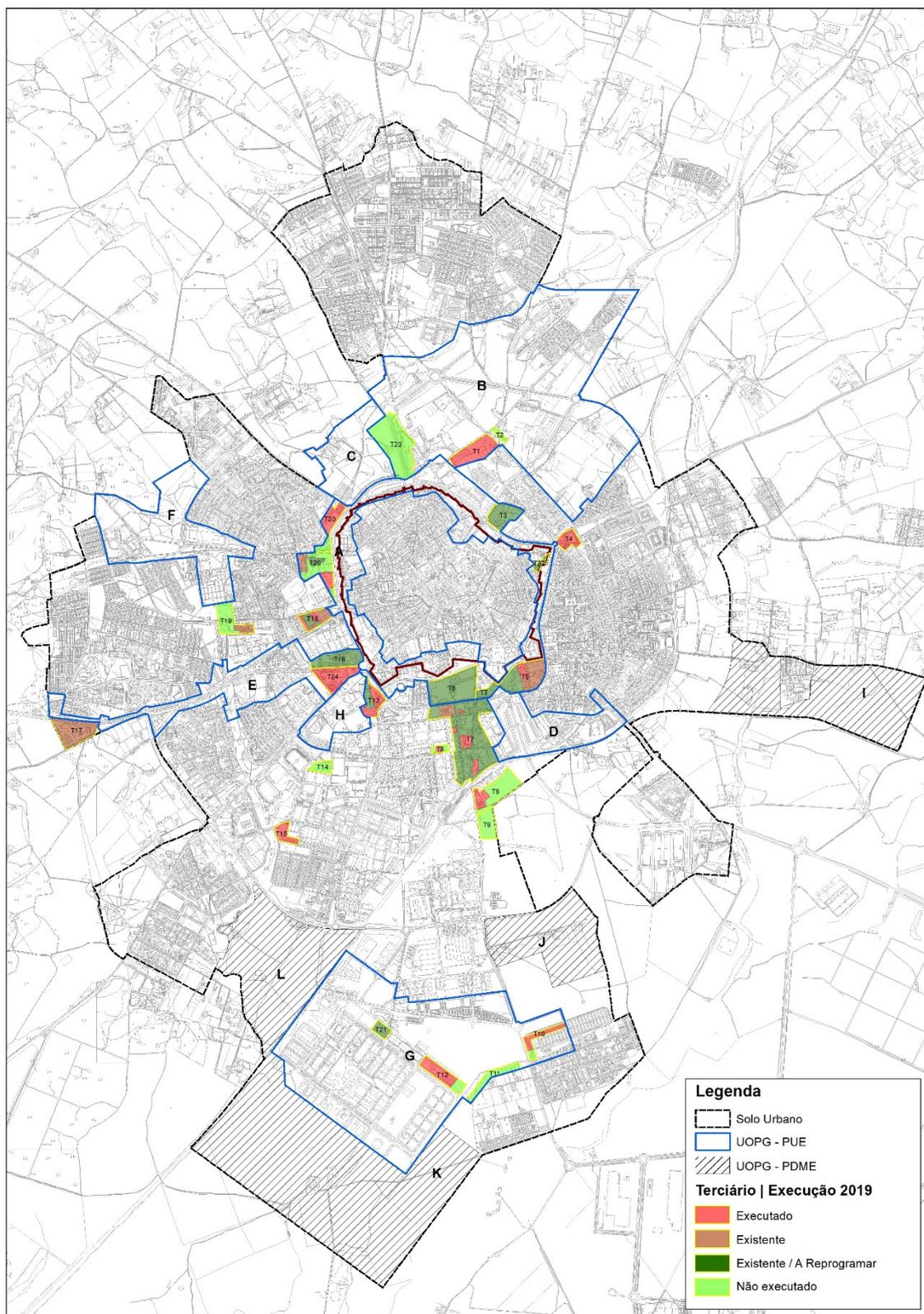


Figura 38 - Nível de execução das zonas terciárias

Importa ainda mencionar que, para além das zonas terciárias zonadas, se **identificaram ainda nas áreas de habitação consolidada (HC), alguns locais de concentração de funções terciárias** que lhes conferem um uso misto (CHE, Bacelo Sul-Coronheiras, Álamos, ZU1/NAU, Urb. da Muralha, Horta do Bispo, Chafariz D’El Rei, Cruz da Picada, António Sérgio /Vista Alegre e Galeria comercial da Vista Alegre) (Miranda, 2014) e eventualmente no Granito.

Também nas áreas de habitação tipificada, em H1, H2, H3, H4 e H5, onde o plano prevê usos mistos, é possível identificar concentrações de funções terciárias em áreas já edificadas (Torralva/Cartuxa e Quinta do Moniz (H2)) (Miranda, 2014) e eventualmente no Moinho (H1), Casinha centro (H1) e Av. Lino de Carvalho (H3) e Av. Túlio Espanca (H2).

Nas áreas industriais, podemos também identificar um conjunto de unidades/superfícies comerciais que se enquadram nos usos terciários, tais como o Pingo Doce (IA/C), Continente(IA/C), Intermarché (IA/E e IT/E), AKI, DeBorla e SportsDirect(IT/E), Lidl(IA/C), Retail Park e Évora Plaza(IA_E), Decatlon(IT/E).

Conclusões:

Pela sua **dimensão** (área de implantação superior a 3ha) destacam-se os espaços T5, T6, T7, T9, T20, T23, três dos quais são espaços de expansão (T6, T20 e T23). Seis dos espaços indicados localizam-se **na proximidade da cidade intramuros** – T3, T4, T5, T6, T13, T16, T18, T20, T23 e T24 – o que concretiza o objetivo de “modelo de ordenamento” do PUE de 2000, de **transbordo das funções terciárias existentes na cidade intramuros**, para a sua envolvente imediata (circular à muralha) e para os principais eixos viários radiais que se dirigem às antigas portas. Estão integrados na UOPG “Área Envolvente à Muralha” os espaços T3, T5, T6, T13, T20, T22. O “transbordo” referido ocorreu apenas parcialmente (T5, T13, T18, T20) e foi executado o espaço T4.

Observa-se **grande diversidade de usos terciários e de usos complementares** (habitação, equipamento, indústria, espaços verdes, sem tipificação). São relevantes os **espaços com usos mistos**, resultado da opção pela promoção de multifuncionalidade e de um maior equilíbrio na estrutura urbana, combatendo a monofuncionalidade dos bairros.

Na óptica da multifuncionalidade, são relevantes **as funções terciárias existentes em zonas habitacionais consolidadas (HC) e habitacionais de expansão** (tipificadas H2 e H3 e em Áreas Industriais), pelo que deverão ser consideradas em futura revisão e programação das atividades. Importa destacar a não concretização das áreas de expansão habitacional na Área de Expansão dos Leões, onde a qualificação do solo H4 e H5 (usos mistos) é dominante.

Consideradas as áreas não executadas e as áreas existentes a reprogramar, deparamo-nos com **um grau elevado de não execução** das zonas terciárias (64%) e um **baixo grau de execução** (25%). Observa-se a execução parcial de espaços quer em áreas de expansão, quer em áreas consolidadas.

Verificou-se uma **ausência de estratégia sobre a localização da atividade comercial** (Salgueiro et al, 2007), designadamente sobre as grandes superfícies comerciais e a Alteração do plano em 2011, terá compensado este facto, com a delimitação de T23, que não foi executada.

A inclusão de **funções como serviços públicos e equipamentos** de ensino nesta categoria de espaços parece ser questionável. As **zonas mistas** definidas devem ser valorizadas, devido à complementaridade dos usos e à desejável promoção de uma vida urbana mais intensa e equilibrada, sendo fundamental a coexistência de função habitacional. A **fraca atratividade do uso terciário** para os promotores compromete a execução destes espaços, assim como de espaços destinados a usos complementares à habitação.

A **sobrecarga das infraestruturas existentes** nas áreas consolidadas, designadamente o estacionamento automóvel, assim como a qualidade do espaço público, são fatores que podem comprometer a funcionalidade destas áreas, a viabilidade das atividades aí existentes e a compatibilidade entre diferentes usos.

A existência de **oficinas de reparação automóvel** em zonas de habitação consolidada, tem impactos negativos sobre a envolvente e deve promover-se a sua transferência para as Áreas Industriais.

6.1.5. Zonas industriais

Os objetivos do PUE:

De acordo com o regulamento do PUE2000 as zonas industriais são áreas predominantemente destinadas a indústrias, armazéns e grandes superfícies comerciais. Pretende o plano, conferir alguma especialização na concentração de usos nestas zonas. As zonas industriais assumem-se como as áreas preferenciais para receber atividades não compatíveis com o uso habitacional, integrando-se em lotes de dimensão adequada e espaços devidamente planeados e concebidos para o efeito.

Evidencia-se em 2000 uma preocupação do plano com inversão de monofuncionalidade e promoção de mistura e complementaridade entre atividades, compatibilidade de usos, valorização e qualidade urbanística das zonas industriais. No relatório do PUE 2000, prevê-se a aquisição de 12ha para afetar ao uso industrial junto ao Parque Industrial e Tecnológico de Évora. Em termos de distribuição espacial verifica-se uma clara concentração na Cidade Sul (apenas estavam previstas duas zonas industriais a norte). O plano ao concentrar as áreas industriais na cidade sul, adequa as áreas de expansão ao uso e ocupação dominantes do território (é nesta zona, que já existiam os usos industriais).

A UOPG G-Parque Industrial de Almeirim responde à necessidade de existência de zonas de qualidade urbanística e importância económica, pretendendo-se atenuar uma excessiva especialização funcional da área (articulação com Almeirim), rentabilizando as infraestruturas existentes e promovendo outras representações de Évora perante o exterior (proposta do Parque de Feiras).

As zonas industriais contribuem assim para os seguintes objetivos do plano:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.
Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> Dotar a Cidade de um conjunto de equipamentos de grau superior, que potenciem realizações e grandes eventos de carácter social, cultural ou económico.
Animar a ação urbanística municipal	<ul style="list-style-type: none"> Continuar a política municipal de produção de solo urbanizado para a instalação de indústrias e outras atividades económicas; valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente destas áreas.

Quadro 53 - Objetivos do plano que enquadram as zonas industriais

Dinâmica do plano:

A alteração do PUE em 2011 manteve a tipificação existente, introduzindo alterações pontuais no articulado do regulamento. Existem, contudo, alterações na delimitação das zonas industriais, que importa descrever e que incidiram sobre os seguintes espaços:

- Zona **IT/E** na Cidade Norte, integrada na UOPG B, com redução significativa da área zonada, correspondendo atualmente ao espaço onde se localiza o Intermarché do Frei Aleixo, sendo a restante área reclassificada como **H4** e **HC**;
- Zona **IT/E** na Cidade Sul, junto ao Bairro São José da Ponte, onde se localiza o Retail Park (*AKI*, *SportsDirect* e *DeBorla*) registando-se um aumento da área zonada para o efeito;
- Zona **IT/E** na Cidade Sul, no Cabeço do Arraial, que desaparece, sendo reclassificada em área **H1**;
- Área associada a **Zona Verde Urbana**, também identificada como **T21**, na cidade sul, no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, reclassificada com **I/C**.

Comparativamente ao previsto no PUE de 2000 (valores indicados no relatório), verifica-se uma redução na área de expansão afeta às zonas industriais de aproximadamente 26ha, de aproximadamente 83ha para cerca de 57ha em 2011, resultando numa redução de cerca de 31%.

De acordo com o PUE de 2011, as zonas Industriais são classificadas em dois tipos: Zonas Industriais a Conservar e ou Consolidar e as Zonas Industriais de Expansão.

As **Zonas Industriais a Conservar e ou Consolidar**, subdividem-se em:

- Parque Industrial e Tecnológico de Évora, **I/C**;

- b) Zonas de Indústria e Armazéns, IA/C.

E as **Zonas Industriais de Expansão**, subdividem-se em:

- a) Parque Industrial e Tecnológico de Évora, I/E;
- b) Zonas de Indústria e Armazéns, IA/E;
- c) Zonas de Indústria e Terciário, IT/E.

De acordo com o regulamento do PUE 2011 as Zonas Industriais estão identificadas e descritas nos artigos 47.º a 50.º. dando-se destaque às seguintes regras:

Nas Zonas Industriais a Conservar e/ou Consolidar as operações urbanísticas (...) que visem a alteração do uso ou a ampliação ou renovação das construções existentes, devem enquadrar-se com estudos urbanísticos a desenvolver nos termos do artigo 78º, n.º 2, alínea b4) e que tenham como referência as especificações e regras urbanísticas definidas no artigo 50º |do regulamento|.

Nas Zonas Industriais I/E, IA/E e IT/E deverão cumprir-se as seguintes regras gerais:

- a) Índice de implantação bruto £ 0,4;
- b) Índice de utilização bruto: 0,45 a 0,50 (...);
- c) A altura máxima dos edifícios não excederá 9 m (...);
(artigo 50º do regulamento do PUE)

Aplicar-se-ão ainda, conforme as tipologias de uso previstas para cada zona, as seguintes regras específicas:

a) **Zonas I/E:**

- a1) *Destinam-se predominantemente a indústria do tipo 1, 2 e 3 B e C e a equipamentos e serviços de apoio à indústria;*
- a2) *Admite-se ainda a instalação de indústrias do tipo D e de armazéns e de outras atividades económicas (...);*
- a3) *Admite-se a instalação de habitações para os encarregados e pessoal afeto à vigilância (...).*

b) **Zonas IA/E:**

- b1) *Destinam-se a indústrias do tipo B, C e D1, 2 e 3, armazéns, comércio por grosso e grandes espaços comerciais;*
- b2) *Admite-se a instalação de funções terciárias e equipamentos complementares;*
- b3) *Admite-se a instalação de habitações para os encarregados e pessoal afeto à vigilância, com área não superior a 10% da STP, num máximo de 100 m2 por lote.*

c) **Zonas IT/E:**

- c1) *Destinam-se a uma ocupação mista, podendo incluir indústrias de tipo C e D3, armazéns, grandes espaços comerciais, e ainda comércio retalhista, serviços, escritórios e habitação;*
- c2) *A STP destinada a indústrias, armazéns e grandes superfícies comerciais deverá ocupar uma percentagem entre os 50% e 80% do total;*

(artigo 50º do regulamento do PUE)

Caracterização e tipologias:

Considerando as tipologias existentes, as zonas industriais na cidade distribuem-se da seguinte forma:

- **Zonas Industriais a Conservar e/ou Consolidar**

- a) Parque Industrial e Tecnológico de Évora, I/C;

Podemos caracterizar esta área como zona consolidada, afeta a atividades industriais e económicas, com unidades de indústria (*TYCO*, Fundação, Mármore, *Sulregas*, unidades de Serralharia, etc.), serviços diversos, restauração, oficinas e serviços afetos à administração pública (serviços técnicos da CME e IMT).

- b) Zona Industrial Nº1, IA/C;

Área consolidada, de atividades económicas diversificadas, com superfície comercial do supermercado *Pingo Doce*, oficinas, armazéns, stands de automóveis, serviço da administração pública do estado (Centro de Emprego-IEFP), restauração, unidades de comércio de venda a retalho e por grosso (*Frutas Manga*). Destaca-se a existência de espaço de grande dimensão devoluto (antiga fábrica da bolota).

- c) Zona Industrial da Torregela e Quinta do Moniz, IA/C;

Área consolidada, de usos mistos, com habitação no bairro da Torregela, indústria (serralharia), serviços diversos, stands de veículos motorizados, superfície comercial do continente, oficinas, estabelecimentos de comércio de venda a retalho e por grosso (*JBsantana*).

- d) Zona Industrial da Horta das Figueiras, IA/C;

Área consolidada, afeta a atividades económicas, com superfície comercial do *LIDL*, oficinas, armazéns, ginásio, stands de automóveis, serviço da administração pública (serviços operacionais da CME e canil municipal) e unidades de comércio de venda a retalho. Espaços de grande dimensão devolutos (Junta do Azeite e antigo armazém dos CTT).

- e) Zona Industrial de Almeirim Norte, IA/C;

Área consolidada, afeta a atividades económicas, com indústria (mármore, lobo solar, panificação, reciclagem, etc.) com serviços, armazéns, stands de automóveis, serviços afetos à logística e da administração pública (instalações das Infraestruturas de Portugal-IP), unidades de comércio por grosso (*Manuel da Silva Matos*), espaço cultural.

- f) Zona Industrial de Almeirim Sul, IA/C.

Área consolidada, afeta a atividades económicas e industriais, com unidades de indústria (*TYCO*), serviços, oficinas, unidades de comércio a retalho e posto de abastecimento de combustível.

- **Zonas Industriais de Expansão**

- a) Parque Industrial e Tecnológico de Évora, I/E;

Área de expansão industrial do Parque Industrial e Tecnológico de Évora, maioritariamente executada, afeta a indústria (sucata, serralharias, *Sopas da Graciete*, etc.), armazéns, serviços diversos e equipamento cultural (*Armazém 8*).

b) Zona Industrial de Almeirim Sul, IA/E;

Área de expansão com duas parcelas distintas, uma a poente afeta a área já existente em 2000 e consolidada, correspondendo à *KEMET*, e que integra parcialmente a *TYCO* e outra parcela a sul, executada e consolidada após 2000, afeta a ginásio e pequeno campo descoberto, armazém, *Retail Park (Jom, Sport Zone e Worten)* e a grande superfície comercial *Évora Plaza*.

c) Quinta de Alcântara, IA/E;

Área de expansão já executada e consolidada, com conjunto comercial (*Intermarché, Bricomarché, Kiabi, Roady*), posto de abastecimento de combustível, superfície comercial (*Staples*) e comércio a retalho (*Talho Nacional*).

d) Zona Industrial de Almeirim Norte, IA/E;

Área de expansão industrial não executada, junto à estação de comboios, atualmente atravessada por infraestrutura viária e conjunto edificado antigo.

e) Frei Aleixo, IT/E;

Área de expansão industrial definida na Cidade Norte, já existente em 2000 (e redelimitada), afeta a superfície comercial *Intermarché*.

f) São José da Ponte Norte e Sul, IT/E;

Área de expansão com três parcelas distintas, uma a norte, adjacente ao bairro São José da Ponte Norte, parcialmente executada, correspondendo ao *Retail Park (AKI, SportsDirect e De Borla)*. Duas parcelas a sul, integradas no bairro São José da Ponte Sul, uma com frente para a EN18, já existente em 2000 e consolidada, afeta a unidades de comércio retalhista e parcela a sul, parcialmente executada, afeta a posto de abastecimento de combustível.

g) Zona Nascente da Estrada de Almeirim, IT/E;

Área de expansão industrial localizada a nascente da antiga Estrada de Almeirim, parcialmente executada, correspondendo à unidade comercial da *Decathlon*.

h) Ferragial do Moinho do Cú Torto, IT/E.

Área de expansão industrial não executada, localizada no ferragial do moinho do cú torto.

Execução do PUE:

As zonas industriais definidas no PUE, ocupam **171,23ha**, correspondendo **114,11ha** a Zonas Industriais a Conservar e ou Consolidar e **57,13ha** a Zonas Industriais de Expansão.

Antes de detalhar-se o grau efetivo de execução das áreas, evidencia-se que a política municipal de aquisição de terrenos a afetar ao uso industrial definido no PUE2000 foi concretizada, através da execução do loteamento municipal de expansão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora, identificado como **I/E**.

Das áreas zonadas afetas à indústria, conforme Quadro 54 e mapa de execução (Figura 39), destaca-se a **execução total** de dois espaços **IA/E**, um localizado na Quinta de Alcântara e outro afeto à Zona Industrial de Almeirim Sul, e de um espaço **IT/E**, **localizada** no bairro São José da Ponte Sul.

As áreas **parcialmente executadas** correspondem a três espaços **IA/C** - a Zona Industrial da Horta das Figueiras, Zona Industrial de Almeirim Norte e Zona Industrial de Almeirim Sul – e dois espaços **I/C** no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, o espaço **I/E** no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, e três espaços **IT/E** - um no São José da Ponte Norte, outro no São José da Ponte Sul e o último na Zona Nascente da Estrada de Almeirim.

Nas **áreas existentes** em 2000 que já se encontravam consolidadas, incluía-se o espaço **IT/E** no Frei Aleixo e o espaço **IA/E** na Zona Industrial de Almeirim Sul, e as áreas existentes onde ocorreu após 2000 a consolidação total do espaço, como seja o espaço **I/C** do Parque Industrial e Tecnológico de Évora e dois espaços **IA/C**, um na Zona Industrial Nº1 e outro na Zona Industrial da Torregela e Quinta do Moniz.

As **zonas não executadas**, correspondem ao espaço **IT/E**, definido no Ferragial do Moinho do Cú Torto e espaço **IA/E**, definido na Zona Industrial de Almeirim Norte.

Execução das Zonas Industriais do PUE											
	Área (ha)	Execução	Existente (ha)	Existente a reprogramar (ha)	Em execução (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Uso Atual	Uso programado	Setor	UOPG
Parque Industrial e Tecnológico de Évora, I/C	38,08	Parcialmente executado	22,03	0	0,22	13,66	2,17	Indústria e atividades económicas	ver regras I/C	Sul	G
Zona Industrial Nº1, IA/C	12,79	Executado	7,38	4,13	0	1,28	0	Atividades económicas	ver regras IA/C	Sul	-
Zona Industrial da Torregela e Quinta do Moniz, IA/C	8,19	Executado	7,65	0	0	0,54	0	Atividades económicas	ver regras IA/C	Sul	-
Zona Industrial da Horta das Figueiras, IA/C	21,31	Parcialmente executado	14,11	1,87	0	3,56	1,77	Atividades económicas	ver regras IA/C	Sul	-
Zona Industrial de Almeirim Norte, IA/C	20,98	Parcialmente executado	14,55	0	0	1,05	5,38	Indústria e atividades económicas	ver regras IA/C	Sul	-
Zona Industrial de Almeirim Sul, IA/C	12,75	Parcialmente executado	9,82	0	1,08	1,34	0,51	Indústria e atividades económicas	ver regras IA/C	Sul	-
Parque Industrial e Tecnológico de Évora, I/E	15,46	Parcialmente executado	0	0	0,29	13,29	1,88	Indústria e atividades económicas	ver regras I/E	Sul	G
Zona Industrial de Almeirim Sul, IA/E	14,5	Executado / com pré existência	7,36	0	0	7,14	0	Indústria e atividades económicas	ver regras IA/E	Sul	G -
Quinta de Alcântara, IA/E	5,49	Executado	0	0	0	5,49	0	Atividades económicas	ver regras IA/E	Sul	-
Zona Industrial de Almeirim Norte, IA/E	2,99	Não executado	0	0	0	0	2,99	Infraestrutura viária, conjunto edificado antigo e Pastagens	ver regras IA/E	Sul	-
Frei Aleixo, IT/E	1,35	Existente	1,35	0	0	0	0	Superfície comercial	ver regras IT/E	Norte	B
São José da Ponte Norte e Sul, IT/E	8,45	Parcialmente executado	0	0	0	2,84	5,61	Atividades económicas	ver regras IT/E	Sul	-
Zona Nascente da Estrada de Almeirim, IT/E	7,34	Parcialmente executado	0	0	0	1,2	6,14	Superfície comercial	ver regras IT/E	Sul	-
Ferragal do Moinho do Cú torto, IT/E	1,55	Não executado	0	0	0	0	1,55	pastagens	ver regras IT/E	Sul	-
Total	171,23		84,25	6	1,59	51,39	28				

Quadro 54 - Grau de execução das zonas industriais

O quadro apresentado resulta na definição do nível de execução das zonas industriais zonadas indicando-se o tipo de ocupação verificada e respetiva dinâmica, resultando nos seguintes indicadores de execução:

- Áreas já existentes em 2000 – 84,25h – 49,2%,

- Áreas existentes a reprogramar – 6ha – **3,5%**,
- Áreas em execução – 1,59ha – **0,9%**,
- Áreas Executadas após 2000 – 51,39ha – **30%**,
- Áreas não executadas – 28ha – **16,4%**.

Como se pode observar, o grau de execução das zonas industriais é muito elevado, correspondendo a cerca de 59% se considerarmos a área disponível após 2000, subsistindo apenas 28ha livres para a sua total concretização.

De referir que do valor das áreas não executadas, temos 9,83ha afetas a zonas industriais consolidadas e 18,17ha a áreas de expansão.

Importa sobretudo evidenciar que as zonas **I/C** e a zona **I/E** afeta ao Parque Industrial e Tecnológico de Évora são de iniciativa municipal, estando atualmente esgotada a sua capacidade. Nestas, as áreas não executadas correspondem a situações onde já foi efetuada a atribuição dos lotes, mas para os quais ainda não foi efetuada a construção.

Nas restantes áreas não executadas, destacam-se as zonas **IT/E**, com 13,3ha. Estas zonas de acordo com a dinâmica de ocupação registada e respetiva regulamentação, apresentam uma maior apetência e/ou procura para a instalação de unidades ou superfícies comerciais do que para o uso industrial.

A captação de novos estabelecimentos industriais está fortemente ligada à capacidade de execução de zonas industriais de iniciativa municipal, prevendo-se assim que o município proceda a curto prazo à aquisição de terrenos para a expansão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora na UOPG K. É assim evidente que os solos destinados a zonas industriais por via de iniciativa municipal se encontram esgotados/comprometidos.

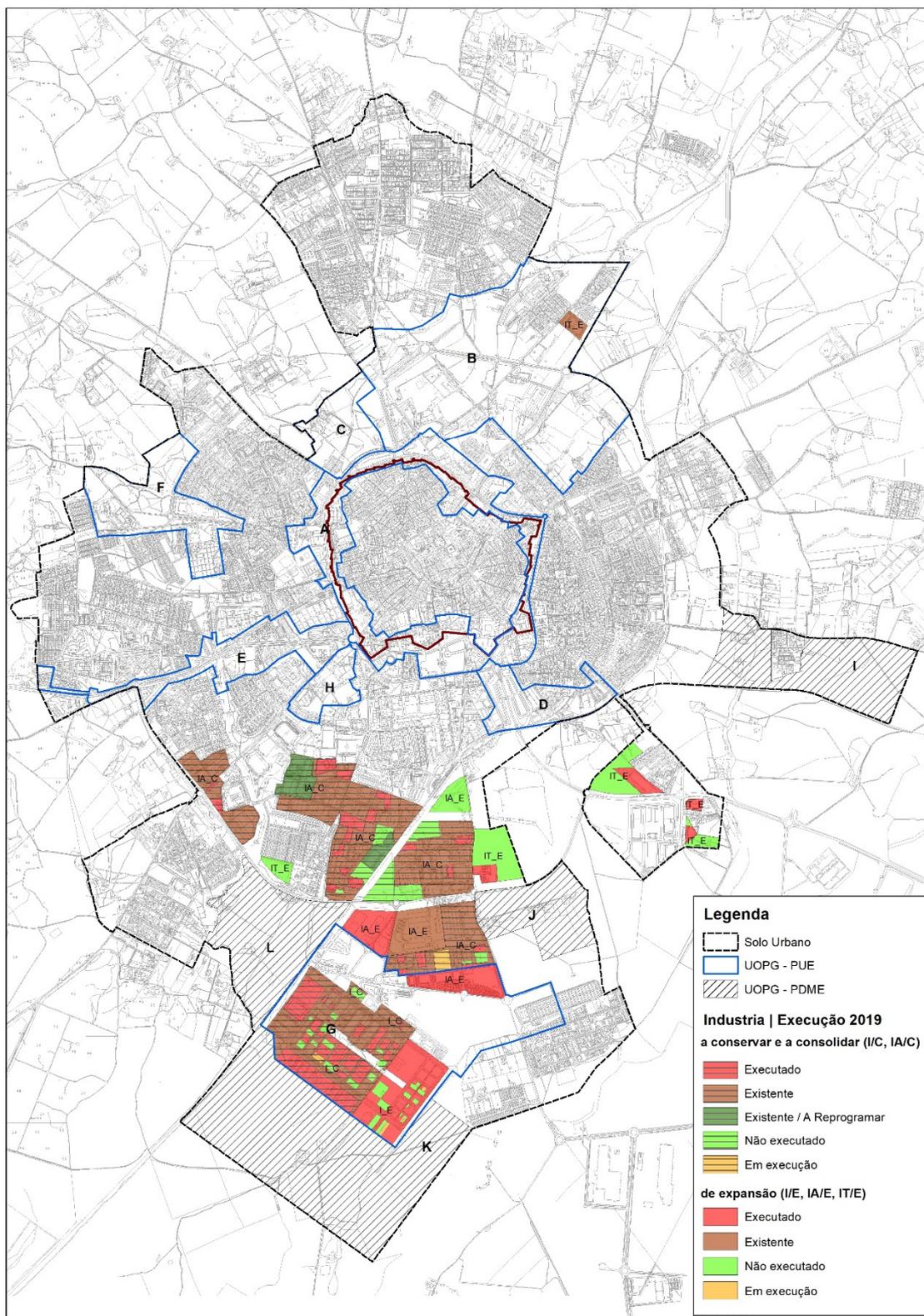


Figura 39 - Nível de execução das zonas industriais

Conclusões:

Considera-se a tipificação de zonas em vigor globalmente adequada, sendo, no entanto, preferível a regulamentação adotar a denominação de “zonas de atividade económicas” de carácter misto (considerando as novas categorias de solo urbano previstas na legislação). Isto aplica-se sobretudo na zona do PITE consolidado onde se observa a necessidade de enquadrar o acolhimento de serviços, visto que o uso industrial é residual.

Verificou-se uma redução na área de expansão afeto às zonas industriais de 83ha para cerca de 57ha após a alteração do PUE (2011). Paralelamente, o grau de execução das zonas industriais é muito elevado, subsistindo apenas de 28ha livres para a sua total concretização e os solos destinados a zonas industriais por via de iniciativa municipal encontram-se esgotados.

As atividades industriais localizam-se a sul da linha férrea, na Zona Industrial de Almeirim Sul e PITE. A indústria de grande dimensão localiza-se na expansão do PITE²⁷.

Importa referir que as zonas industriais se apoiam maioritariamente na grande Circular-Sul, referenciando-se ainda a importância da Rua da Horta das Figueiras, como eixo de acesso à Zona Industrial Nº1 e à Zona Industrial da Horta das Figueiras.

Os espaços industriais adjacentes à rua da Horta das Figueiras (espaços subocupados ou devolutos), assim como as restantes zonas **IA/C** e **I/C** com reduzida atividade industrial, são espaços com potencial de reconversão urbanística.

As Zonas **IT/E** apresentarão algum potencial de centralidade, tendo em conta nível de acessibilidade e localização (proximidade à Grande Circular).

6.1.6. Zonas habitacionais

Os objetivos do plano:

Com base num cenário de crescimento da população e do alojamento, e num território com um nível de urbanização a rondar os 50%, o modelo de ordenamento proposto em 2000, procurava estabelecer a continuidade urbana entre a cidade Intramuros e Extramuros.

Pretendia-se a consolidação da cidade através do preenchimento dos espaços vazios, orientando as principais áreas de expansão habitacional para o interior da Grande Circular, de forma a promover a coesão e estruturação do território. Referenciava-se ainda, no exterior à circular, a zona do Bacelo a norte e a área do Parque Industrial/Almeirim a sul, como zonas onde se devia promover a consolidação do tecido urbano. Noutra âmbito, procurou-se conferir uma maior plurifuncionalidade na cidade quer na distribuição quer na regulamentação das categorias de espaço, permitindo-se outros usos para além do uso dominante. Neste sentido, nas áreas de expansão habitacional foram estabelecidas

²⁷ Localiza-se igualmente no PIAE – Parque da Indústria Aeronáutica de Évora – que se implanta no exterior ao perímetro urbano, logo não é considerado no âmbito do PUE.

percentagens mínimas a afetar a usos não habitacionais e, nas zonas de maior densidade, definido um pé direito de 3m no piso térreo, de forma a facilitar a alterações de uso.

As zonas habitacionais encontravam assim expressão nos seguintes objetivos do plano:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
<p>Globalizar e estruturar a cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial existente entre o interior e o exterior da muralha. • Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades. • Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.
<p>Revitalizar, criar e valorizar o património edificado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência das funções habitacionais.
<p>Animar a ação urbanística municipal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relançar a política de solos municipal, rentabilizando investimentos, orientando o crescimento da Cidade e criando condições para a promoção habitacional cooperativa e para a construção disseminada de habitação social. • Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público.

Quadro 55 - Objetivos do plano que enquadram as zonas habitacionais

Dinâmica do plano:

A alteração do PUE em 2011, promoveu um aumento significativo das áreas habitacionais, principalmente a norte e a sul da cidade. No interior da Grande Circular, foi reforçado o uso habitacional, com especial incidência na Área de Expansão dos Leões, onde se promoveu o reforço da plurifuncionalidade, nomeadamente através da criação de outras zonas de expansão tipificada com usos mistos (H4 e H5), com o aumento das percentagens afetas a usos não habitacionais.

Esta alteração agregou diversas zonas de equipamento (E17, E23, E31 e E45) a zonas habitacionais, passando a constar na Planta de Zonamento como H/E, onde o uso dominante é o habitacional.

As normas relativas às zonas habitacionais (H) na cidade de Évora encontram-se genericamente descritas nos **artigos 51º a 55º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa nos **artigos 61º a 76º**, relativos às regras a aplicar na Cidade Intramuros.

De acordo com o artigo 51º do regulamento do PUE, as zonas habitacionais são áreas predominantemente destinadas a habitação, podendo incluir outras funções compatíveis com este uso, nomeadamente “atividades terciárias, estabelecimentos de unidades produtivas artesanais e unidades hoteleiras, e estabelecimentos de restauração e bebidas, com ou sem fabrico próprio e sem salas ou espaços de dança, desde que integradas nas condições de edificabilidade das respetivas áreas.”

A distribuição dos usos habitacionais na Planta de Zonamento do PUE alterado em 2011 é feita da seguinte forma:

- a) Zonas Habitacionais a conservar e consolidar – HC;
- b) Zonas Habitacionais de expansão tipificadas – H0, H1, H2, H3, H4 e H5;
- c) Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas – H11 a H34.

A alteração do plano mantém a tipificação anterior (H0, H1, H2, H3) e, no essencial, a respetiva regulamentação, e introduz duas novas zonas de habitação tipificada, H4 e H5, com usos mistos. Foram suprimidas as zonas não tipificadas H18 e H19 na Área de Expansão dos Leões, introduzida a zona H30, assim como alterada a regulamentação das zonas H24, H25, H26.

Comparando os valores indicados no relatório do PUE de 2000 relativo às zonas habitacionais com os do PUE de 2011, observa-se um aumento quer nas zonas consolidadas quer nas zonas de expansão. As zonas habitacionais consolidadas passaram de 441ha para 469ha, resultando num aumento de cerca de 6%. As zonas habitacionais de expansão, aumentaram de 177ha para cerca de 238ha, resultando numa diferença de 35%. Em termos globais as zonas habitacionais cresceram 89ha, ou seja, cerca de 13%.

Ao nível do zonamento foram alteradas diversas zonas, redelimitados os respetivos polígonos e delimitados novos espaços. As alterações mais significativas introduzidas pelo **PUE em 2011**, incidiram sobre os seguintes espaços:

Na **Cidade Norte**,

- Redelimitação do espaço **H1**, na zona do Viveiro Florestal, resultando na supressão de espaço **E5**; e redução de área **H1** para aumento de área **HC**, a norte da escola das Pites;
- Profunda alteração na UOPG-B da Área de Expansão dos Leões (também redelimitada), onde os espaços **H0, H1, H2, H3, H15, H16, H17, H18, E6, E9, T1, T2, IT/E**, foram alterados ou suprimidos e convertidos em espaços **H4 e H5**.

Na **Cidade Este**,

- Áreas integradas na UOPG-B da Área de Expansão dos Leões, com reconfiguração do espaço **E15**, supressão do espaço **H19**, e conversão de espaço **H1** em espaços **H4**, na zona da Horta do Sande;
- Agregação dos espaços **H2 e E17**, numa única categoria de espaço **H2/E17**, na zona das Nogueiras;
- Agregação dos espaços **H0 e E23**, numa única categoria de espaço **H0/E23** e redelimitação de **H20** na zona do Forno da Cal, a sul do Sport Lisboa e Évora.

Na Cidade Sul,

- Reclassificação de espaço **HC** em **H1**, na extremidade nascente do Bairro São José da Ponte e criação de espaço **H1** no lado oposto da Rua Antiga Estrada de Beja, numa área integrada no perímetro urbano com a alteração do PUE;
- Alteração da classificação da zona **IT/E** no Cabeço do Arraial para **H1**;
- Supressão de espaço **H0** e agregação dos espaços **H1** e **E45** em **H1/E45**, no Bairro da Casinha Sul;
- Aumento do espaço **H1**, no Bairro da Casinha Norte, com diminuição de área afeta a **Zona Verde Urbana**;
- Diminuição de espaço **H2**, na UOPG(E) - Eixo Poente de Entrada na Cidade, sendo essa área convertida em **T24**, atualmente afeta ao Hotel Vila Galé;
- Agregação dos espaços **H25** e **E31** na Horta do Bispo/IROMA, em **H25/E31**.

Na Cidade Oeste,

- Parte de espaço **H1**, no Bairro da Torralva, deu origem a **H30** e restante área resultante do alargamento de perímetro, foi definida como **H1**.

No Centro Histórico de Évora,

- Redelimitação de espaço **H33**, ocupando área antes afeta a **Zona Verde Urbana**.

Caraterização e tipologias:

A caracterização das zonas habitacionais baseia-se no disposto no regulamento do PUE, transcrevendo-o parcialmente.

A. Zonas Habitacionais a conservar e consolidar (HC)

Dentro das zonas HC, de acordo com o regulamento *a morfologia urbana nomeadamente no que respeita à estrutura do espaço público e à linguagem das edificações, deverá ser respeitada e valorizada*. O normativo, aponta para a manutenção *das características tipológicas das edificações, assim como os volumes, cérceas e alinhamentos dominantes*. Pretende-se assim manter a coerência do conjunto, dando ainda indicações para a melhoria do espaço público.

As Zonas HC integram a coroa de bairros, zonas predominantemente residenciais, a norte, este e oeste da cidade intramuros e que correspondem às zonas de expansão urbana ocorrida entre as décadas de 1940 e 1990.

As obras de recuperação, ampliação, reconstrução ou construção nova deverão, de acordo com o regulamento, visar a melhoria das condições das habitações e do espaço edificado, não devendo constituir uma sobrecarga para as zonas habitacionais existentes e evitar uma densificação incompatível com as infraestruturas e espaços públicos existentes. *Será permitida a instalação de usos não habitacionais sempre que se mostrem compatíveis com a habitação (...)*.

Na Cidade Extramuros, estão ainda classificados como HC unidades morfotipológicas diversas, zonas planeadas, mais antigas (Zona de Urbanização nº1, Malagueira, Vista Alegre, etc.) e outras mais recentes (Vila Lusitano, Álamos, Horta das Figueiras, etc.) onde existe um maior equilíbrio de funções. As zonas HC, integram igualmente os bairros de origem “clandestina”, 30 no total, com características diferenciadas e onde o processo de urbanização se tem consolidado, integrando estes núcleos no tecido urbano da cidade. As zonas habitacionais consolidadas foram agrupadas em onze conjuntos nos trabalhos de caracterização aquando da revisão do plano (PUE 2000) com índices de utilização brutos variáveis entre 0,4 e 0,9²⁸.

Nestes bairros a função habitacional é claramente dominante, registando-se algumas atividades terciárias que desempenham funções locais “de bairro” que servem de suporte à função habitacional. Foram identificados nestas zonas diversos locais de concentração de funções terciárias que lhes conferem um uso misto - Bacelo Sul-Coronheiras, Álamos, ZU1/NAU, Urb. da Muralha, Horta das Figueiras/Horta do Bispo, Chafariz D’El Rei, Cruz da Picada, António Sérgio /Vista Alegre e Galeria Comercial da Vista Alegre (Miranda, 2014).

B. Zonas Habitacionais de expansão tipificadas – H0, H1, H2, H3, H4 e H5

1) Zonas Habitacionais de Expansão - H0:

As normas consubstanciam solução morfológica de moradias isoladas ou geminadas. Estas zonas localizam-se sobretudo em áreas urbanas relativamente periféricas, próximas ou confinantes com o perímetro urbano, a norte e nascente. Exemplo de execução: Bacelo Norte.

Regras aplicáveis a H0:

- Uso exclusivamente habitacional e densidade de 8 a 12 fogos/ha;
- Índice de utilização bruto máximo: 0,35;
- Número máximo de pisos: 2;
- Dimensão do lote ³ 600 m², com frente de 20 a 30 m.

Estas regras são igualmente aplicadas a Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas H13.

2) Zonas Habitacionais de Expansão - H1:

As normas consubstanciam solução morfológica de moradias em banda associada, eventualmente, a habitação coletiva. Estas zonas localizam-se sobretudo em áreas urbanas relativamente periféricas,

²⁸ Av. dos Combatentes / Av. Barahona / Rossio Ocidental (0,5 – 0,6); Chafariz d’El Rei / Sra. da Saúde / Comenda / Nogueiras (núcleo inicial) / Leões / Frei Aleixo / Pites / Torralva / Três Bicos / Sra. da Gloria / Sta. Maria / Gancho / Sanches Miranda / Sra. do Carmo / S. José da Ponte (primeiro núcleo) (0,6 - 0,8); Zona de Urbanização n.º 1 (núcleo inicial) / Baluarte (0,4 – 0,5); Zona de Urbanização n.º1 (núcleo final) / Av. Heróis do Ultramar / Nogueiras (núcleo final) / Zona de Urbanização n.º 3 / Frei Aleixo (poente) / Tapada do Ramalho / Vista Alegre /Sta. Catarina (0,4 – 0,6); Coronheiras (núcleo inicial) / Bacelo / Bacelo Oeste (núcleo inicial) / Granito Norte / Granito Sul / Fontanas / Torregela / Casinha Norte / Casinha Sul / S. José da Ponte (segundo núcleo) / Horta dos Álamos (0,6); Garcia de Resende / Horta das Figueiras (núcleo inicial) (0,6 – 0,7); Cruz da Picada (0,7); António Sérgio (0,4 – 0,5); Malagueira (0,7); Quinta dos Álamos / Coronheiras (núcleo final) / Bacelo Oeste (núcleo final) / Granito Centro / Alto dos Cucos / Vila Académica / Vila Lusitano (0,5 – 0,7); Horta das Figueiras (núcleo final) / Horta do Bispo / Muralha (0,7 – 0,9) (Fonte: Relatório do plano).

próximas do perímetro urbano, na Cidade Norte, Cidade Nascente e Cidade Sul. Exemplos de execução: Bacelo Norte, Quinta da Soeira, Vilas do Alcaide, Cabeço do Arraial, Urbanização do Moinho e Casinha Norte.

Regras aplicáveis a H1:

- Uso habitacional, complementado por funções não habitacionais que deverão ocupar, no mínimo, 5% da STP; densidade de 20 a 30 fogos/ha, salvo situações de habitação social ou de custos controlados, em que se admite densidade superior;
- Índice de utilização bruto: 0,45 a 0,50;
- Número de pisos: dominante 2, podendo pontualmente atingir os 3 se tal decorrer de instrumento urbanístico;

Estas regras são igualmente aplicadas a Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas – **H11, H12, H14, H21, H28, H30**.

Observa-se um núcleo de usos não habitacionais (comércio e serviços) na Urbanização do Moinho.

3) Zonas Habitacionais de Expansão - H2:

As normas consubstanciam solução morfológica de habitação coletiva associada, eventualmente a moradias em banda, com usos não habitacionais no piso térreo. Estas zonas localizam-se na proximidade ou apoiados na rede viária principal e na UOPG(D) e UOPG(E). Exemplos de execução: Torralva / Vilas da Cartuxa, Av. Lino de Carvalho, Av. Túlio Espanca, Quinta do Moniz.

Os usos não habitacionais assumem relevância, tendo sido identificadas centralidades locais em Torralva/Vilas da Cartuxa, centralidade de comércio na Quinta do Moniz (Miranda, 2014), ou núcleos de comércio e serviços na Av. Túlio Espanca e Av. Lino de Carvalho.

Regras aplicáveis a H2:

- Uso habitacional, complementado por funções não habitacionais que deverão ocupar, no mínimo, 10% da STP;
- Densidade de 35 a 45 fogos/ha, salvo situações de habitação social ou de custos controlados, em que se admite densidade superior;
- Índice de utilização bruto: 0,55 a 0,60;
- Número de pisos: dominante 3, podendo pontualmente atingir os 4 se tal decorrer de instrumento urbanístico;
- Pé-direito mínimo no piso térreo: 3,0 m.

Estas regras são aplicadas a Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas – **H16, H20, H22, H24, H25, H27**.

4) Zonas Habitacionais de Expansão - H3:

As normas consubstanciam solução morfológica de habitação coletiva com usos não habitacionais no piso térreo. Estas zonas localizam-se na proximidade ou apoiadas na rede viária principal.

Exemplos de execução: Av. Lino de Carvalho e Circular à Muralha, Cerca de S. Domingos, Av. de Lisboa (Quinta do Rosário). Os usos não habitacionais assumem relevância, observando-se núcleos de comércio e serviços na Av. Lino de Carvalho.

Regras aplicáveis a H3:

- a) Uso habitacional, complementado por funções não habitacionais que deverão ocupar no mínimo 15% da STP;
- b) Densidade de 50 a 60 fogos/ha, salvo situações de habitação social ou de custos controlados, em que se admite densidade superior;
- c) Índice de utilização bruto: 0,70 a 0,80;
- d) Número máximo de pisos: 4;
- e) Pé-direito mínimo no piso térreo: 3,0 m;

Estas regras são igualmente aplicadas a Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas **H23**.

5) Zonas Habitacionais de Expansão – H4:

Localizadas na Área de Expansão dos Leões. Destaca-se a área a afetar a usos não habitacionais.

Regras aplicáveis a H4:

- a) Uso misto devendo as funções de terciário ocupar no mínimo 20% da STP total;
- b) Índice de utilização bruto: 0,45 a 0,50;
- c) Número de pisos: dominante 2, podendo pontualmente atingir os 3 se tal decorrer de instrumento urbanístico.

Não se define densidade de fogos/ha.

6) Zonas Habitacionais de Expansão – H5:

Localizadas na Área de Expansão dos Leões. Destaca-se a área a afetar a usos não habitacionais.

Regras aplicáveis a H5:

- a) Uso misto devendo as funções de terciário ocupar no mínimo 20% da STP total;
- b) Índice de utilização bruto: 0,55 a 0,60;
- c) Número de pisos: dominante 3, podendo pontualmente atingir os 4 se tal decorrer de instrumento urbanístico.

Com base nos parâmetros urbanísticos e os índices definidos para as zonas **H**, verifica-se que se enquadram nos valores apurados para a cidade pré-existente (zonas **HC**), ou seja, um índice de utilização bruto entre 0,4 e 0,9. Não se define densidade de fogos/ha.

Execução do plano:

As Zonas Habitacionais definidas no PUE ocupam **707,26ha**, sendo que **469,31ha (66,36%)** correspondem a Zonas Habitacionais a conservar e consolidar, **168,96ha (23,89%)** a Zonas Habitacionais de expansão tipificadas e **68,99ha (9,75%)** a Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas.

Execução das Zonas Habitacionais do PUE							
	Área (ha)	Área (%)	Existente (ha)	Existente a Reprogramar	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
H0	33,48	4,73	0,82	0,05	5,07	26,58	0,96
H1	56,13	7,94	0,54	0,48	24,03	30,23	0,85
H2	15,25	2,16	0,64	0	7,3	7,14	0,17
H3	2,75	0,39	0	0	2,75	0	0
H4	52,71	7,45	0,29	2,2	1,02	49,2	0
H5	8,64	1,22	0,39	0	0	8,25	0
H11 (H1)	4,36	0,62	2,11	0	0,51	1,74	0
H12 (H1)	4,84	0,68	0	0	4,84	0	0
H13 (H0 E H1)	6,22	0,88	0,42	1,05	0	4,75	0
H14 (H1)	1,77	0,25	0	0	0,23	1,54	0
H15	0,55	0,08	0	0,55	0	0	0
H16 (H2)	0,7	0,10	0	0	0,7	0	0
H17	2,37	0,34	0	0	1,56	0,81	0
H20 (H2)	5,67	0,80	0,02	0	0	5,65	0
H21 (H1)	3,35	0,47	0	0	0	3,35	0
H22 (H2)	9,73	1,38	4,2	0	1,45	3,86	0,22
H23 (H3)	8,54	1,21	0,21	1,14	1,53	5,46	0,2
H24 (H2)	1,85	0,26	0	1,85	0	0	0
H25	4,62	0,65	0	3,93	0,51	0,18	0
H26	0,6	0,08	0,6	0	0	0	0
H27 (H2)	3,6	0,51	0	3,6	0	0	0
H28 (H1)	5,86	0,83	0	0	0	5,86	0
H29	0,91	0,13	0	0	0,34	0,57	0
H30 (H1)	0,84	0,12	0,84	0	0	0	0
H31	0,71	0,10	0	0	0	0,71	0
H32 (H1)	0,26	0,04	0	0	0	0,26	0
H33 (H3)	1,36	0,19	0,09	0	0,51	0,76	0
H34 (H2)	0,28	0,04	0	0	0	0,28	0
HC (CH)	469,31	66,36	422,34	0	22,86	23,34	0,77
Total	707,26	100,00	433,51	14,85	75,21	180,52	3,17
Total (%)	100,00	100,00	61,29	2,10	10,63	25,52	0,45

Quadro 56 - Grau de execução das zonas habitacionais por tipologia

O quadro apresentado permite aferir o nível de execução das zonas habitacionais zonadas indicando-se o tipo de ocupação verificada e respetiva dinâmica, resultando nos seguintes indicadores de execução gerais:

- Áreas existentes em 2000 – 433,51ha – **61,29%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 14,85ha – **2,10%**;
- Áreas Executadas após 2000 – 75,21ha – **10,63%**;
- Áreas não executadas – 180,52ha – **25,52%**;
- Áreas em execução – 3,17ha – **0,45%**

De acordo com os dados apresentados, **as áreas existentes em 2000**, ocupam cerca de 61%, sendo predominantes. Chama-se a atenção para o fato de estas corresponderem à efetiva execução verificada em 2000 e não à tipologia HC. Este valor indica que existem 38% das áreas habitacionais disponíveis para ocupação.

As **áreas não executadas**, com cerca de 25%, e as **áreas executadas após 2000**, com cerca 10%, representam valores significativos e muito relevantes para a presente análise.

Se considerarmos que o solo urbano afeto a zonas habitacionais disponível após 2000 era de 273,75ha, verificamos que a área não executada foi de cerca de 66% e que as áreas executadas correspondem apenas a cerca de 28%. Dos 273,75ha referidos, 226,78ha (82,74%) dizem respeito a zonas habitacionais de expansão e 46,97ha (17,16%) a Zonas Habitacionais a conservar e consolidar.

Ao olharmos para as diferentes tipologias, constatamos que a tipologia **HC** predomina, com 469,31ha (66,36%), seguindo-se **H1** com 56,13ha (7,94%), **H4** com 52,71ha (7,45%), **H0** com 33,48ha (4,73%) e **H2** com 15,25ha (2,16%). Estas áreas representam mais de 85% das zonas habitacionais na cidade.

Ao analisarmos estas tipologias quanto ao seu nível de execução, verificamos o seguinte:

- Cerca de 90% das zonas **HC** (422,34 ha) correspondem a áreas existentes em 2000; 46,97ha de solo **HC** estão por consolidar, 22,86ha (48,67%) foram executados e 23,34ha (49,69%) encontram-se não executados; valores que se forem relacionados com as áreas executadas após 2000 no total das zonas habitacionais, indicam, que nas zonas **HC**, ocorreram processos de consolidação urbana que representam cerca de 30% do total da execução e de cerca de 13% da área total não executada.
- Em **H0**, a área de 26,58ha (cerca de 80%) corresponde a área não executada e 5,07ha (cerca de 15%) a área executada; o peso desta no total da área não executada é de cerca de 15% e na área executada de cerca de 7%.
- Em **H1**, verifica-se que 30,23ha (cerca de 54%) da área se encontra por executar e 24,03ha (cerca de 43%) foi executada; a proporção da execução de **H1** no total de área executada é de cerca de 32% e de cerca de 13% nas áreas não executadas.
- Em **H2**, temos 7,14ha (cerca de 47%) correspondentes a áreas não executadas e 7,3ha (cerca de 48%) a área executada; o seu peso no total da área executada é de cerca de 10% e na área não executada é de 4%.

- Em **H4**, observa-se que 49,2ha (cerca de 93%) da área não foi executada e apenas 1,02ha (cerca de 2%) foi executado; o seu peso no total da área não executada é de cerca de 27% e na área executada de cerca de 1,5%.

Sendo as tipologias mais representadas na cidade, estas ocupam cerca de 80% das áreas executadas e cerca de 72% das áreas não executadas.

Importa ainda referir que nas **Zonas Habitacionais de expansão tipificadas**, observa-se que os 40,17ha de área executada representam cerca de 53% da área total executada, e os 121,4ha de área não executada, cerca de 67% da área total não executada.

Nas **Zonas Habitacionais de expansão não tipificadas**, os 12,18ha de área executada representam cerca de 16% da área total executada, e os 35,78ha de área não executada, cerca de 20% da área total não executada.

	Executado (ha)	Executado (%)	Não executado (ha)	Não Executado (%)
H0 a H5	40,17	53,41	121,40	67,25
H11 a H34	12,18	16,19	35,78	19,82
HC (CH)	22,86	30,39	23,34	12,93
Total	75,21	100,00	180,52	100,00

Quadro 57 - Grau de execução por uso habitacional

Aprofundando a análise para além dos dados globais da cidade, importa ainda avaliar a sua distribuição e execução por sector urbano, de forma a perceber as dinâmicas territoriais.

Ao olharmos para os usos habitacionais por setor da cidade, observamos que as Zonas Habitacionais a conservar e consolidar (**HC**) são como esperado, a tipologia mais representativa, embora com expressões diferentes. Na Cidade Norte, a tipologia **HC** representa cerca de 50%, na Cidade Sul cerca de 56%, enquanto na Cidade Oeste representa cerca de 88% e no CHE o expressivo valor de 97%.

	Cidade Norte			Cidade Este			Cidade Sul			Cidade Oeste			CHE		
	Área (ha)	Área (%)	% Área Total	Área (ha)	Área (%)	% Área Total	Área (ha)	Área (%)	% Área Total	Área (ha)	Área (%)	% Área Total	Área (ha)	Área (%)	% Área Total
H0 a H5	72,19	39,23	10,21	32,9	23,07	4,65	53,72	31,10	7,60	10,16	8,25	1,44	0,00	0,00	0,00
H11 a H34	20,81	11,31	2,94	18,75	13,15	2,65	22,38	12,96	3,16	4,44	3,60	0,63	2,61	3,08	0,37
HC (CH)	91,04	49,47	12,87	90,97	63,78	12,86	96,62	55,94	13,66	108,58	88,15	15,35	82,10	96,92	11,61
Total	184,04	100,00	26,02	142,62	100,00	20,16	172,72	100,00	24,42	123,18	100,00	17,42	84,71	100,00	11,98

Quadro 58 - Área por sector e uso habitacional

Os dados indicam também que nas zonas de expansão habitacional, as Zonas Habitacionais de expansão tipificadas – **H0 a H5**, apresentam maior expressão do que as não tipificadas, com a exceção do CHE.

Grau de execução das zonas habitacionais por sector e tipologia											
	Área (ha)	Área (%) setor	Área (%) tipologia	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)	UOPG	
Cidade Norte	H0	14,47	7,86	43,22	Parcialmente executado	0,6	0	4,59	8,5	0,78	-
	H1	6,59	3,58	11,74	Parcialmente executado	0	0	1,77	4,82	0	-
	H2	0,47	0,26	3,08	Parcialmente executado	0,38	0	0	0,09	0	B
	H3	1,69	0,92	61,45	Executado	0	0	1,69	0	0	A
	H4	40,33	21,91	76,51	Não executado	0	1,74	0,72	37,87	0	A B
	H5	8,64	4,69	100,00	Não executado	0,39	0	0	8,25	0	B
	H11 (H1)	4,36	2,37	100,00	Parcialmente executado	2,11	0	0,51	1,74	0	-
	H12 (H1)	4,84	2,63	100,00	Executado	0	0	4,84	0	0	-
	H13 (H0 E H1)	6,22	3,38	100,00	Não executado	0,42	1,05	0	4,75	0	-
	H14 (H1)	1,77	0,96	100,00	Parcialmente executado	0	0	0,23	1,54	0	-
	H15	0,55	0,30	100,00	Existente a reprogramar	0	0,55	0	0	0	B
	H16 (H2)	0,7	0,38	100,00	Executado	0	0	0,7	0	0	-
	H17	2,37	1,29	100,00	Parcialmente executado	0	0	1,56	0,81	0	-
	HC	91,04	49,47	19,40	Parcialmente executado	75,22	0	9,05	6,27	0,5	B -
	Total	184,04	100,00		Parcialmente executado	79,12	3,34	25,66	74,64	1,28	
Total %		100,00			42,99	1,81	13,94	40,56	0,70		
Cidade Este	H0	9,06	6,35	27,06	Parcialmente executado	0,08	0,05	0,4	8,35	0,18	-
	H0/E23	4,37	3,06	13,05	Não executado	0	0	0	4,37	0	-
	H1	3,25	2,28	5,79	Parcialmente executado	0,18	0	1,5	1,57		B
	H2/E17	3,83	2,69	25,11	Não executado / com pré existência	0,26	0	0	3,57	0	-
	H4	12,38	8,68	23,49	Não executado	0,29	0,46	0,3	11,33	0	B
	H20 (H2)	5,67	3,98	100,00	Não executado	0,02	0	0	5,65	0	-
	H21 (H1)	3,35	2,35	100,00	Parcialmente executado	0	0	0	3,35	0	-
	H22 (H2)	9,73	6,82	100,00	Parcialmente executado	4,2	0	1,45	3,86	0,22	D -
	HC	90,97	63,79	19,38	Parcialmente executado	80,1	0	5,35	5,52	0	
	Total	142,61	100,00		Parcialmente executado	85,13	0,51	9	47,57	0,4	
	Total %		100,00			59,69	0,36	6,31	33,36	0,28	
Cidade Sul	H0	2,24	1,30	6,69	Não executado	0,03	0	0	2,21	0	-
	H1	41,46	24,00	73,86	Parcialmente executado	0,33	0	20,59	20,3	0,24	G -
	H1/E45	3,2	1,85	5,70	Em execução	0	0	0,17	2,42	0,61	-

	H2	5,76	3,33	37,77	Parcialmente executado	0	0	2,59	3	0,17	E -
	H3	1,06	0,61	38,55	Executado	0	0	1,06	0	0	E
	H23 (H3)	8,54	4,94	100,00	Parcialmente executado	0,21	1,14	1,53	5,46	0,2	D
	H24 (H2)	1,85	1,07	100,00	Não executado	0	1,85	0	0	0	-
	H25/E31 (H2)	4,62	2,67	100,00	Não executado	0	3,93	0,51	0,18	0	-
	H26	0,6	0,35	100,00	Executado	0,6	0	0	0	0	-
	H28 (H1)	5,86	3,39	100,00	Não executado	0	0	0	5,86	0	-
	H29	0,91	0,53	100,00	Parcialmente executado	0	0	0,34	0,57	0	-
	HC	96,62	55,94	20,59	Parcialmente executado	84,36	0	5,84	6,23	0,19	
	Total	172,72	100,00		Parcialmente executado	85,53	6,92	32,63	46,23	1,41	
	Total %		100,00			49,52	4,01	18,89	26,77	0,82	
Cidade Oeste	H0	3,34	2,71	9,98	Parcialmente executado	0,11	0	0,08	3,15	0	-
	H1	1,63	1,32	2,90	Não executado	0,03	0,48	0	1,12	0	-
	H2	5,19	4,21	34,03	Parcialmente executado	0	0	4,71	0,48	0	-
	H27 (H2)	3,6	2,92	100,00	Existente a reprogramar	0	3,6	0	0	0	-
	H30 (H1)	0,84	0,68	100,00	Não executado	0,84	0	0	0	0	-
	HC	108,58	88,15	23,14	Parcialmente executado	100,88	0	2,3	5,32	0,08	-
	Total	123,18	100,00			101,86	4,08	7,09	10,07	0,08	
	Total %	100,00	100,00			82,69	3,31	5,76	8,18	0,06	
Cidade CHE	H31	0,71	0,84	100,00	Não executado	0	0	0	0,71	0	A
	H32 (H1)	0,26	0,31	100,00	Não executado	0	0	0	0,26	0	A
	H33 (H3)	1,36	1,61	100,00	Parcialmente executado	0,09	0	0,51	0,76	0	A
	H34 (H2)	0,28	0,33	100,00	Não executado	0	0	0	0,28	0	A
	HC (CH)	82,1	96,92	17,49	Existente	81,78	0	0,32	0	0	-
	Total	84,71	100,00			81,87	0	0,83	2,01	0	
	Total %	100,00	100,00			96,65	0,00	0,98	2,37	0,00	
Cidade	Total	707,26				433,51	14,85	75,21	180,52	3,17	
	Total (%)		100,00			61,29	2,10	10,63	25,52	0,45	

Quadro 59 - Grau de execução das zonas habitacionais por sector e tipologia

Na **Cidade Norte**, as zonas habitacionais totalizam 184,04ha (área de expansão habitacional é superior às Zonas Habitacionais a conservar e consolidar – **HC**), ocupando cerca de 26% do total das zonas habitacionais da cidade. As áreas já existentes em 2000, correspondem a 79,12ha, e 104,92ha a área por consolidar (cerca de 57%), representando cerca de 38% do total das zonas habitacionais disponíveis para habitação após 2000 na cidade. Este é um valor expressivo que evidencia a

importância deste sector na consolidação da cidade. Para além de **HC**, as tipologias mais representativas são **H4** com 40,33ha (cerca de 22%) e **H0** com 14,47ha (cerca de 8%). A área de **H4** representa cerca de 76% do total da tipologia, e **H0**, cerca de 43%. Ao analisar-se a execução, verificamos que dos 104,92ha de área disponível, 74,64ha (cerca de 71%) não foi executado e apenas 25,66ha (cerca de 25%) foram executados. A área não executada corresponde a cerca de 41% do total da área não executada na cidade, e a execução a cerca de 34%.

A fraca execução é explicada pela não concretização da Área de Expansão dos Leões, com incidência nas tipologias **H4** e **H5** e mais a norte em **H0**. A área não executada de **H4** (37,87ha), representa cerca de 21% do total da área não executada na cidade, valor mais elevado dentro do conjunto das tipologias.

Nas áreas executadas, destaca-se que a execução em **HC** (9,05ha), representa cerca de 35% da execução neste sector e cerca de 12% no total das áreas executadas na cidade, destacando-se a concretização da área na urbanização da Quinta da Soeira (1,35ha), a Quinta do Valbom (1,9ha) e a urbanização do Monte dos Clérigos (2,21ha) junto ao bairro do Frei Aleixo. Evidencia-se ainda a execução total de **H3**, **H12** e **H16**, referentes concretamente ao condomínio da *Nova Eborae* (1,69ha), Urbanização da Quinta da Soeira (4,84ha) e Quinta das Tâmaras (0,7ha).

Na Cidade Este, as zonas habitacionais totalizam 142,61ha, ocupando cerca de 20% do total das zonas habitacionais da cidade. As áreas já existentes em 2000, correspondem a 85,13ha, e 57,48ha (cerca de 40%) a área por consolidar, representando cerca de 21% do total das zonas habitacionais disponíveis para habitação após 2000 na cidade. Para além de **HC**, as tipologias mais representativas são **H4**, com 12,38ha (cerca de 9%), **H22**, com 9,73ha (cerca de 7%) e **H0** com 9,06ha (cerca de 6%). A área de **H4** representa cerca de 24% do total da tipologia, **H22**, representa 100% e **H0**, cerca de 27%. Dos 57,48ha de área disponível, 47,57ha (cerca de 83%) não foi executado e apenas 9ha (cerca de 16%) foram executados. A área não executada corresponde a cerca de 26% do total da área não executada na cidade, e área executada a cerca de 12%.

A fraca execução é explicada, tal como no sector Norte, pela não concretização da Área de Expansão dos Leões, com incidência na tipologia **H4**, e tipologia **H0** no Bairro da Comenda e a sul deste, no Sport Lisboa e Évora. A área não executada de **H4** (11,33ha) e **H0** (8,35ha), representam cerca de 6% e 4,5% do total da área não executada na cidade.

Nas áreas executadas, destaca-se que a execução em **HC**, representa cerca de 60% da execução neste sector e cerca de 7% no total das áreas executadas na cidade, destacando-se a consolidação dos Álamos (3,64ha) e colmatação de algumas áreas no Bairro da Comenda (0,69ha).

Na Cidade Sul, as zonas habitacionais totalizam 172,72ha, ocupando cerca de 24% do total das zonas habitacionais da cidade. As áreas já existentes em 2000, correspondem a 85,53ha e 87,19ha (cerca de 50,5%) a área por consolidar, representando cerca de 32% do total das zonas habitacionais disponíveis para habitação após 2000 na cidade.

Para além de **HC**, a tipologia mais representativa é **H1**, com 41,46ha (cerca de 24%). A área de **H1** representa cerca de 74% do total da tipologia. Dos 87,19ha de área disponível, 46,23ha (cerca de 53%) não foram executados e 32,63ha (cerca de 37%) foram executados. A área não executada corresponde a cerca de 26% do total da área não executada na cidade, e a execução a cerca de 43%.

As áreas não executadas, correspondem a zonas **H1**, maioritariamente na zona do Cabeço do Arraial e no Bairro da Casinha. A área não executada de **H1** (20,3ha), representa cerca de 11% do total da área não executada na cidade. Nas áreas executadas, destaca-se também **H1** (20,59ha), que representa cerca de 63% da execução neste sector e cerca de 27% no total das áreas executadas na cidade, destacando-se a Urbanização do Moinho (7,26ha), Vilas do Alcaide (5,29ha), Cabeço do Arraial (5,30ha) e Bairro da Casinha (2,89ha). Verifica-se ainda que **H3** foi totalmente concretizado, correspondendo ao condomínio da Quinta do Rosário (1,06ha).

Na **Cidade Oeste**, as zonas habitacionais totalizam 123,18ha, ocupando cerca de 17% do total das zonas habitacionais da cidade. As áreas já existentes em 2000, correspondem a 101,86ha e apenas 21,32ha (cerca de 17%) a área por consolidar, representando cerca de 8% do total das zonas habitacionais disponíveis para habitação após 2000 na cidade. Para além de **HC**, claramente dominante, a tipologia mais representativa é **H2**, com 5,19ha (cerca de 4%). A área de **H2** representa cerca de 34% do total da tipologia. Dos 21,32ha de área disponível, 10,07ha (cerca de 47%) não foram executados e 7,09ha (cerca de 33%) foram executados. A área não executada corresponde a cerca de 6% do total da área não executada na cidade, e a execução a cerca de 9%.

As áreas não executadas, correspondem a zonas **HC**, entre a zona da Malagueira e Fontanas e zona no Monte Redondo e Torrão. A área não executada de **HC** (5,32ha), representa cerca de 3% do total da área não executada na cidade. Nas áreas executadas, destaca-se **H2**, que representa cerca de 66% da execução neste sector e cerca de 6% no total das áreas executadas na cidade, correspondendo à Urbanização da Torralva/Cartuxa (4,71ha).

No **Centro Histórico**, importa referenciar que as áreas existentes em HC (CH), correspondem a mais de 99% do total, destacando-se, contudo, que foi executado parte de **H33**, correspondendo ao condomínio da Cerca de São Domingos (0,51ha). Considerou-se para a presente análise que a área da Cerca de Santa Mónica se encontra disponível uma vez que o loteamento não foi concluído.

Para além da análise aos quadros, a Planta de Execução (Figura 40), permite uma melhor leitura sobre a distribuição geográfica das Zonas Habitacionais.

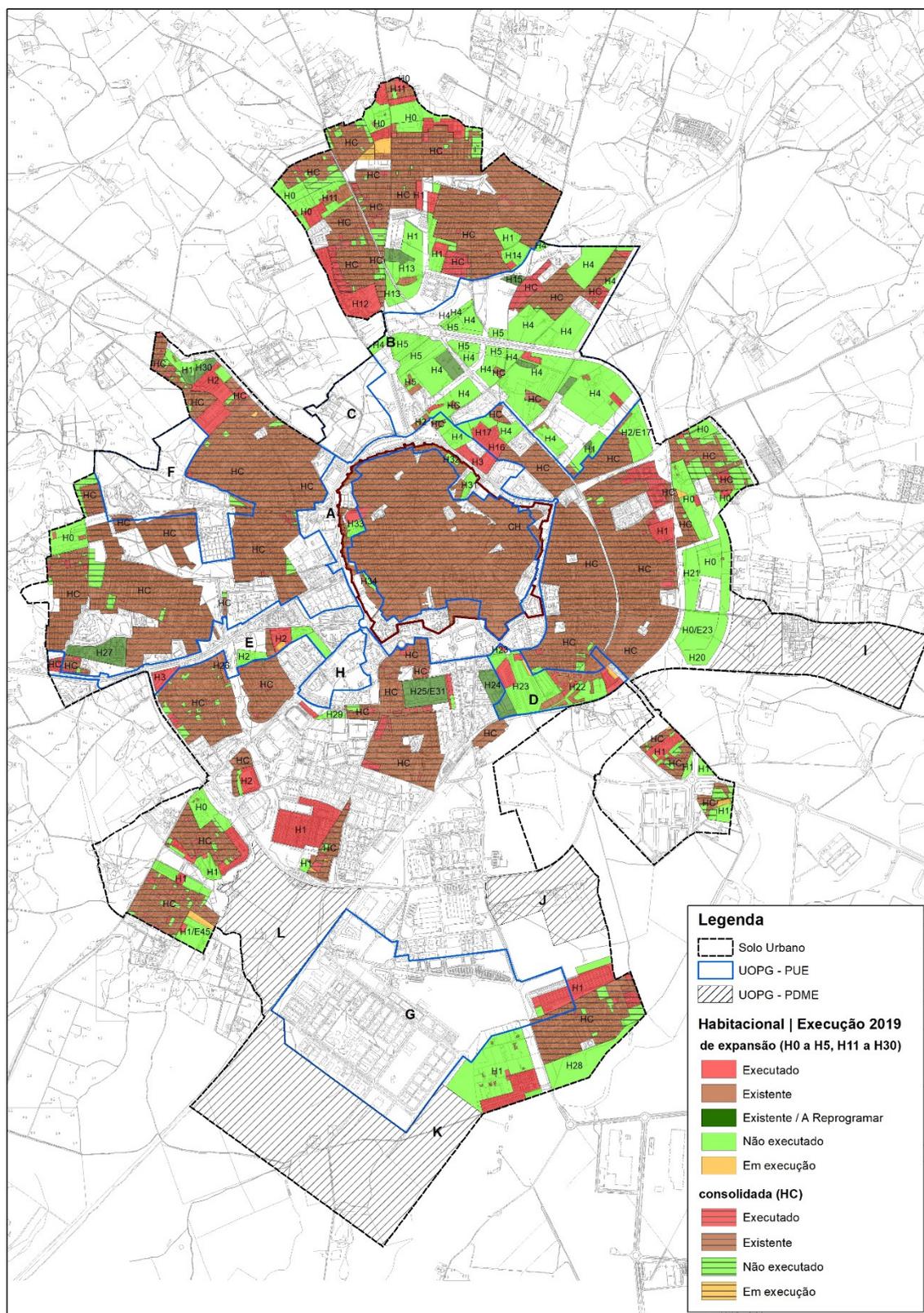


Figura 40 - Nível de execução das zonas habitacionais

Conclusões:

As zonas habitacionais de expansão aumentaram significativamente com a alteração do PUE em 2011 (35%), tendo sido definidas e delimitadas duas novas zonas mistas de H4 e H5, na Cidade Norte e Cidade Este, integradas na sua quase totalidade na UOPG B.

Importa referir que cerca de 2/3 das zonas habitacionais de expansão não foram executadas.

As zonas de habitação de expansão tipificada representam 61% do solo urbano afeto a zonas habitacionais disponível após 2000 e a 24% das zonas habitacionais da cidade, correspondendo a 67% da área não executada e a 53% da área executada. É possível observar diferentes graus de execução em zonas habitacionais tipificadas, designadamente uma fraca execução em **H0**, **H4** e **H5**, uma maior execução em **H1** e **H2**, e a execução total de **H3**; as zonas **H4** não executadas correspondem a 20% da área total não executada.

A relevância da execução (30% do total) em zonas habitacionais consolidadas (HC) é, em parte, justificada pelo aumento da área HC em 2011, e pela ocorrência de dinâmicas de reconversão e renovação urbana, nomeadamente nos núcleos de origem clandestina.

As Zonas habitacionais executadas, localizam-se sobretudo na Cidade Sul (32,63ha, que correspondem a 43% do total) e Cidade Norte (25,66ha, que correspondem a 34% do total).

A execução de zonas habitacionais ocorreu em áreas urbanas relativamente periféricas ou "periurbanas", num processo de "colmatação/preenchimento de tecido urbano" e de ocupação nas chamadas "franjas" ou "frentes de urbanização": Bacelo (norte), Bacelo-Novo/Granito, Quinta da Soeira, Frei-Aleixo, Nova Eborae/Tâmara, Horta dos Álamos, Tapada do Matias, S. José da Ponte, Urbanização do Moinho, Vilas do Alcaide, Cabeço do Arraial, Casinha Norte e Torralva. Refira-se que surgiram apenas dois novos bairros: a Urbanização do Moinho e as Vilas do Alcaide.

As zonas de expansão habitacional não executadas distribuem-se pela Cidade Norte (41% da área total não executada na cidade, maioritariamente na "Área de Expansão dos Leões"), Cidade Este (26%, quer na "Área de Expansão dos Leões", quer na "zona de expansão da Sr.ª da Saúde") e Cidade Sul (26%, a sul da Grande Circular, maioritariamente na Casinha e Cabeço do Arraial/Almeirim).

Podemos concluir que se assistiu à predominância de um processo de urbanização assistemática, disseminada, sendo o processo de "urbanização programada" residual. A este respeito assinala-se a fraca execução da Área de Expansão dos Leões (UOPG-B).

Os parâmetros urbanísticos e os índices definidos para as zonas H, enquadram-se nos valores apurados para a cidade pré-existente, zonas HC, ou seja um índice de utilização bruto entre 0,4 e 0,9, o que demonstra a procura da coerência global da estrutura urbana.

Pode considerar-se que a plurifuncionalidade pretendida para as zonas habitacionais de expansão (usos complementares à habitação promovida no regulamento) foi concretizada em zonas **H1 (Moinho)**, **H2 (Quinta do Moniz e Torralva/Vilas da Cartuxa)** e **H3 (Nova Eborae)**.

6.1.7. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Os objetivos do PUE:

De acordo com o PUE 2000 as UOPG são áreas **estratégicas e prioritárias** que se consideram essenciais para o desenvolvimento harmonioso da cidade. As grandes iniciativas urbanísticas municipais devem dirigir-se prioritariamente para estas áreas onde se devem concentrar os novos equipamentos e expansões urbanas, devendo estas procurar constituir ou evidenciar elementos simbólicos de modernidade e reforço do património da Cidade.

Pretende-se que o plano defina uma atitude de planeamento estratégico e assume-se uma posição seletiva em relação às propostas do plano, distinguindo aquelas que se revelem essenciais para o desenvolvimento da Cidade, e onde a necessidade de consolidação da área urbana aconselha a uma concentração de investimentos.

As UOPG definidas no PUE 2000, contribuem para os seguintes objetivos:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial existente entre o interior e o exterior da muralha. • Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades • Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade. • Manter e reforçar o contraste campo-cidade sublinhando linhas/limite de construção e criando novos espaços de receção, afastados da muralha
Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a muralha na vivência da Cidade, tornando-a acessível e permeável; estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha, prolongando-o pela zona do Aqueduto/Forte de S.to António (complementa o ponto 1.1.) • Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade e valor patrimonial da Cidade (complementa o ponto 3.1.).
Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a Cidade de uma estrutura verde urbana, associada a percursos estruturados e equipamentos coletivos, que se afirme com marcante na forma e na função.

	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar as diferentes zonas da Cidade de um bom nível de equipamentos coletivos, que favoreçam o convívio, a permanência das pessoas e atividades e o espírito de vizinhança (articula-se com o ponto 1.3.).
Animar a ação urbanística municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público.

Quadro 60 - Objetivos do plano que enquadram as UOPG

Dinâmica do plano:

A Alteração do PUE em 2011 define uma nova UOPG (H) e integra as UOPG (I, J, K e L) definidas no âmbito do PDME (2008). Salienta-se a redelimitação com aumento de área, e profunda alteração programática da UOPG B, em resultado do acolhimento das opções definidas no Estudo Prévio do projeto de Plano de Pormenor para a Zona de Expansão dos Leões. A nível regulamentar foi mantido o articulado existente, apenas com alterações significativas relativas à UOPG-G e pontuais na UOPG-B.

De forma a articular as intervenções no território, foi introduzido no artigo 78º do regulamento, um novo procedimento que permite à Câmara Municipal, assegurar que determinada operação urbanística deve ser integrada num estudo prévio que contempla a sua área envolvente de forma a garantir a coerência da estrutura urbana e não comprometer o seu desenvolvimento. Neste sentido, devem ser realizados instrumentos urbanísticos para as UOPG, devendo o conjunto de estudos / esboços de pormenor já elaborados à escala 1/ 2 000, servir de orientação, e dando especial atenção e exigência de qualidade aos correspondentes projetos de execução de edifícios e espaços públicos.

As normas relativas às UOPG na cidade de Évora encontram-se descritas nos **artigos 80º ao 110º-C** do regulamento do PUE, remetendo-se no caso das UOPG definidas no âmbito do PDM para os artigos 43º a 47º do regulamento do PDME.

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, são as seguintes:

- Área Envolvente da Muralha (A);
- Área de Expansão dos Leões (B);
- Área do Forte de Santo António (C);
- Área Sul/Nascente de Entrada na Cidade (D);
- Eixo Poente de Entrada na Cidade (E);
- Área de Equipamento das Piscinas/Quinta da Malagueira (F);
- Parque Industrial/Almeirim (G);
- Parque Urbano junto às Portas do Raimundo (H);
- UOPG 1 do PDME: Frente Urbana Adjacente à Expo Évora (I);
- UOPG 2 do PDME: Área Desportiva e Residencial da Quinta do Alcaide (J);
- UOPG 3 do PDME: Parque Industrial e Tecnológico de Évora (K);
- UOPG 4 do PDME: Área Residencial da Turgela (L).

A - ÁREA ENVOLVENTE DA MURALHA

Esta área corresponde ao interface urbano entre a Cidade Intramuros e o Extramuros, constituindo uma área de elevada importância para a estruturação urbana. Persistem descontinuidades urbanísticas, físicas, funcionais e vivenciais entre a cidade intramuros e extramuros que deverão ser superadas. Observam-se espaços expectantes e devolutos, espaços desqualificados, assim como grandes equipamentos, que dificultam a articulação intramuros – extramuros. A muralha é acompanhada pela circular, que estabelece a ligação viária entre os sectores da cidade, e a transição para o Centro Histórico. Na zona exterior à muralha, encontramos espaços com características muito distintas, a norte uma área pouco qualificada e expectante, a este, uma área consolidada mas pouco qualificada na sua envolvente imediata, a sul, evidencia-se uma vez mais a pouca qualificação do espaço e a oeste, a existência de uma área na sua generalidade qualificada e articulada restando apenas um espaço expectante na zona T20. Na zona Intramuros, os espaços são na sua generalidade consolidados existindo pontualmente áreas onde deve ser promovida a qualificação ou reconversão urbana (E65, E66, E68 ou T22) e expansão habitacional (H31, H32, H33, H34).

- **Dinâmica do plano:**

Com a alteração do PUE 2011, ocorreram pequenas alterações ao nível da qualificação do solo, nomeadamente na associação da Estrutura Ecológica Urbana a Equipamento na circular à muralha e a conversão de espaço H3 em H4, junto ao Bairro Tenente Pereira.

A UOPG A encontra-se descrita nos **artigos 83º a 86º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem.

De acordo com o artigo 84º do regulamento são definidos 4 objetivos para esta UOPG, destacando-se como ideia chave a articulação da muralha com o seu espaço envolvente: Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da muralha; valorizar a muralha, integrando -a na vivência da Cidade, tornando-a mais acessível e permeável ao peão; estender o conceito de área histórica a revitalizar e valorizar a toda a envolvente exterior da muralha; acentuar a imagem urbana da envolvente exterior à muralha.

Pretende-se que esta área permita uma vivência permanente entre o interior e o exterior da muralha, através da implementação de percursos pedonais e atravessamentos, bem como a qualificação do espaço envolvente exterior à muralha de forma a valorizar a sua imagem urbana.

De acordo com o artigo 86º do regulamento, a construção nesta área deve ser precedida de instrumento urbanístico. *A Execução da UOPG e das “subunidades” ou espaços programados que a compõem carecem de instrumentos urbanísticos próprios, de acordo com o disposto nos artigos 78º e 82º do regulamento do PUE.*

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

As propostas do plano relativas a esta UOPG foram baseadas num plano (parcial ou setorial) - o **Plano de Ordenamento da Circular à Muralha**. As propostas deste plano incidiram sobre: rede viária, percursos para peões, elementos edificados a valorizar, espaços urbanos a criar e requalificar – Praça

de Alconchel, Quinta da Tapada, Rossio de S. Brás, Quinta da Palmeira, Sector Monumental, Zona Administrativa e de Terciário, áreas de estacionamento, Museu ao Ar Livre.

As normas urbanísticas deste plano contêm critérios para uso e ocupação, bem como indicadores para implementação do plano (classificação, ocupação/usos, edificabilidade, condicionamentos, recomendações).

Posteriormente, foi elaborado o *Estudo de Intervenção Urbanística e Arquitetónica na Porta de Aviz* (2008). Este estudo pretendeu garantir a articulação / inter-relação com a envolvente, reordenando o espaço público e os eixos viários e propondo novos equipamentos. A proposta desenhada referente à forma urbana deveria ser introduzida no programa POLIS (descrito igualmente na UOPG B, pela sua relação com T23).

Entre as classes de espaço que integram a UOPG, destacam-se duas com níveis de desenvolvimento diferentes:

Espaço T20

Diversos instrumentos de planeamento, estudos de conjunto ou ocupação, promoveram a coerência urbanística e a qualidade da arquitetura e dos espaços públicos nesta unidade, apesar da sua execução ser gradual e parcial.

O Plano de Pormenor da Zona de Atividade Terciária foi elaborado em 1981 e aprovado pela Câmara em 1987. Previa a localização de serviços públicos, serviços privados (incluindo comércio), habitação nos pisos superiores de alguns blocos, um hotel, um edifício especial (onde poderá ser instalado um conjunto de equipamentos de cultura e recreio). As bandas edificadas ocupadas com arcadas no piso térreo definiam uma praça e uma frente arborizada.

Espaço T6

Espaço fundamental da cidade, o Rossio de S. Brás (espaço T6) foi alvo de um estudo urbanístico da autoria do arquiteto Siza Vieira e de uma proposta de plano de pormenor. Atualmente está a ser desenvolvido um Projeto para a criação do interface Intermodal do Rossio de S. Brás.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG, ocupam 66,29ha, destacando-se os espaços **EE6** (13ha), **HC** (8,48ha), **EE1** (5,87ha), **T20** (5,12ha) e **T6** (4,55ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Estrutura Ecológica Urbana** (38,42%), seguindo-se o **Terciário** (28,53%), depois a **Habitação** (22,39%) e por último, os **Equipamentos** (10,67%).

Execução da UOPG A								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N1 (16)	0		Não executado	-	-	-	X	
EE1	5,87	8,86	Existente	5,87	0	0	0	0
EE2	3,43	5,17	Não executado / com pré existência	0,7	0,66	0	2,07	0
EE2/E12	0,32	0,48	Executado	0	0	0,32	0	0
EE3	0,91	1,37	Executado / com pré existência	0,22	0	0,69	0	0
EE6	13	19,61	Parcialmente executado / com pré existência	2,24	0	4,77	5,99	0
EE6/E12	1,94	2,93	Parcialmente executado	0	0	0,21	1,73	0
EE7 (Via Principal N2 e Outras Vias)	0		Não executado	-	-	-	X	
E10	0,65	0,98	Existente	0,65	0	0	0	0
E11	1,39	2,10	Existente a reprogramar	0	1,39	0	0	0
E28	0,79	1,19	Existente	0,79	0	0	0	0
E30	0,53	0,80	Executado	0	0	0,53	0	0
E64	0,15	0,23	Existente a reprogramar	0	0,15	0	0	0
E65	1,13	1,70	Existente a reprogramar	0	1,13	0	0	0
E66	0,69	1,04	Existente a reprogramar	0	0,69	0	0	0
E68	1,66	2,50	Existente a reprogramar	0	1,66	0	0	0
E69	0,08	0,12	Existente	0,08	0	0	0	0
T3	2,01	3,03	Existente a reprogramar	0	2,01	0	0	0
T5	3,63	5,48	Parcialmente executado	1,78	1,41	0,44	0	0
T6	4,55	6,86	Existente a reprogramar	0	4,55	0	0	0
T7	3,25	4,90	Existente a reprogramar	0	0,72	1,86	0,67	0
T20	5,12	7,72	Parcialmente executado / com pré existência	0,58	0,31	1,86	2,37	0
T22	0,35	0,53	Existente a reprogramar	0	0,35	0	0	0
H3	1,68	2,53	Executado	0	0	1,68	0	0
H4	2,08	3,14	Não executado	0	0	0	2,08	0
H31	0,7	1,06	Não executado	0	0	0	0,7	0
H32	0,26	0,39	Não executado	0	0	0	0,26	0
H33	1,36	2,05	Parcialmente executado	0,09	0	0,51	0,76	0

H34	0,28	0,42	Não executado	0	0	0	0,28	0
HC	8,48	12,79	Existente	8,46	0	0,02	0	0
Total	66,29	100,00	Parcialmente executado	21,46	15,03	12,89	16,91	0
Total (%)		100,00		32,37	22,67	19,44	25,51	0,00

Quadro 61 - Grau de execução da UOPG A

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 21,46ha – **32,37%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 15,03ha – **22,67%**;
- Áreas executadas após 2000 – 12,89ha – **19,44%**;
- Áreas não executadas – 16,91ha – **25,51%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**.

Conforme valores apurados, verifica-se um equilíbrio entre os diferentes parâmetros de execução. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 44,83ha, a área executada representa cerca de 29% e a área não executada cerca de 38%, ambos valores relevantes. Neste sentido, verifica-se que a área a reprogramar (de reconversão urbanística) assume igual relevância, representando cerca de 34%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Destaca-se a execução do espaço verde (EE6) na envolvente da muralha a poente (programa POLIS) cumprindo a exigência de solução de conjunto para os espaços exteriores entre a Porta da Lagoa e a Porta do Raimundo.

Destaca-se também a execução dos conjuntos arquitetónicos com usos mistos (habitação, comércio e serviços) com reconhecida qualidade arquitetónica (Arq. Gonçalo Byrne), na Horta dos Telhais e na Horta da Porta (T20).

A via Circular à Muralha não assume na sua totalidade um perfil urbano, devido à ausência de percursos pedonais contínuos e passeios qualificados. O tratamento do espaço público envolvente é diferenciado, apresentando graus diversos de qualificação e de conceção (materiais, imagem).

O percurso interno à muralha foi apenas executado na antiga quinta da Palmeira no âmbito da execução do espaço verde. O acesso ao adarve não foi executado, tendo a avaliação da viabilidade do percurso referido (DCHPC) evidenciado a sua fraca atratividade.

Dos acessos pedonais e novos atravessamentos foi apenas executado um novo “postigo” junto ao largo dos Penedos, ainda não integrado no domínio público.

Destaca-se a não execução de diversos equipamentos (cinco no total) e três zonas terciárias (três no total).

O Espaço T5 apresenta uma execução parcial, nomeadamente junto à Rua do Chafariz D'El Rei, mas permanece em grande parte sem utilização.

Evidencia-se a pouca qualificação de grandes espaços, nomeadamente os afetos a EEU a norte, junto à Porta de Avis, o espaço Terciário afeto ao Rossio de S. Brás a sul, assim como a área adjacente à Estrada das Piscinas (Espaço T20).

- **Conclusão:**

A execução desta UOPG tem sido gradual e parcial, permanecendo importantes espaços urbanos pouco qualificados e projetos estruturantes não implementados (Rossio, Portas de Aviz).

O transbordo do setor terciário para o exterior da muralha efetuou-se parcialmente (Espaços T5 e T20).

Alguns conjuntos edificados apresentam reconhecida qualidade urbanística e arquitetónica.

A valorização e integração da muralha na vivência da cidade foi conseguida em parte.

O espaço entre a Porta de Aviz e a Porta da Lagoa permanece muito desqualificado (estacionamento desordenado em terra batida, confinado com imóveis devolutos adjacentes à muralha), O reordenamento deste espaço deverá ser articulado com o processo de planeamento e gestão da área de Expansão dos Leões (UOPG B).

O Rossio de S. Brás constitui um espaço com grande potencial para receção a visitantes, permanecendo pouco qualificado.

Permanece a descontinuidade física, vivencial e funcional intramuros / extramuros.

B - ÁREA DE EXPANSÃO DOS LEÕES

Área quase sem construção entre o Centro Histórico de Évora e os conjuntos habitacionais a norte, que constitui a área prioritária de expansão urbana da cidade, sendo complementada com a proposta de verde urbano junto ao Forte de Santo António (UOPG C).

Esta área concretiza objetivos do plano (2000) e opções expressas no seu modelo de ordenamento (excertos do Relatório):

(...) o grande esforço deverá orientar-se para a estruturação e consolidação da cidade. Tal consolidação deverá traduzir-se no preenchimento dos espaços vazios localizados no interior da grande circular, articulando bairros entre si, estabelecendo continuidades, reforçando a urbanidade de toda essa área.

A procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros implicará um esforço de concentração dos novos investimentos nas áreas de expansão.

Ao nível da Distribuição funcional pretendia-se,

A localização na principal zona de expansão (Leões) de funções não apenas habitacionais, prevendo-se uma presença significativa de terciário ao longo do troço Norte da Grande Circular e na reutilização da Fábrica dos Leões e também na criação duas zonas IT (mistas).

- **Dinâmica do plano:**

Com a alteração do PUE em 2011, a área foi redelimitada e sofreu uma alteração programática significativa, fruto da alteração da localização de equipamentos estruturantes (pólo de serviços universitários e Hospital regional) que se previam âncoras desta unidade. A UOPG foi redelimitada a nordeste, passando a integrar a área a norte do troço da Grande Circular até à ribeira das Pites, a área a este da Av. Lino de Carvalho e a sudeste, excluindo as áreas da Horta das Tâmaras.

Foram feitas várias alterações de uso, destacando-se, ao nível das zonas de expansão habitacional, a conversão das zonas H0, H1, H2, H17 e H16 em H4 e H5. O espaço **T1** foi redelimitado, tendo sido reduzido à antiga Fábrica dos Leões e restante área reprogramada em **H4**, **H5** e **T23**. A zona industrial IT/E, foi reduzida, com introdução de H4 e HC, e o espaço E15 foi igualmente reduzido com introdução de H4. Foi ainda redelimitada a Estrutura Ecológica Urbana com aumento de área a norte do troço da Grande Circular.

O articulado do regulamento foi pontualmente alterado, nomeadamente com a retirada nos objetivos da referência à promoção habitacional cooperativa para habitação social e supressão nas *orientações para a implementação* da referência da promoção da urbanização por parte da Universidade no espaço T1.

A UOPG encontra-se descrita nos **artigos 87º a 90º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 88º do regulamento são definidos 4 objetivos para esta UOPG, destacando-se o objetivo geral de estruturar a cidade, estabelecer uma continuidade urbana e favorecer o surgimento de novas centralidades. Pretende-se o surgimento de novos equipamentos, e de um conjunto urbanístico/arquitetónico de modernidade e valor patrimonial, bem como um espaço universitário inserido no tecido urbano. Destaca-se ainda como objetivo a intenção de relançar a política de solos municipais para esta zona.

Salienta-se que os usos habitacionais previstos nesta UOPG (H4 e H5), constituem áreas mistas onde no mínimo 20% da STP é afeta ao uso terciário.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

Proposta de plano de pormenor dos Leões

O primeiro estudo de conjunto (esboço) (PUE 1998) orientou a execução da rede viária principal.

Estudo prévio do plano (2009)

A área de intervenção do plano é superior à da UOPG dos Leões.

O índice de utilização da intervenção foi aferido à unidade parcelar existente, garantindo um índice médio de 0,40 (de acordo com revisão do plano em 2011), individualmente ou integradas nas 4 unidades de execução propostas. A volumetria prevista não ultrapassa a cota das muralhas.

A visão do tipo de desenvolvimento urbano que se pretendia implementar foi a seguinte:

- Criar condições de centralidade ligadas à malha urbana pré-existente, articulando os bairros periféricos com a cidade intramuros através de uma rede contínua de espaço público, incorporando os traçados viários existentes numa malha urbana coerente;
- Modelo de cidade polinuclear, as áreas urbanas serão predominantemente compactas e de usos mistos;
- Rede viária principal organiza a área do plano em bairros, a norte e a sul de grande via Circular Nascente-Poente;
- Introdução de malhas de ruas e praças, as ruas internas dos bairros são mais estreitas e arborizadas e promoção em cada bairro de jardins e espaços públicos e criação de parque urbano;
- Criação de polo de equipamentos culturais;
- Remate das periferias a norte.

O PP não foi aprovado tendo o seu conteúdo sido transposto para PUE (2011). Esta alteração ao PU nesta área merece algumas observações:

- Qualificação do solo e rede viária apresentada assumem uma lógica diferenciada da restante área urbana, ao nível da estrutura e da forma urbana, definindo um conjunto de bairros como ilhas, autónomas na cidade;
- Os usos mistos na quase totalidade desta unidade divergem da restante área urbana, assim como a implantação da rede viária fundamental, que não respeita a forma radioconcêntrica;
- Usos mistos na totalidade da área implicam grande oferta de terciário, sem hierarquização, nem indução de nucleação de atividades, não sendo evidente a promoção de usos complementares à habitação como noutras áreas de expansão;
- Rede viária proposta foi publicada parcialmente (acessos locais) perdendo a sua coerência como elemento gerador da malha urbana;
- Alteração às vias principais de Nível 1 e vias secundárias e acessos locais, não se integram na rede viária radioconcêntrica e articulação entre setores urbanos e bairros posta em causa, designadamente ligação /prolongamento da estrada do Penedo de Ouro (a norte) com setor Nascente da cidade e ligação à estrada do Redondo/EN 254;
- A rede viária fundamental da cidade perde coerência;
- Parque urbano (atualmente EE2) e zona desportiva não estão programados explicitamente na Estrutura Ecológica Urbana e na rede de equipamentos desportivos.

Porta de Aviz e Espaço T23

As soluções urbanísticas preconizadas para o Espaço T23 foram enquadradas no *Estudo de Intervenção Urbanística e Arquitetónica na Porta de Aviz* (2008) e posteriormente no plano de pormenor dos Leões.

O estudo pretende garantir a articulação e inter-relação com a envolvente. A proposta desenhada referente à forma urbana deveria ser introduzida no programa POLIS. Os principais objetivos do estudo são o seguinte:

- Enquadramento paisagístico da muralha,
- Área comercial vocacionada para estabelecimentos de recreio e lazer e restauração e um silo automóvel,
- uma praça pública e um jardim que ligará o baluarte à cerca/muralha fernandina,
- Procura de parceria com investidor privado,
- Alteração do traçado da circular rodoviária e construção de subterrâneo associado a túnel rodoviário.

- **A execução do PUE:**

As zonas delimitadas na UOPG, ocupam 123,48ha, destacando-se os espaços **H4** (49,74ha), **HC** (13,07ha), **EE5/E6** (9,02ha), **H5** (8,64ha) e **EE6/E16** (7,18ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Habituação** (60,11%), seguindo-se a **Estrutura Ecológica Urbana** (25,53%), depois o **Terciário** (7,1%), os **Equipamentos** (6,16%) e por último a **Indústria** (1,09%).

Execução da UOPG B								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N1 (3)			Executado			X		
Via Secundária (4)			Executado			X		
Via Principal N1 (15)			Não executado				X	
Via Principal N1 (17)			Não executado				X	
Via Principal N2 (18)			Não executado				X	
Via Secundária (19)			Não executado				X	
EE2	5,26	4,26	Não executado	0	0	0	5,26	0
EE2/E16	1,54	1,25	Parcialmente executado	0	0	0,44	1,1	0
EE5	3,65	2,96	Não executado	0	0	0	3,65	0
EE5/E6	9,02	7,30	Parcialmente executado	0	0	1,97	7,05	0
EE6	4,87	3,94	Não executado	0	0	0	4,87	0
EE6/E16	7,18	5,81	Parcialmente executado	0	0	0,57	6,61	0
EE7 (Via 3)			Executado			X		
EE7 (Via Principal N1 e N2)			Não executado				X	

E8	1,79	1,45	Existente	1,79	0	0	0	0
E9	1,05	0,85	Não executado	0	0	0	1,05	0
E15	3,5	2,83	Não executado	0	0	0	3,5	0
E72	0,7	0,57	Executado	0	0	0,7	0	0
E73	0,57	0,46	Executado	0	0	0,57	0	0
T1	2,66	2,15	Executado	0	0	2,66	0	0
T2	0,34	0,28	Não executado	0	0	0	0,34	0
T23	5,77	4,67	Não executado	0	0	0	5,77	0
IT/E	1,35	1,09	Existente	1,35	0	0	0	0
H1	1,76	1,43	Não executado	0,19	0	0	1,57	0
H2	0,47	0,38	Existente	0,38	0	0	0,09	0
H4	49,74	40,28	Não executado	1,04	2,39	0,91	45,4	0
H5	8,64	7,00	Não executado	0,39	0	0	8,25	0
H15	0,55	0,45	Existente a reprogramar	0	0,55	0	0	0
HC	13,07	10,58	Existente	9,15	0	3,38	0,54	0
Total	123,48	100,00	Parcialmente executado	14,29	2,94	11,2	95,05	0
Total (%)		100,00		11,57	2,38	9,07	76,98	0,00

Quadro 62 - Grau de execução da UOPG B

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 14,29ha – **11,57%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 2,94ha – **2,38%**;
- Áreas executadas após 2000 – 11,2ha – **9,07%**;
- Áreas não executadas – 95,05ha – **76,98%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**.

De acordo com valores indicados, verifica-se que a área não executada na UOPG é dominante, representando cerca de 77%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 109,19ha, a área executada representa 10%, o que contrasta com os cerca de 87% de área não executada, valores significativos que permitem verificar a fraca execução desta UOPG.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Os valores de execução indicam um grau de não execução expressivo da UOPG, evidenciando-se as zonas habitacionais H4 e H5 e a zona terciária T23.

Foram executadas as Vias Principais de N1, nomeadamente o troço Norte da Grande Circular e Av. Lino de Carvalho (Vias 3).

Foram executados os equipamentos E72 e E73 (alvo de reprogramação) e alguns conjuntos habitacionais em HC, junto ao Bairro do Frei Aleixo.

- **Conclusão:**

Verifica-se um grau elevado de não execução nesta unidade (cerca de 77%), não se concretizando a expansão urbana prioritária da cidade.

As alterações introduzidas com a Alteração ao PUE em 2011, com a transposição parcial do conteúdo de uma proposta de plano de pormenor, resultam numa diferenciação do conteúdo do plano para esta unidade em relação aos conteúdos de outras áreas urbanas (forma urbana e qualificação do solo com predominância de áreas mistas), mitigando a desejável articulação entre bairros e setores da cidade, preconizada pelo modelo de ordenamento.

A adoção de usos mistos em toda a unidade (2011) contrasta com a delimitação de uma zona terciária (T1) adjacente à Porta de Aviz e da antiga Fábrica dos Leões que concretizava a expansão do centro tradicional da cidade, através de eixos ao longo das vias radiais que se dirigiam às portas da muralha, contrariando o conteúdo expresso do modelo de ordenamento e na distribuição funcional do plano em 2000.

A execução realizada, foi-o sobretudo ao nível da habitação em HC, dos equipamentos e das infraestruturas.

A execução verificada em áreas não habitacionais dependeu do investimento público (infraestruturas gerais, DREA, ARS), não tendo sido suficiente para alavancar a UOPG.

Foram alteradas a programação das zonas que constituem a unidade em causa e a programação da sua execução, o que pode contrariar os objetivos do plano e pressupostos do modelo de ordenamento.

A programação das diferentes zonas em vigor não concretiza de forma clara os objetivos do plano.

A deslocalização da construção do novo hospital veio retirar a este setor uma âncora / elemento impulsionador.

A construção de infraestruturas viárias principais não constituiu, por si só, uma alavanca para a dinamização da UOPG.

C – FORTE DE SANTO ANTÓNIO

Esta unidade abrange o Forte de Santo António e área envolvente a sul e nascente a afetar a Zona Verde Urbana. Área com características fortemente rurais, marca a transição urbano/rural, e integra a Zona Verde Monumental (delimitada na planta do Património, Cidade Extramuros), que constitui uma unidade global marcante, com elevado valor patrimonial e paisagístico incluindo um conjunto de imóveis classificados (Aquaduto da Água da Prata, Igreja da Cartuxa, Mosteiro de São Bento de Cástris).

Encontram-se atualmente implementadas as Hortas Urbanas do Monte de Santo António e Forte de Santo António nesta UOPG.

- **Dinâmica do plano:**

Com a alteração de 2011 a unidade foi redelimitada a nascente, acompanhando a delimitação de T23, diminuindo efetivamente a zona verde proposta para parque urbano. Foi considerada na proposta de PP dos Leões.

A UOPG C encontra-se descrita nos **artigos 91º a 94º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 92º do regulamento são definidos 3 objetivos para esta UOPG: a valorização do património arquitetónico e paisagístico local, estendendo o conceito de área histórica para o exterior das muralhas, a estruturação e globalização da cidade, estabelecendo uma continuidade urbana, e melhorar o nível de serviços da cidade, através da criação de uma zona verde de grande dimensão.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

Não existem ou não foram encontrados no âmbito do presente relatório.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG, ocupam 16,3ha, destacando-se o espaço **EE1** (11,01ha) e **E1** (3,03ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Estrutura Ecológica Urbana** (86,13%), seguindo-se os **Equipamentos** (13,87%).

Execução da UOPG C								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Secundária			Não executado				X	
EE1	11,01	67,55	Não executado	0	0	0	11,01	0
E1	3,03	18,59	Existente a reprogramar	0	3,03	0	0	0
E74	1,67	10,25	Não executado	0	0	0	1,67	0
E75	0,59	3,62	Existente	0,59	0	0	0	0
Total	16,3	100,00	Parcialmente executado	0,59	3,03	0	12,68	0
Total (%)	100	100,00		3,62	18,59	0,00	77,79	0,00

Quadro 63 - Grau de execução da UOPG C

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 0,59ha – **3,62%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 3,03ha – **18,59%**;
- Áreas executadas após 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas não executadas – 12,68ha – **77,79%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**.

De acordo com valores, verifica-se que a área não executada na UOPG é dominante, representando cerca de 78%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 15,71ha, estamos perante um valor de não execução de cerca de 96%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Estamos perante uma unidade que é claramente marcada pela área afeta a **Estrutura Ecológica Urbana** (EE1), não tendo sido executada.

- **Conclusão:**

A Estrutura Ecológica Urbana (EE1) não foi executada e o Forte de Santo António não está afeto à utilização pública.

Esta área constitui um espaço de importância relevante para a cidade e para a ligação da paisagem envolvente ao Centro Histórico e valorização do conjunto monumental. A delimitação do espaço T23, reduzindo a área de EE1, pode comprometer o objetivo do plano descrito anteriormente. Neste sentido, é desejável a articulação da intervenção nesta unidade com intervenções na envolvente à muralha (Porta de Aviz) e expansão dos Leões.

Grande parte do solo é propriedade municipal, possibilitando à Câmara Municipal de Évora um controlo efetivo e decisivo na sua execução.

D - ÁREA SUL/NASCENTE DE ENTRADA NA CIDADE

Esta unidade abrange a entrada de Beja e área envolvente, entre a Manutenção Militar e o Bairro Garcia de Resende, integrando o troço da circular intermédia. Corresponde a uma das principais entradas na cidade, um importante eixo de aproximação ao Centro Histórico de Évora, estabelecendo um limite entre a área urbana e rural.

- **Dinâmica do plano:**

Não foram efetuadas alterações em 2011.

A UOPG D encontra-se descrita nos **artigos 95º a 98º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 96º do regulamento são definidos 3 objetivos para esta UOPG: estabelecer o limite da Cidade a sul, constituir um conjunto urbanístico /arquitetónico de modernidade e valor patrimonial (H23) e melhorar a acessibilidade entre a Cidade Sul e Nascente.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

Não foi realizado instrumento urbanístico para o local, nem concurso de ideias para o Espaço H23, conforme o disposto no artigo 98º do regulamento do PUE.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG D, ocupam 17,9ha, destacando-se o espaço **H22** (8,84ha) e **H23** (8,54ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Habituação** (97,09%), seguindo-se a **Estrutura Ecológica Urbana** (2,91%).

Execução da UOPG D								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N2 (7 e 26)			Parcialmente executado				X	
EE6	0,52	2,91	Parcialmente executado	0	0	0,31	0,21	0
EE7 (Via Principal N1)			Não executado				X	
H22	8,84	49,39	Não executado	3,41	0	1,45	3,76	0,22
H23	8,54	47,71	Parcialmente executado	0,21	1,14	1,53	5,46	0,2
Total	17,9	100,00		3,62	1,14	3,29	9,43	0,42
Total (%)		100,00		20,22	6,37	18,38	52,68	2,35

Quadro 64 - Grau de execução da UOPG D

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 3,62ha – **20,22%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 1,14ha – **6,37%**;
- Áreas executadas após 2000 – 3,29ha – **18,38%**;
- Áreas não executadas – 9,43ha – **52,68%**;
- Áreas em execução – 0,42ha – **2,35%**.

De acordo com valores apurados, verifica-se que a área não executada na UOPG é expressiva, representando cerca de 52,68%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 14,28ha, o valor aumenta para cerca de 66%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Estamos perante uma unidade que é claramente marcada pela área afeta à expansão **habitacional** que se encontra parcialmente executada.

Importa ainda referir a execução parcial do troço da Via Principal de Nível 2, da Circular Intermédia.

Destaca-se ainda, em H23, a existência de área urbanizada não edificada.

A via existente (variante) não foi transformada em arruamento urbano a partir da sua entrada na cidade e os edifícios não estabelecem ligações formais e funcionais com a via, contrariando deste modo o disposto nas alíneas c) e d) do artigo 97º do regulamento.

- **Conclusão:**

Considera-se que a execução verificada nesta unidade contaria as orientações para a sua implementação, comprometendo a coerência urbanística e do desenho urbano desta importante entrada na cidade. Paralelamente, a articulação entre os setores Sul e Nascente da cidade, não foi concretizada.

Verifica-se que o grau de infraestruturação em H23 é superior ao grau de edificação.

E – EIXO POENTE DE ENTRADA NA CIDADE

Esta unidade abrange a entrada de Lisboa e área envolvente, numa faixa contígua à Av. Túlio Espanca que se alarga à medida que se aproxima do Centro Histórico de Évora, correspondendo a uma das principais entradas na cidade.

- **Dinâmica do plano:**

Com a alteração do PUE de 2011, foram efetuadas alterações na qualificação do solo, redelimitando-se o espaço H2 com afetação a T24, junto às portas do Raimundo, e a associação de T25 a Estrutura Ecológica Urbana (EE2/T25), na área adjacente à ribeira da Torregela, a poente do Bairro do Gancho.

A UOPG E encontra-se descrita nos **artigos 99º a 102º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 100º do regulamento é definido um único objetivo, passando este pela globalização e estruturação da cidade, reforçando a imagem urbana deste eixo.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O Plano de Pormenor da Zona de Receção Rodoviária (1989) (revogado) enquadrava sete unidades de projeto entre a Porta do Raimundo e a escola secundária. Previa a implantação do novo terminal rodoviário e de áreas comerciais associadas, como propostas para nova unidade hoteleira interligada, tratamento da Mata de S. Sebastião e da alameda da escola secundária.

O projeto de Arranjo da Av. Túlio Espanca, constitui um estudo de conjunto / esboço publicado como anexo ao PUE (2000). Este estudo definiu a implantação de diversos edifícios, que delimitam quarteirões e bandas edificadas adjacentes à referida avenida e como remate do bairro do Gancho e da Vila Lusitano.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG E, ocupam 25,23ha, destacando-se o espaço **EE6** (5,26ha) e **H2** (4,08ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Estrutura Ecológica Urbana** (47,17%), seguindo-se a **Habitação** (25,80%), o **Terciário** (19,78%), e por último os **Equipamentos** (7,25%).

Execução da UOPG E								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N1 (27)			Não executado				X	
EE2	1,9	7,53	Existente a reprogramar	0	1,9	0	0	0
EE2/T25	2	7,93	Não executado	0	0	0	2	0
EE5	2,74	10,86	Parcialmente executado / com pré existência	0,13	0	1,23	1,38	0
EE6	5,26	20,85	Parcialmente executado / com pré existência	0,76	0	3,91	0,59	0
EE7 (Via 27)			Não executado				X	
E51	1,83	7,25	Existente	1,83	0	0	0	0
T16	2,53	10,03	Existente a reprogramar	0	2,53	0	0	0
T24	2,46	9,75	Executado	0	0	2,46	0	0
H2	4,08	16,17	Parcialmente executado	0	0	1,2	2,71	0,17
H3	1,06	4,20	Executado	0	0	1,06	0	0
HC	1,37	5,43	Executado / com pré existência	0,84	0	0,53	0	0
Total	25,23	100,00		3,56	4,43	10,39	6,68	0,17

Total (%)		100,00		14,11	17,56	41,18	26,48	0,67
-----------	--	--------	--	-------	-------	-------	-------	------

Quadro 65 - Grau de execução da UOPG E

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 3,56ha – **14,11%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 4,43ha – **17,56%**;
- Áreas executadas após 2000 – 10,39ha – **41,18%**;
- Áreas não executadas – 6,68ha – **26,48%**;
- Áreas em execução – 0,17ha – **0,67%**.

De acordo com valores apurados, verifica-se que a área executada na UOPG é expressiva, representando cerca de 41,18%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 21,67ha, o valor aumenta para cerca de 48%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Destaca-se a execução da Estrutura Ecológica Urbana (EE6 e EE5) desde a entrada na cidade, na área contígua à Av. Túlio Espanca até à Ribeira da Torregela e do espaço Terciário (T24) com a construção do Hotel Vila Galé Évora.

Foram igualmente executadas áreas habitacionais, destacando-se o espaço H3, que corresponde ao condomínio da Quinta do Rosário, a área H2, junto ao Bairro do Gancho.

Permanecem por executar áreas de expansão habitacional, áreas afetas à Estrutura Ecológica Urbana e o troço da circular intermédia.

O espaço público apresenta-se parcialmente qualificado, sobretudo a norte do eixo, na sua transição para Malagueira.

- **Conclusão:**

A execução desta unidade foi parcial. O estudo de conjunto (esboço PUE 2000) foi pontualmente implementado – eixos viários, alinhamentos de edifícios, terminal rodoviário – e os novos projetos apresentados continuam a respeitar as suas orientações, incluindo as implantações propostas.

A unidade apresenta-se fragmentada, quer na sequência de espaços urbanos e na articulação com as suas margens e na descontinuidade do tratamento do espaço público. As margens do eixo apresentam-se incoerentes e subaproveitadas, não constituindo um contínuo urbano, sobretudo na sua banda sul e não se concretizando a articulação pretendida entre os setores poente e sul da cidade.

F – ÁREA DE EQUIPAMENTO DAS PISCINAS / QUINTA DA MALAGUEIRA

Esta unidade abrange as piscinas municipais, a Quinta da Malagueira e estende-se até à zona habitacional da Torralva/Vista Alegre, articulando diferentes bairros com carácter e morfologia diferenciada. Encontra-se numa área que constitui o limite urbano da Cidade de Évora, de transição para o espaço rural e para a Zona Verde Monumental, que se integra na colina do Alto de São Bento.

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011, aumenta a área das 2 parcelas que não se encontram afetadas às Piscinas Municipais, integrando a área da Zona Verde Urbana.

A UOPG F, encontra-se descrita nos **artigos 103º a 106º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 104º do regulamento são definidos 3 objetivos: completar um conjunto urbanístico/arquitetónico, dotar a Cidade de um pólo de equipamentos desportivos e de um bom nível de equipamentos escolares.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O Estudo de Conjunto (esboço) apresentado no PUE (1998) foi respeitado.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG F, ocupam 32,55ha, destacando-se o espaço **E62** (15,43ha) e **E59** (5,79ha).

A categoria de espaço mais representada é a de **Equipamentos** (77,51%), seguindo-se a **Estrutura Ecológica Urbana** (16,19%), e por último a **Habitacional** (6,30%).

Execução da UOPG F								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N2 (14)			Executado			X		
EE3	0,07	0,22	Existente	0,07	0	0	0	0
EE5	2,76	8,48	Parcialmente executado	0	0	0,33	2,43	0
EE6	2,44	7,50	Parcialmente executado	0	0	0,78	1,66	0
EE7 (Via 14)			Executado			X		
E59	5,79	17,79	Existente a reprogramar	0	5,79	0	0	0

E60	2,61	8,02	Executado	0	0	2,61	0	0
E61	1,4	4,30	Não executado	0	0	0	1,4	0
E62	15,43	47,40	Não executado / com pré existência	6,05	0	0	9,38	0
HC	2,05	6,30	Não executado / com pré existência	1,79	0	0	0,26	0
Total	32,55	100,00		7,91	5,79	3,72	15,13	0
Total (%)		100,00		24,30	17,79	11,43	46,48	0,00

Quadro 66 - Grau de execução da UOPG F

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 7,91ha – **24,30%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 5,79ha – **17,79%**;
- Áreas executadas após 2000 – 3,72ha – **11,43%**;
- Áreas não executadas – 15,13ha – **46,48%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**.

De acordo com valores apurados, verifica-se que a área não executada na UOPG é expressiva, representando cerca de 46,48%, representando a área executada 11,43%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 24,64ha, o valor aumenta para cerca de 15%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Verifica-se a não execução das duas parcelas E62 não afetas às Piscinas Municipais e a execução de E60, onde se localiza a Escola Básica Manuel Ferreira Patrício.

- **Conclusão:**

Os objetivos e orientações urbanísticas desta unidade (rede de equipamentos desportivos) encontram-se desarticulados com o uso programado para E62 (está em curso um projeto da Universidade de Évora para residência de estudantes).

Salienta-se a execução do equipamento Educativo no espaço em E60 e a requalificação efetuada nas Piscinas Municipais.

Verifica-se ainda a execução dos troços das Vias Principais de Nível 2 que estruturam toda a unidade.

G - PARQUE INDUSTRIAL/ALMEIRIM

Esta unidade integra o Parque Industrial e Tecnológico de Évora e área envolvente, até ao Bairro de Almeirim. Engloba área afeta à Zona Industrial de Almeirim Sul, Quinta de Alcântara, Bairro de Almeirim e Vilas do Alcaide, integrando e articulando várias funções (indústria, serviços, comércio, educação e investigação e habitação). Sendo atualmente o principal polo de emprego da cidade, constitui-se como uma centralidade, com capacidade para aumentar e diversificar a sua base económica e tecnológica.

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011, altera a configuração do espaço E38 e da Estrutura Ecológica Urbana.

A UOPG G, encontra-se descrita nos **artigos 107º a 110º** do regulamento do PUE, devendo observar-se também a normativa dos espaços que a compõem. De acordo com o artigo 108º do regulamento são definidos 4 objetivos - continuar a produção e oferta de solo urbanizado para instalação de indústrias e outras atividades económicas, construir uma área destinada ao Parque de Ciência e Tecnologia, contrariar a excessiva especialização funcional e valorizar o enquadramento urbanístico do Parque Industrial.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

Existência de plano de pormenor e 6 loteamentos municipais no parque industrial, com elevado grau de execução.

- **Execução do PUE:**

As zonas definidas na UOPG F, ocupam 109,16ha, destacando-se os espaços **I/C** (38,08ha), **I/E** (15,46ha) e **EE6** (13,54ha).

A categoria de espaço mais representada é a **Indústria** (55,59%), seguindo-se a **Estrutura Ecológica Urbana** (21,23%), os **Equipamentos** (15,30%), o **Terciário** (4,87%) e por último, a **Habitação** (3,01%).

Execução da UOPG G								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N1 (32)			Não executado				X	
Via Principal N1 (13)			Executado			X		
Via Secundária (8)			Não executado				X	
Via Secundária (10, 11 e 12)			Executado			X		

Via Secundária (33)			Não executado				X	
EE5	9,63	8,82	Não executado	0	0	0	9,63	0
EE6	11,44	10,48	Parcialmente executado	0	0	5,96	5,48	0
EE6/E35	2,1	1,92	Executado	0	0	2,1	0	0
EE7 (Via 11)			Não executado				X	
EE7 (Via 12)			Executado			X		
E38	8,4	7,70	Parcialmente executado	0	0	1,29	7,11	0
E39	8,3	7,60	Parcialmente executado / com pré existência	2,64	0	3,46	2,2	0
T10	1,19	1,09	Parcialmente executado	0	0	0,96	0,23	0
T11	1,44	1,32	Não executado		0	1,44	0	0
T12	2,02	1,85	Parcialmente executado	0	0	1,57	0,45	0
T21	0,67	0,61	Existente a reprogramar	0	0,67	0	0	0
I/C	38,08	34,88	Parcialmente executado	22,03	0	13,66	2,17	0,22
I/E	15,46	14,16	Parcialmente executado	0	0	13,29	1,88	0,29
IA/E	7,14	6,54	Executado	0	0	7,14	0	0
H1	2,38	2,18	Parcialmente executado	0	0	2,15	0,23	0
HC	0,91	0,83	Existente	0,91	0	0	0	0
Total	109,16	100,00		25,58	0,67	53,02	29,38	0,51
Total (%)		100,00		23,43	0,61	48,57	26,91	0,47

Quadro 67 - Grau de execução da UOPG G

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 25,58ha – **23,43%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0,67ha – **0,61%**;
- Áreas executadas após 2000 – 53,02ha – **48,57%**;
- Áreas não executadas – 29,38ha – **26,91%**;
- Áreas em execução – 0,51ha – **0,47%**.

De acordo com valores apurados, verifica-se que a área executada na UOPG é expressiva, representando cerca de 48,57%. Se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 83,58ha, o valor aumenta para cerca de 63%.

- **Situações mais relevantes na execução:**

Esta unidade apresenta um elevado grau de concretização, destacando-se a execução da expansão do PITE e concretização da 1ª fase do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, atualmente designado de Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia.

Foram executados vários eixos viários estruturantes, encontrando-se em fase de concurso a execução da Via Principal de Nível 1 de ligação do PITE à rotunda na Rua Antiga Estrada de Almeirim.

Destaca-se por outro lado a não execução de EE5, na área de transição entre o PITE e o Bairro de Almeirim/Vilas do Alcaide, faltando ainda consolidar o espaço E38, para o qual se prevê que tenha um crescimento no curto prazo (cedidos 2 lotes em maio de 2020 à empresa Decsis para investimento na área das tecnologias de informação).

- **Conclusão:**

Os objetivos definidos para a UOPG foram globalmente concretizados. A monofuncionalidade desta área foi contrariada com a instalação de serviços e comércio, incluindo a instalação de grandes superfícies comerciais e serviços da administração pública (CME, IMT) e de ensino (U.E.).

A qualificação urbanística foi promovida, mas observa-se a ausência de espaços públicos tratados e de uma rede de percursos pedonais contínuos e confortáveis. A articulação desta unidade com a restante área urbana é deficiente, designadamente ao nível dos eixos viários.

A execução do PITE esgotou a área afeta à Indústria/armazéns.

H – PARQUE URBANO JUNTO ÀS PORTAS DO RAIMUNDO

Esta unidade abrange a área junto às Portas do Raimundo, numa área adjacente à EN380 até à Av. Sanches de Miranda, integrando um conjunto de quintas. Encontra-se classificada como Estrutura Ecológica Urbana (EE1).

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011, introduz esta UOPG no plano.

A UOPG H, encontra-se descrita nos **artigos 110-Aº a 110-Bº** do regulamento do PUE, devendo observar-se a normativa do espaço que a compõem.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O projeto para o parque urbano foi elaborado na sequência de um concurso público (Arq. Caldeira Cabral), permanecendo os terrenos em posse de particulares e não estando a sua execução prevista em plano de atividades municipal.

- **Execução do PUE:**

Esta unidade, ocupa 9,43ha, estando totalmente afeta a **Estrutura Ecológica Urbana (EE1- Parque Urbano)**.

Execução da UOPG H								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
EE1	9,43	100,00	Não executado / com pré existência	0,83	0	0	8,6	0
Total	9,43	100,00		0,83	0	0	8,6	0
Total (%)		100,00		8,80	0,00	0,00	91,20	0,00

Quadro 68 - Grau de execução da UOPG H

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 0,83ha – **8,8%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0ha – **0%**;
- Áreas executadas após 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas não executadas – 8,6ha – **91,20%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**

- **Conclusão:**

A UOPG não se encontra executada, existindo apenas o estacionamento na sua frente sul.

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO DEFINIDAS NO ÂMBITO DO PDM

A alteração do PUE em 2011 integrou as 4 UOPG definidas no PDME de 2008, configurando um aumento do perímetro urbano face ao PUE de 2000. Estas UOPG encontram-se referenciadas no artigo **110º-C** do regulamento do PUE em vigor e são sujeitas a elaboração de PMOT, remetendo-se a descrição dos termos de referência para os artigos **43º a 47º** do regulamento do PDME.

I – UOPG 1 DO PDME: FRENTE URBANA ADJACENTE À EXPO ÉVORA

De acordo com o relatório da alteração do PUE, esta unidade encontra-se descrita como uma faixa a ocupar com funções habitacionais com integração das periferias dos núcleos urbanos antigos de Sta. Luzia e Cotovelos, permitindo ainda articular a EXPO Évora (Parque de Exposições e Atividades Económicas Regionais - zona de equipamento definido no PDME) com a cidade.

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011 introduz esta UOPG no plano e encontra-se descrita no **artigo 44º** do PDME.

Segundo o articulado, esta unidade esta sujeita a elaboração de Plano de Urbanização, com um índice de utilização do solo de 0,35, sendo admitidos usos de habitação, comércio, serviços, turismo e a instalação de equipamentos socioculturais, e desportivos, devendo o plano contemplar medidas adequadas a garantir a estabilidade e qualidade do Aquífero de Évora.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O Plano de Urbanização previsto não foi elaborado.

- **Execução do PUE:**

Esta unidade, ocupa 38,48ha, e integra a **Estrutura Ecológica Urbana (34,77%)**.

Execução da UOPG I								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
EE5	10,54	27,39	Não executado	0	0	0	10,54	0
EE6/E16	2,84	7,38	Não executado	0	0	0	2,84	0
A definir em PU	25,1	65,23	Não executado	0	0	0	25,1	0
Total	38,48	100		0	0	0	38,48	0
Total (%)		100		0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Quadro 69 - Grau de execução da UOPG I

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0ha – **0%**;
- Áreas executadas após 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas não executadas – 38,48ha – **100%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**

- **Conclusão:**

A UOPG não se encontra executada.

J-UOPG 2 DO PDME: ÁREA DESPORTIVA E RESIDENCIAL DA QUINTA DO ALCAIDE

Esta Unidade segundo o relatório do PUE 2011, pretende integrar o equipamento desportivo previsto em E67, consolidar o sector Norte do Bairro de Almeirim e enquadrar a via proposta de ligação ao MARÉ ao PITE e ao IC33, conforme modelo de ordenamento do PDME.

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011 introduz esta UOPG no plano e encontra-se descrita no **artigo 45º** do PDME.

De acordo com este, a UOPG está sujeita a elaboração de Plano de Urbanização, com um índice de utilização do solo de 0,35, sendo admitidos usos para equipamentos (desporto e lazer), habitação, comércio, serviços e turismo.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O Plano de Urbanização previsto não foi elaborado.

- **Execução do PUE:**

Esta unidade ocupa 23ha, e integra a **Estrutura Ecológica Urbana (12,70%)**.

Execução da UOPG J								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
EE6	2,92	12,70	Não executado	0	0	0	2,92	0
A definir em PU	20,08	87,30	Não executado	0	0	0	20,08	0
Total	23	100		0	0	0	23	0
Total (%)		100		0	0	0	100	0

Quadro 70 - Grau de execução da UOPG J

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0ha – **0%**;
- Áreas executadas após 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas não executadas – 23ha – **100%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**

- **Conclusão:**

A UOPG não se encontra executada.

K - UOPG 3 DO PDME: PARQUE INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO DE ÉVORA

Esta unidade constitui um novo espaço para acolhimento e instalação de atividades económicas na cidade.

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011, introduz esta UOPG no plano e encontra-se descrita no **artigo 46º** do PDME.

A UOPG está sujeita a elaboração de Plano de Urbanização, visando a ampliação do PITE, com um índice de utilização do solo de 0,45, sendo admitidos usos de comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

O Plano de Urbanização previsto não foi elaborado.

- **Execução do PUE:**

Esta unidade, ocupa 94ha, e integra a **Estrutura Ecológica Urbana (19%)**.

Execução da UOPG K								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Principal N1			Não executado				X	
EE5	12,09	12,86	Não executado	0	0	0	12,09	0
EE6	5,76	6,13	Parcialmente executado	0	0	0,51	5,25	0
A definir em PU	76,15	81,01	Não executado	0	0	0	76,15	0
Total	94	100		0	0	0,51	93,49	0

Total (%)		100		0,00	0,00	0,54	99,46	0,00
-----------	--	-----	--	------	------	------	-------	------

Quadro 71 - Grau de execução da UOPG K

- Áreas existentes em 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0ha – **0%**;
- Áreas executadas após 2000 – 0,51ha – **0,54%**;
- Áreas não executadas – 93,49ha – **99,46%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**

- **Conclusão:**

A UOPG não se encontra executada, mas foram desenvolvidas diligências para a sua concretização.

Nota: O município adquiriu 10ha de terreno em 2019, estando em negociação a aquisição de mais 16ha, prevendo-se desta forma que o município encete esforços para a elaboração do instrumento previsto.

L - UOPG 4 DO PDME: ÁREA RESIDENCIAL DA TURGELA

Esta unidade é destinada essencialmente ao uso habitacional de promoção cooperativa, localizando-se entre o Bairro da Casinha e o PITE. Corresponde ao Plano de Pormenor da Área Residencial da Turgela (DR, 2.ªSérie – N.º 113 – 12 de junho de 2012).

- **Dinâmica do plano:**

A alteração do PUE em 2011, introduz esta UOPG no plano e encontra-se descrita no **artigo 47º** do PDME.

A UOPG está sujeita a elaboração de Plano de Pormenor, devendo assegurar a articulação com o espaço urbano adjacente, com um índice de utilização do solo de 0,50, sendo admitidos usos de habitação e complementares de comércio e para equipamentos, e os espaços adjacentes à Ribeira da Torregela objeto de requalificação.

- **Planeamento e estudos de ocupação:**

Foi elaborado e publicado o Plano de Pormenor da Área Residencial da Turgela (DR, 2.ªSérie – N.º 113 – 12 de junho de 2012), não tendo sido executado.

- **Execução do PUE:**

Esta unidade ocupa 37ha, e integra a **Estrutura Ecológica Urbana** (45,62%).

Execução da UOPG L								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
Via Secundária (35)			Não executado				X	
EE5	12,46	33,68	Parcialmente executado	0	0	0,59	11,87	0
EE6	4,42	11,95	Parcialmente executado	0	0	0,44	3,98	0
A definir em PP	20,12	54,38	Não executado	0	0	0	20,12	0
Total	37	100		0	0	1,03	35,97	0
Total (%)		100		0,00	0,00	2,78	97,22	0,00

Quadro 72 - Grau de execução da UOPG L

- Áreas existentes em 2000 – 0ha – **0%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 0ha – **0%**;
- Áreas executadas após 2000 – 1,03ha – **2,78%**;
- Áreas não executadas – 35,97ha – **97,22%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**

- **Conclusão:**

A UOPG não se encontra executada.

Conclusões gerais:

A generalidade das UOPG's que já constavam no PUE 2000 (UOPG A – H), tiveram execução parcial, destacando-se pela positiva, a UOPG E - Eixo Poente de Entrada na Cidade e a UOPG G - Parque Industrial/Almeirim, e pela negativa, a UOPG B - Área de Expansão dos Leões, por constituir a principal área de expansão da cidade. A UOPG I, criada no PUE de 2011 e as UOPG's J – L, definidas no PDME de 2008 e aqui integradas, não registaram qualquer desenvolvimento.

Quadro de execução Geral					
	Muito fraca ou inexistente (<=10%)	Fraca (10 - 40%)	Moderada (40 - 60%)	Elevada (60 - 80%)	Muito elevada ou executada (>80%)
UOPG A		X			
UOPG B	X				
UOPG C	X				
UOPG D		X			
UOPG E			X		

UOPG F		X			
UOPG G				X	
UOPG H	X				
UOPG I	X				
UOPG J	X				
UOPG K	X				
UOPG L	X				

Quadro 73 - Grau de execução das UOPG's (área disponível após 2000 x área executada após 2000)

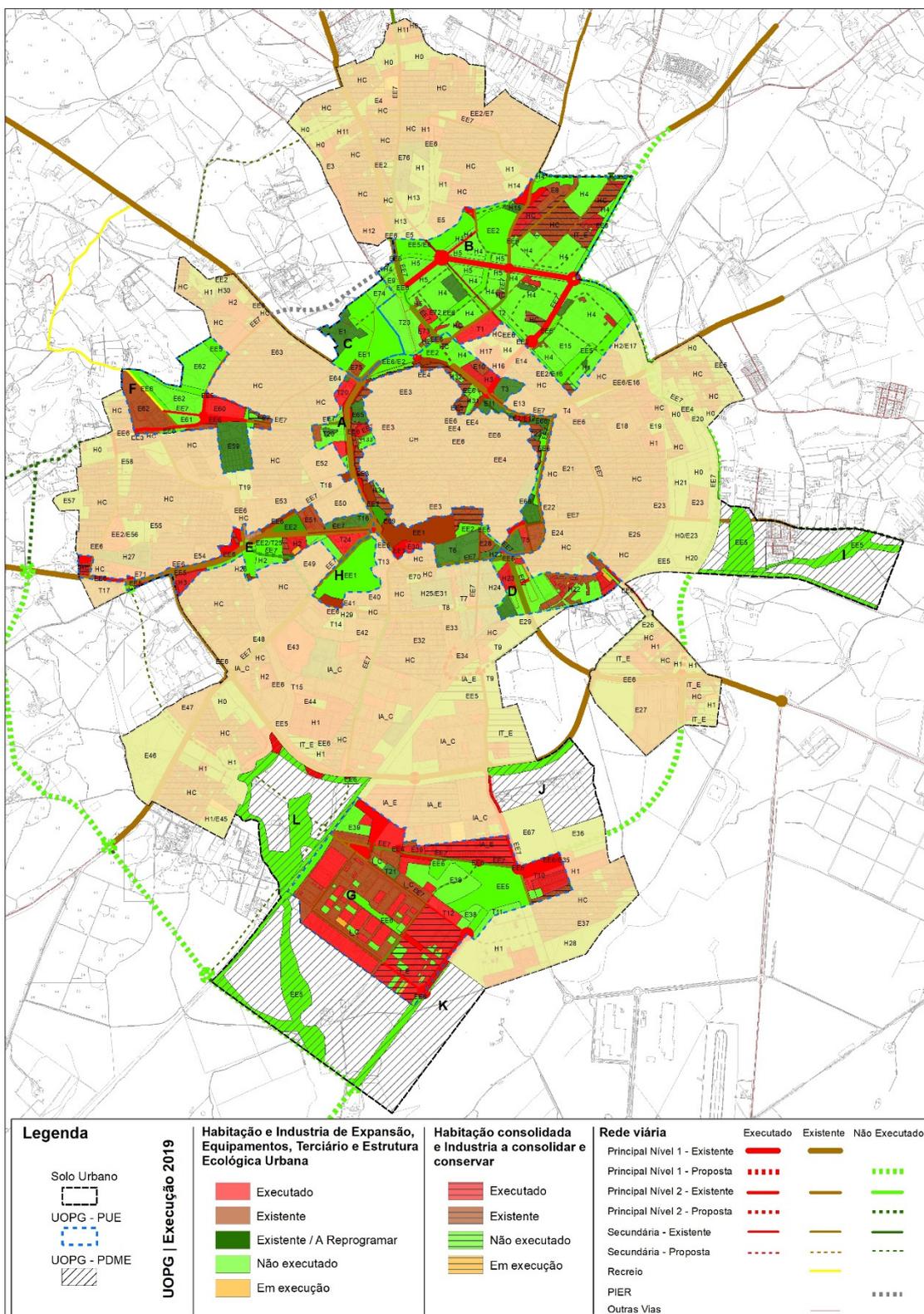


Figura 41 - Nível de execução das UOPG's

O baixo grau de execução das UOPG's (23,5% se consideramos as UOPG A – H e 15,69% se consideramos a totalidade), decorrerá da dificuldade de mobilização dos proprietários e de outros agentes, tendo em conta a desejável concentração de investimentos e de grandes iniciativas municipais nestas áreas (equipamentos e novas expansões urbanas).

A execução de infraestruturas gerais não se revela suficiente para alavancar as UOPG's.

As alterações introduzidas em 2011 não terão tido impacto no grau de execução destas unidades.

A relevância das UOPG na execução do PUE é demonstrada pela relação destas com os objetivos gerais e secundários elencados do plano. As UOPG's delimitadas mantêm na sua generalidade pertinência, apresentando uma “tipologia” diversificada e respondendo a diversos desafios urbanísticos - eixos prioritários de ocupação / eixos estruturantes / entradas ou “portas da cidade” (UOPG A, D e E), consolidação e colmatação urbana (UOPG D e F), expansão urbana (UOPG B, D, G I, K e L), intervenção prioritária para consolidação urbana (UOPG A, C), construção de espaços verdes e equipamentos (UOPG C, F e H), expansão/promoção de atividades económicas (UOPG K).

Algumas unidades pela dimensão e complexidade poderão ser reorganizadas ou divididas, em subunidades ou unidades de execução. A morosidade de execução da UOPG dos Leões aconselha a definição de subunidade na proximidade da muralha.

Nas UOPG's definidas no âmbito do PDME, apenas a UOPG L - Área Residencial da Turgela, foi alvo de instrumento urbanístico próprio (Plano de Pormenor, não executado). Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do DR 15/2015, a sua não concretização poderá determinar a caducidade da classificação do solo urbano.

Tendo em conta as regras de classificação do solo urbano definidos no RJIGT na sua atual redação, o grau de execução global do PUE e a existência de espaços não ocupados, de entre estas UOPG's, apenas para a UOPG K - Parque Industrial e Tecnológico de Évora, parece demonstrada a sua imprescindibilidade.

Foram realizados alguns instrumentos urbanísticos para estas áreas, tendo em conta o n.º 2 do artigo 78.º do regulamento, nem sempre de forma sistemática, não tendo sido elaborados para todas as UOPG's.

6.2. CIDADE INTRAMUROS

O Centro Histórico, conjunto classificado como Património Cultural da Humanidade, constitui o “coração” da cidade, o elemento gerador fundamental da estrutura urbana, delimitado pela cerca medieval e pelos baluartes do século XVII.

Os objetivos do PUE:

O relatório da revisão do PUE de 2000 refere como objetivos explícitos a promoção de um salto qualitativo no processo de preservação/recuperação do Centro Histórico, colocando-se a tónica na necessidade de revitalizar e valorizar. Preconizava-se uma “intervenção revitalizadora de toda a área

envolvente da muralha, no interior e no exterior, procurando atenuar a atual descontinuidade urbanística e vivencial, acentuar a imagem e funções urbanas dessa envolvente (...), tornando-a mais acessível e permeável”.

Foi definida para a cidade intramuros normativa específica, que procura ir ao encontro dos condicionalismos específicos aí existentes, numa atitude que preconizava a preservação do património, assim como a necessidade de revitalização do tecido urbano numa perspetiva de médio-longo prazo. O regulamento procurou contrariar as tendências negativas observadas – esvaziamento da função habitacional, existência de muitos fogos sem condições mínimas de habitabilidade, carência de estacionamento para residentes – e abrir pistas para a resolução dos problemas. A aplicação destas regras pressupunha uma gestão urbanística bastante pormenorizada e ativa.

O planeamento da cidade intramuros enquadra-se nos seguintes objetivos:

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
1. Globalizar e estruturar a cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial existente entre o interior e o exterior da muralha.
2. Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência, a longo prazo, das funções habitacionais. • Integrar a muralha na vivência da Cidade, tornando-a acessível e permeável; estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha, prolongando-o pela zona do Aqueduto/Forte de S.to António (complementa o ponto 1.1.) • Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade e valor patrimonial da Cidade (complementa o ponto 3.1.).
3. Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar as diferentes zonas da Cidade de um bom nível de equipamentos coletivos, que favoreçam o convívio, a permanência das pessoas e atividades e o espírito de vizinhança (articula-se com o ponto 1.3.). • Criar condições para uma circulação fácil, apostando nos transportes coletivos para o acesso ao Centro.

Quadro 74 - Objetivos do plano que enquadram a Cidade Intramuros

Dinâmica do plano:

A alteração do PUE em 2011 incidiu pontualmente sobre as normas relativas à cidade intramuros, nomeadamente na introdução do Artigo 69º-A (“Obras de demolição”) e no respeitante à Estrutura Ecológica Urbana. Ao nível do zonamento foi redelimitada a EEU, com algumas alterações

(relativamente à Estrutura Verde Urbana anteriormente definida) sobretudo junto à Cerca de S. Domingos e nas Alcaçarias e junto ao Colégio do Espírito Santo (com redelimitação de E11).

A normativa relativa à cidade intramuros está identificada nos artigos 59º a 76º do regulamento do PUE 2011, e contempla o seguinte:

- Área contígua à muralha (artigos 59º a 61º);
- Usos (artigos 62º a 65º);
- Realização de obras (artigos 66º a 72º);
- Acabamentos exteriores (artigos 73º a 76º).

O plano delimita uma “**área contígua à muralha**” (artigos 59º, 60º e 61º), onde se localizam espaços abertos intramuros, antigos espaços de produção agrícola, e onde se devem implantar diversos usos, como equipamentos, habitação de expansão, terciário e zonas verdes (EEU) e onde se incluem alguns espaços de reconversão, encontrando-se integrada em unidade operativa de planeamento e gestão. A UOPG A - Área Envolvente da Muralha (artigos 83.º a 86.º) tem como objetivo promover a integração entre a cidade intramuros e extramuros.

Relativamente aos **usos**, deverá a cidade intramuros manter a plurifuncionalidade – habitação, terciário e equipamento. Pretende-se manter os dois equipamentos de ensino básico existentes e restringe-se a possibilidade de se alterar o uso habitacional para outros usos, condicionando-se efetivamente a implantação do uso de comércio e serviços. É interdita a instalação de comércio grossista e indústria incompatível com a habitação. Os grandes edifícios poderão ter utilização terciária ou habitacional.

Segundo a normativa, as intervenções e **realização de obras** deverão procurar compatibilizar uma atitude de salvaguarda e valorização do património com o objetivo de dotar os edifícios de boas condições de habitabilidade. Nas obras de alteração ou ampliação deverão ser mantidos os alinhamentos e a volumetrias dos imóveis. Nos edifícios não classificados deverão ser respeitados os volumes pré-existentes e preservados os elementos estruturais e decorativos de valor. As normas relativas aos acabamentos exteriores promovem a manutenção de uma certa imagem tradicional da cidade. As obras de demolição e reconstrução são muito restringidas e as obras novas são apenas permitidas nos locais expressamente definidos para o efeito.

Ao nível do **zonamento**, grande parte da cidade intramuros está identificada como área consolidada CH, encontrando-se ainda identificados os seguintes espaços:

Ao nível da Estrutura Ecológica Urbana,

- EE6 - Porta de Machede / Av. S. João de Deus;
- EE6 - Portas da Lagoa / Raimundo;
- EE1 - Jardim Público e Mata;
- EE2 - Jardim da Palmeira;
- EE2/E12 - Campo de jogos da U.E.;
- EE2 e EE6 - Horta das Laranjeiras;
- EE6 - Porta de Aviz/ Rampa Seminário;

- EE6/E2 - Portas de Aviz / Extramuros;
- EE6 Intramuros.

Áreas edificáveis na área contigua à muralha,

- Espaço E65 - Unidade urbana a manter como memória a ser objeto de recuperação, admitindo -se a sua reconversão para usos mistos de equipamento e outras funções (...);
- Espaço E66 - Área destinada a equipamento e zona verde que motive afluência pública. Poderá integrar Escola da Pedra e ou equipamento complementar da Universidade;
- Espaço E68 - Atual Hospital Distrital (...) – realocização do hospital implicará um novo uso para este espaço, embora o edifício principal não esteja incluído na UOPG A;
- Espaço E69 - Equipamento de apoio a Jardim;
- Espaço T22 - Área a afetar a funções terciárias ou equipamento, com articulações pedonais com a zona verde proposta, exterior à muralha, e com o largo de Machede Velho – ocupado por “Centro da Pedra” do antigo Centro Cultural de Évora;
- H31 - Conjunto a edificar, enquadrando a cerca medieval, espaço público a criar e Elemento Pontual de Valor Patrimonial (artigo 18º), com Uso predominante habitacional e/ou hoteleiro;
- H32 - Banda a edificar fronteira à muralha e a espaço público a criar (uso e número de pisos conforme H1, não devendo ser ultrapassado o coroamento da muralha);
- H33 - Conjunto a edificar, incluindo expansão do Teatro Garcia de Resende (regras urbanísticas conforme H3);
- Espaço H34 - Conjunto a edificar articulando o tecido urbano antigo e o hotel em construção (regras urbanísticas conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 54.º para H2, com o máximo de dois pisos).

Execução do PUE:

As zonas definidas na Cidade intramuros, ocupam 98,8ha, destacando-se os espaços **CH** (82,1ha), **EE1** (3,95ha) e **E68** (3,23ha).

A área identificada como **CH** é a mais representativa e dominante (83,10%), seguindo-se a categoria de espaço **Estrutura Ecológica Urbana** (8,71%), seguindo-se os **Equipamentos** (5,19%), depois a **Habitação** (2,64%) e por último, o **Terciário** (0,35%).

Execução da Cidade intramuros								
	Área (ha)	Área (%)	Execução	Existente (ha)	Existente a Reprogramar (ha)	Executado (ha)	Não executado (ha)	Em execução (ha)
EE1	3,95	4,00	Existente	3,95	0	0	0	0
EE2	0,7	0,71	Existente	0,7	0	0	0	0
EE3	1,39	1,41	Executado	0,41	0	0,98	0	0
EE4	1,45	1,47	Executado	1,2	0	0,25	0	0
EE6	1,12	1,13	Parcialmente executado	0,52	0	0,23	0,37	0
EE7			Não executado					
E65	1,13	1,14	Existente a reprogramar	0	1,13	0	0	0
E66	0,69	0,70	Existente a reprogramar	0	0,69	0	0	0
E68	3,23	3,27	Existente a reprogramar	0	3,23	0	0	0
E69	0,08	0,08	Existente	0,08	0	0	0	0
T22	0,35	0,35	Existente a reprogramar	0	0,35	0	0	0
H31	0,71	0,72	Não executado	0	0	0	0,71	0
H32	0,26	0,26	Não executado	0	0	0	0,26	0
H33	1,36	1,38	Parcialmente executado	0,09	0	0,51	0,76	0
H34	0,28	0,28	Não executado	0	0	0	0,28	0
CH	82,1	83,10	Existente	81,78	0	0,32	0	0
Total	98,8	100	Parcialmente executado	88,73	5,4	2,29	2,38	0
Total (%)	100	100		89,81	5,47	2,32	2,41	0

Quadro 75 - Grau de execução da cidade intramuros

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 88,73ha – **89,81%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 5,4ha – **5,47%**;
- Áreas executadas após 2000 – 2,29ha – **2,32%**;
- Áreas não executadas – 2,38ha – **2,41%**;
- Áreas em execução – 0ha – **0%**.

De acordo com valores indicados, verifica-se que a área existente (consolidada) é dominante, representando cerca de 89,81%. No entanto se considerarmos que a área disponível para execução após 2000 era de 10,07ha, a área executada representa cerca de 23%, e a área não executada a 77%.

As áreas edificáveis, integradas na Área Contígua à Muralha, apresentam um baixo grau de execução (cerca de 6%), com exceção da execução de **E69** (Equipamento de apoio a Jardim Público) e execução parcial de **H33** no condomínio da Cerca de São Domingos.

Na Estrutura Ecológica Urbana, destaca-se a requalificação dos espaços **EE3** na Praça 1º de Maio e Praça Joaquim António de Aguiar, **EE4** no Jardim do Paraíso, e espaços **EE6** no Largo do Conde de Vilaflor e Cerca de São Domingos.

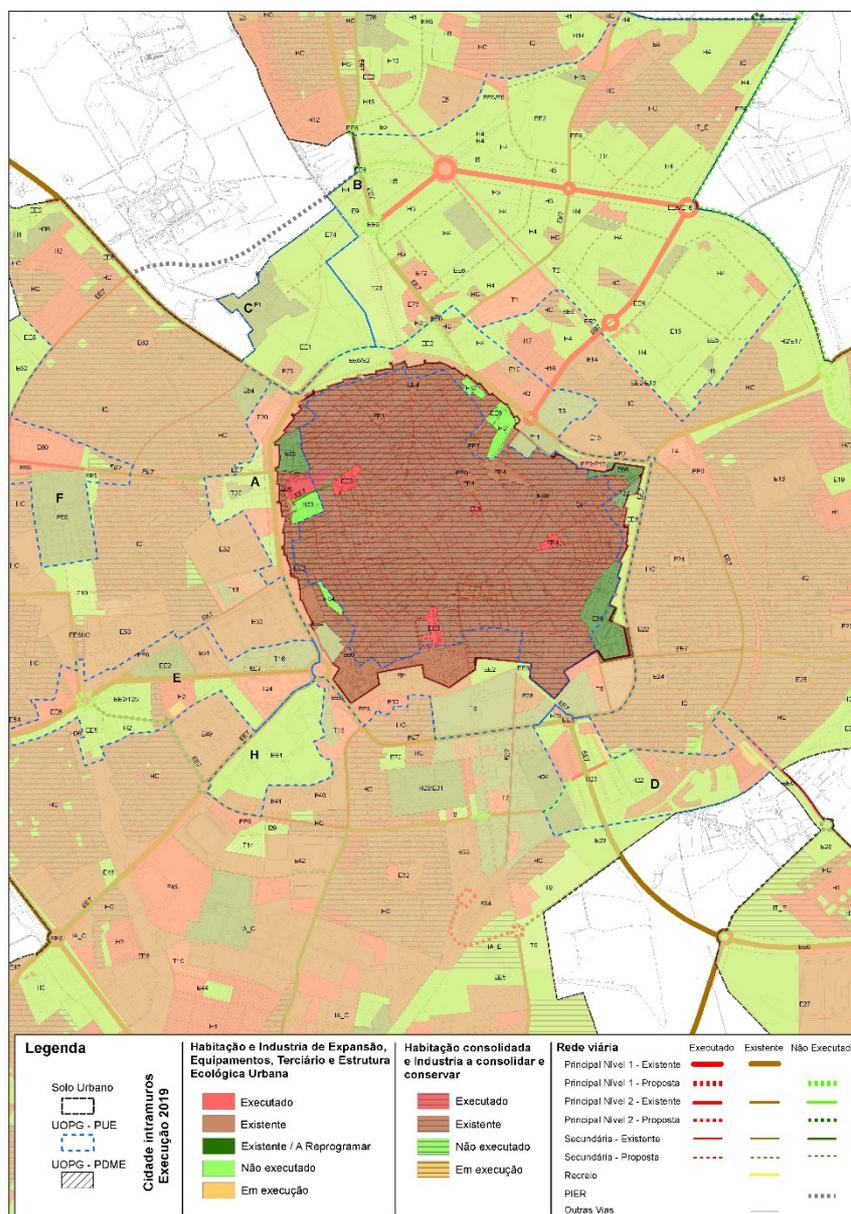


Figura 42 - Nível de execução da Cidade Intramuros

Conclusão:

Sendo uma zona consolidada, o zonamento definido no plano restringe-se à “Área Envolvente à Muralha”. A normativa específica tem sido aplicada na gestão urbanística da cidade intramuros, de acordo com os condicionantes em vigor e tem enquadrado um processo de conservação e reabilitação do edificado e de revitalização funcional.

O grau de execução da “Área Contigua à Muralha”, integrada na UOPG-A - Área Envolvente à Muralha, é fraca. Destaca-se a não execução de zonas de equipamento e de zonas de expansão habitacional, persistindo alguns espaços devolutos/desqualificados intramuros.

6.3. PROPOSTAS DO PLANO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

6.3.1. Política e propostas setoriais

Este capítulo pretende avaliar com recurso à análise ao relatório do PUE de 2000 a concretização das propostas aí vertidas.

Política de Solos

O diagnóstico efetuado apontava para a diminuição da oferta de lotes para habitação em resultado do fraco dinamismo do sector privado e de um esgotamento do stock de solo municipal para o efeito.

No que diz respeito aos lotes para indústria a execução do Parque industrial permitia uma boa oferta, esperando-se pela sua ocupação para avaliar a necessidade de expansão.

Partindo desta análise, foram definidos os seguintes objetivos no relatório:

- *a orientação do crescimento, induzindo localizações e características das urbanizações, por forma a globalizar e estruturar a Cidade;*
- *o funcionamento regular do mercado, procurando contrariar estrangulamentos conjunturais e a crescente valorização fundiária;*
- *o tratamento equitativo das várias propriedades inseridas no perímetro urbano;*
- *o apoio à construção de habitação a custos controlados;*
- *a dinamização das atividades produzidas, facilitando a sua instalação.*

Para o cumprimento destes objetivos, foram definidas três linhas de orientação da política de solos (artigo 116º do regulamento):

- *a constituição e manutenção na posse da Câmara de uma bolsa de terrenos e de uma bolsa de direito abstrato de construir, que lhe permita as referidas ações supletiva e de apoio à habitação a custos controlados e o processo de permuta/perequação entre as diversas propriedades.*
- *a dinamização das iniciativas urbanísticas e de construção do sector privado e cooperativo, orientando-a para as áreas de intervenção prioritária, que deverão ir sendo definidas ao longo do tempo.*
- *a adoção de mecanismos tendentes à efetiva construção dos terrenos destinados a esse fim, que estejam infraestruturados e não construídos.*

A primeira linha da política de solos foi particularizada no relatório do PUE 2000 fazendo-se referência ao artigo 117º do regulamento onde se previa a constituição inicial de bolsa de terrenos, através da

aquisição pelo município de faixas marginais das vias principais integradas na UOPG B - Área de Expansão dos Leões. No que respeita à oferta de lotes industriais, indica-se que o município deve adquirir os terrenos e promover a expansão do PITE, após boa execução do núcleo inicial.

A segunda linha da política de solos apontava para a dinamização e orientação das iniciativas urbanísticas do sector privado e cooperativo, para a UOPG A - Área Envolvente da Muralha, UOPG D - Área Sul/Nascente de entrada na Cidade e UOPG E - Eixo Poente de entrada na Cidade. Este processo deveria decorrer de forma progressiva tendo a Câmara um papel de dinamização e orientação conforme previsto no artigo 118º do regulamento do PUE 2000 (artigo 117º do PUE 2011).

A terceira linha da política de solos corresponde à orientação para construção dos terrenos infraestruturados e expectantes.

- **Avaliação**

Em relação à primeira linha de política de solos, a referência no relatório do PUE de 2000 ao artigo 117º (constituição Inicial de Bolsa de Terrenos Municipal) não tem correspondência com a redação do mesmo artigo no regulamento aprovado e publicado no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 74, de 28 de Março de 2000.

Esta omissão traduz-se numa incoerência entre a proposta descrita no relatório e o regulamento não ficando expressa a estratégia de intervenção direta da Câmara na dinamização habitacional a levar a cabo na UOPG B - Área de Expansão dos Leões.

Para além disso, a alteração do PUE em 2011 ao efetuar a transposição parcial de proposta de plano de pormenor na UOPG B, originou uma alteração da programação definida em 2000, bem como os pressupostos de execução desta unidade.

No que diz respeito à dinamização dos lotes industriais, verifica-se o cumprimento da proposta. A expansão do PITE foi concretizada, encontrando-se atualmente esgotada a sua capacidade.

No que diz respeito à segunda linha da política de solos proposta, a avaliação do grau de execução da UOPG A - Área Envolvente da Muralha, UOPG D - Área Sul/Nascente de entrada na Cidade e UOPG E - Eixo poente de entrada na Cidade, aponta para uma fraca a moderada concretização, em resultado de uma pontual execução da UOPG A, permanecendo ainda muitos espaços por requalificar e da UOPG D, onde a área urbanizada é superior à área edificada.

A avaliação da terceira linha da política de solos, incide na permanência de espaços infraestruturados que não são efetivamente construídos ou espaços expectantes. Esta linha de atuação, direcionada para as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, não foi concretizada pela inexistência de práticas de planeamento articuladas com uma gestão urbanística pró-ativa que mobilize e oriente a iniciativa privada.

Alojamento

De acordo com a análise apresentada não existia à época em Évora carência quantitativa de habitação, mas existiam cerca de 1500 fogos (10%) do total habitados por família residentes e com deficientes condições de habitabilidade. A partir desta análise e das estimativas realizadas, seria necessário, até 2005, para plena satisfação da população:

- construir 3000 novos fogos (300/ano), dos quais cerca de 70% se destinam ao aumento previsível do das famílias residentes;
- para recuperar e/ou reconstruir cerca de 3000 novos fogos (300/ano), metade dos quais corresponde às carências qualitativas hoje existentes e a outra metade ao previsível envelhecimento do parque habitacional.

O essencial dessa construção deveria ser de iniciativa do setor particular e cooperativo, mas o Município deveria ter alguma iniciativa neste domínio, numa abordagem orientadora, exemplificativa e supletiva. A política de habitação a adotar pelo Município deveria visar:

- o funcionamento normal do mercado de oferta de lotes para habitação;
- o incentivo à conservação, recuperação e efetiva utilização do parque habitacional.
- a dinamização da construção a custos controlado;
- a procura de soluções para famílias de baixos recursos.

Em conformidade com estes objetivos sugeria-se que a política municipal de habitação se desenvolva de acordo com os seguintes programas:

A - Oferta Municipal de Solo de Urbanizável e Urbanizado

A1 - Para apoio de habitação a custos controlados – venda de solo urbanizável ou urbanizado a preços compatíveis, a Cooperativas de Habitação e ao setor privado, para Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH);

A2 - Para normalização do mercado.

- **Avaliação**

Verifica-se que o setor cooperativo foi responsável pela promoção de loteamentos com uma capacidade de 935 fogos habitacionais nas últimas duas décadas.

B - Habitação Social Evolutiva

Desenvolvimento de programas de venda de lotes com núcleo inicial construído, com preço compatível com o rendimento das famílias, destinado apenas a famílias de muito baixos recursos.

Não foi possível apurar o cumprimento do objetivo.

C- Recuperação/Conservação do parque Habitacional Existentes

C1 - Apoio a Proprietários e/ou inquilinos – aplicação dos programas municipais de recuperação e RECRUA, com especial incidência no Centro Histórico e nos bairros dos anos 40 de génese ilegal; Realização de obras pelo município, em substituição do proprietário, apenas em casos extremos (ameaça de ruína) ou por razões urbanísticas específicas;

C2 - Intimação de Proprietários seguida, em caso de não cumprimento, por Expropriação e Venda.

Programa Experimental e progressivo a aplicar no Centro Histórico, a aplicar a edifícios devolutos degradados.

Seria conveniente que o Centro Histórico fosse declarado “área Crítica de recuperação e reconversão urbanística” no âmbito da Lei dos Solos (DL n.º 794/76).

C3 - Incentivo à Aquisição e Recuperação dos fogos pelo Inquilino

- **Avaliação**

Foram aplicados diversos programas de intervenção no CHE, destacando-se o RECRUA/REHABITA (117 frações abrangidas num investimento total de 3 221 935€) e os programas municipais de recuperação, Casa Caiada, Recuperação de Caixilharias de Madeira e Reabilitação de Fogos, num total de 264 intervenções apoiadas desde 2002.

A realização de obras em regime de substituição do proprietário ocorreu pontualmente.

O recurso à intimação raramente tem sido sucedido por tomadas de posse administrativa e expropriação por utilidade pública (um caso apenas no CHE).

O CHE foi declarado Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) em 1997 e Área de Reabilitação Urbana (ARU) em 2016, ao abrigo do novo regime Jurídico de reabilitação urbana, o que permitiu designadamente a implementação do programa do Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRUA) e Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA).

D - Parque Público Habitacional

D1 - Gestão do parque Público Existente

Sugeria-se acordo entre Município e outros proprietários dos 1600 fogos arrendados pertencentes ao setor público com vista a uma gestão integrada com a seguinte orientação:

Manutenção da generalidade daqueles fogos em regime de arrendamento social

Criação de incentivos, às famílias residentes nestes fogos, para aquisição de habitação de custos controlados;

D2 - Construção de Novos Fogos de Habitação Social

Apenas quando não haja soluções alternativas, ou as famílias não possam ser integradas noutros programas.

- **Avaliação**

Foi criada uma empresa municipal Habévora, EM (2004) que recebeu a quase totalidade do parque público habitacional.

A empresa gere atualmente 950 fogos habitacionais, sendo o seu parque habitacional inicial de 918 fogos a que acresceram ao longo do tempo, 227 fogos.

Desde a sua constituição foram alienados, vendidos e transmitidos, 195 fogos aos respetivos inquilinos.

O Relatório do Plano apresentava um Quadro com possível tradução quantitativa e financeira destes programas.

Programa	Quantidade (Fogos/ano)	Executado
A	40	935 fogos
A2	20	-
B	15	-
C1	50/10	381
C2	50 / 10	1
C3	-	-
D1	-1500	950+195
D2	100 (em dez anos)	176 fogos (136 dos quais ao abrigo do PER)

Quadro 76 - Um Cenário para aplicação de programas de habitação

(Adaptado de Relatório do PUE 2000)

Rede de água e esgotos

De acordo com caracterização constante no relatório indica-se a necessidade de garantir um caudal de 20 000m³/dia, sendo insuficiente a capacidade da ETA do Monte Novo pelo que haveria de reforçar a capacidade ou em alternativa, tratar de forma eficaz a água proveniente da albufeira do Divor (ETA).

Indica-se ainda que para se garantir a reserva de água capaz de fazer face à variação de caudais seria necessário o aumento da capacidade de reserva, através da construção de novo reservatório com capacidade não inferior a 8 000m³.

Assim, assinala-se que para resolver carências já existentes era necessário proceder às seguintes intervenções nas infraestruturas da Rede de Abastecimento de Água:

- reforçar a adutora Nó do Cruzeiro-Granito;

- reforçar a adutora Porta de Aviz-Canaviais;
- reforçar a adutora da Av. de São Sebastião;
- malhar a rede entre o PITE e o Bairro de Almeirim;
- renovar a Rede do Centro Histórico.

Na rede de Esgotos era indicado como necessidade de intervenção as seguintes situações:

- Aumento da capacidade da ETAR;
- Construir/aumentar a seção do troço do emissário Comenda/Estrada de Estremoz e Torregela/Estrada de Lisboa.
- Renovação a rede do Centro Histórico.

Apresenta-se um resumo dos investimentos necessários:

- Ampliar a capacidade dos sistemas globais de captação, tratamento, elevação e reserva de água na cidade;
- Ampliar a capacidade da ETAR;
- Corrigir a implantação de um troço da adutora de chegada de água à Cidade (zona de Expansão dos Leões);
- Substituir alguns troços das adutoras e coletores da Cidade Extramuros para resolver problemas já existentes;
- Renovar, na generalidade as redes de águas e esgotos do Centro Histórico.

- **Avaliação**

Procede-se à avaliação da execução das intervenções prevista no quadro abaixo.

Rede	Intervenção	Execução
Água	ETA do Divor	Não executado
	Novo Reservatório de 8 000m3	Executado
	Adutora do Monte Novo	Executado
	Adutora do Nó do Cruzeiro/ Granito	Não executado
	Adutora P. Aviz/ Canaviais	Executado
	Adutora Av. S. Sebastião	Não executado
	Malhar rede Almeirim/Pq. Industrial	Executado
	Renovar rede/Centro Histórico	Parcialmente executado
Esgotos	Ampliar ETAR	Executado

	Emissário Comenda/Est. Estremoz	Executado
	Emissário Torregela/Est. Lisboa	Parcialmente executado
	Renovar rede/Centro Histórico	Parcialmente executado

Quadro 77 - Grau de execução das intervenções previstas na rede de águas e esgotos

Do total de doze ações, foram executadas seis, parcialmente executadas três e não executadas três.

Circulação e transportes

O presente capítulo é complementar ao capítulo 6.1.1 (Rede viária) e deve ser lido conjuntamente.

Desta forma, procede-se à transposição das ideias/orientações descritas no relatório, efetuando-se uma avaliação da sua concretização.

O plano define uma estrutura viária principal com uma forma radioconcêntrica, estrutura esta constituída por vias principais de Nível 1, Nível 2 e rede secundária. O relatório do PUE refere ainda que a rede local não tem limitações expressas relativas ao estacionamento de veículos ligeiros.

A rede viária principal de circulação automóvel deverá ser acompanhada de percursos pedonais, que devem ter pelo menos 3m de largura. Preconiza-se o estabelecimento de uma rede de circulação para bicicletas, associada ou não à rede viária principal, sugeridas sempre que possível nos eixos radiais, associados desejavelmente a percursos pedonais arborizados.

No CHE o sistema de circulação que tem vindo a ser adotado tende a privilegiar o peão, sem por em causa a circulação automóvel. *O Sistema Integrado de Transporte e Estacionamento de Évora* (SITEE) disciplinou ainda mais o acesso do transporte individual ao CHE, através do alargamento a todo este sector do estacionamento tarifado e da remoção do estacionamento de longa duração nos parques dissuasores localizados juntos às muralhas. Foi introduzido um sistema de mini-autocarros que liga os bairros da coroa de expansão com o centro. As zonas de peões foram alargadas (CME, 1999). Para esta zona da cidade preconizava o plano o seguinte:

- Introdução de um sistema centralizado de pagamento do estacionamento;
- Continuação da melhoria da rede de circulação pedonal, pedonalização da área interior à Cerca Velha e alargamento dos passeios nos principais eixos de circulação com a cidade extramuros, preconizando uma crescente pedonalização;
- Disciplina das cargas e descargas, o que implica um sistema centralizado de distribuição e recolha e uma central de distribuição.

No que respeita ao modelo dos transportes públicos, deverá partir da dinâmica do SITEE:

- Serviço de elevada frequência de miniautocarros para todos os bairros que envolvem o CH;

- Serviços suburbanos de maior frequência para os bairros mais afastados da cidade;
- Aproveitamento das carreiras regionais para o serviço das sedes das freguesias mais afastadas.

Preconiza-se um sistema de dupla oferta em transporte público (TP) para a cidade – miniautocarros e outro de autocarros standard, que garantirá o serviço suburbano. Foi apresentada proposta de construção de novo terminal rodoviário.

- **Avaliação**

Relativamente à estrutura viária principal, evidencia-se o seguinte:

- O sistema radioconcêntrico está incompleto, sobretudo por descontinuidades nas vias circulares, persistindo desarticulações e descontinuidades entre setores suburbanos e bairros;
- A Circular à Muralha não possui perfil urbano em grande parte (Portas da Lagoa – Portas do Raimundo e troços a norte /Av. D. Manuel Trindade Salgueiro e Av. Universidade);
- Observa-se a existência de estacionamento lateral e acesso a edificações nalgumas vias de Nível 1 (Av. Lino de Carvalho).

Relativamente à rede viária principal de circulação automóvel e a sua articulação com percursos pedonais e cicláveis, evidencia-se o seguinte:

- A rede viária principal nem sempre é acompanhada de percursos pedonais qualificados e arborizados;
- A rede de circulação de bicicletas apresentada tem sido implementada de forma parcial - Setor Norte/Bacelo, Circular à Muralha, estrada de Arraiolos e estrada das Alcáçovas - e têm sido implementados percursos alternativos - Ecopista do antigo ramal de Mora, Av. Rui Couto e Malagueira;
- A sua associação a espaços verdes e percursos arborizados também não tem sido executada.

Sobre o sistema de circulação do CHE evidencia-se o seguinte:

- O sistema centralizado de pagamento e estacionamento não se concretizou, apesar de ter sido introduzido em 2013 o sistema *Meo Parking*, entretanto desativado e substituído pelo serviço *iParque Mobile*, atualmente disponível (2020);
- Melhorou-se pontualmente a circulação pedonal intramuros e não se pedonalizou totalmente a área interior à Cerca Velha;
- Foram pedonalizadas as praças do Sertório e 1.º de Maio (parcialmente), os largos junto à cabeceira da Sé e em redor do templo, a Rua Miguel Bombarda e o Largo Álvaro Velho e foram largados os passeios na rua Cândido dos Reis, substituídos os pavimentos e eliminadas barreiras urbanísticas de diversos espaços urbanos já pedonalizados;
- As cargas e descargas não foram sistematicamente disciplinadas, apesar de estarem regulamentadas;

- Não foi implementado um sistema centralizado de distribuição e recolha e uma central de distribuição;
- Estudo Global de Deslocações Urbana não foi elaborado.

Relativamente ao sistema de transportes públicos e construção de novo terminal rodoviário, evidencia-se o seguinte:

- Em 2010, a TREVO, detentora da concessão dos transportes públicos na cidade, implementou uma nova rede de percursos de ligação entre os bairros periféricos e o Centro Histórico, as ligações a escolas e universidade, centro de saúde, ao PITE e ao terminal rodoviário. Destaca-se a implementação da Linha Azul com a ligação do CHE à sua envolvente imediata e aos terminais rodoviário e ferroviário e as ligações norte/sul e este/oeste;
- O novo terminal rodoviário foi construído e inaugurado em 2000.

6.3.2. Programa de investimentos

Procede-se à transposição do programa de investimentos do plano, concretizado através de tabelas setoriais constantes no relatório que resumem o conjunto das ações propostas.

Nestas tabelas, identifica-se o grau de concretização das ações indicadas.

Investimentos

- **Rede Viária**

PUE 2000 – Rede viária (ver Figura 34)	Execução
1	Existente
2	Existente
3	Não executado
4 - Rua To Quim Barreto	Parcialmente executado
5*	Não executado
6	Não executado
7 - Troço Norte da Grande Circular (ligação da Estrada do Penedo do Ouro e nó da Grande Circular	Executado
8*	Não executado
9	Existente
10	Não executado
11	Não executado
12	Não executado
13	Não executado
14 – Avenida Lino de Carvalho	Executado

15*	Não executado
16*	Não executado
17	Não executado
18	Existente
19	Existente
20	Não executado
21*	Não executado
22	Existente
23	Não executado
24	Não executado
25 – Troço da Circular Intermédia, referente à Rua Henrique Mendes (7)	Parcialmente executado
26	Não executado
27 - Ligação da Rua Antiga Estrada de Almeirim à estação Ferroviária	Executada
28 - Rua Antiga Estrada de Almeirim	Executado
29	Parcialmente executado
30	Não executado
31	Não executado
32	Não executado
33 - Via Principal de Nível 1 no limite este do PITE	Executado
34 – Troço Norte da Rua da Barbarrala	Executado
35 - Rua Luis Adelino Fonseca	Executado
36 – Rua Intermédia do PITE	Executado
37 - Rua Circular Sul do Parque Industrial	Executado
38 – Rua Fernanda Seno	Não executado / com pré existência
39	Não executado
40 - Troços de ligação (36) no bairro da casinha	Parcialmente executado
41	Não executado
42	Não executado
43 -- Troço avenida Túlio Espanca	Existente
44	Não executado
45	Existente
46 - Avenida Eng. Arantes e Oliveira	Executado
47 - Via Secundária, referente à Rua Rotary Internacional	Executado
48 - Avenida Eng. Arantes e Oliveira	Executado
49 - Avenida Arq. Rui Couto	Executado / com pré existência
50	Não executado

*não previsto após alteração do PUE 2011

Quadro 78 - Investimentos na rede viária

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 8 investimentos – **16%**;
- Executado após 2000 – 13 investimentos – **26%**;

- Parcialmente executado após 2000 – 4 investimentos – **8%**;
- Não executado – 25 investimentos – **50%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 50 ações de investimento relativas à rede viária. Destas ações, se excluirmos as 8 relativas a vias existentes, temos que das 42 ações, 25 (59,5%) não foram executadas, 13 (31%) foram executadas e 4 (9,5%) foram parcialmente executadas.

- **Equipamentos**

PUE 2000 - Equipamento	Área (ha)	Uso previsto	Execução
E2		Área para feiras urbanas	não executado
E4	1,79	EB1 (4 salas) e polidesportivo coberto	Parcialmente executado
E5	4,66	Campo de grandes jogos com pista de atletismo; polidesportivo coberto; piscina ao ar livre e coberta	Não executado
E6		Circuito de manutenção	Não executado
E7		Polidesportivo coberto e EAFH*	Executado
E8	1,79	polidesportivo descoberto e Equipamento e EAFH	Existente
E9	1,05	EB1 (4 salas) e EAFH	Não executado
E16		Circuito de manutenção	Executado
E19	0,81	EAFH	Não executado
E20	2,17	EAFH	Não executado / com pré existência
E23	3,58	Piscina ao ar livre e EAFH	Não executado
E31		EB (20 salas) e Equipamento desportivo complementar	Não executado
E32	0,87	EAFH	Executado / com pré existência
E35		Circuito de manutenção	Não executado
E36	4	Campo de grandes jogos e pista de atletismo	Não executado
E38	8,4	Feira de São João	Não executado
E41	0,94	Piscina ao ar livre e piscina coberta	Existente
E44	1,11	EB1 (4 salas)	Não executado
E45		EAFH	Não executado
E48	0,39	EAFH	Não executado
E57	2,25	EAFH	Não executado
E60	2,61	EB (24 salas e equip. complementar)	Executado
E61	1,4	parque de estacionamento	Não executado
E62	15,43	pavilhão desportivo; campo de grandes jogos com pista de atletismo e circuito de manutenção	Não executado / com pré existência
Outros		Palácio de congressos	Não executado

	Biblioteca municipal	Não executado
	Salão central eborense	Em execução
	Rede museológica	Executado

*EAFH – Equipamento de apoio à função habitacional

Quadro 79 - Investimentos destinados a equipamentos

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 2 investimentos – **7,1%**;
- Executado após 2000 – 5 investimentos – **17,9%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 1 investimento – **3,6%**;
- Em execução – 1 investimento – **3,6%**;
- Não executado – 19 investimentos – **67,9%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 28 ações de investimento relativos a equipamentos. Destas ações, se excluirmos as 2 relativas a equipamentos existentes, temos que das 26, 19 (73,1%) não foram executadas, 5 (19,2%) foram executadas, 1 (3,8%) foi parcialmente executada e 1 ação (3,8%) encontra-se em execução.

- **Zonas Verdes Urbanas**

PUE 2000 – Zona Verde Urbana	Execução
1 – Forte de Santo António	Não executado
2 - Pites	Parcialmente executado
3 - Bacelo	Parcialmente executado
4 - Leões	Não executado
5 - S. Bartolomeu	Não executado
6 - Nogueiras	Não executado
7 - Este	Parcialmente Executado
8 - Chalrito	Não executado
9 - Rossio	Não executado
10 - Horta do Bispo*	Não executado
11 - Almeirim Norte	Não executado
12 - Almeirim Sul	Parcialmente Executado
13 - PITE / Almeirim	Parcialmente Executado
14 - Casinha	Parcialmente executado
15 - Sra. do Carmo	Executado
16 - Parque urbano	Não executado

17 - S. Sebastião	Existente a reprogramar
18 - Gancho	Não executado
19 - Eixo de Lisboa	Parcialmente executado
20 - Escurinho	Executado
21 - Lagoa / Raimundo	Parcialmente executado
22 - Malagueira / Vista Alegre	Parcialmente executado

*Não previsto após alteração do PUE 2011

Quadro 80 - Investimentos nas zonas verdes urbanas

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 a reprogramar – 1 investimento – **4,5%**;
- Executado após 2000 – 2 investimentos – **9,1%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 9 investimentos – **40,9%**;
- Não executado – 10 investimentos – **45,5%**;

O programa de investimento previu 22 ações de investimento relativas às Zonas Verdes Urbanas, 11 (considera-se aqui 1 espaço existente em 2000 a reprogramar) não foram executadas (50%), 2 foram executadas (9,1%) e 9 foram parcialmente executadas (40,9%).

Investimentos prioritários

- **Área Envolvente da Muralha (UOPG A)**

PUE 2000	Execução
Tornar adarves acessíveis	Não executado
Equip. 2	Não executado
Verde 21 + Via 45	Parcialmente executado + Existente
Atravessamento do Jardim Público	Não executado
Palácio de Congressos + Verde 9 + Espaço T6	Não executado + Não executado + Existente a reprogramar
Verde 8	Não executado
Equip. 66 + Espaço T21	Existente a reprogramar + Existente a reprogramar
Espaço H31	Não executado
Espaço H32	Não executado
Espaço H33	Parcialmente executado
Biblioteca	Não executado
Espaço H3 + T3	Parcialmente executado + Existente a reprogramar
Espaço T20	Parcialmente executado

Quadro 81 - Investimentos na UOPG A

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 1 investimento – **5,6%**;
- Existente em 2000 a reprogramar – 4 investimentos – **22,2%**;
- Executado após 2000 – 0 investimentos – **0%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 4 investimentos – **22,2%**;
- Não executado – 9 investimentos – **50%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 18 ações de investimento na UOPG A. Destas ações, se excluirmos 1 relativa à via 45, considerada existente, temos que das 17 ações de investimento previstas, 13 (consideram-se aqui os 4 espaços existentes em 2000 a reprogramar) não foram executadas (76,5%), e apenas 4 (23,5%) foram parcialmente executadas.

- **Área de Expansão dos Leões (UOPG B)**

PUE 2000	Execução
Vias 1, 7 e 14	Existente + Executado + Executado
Via 13	Não executado
Vias 6, 8 e 9	Não executado + Não executado + Existente
Terrenos para Habitação	Não executado
Espaço H16	Parcialmente executado
Espaço H17	Parcialmente executado
Espaços T1 + H2 + T2	Parcialmente executado + Não executado + Não executado
Espaço E1	Existente a Reprogramar
Verde 1	Não executado

Quadro 82 - Investimentos na UOPG B

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 2 investimentos – **13,3%**;
- Existente em 2000 a reprogramar – 1 investimentos – **6,7%**;
- Executado após 2000 – 2 investimentos – **13,3%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 3 investimentos – **20%**;
- Não executado – 7 investimentos – **46,7%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 15 ações de investimento na UOPG B. Destas ações, se excluirmos 2 relativas às vias 1 e 9, consideradas existentes, temos que das 13 ações de investimento previstas na UOPG B, 8 (considera-se aqui 1 ação em espaço existente em 2000 a reprogramar) não foram executadas (61,5%), 2 foram executadas (15,4%), e 3 foram parcialmente executadas (23,1%).

- **Área Sul/Nascente de entrada na Cidade (UOPG D)**

PUE 2000	Execução
Estudo urbanístico	Não executado
Via 23	Não executado
Via 24	Não executado
Vias 25 e 38	Parcialmente executado + Não executado / com pré existência
Espaço H23	Parcialmente executado
Espaço H22	Parcialmente executado

Quadro 83 - Investimentos na UOPG D

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Parcialmente executados após 2000 – 3 investimentos – **42,9%**;
- Não executadas – 4 investimentos – **57,1%**;

O programa de investimento considerou 7 ações de investimento relativas à UOPG D, 4 das quais não foram executadas (57,1%), tendo sido parcialmente executadas 3 ações de investimento (42,9%).

- **Eixo poente de entrada na cidade (UOPG E)**

PUE 2000	Execução
Via 42	Não executado
Via 43	Existente
Verdes 17 e 19	Existente a reprogramar + Parcialmente executado
Verde 18	Não executado
Equip 51	Existente
Espaços T16 + T17	Existente a reprogramar + Não executado
Espaços H2, H26 e H3	Parcialmente executado + Existente + Executado

Quadro 84 - Investimentos na UOPG E

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 3 investimentos – **27,3%**;
- Existente em 2000 a reprogramar – 2 investimentos – **18,2%**;
- Executado após 2000 – 1 investimento – **9,1%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 2 investimentos – **18,2%**;
- Não executado – 3 investimentos – **27,3%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 11 ações de investimento na UOPG E. Destas ações, se excluirmos 3 relativas à via 43, ao Equip. 51 e ao espaço H26, considerados existentes, temos que das 8 ações de investimento previstas na UOPG E, 5 (consideram-se aqui 2 ações em espaços existentes em 2000 a reprogramar) não foram executadas (62,5%), tendo sido executada 1 ação (12,5%) e parcialmente executadas 2 ações de investimento (25%).

- **Área de Equipamento Piscinas/Quinta da Malagueira (UOPG F)**

PUE 2000	Execução
Via 46, 47, 48 e 49	Executado + Executado + Executado + Executado / com pré existência
Equip. 59	Existente a reprogramar
Equip. 60 e 61	Executado + Não executado
Equip. 62	Não executado
Verde 22	Parcialmente executado

Quadro 85 - Investimentos na UOPG F

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 a reprogramar – 1 investimento – **11,1%**;
- Executado após 2000 – 5 investimentos – **55,6%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 1 investimento – **11,1%**;
- Não executado – 2 investimentos – **22,2%**;

O programa de investimento considerou 9 ações de investimento relativas à UOPG F, 3 (considera-se aqui 1 ação num espaço existente em 2000 a reprogramar) das quais não foram executadas (33,3%), tendo sido executadas 5 ações de investimento (55,6%) e parcialmente executada 1 ação de investimento (11,1%).

- **Parque Industrial/Almeirim (UOPG G)**

PUE 2000	Execução
Via 28, 32 e 36	Executado + Não executado + Executado
Via 29 e 35	Parcialmente executado + Executado
Parq. Industrial/Terreno P. industrial/Urbanização	Executado
Equip. 38* + Verde 13	Não executado + Parcialmente Executado
Equip. 39+IAE+T11+T12	Parcialmente executado + Executado + Não executado + Parcialmente executado

*Não previsto após alteração do PUE 2011

Quadro 86 - Investimentos na UOPG G

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Executado após 2000 – 6 investimentos – **46,2%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 4 investimentos – **30,8%**;
- Não executado – 3 investimentos – **23,1%**;

O programa de investimento considerou 13 ações de investimento relativas à UOPG G, 3 das quais não foram executadas (23,1%), tendo sido executadas 6 ações (46,2%) e parcialmente executadas 4 ações de investimento (46,2%).

- **Redes de água, esgotos e eletricidade**

PUE 2000	Investimento	Execução
Água	ETA do Divor	Não executado
	Novo Reservatório de 8 000m ³	Executado
	Adutora do Monte Novo	Executado
	Adutora do Nó do Cruzeiro/ Granito	Não executado
	Adutora P. Aviz/ Canaviais	Executado
	Adutora Av. S. Sebastião	Não executado
	Malhar rede Almeirim/Pq Industrial	Executado
	Renovar rede/Centro Histórico	Parcialmente executado
Esgotos	Ampliar ETAR	Executado
	Emissário Comenda/Est. Estremoz	Executado
	Emissário Torregela/Est. Lisboa	Parcialmente executado
	Renovar rede/Centro Histórico	Parcialmente executado
Eletricidade	Novo Traçado da Rede/zona Norte	Não executado
	Novo Traçado da Rede/zona sul	Não executado

Quadro 87 - Investimentos na rede de água, esgotos e eletricidade

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

Rede de Água

- Executado após 2000 – 4 investimentos – **50%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 1 investimentos – **12,5%**;
- Não executado – 3 investimentos – **37,5%**;

Rede de Esgoto

- Executado após 2000 – 2 investimentos – **50%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 2 investimentos – 50%;

Rede Elétrica

- Não executado – 2 investimentos – **100%**;

O programa de investimento considerou 8 ações de investimento relativas à rede de água, 3 das quais não foram executadas (37,5%), tendo sido executadas 4 ações (50%) e parcialmente executada 1 ação de investimento (12,5%).

O programa de investimento considerou 4 ações de investimento relativas à rede de esgoto, das quais foram executadas 2 ações (50%) e parcialmente executadas outras 2 ações de investimento (50%).

No que diz respeito aos investimentos na Rede Elétrica, as 2 ações previstas não foram executadas (100%).

Outros investimentos prioritários

PUE 2000	Execução
Rede de Centros de Dia	Não verificável
Centros de Convívio, Jardim de Infância, Polidesportivos (apoio)	Não verificável + Não verificável + Não verificável
Mercado Abastecedor	Executado
Terminal Rodo-Ferroviário de carga	Não executado
Verde 16	Não executado
Equip. 41	Existente
Rede Museológica	Executado
Museu de Évora	Executado
Salão Central Eborense	Em execução
Teatro Garcia Resende	Parcialmente executado
Novo Espaço Teatral	Não executado
Via 3	Não executado
Equip. 7 + Verde 3	Executado + Parcialmente executado
Via 10	Não executado
Via 18 + Verde	Existente + Não executado
Equip. 16 + Verde + Espaço T4	Executado + Executado + Executado
Ponte da Nau	Não executado
Espaço H25 + Verde 10*	Não executado + Não executado
Remate do Eixo da Horta das Figueiras	Executado

Verde 20	Executado
Espaços T19	Não executado
Espaço E58	Não executado

*Não previsto após alteração do PUE 2011

Quadro 88 - Outros investimentos prioritários

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Existente em 2000 – 2 investimentos – **8%**;
- Executado após 2000 – 9 investimentos – **17,9%**;
- Parcialmente executado após 2000 – 2 investimentos – **8%**;
- Em execução – 1 investimento – **4%**;
- Não executado – 11 investimentos – **44%**;

No programa de investimento do plano foram previstas 29 ações de investimento. Destas ações, se excluirmos 4 relativas à Rede de Centros de Dia, Centros de Convívio, Jardim de Infância, e polidesportivos (apoio), pela inexistência de parâmetros de aferição da sua execução e 2 relativos ao Equip. 41 e Via 18, considerados existentes, foram avaliadas 23 ações de investimento. Destas, 11 (47,8%) não foram executadas, 9 (39,1%) foram executadas, 2 (8,7%) foram parcialmente executadas e 1 encontra-se em execução (4,3%).

Avaliação da execução dos investimentos previstos no plano

- **Investimentos**

O Programa de Execução do plano previu no total 100 ações de investimento distribuídas por rede viária, equipamentos e zonas verdes urbanas. Destas ações foram consideradas 90 para efeito de avaliação (excluindo as infraestruturas e equipamentos considerados existentes em 2000), das quais não foram executadas 55 ações (61,1%), 20 (22,2%) foram executadas, 14 (16,7%) parcialmente executadas e 1 em execução. Neste sentido, cerca de 37,8% dos investimentos não prioritários foram executados ou parcialmente executados.

Destacamos o baixo grau de execução geral dos equipamentos, com apenas 23,1% de equipamentos executados e parcialmente executados. Contudo, num olhar mais atento à execução dos equipamentos por tipologia, verifica-se a construção de 2 escolas, a EB Galopim de Carvalho e a EB Manuel Ferreira Patrício (com Jardim de Infância), que melhorou de forma significativa a resposta e distribuição geográfica da rede pública de ensino na Cidade. Destaca-se ainda, a requalificação do campo de obstáculos com a execução do Complexo Desportivo de Évora, com diversas valências (campo de grandes jogos com pista de atletismo e Circuito de Manutenção) e a requalificação da Arena de Évora, transformada num espaço multiusos, com diversas valências (desporto, cultura, social) onde se promovem os usos previstos no plano, apesar de numa localização diferente. Na rede viária observa-se que 40,5% das vias propostas foram executadas ou parcialmente executadas, destacando-se a execução das vias associadas ao Parque Industrial e Zona de Almeirim e as Vias Principais na Zona de

Expansão do Leões. Nas Zonas verdes Urbanas, destaca-se um grau de execução de 50%, o que representa o maior valor entre os elementos em análise, destacando-se aqui as zonas verdes associadas a espaços canais.

- **Investimentos prioritários**

Os investimentos prioritários especificam ações de investimento relativas a seis unidades operativas de planeamento e gestão, à rede de água e esgotos e eletricidade e outros investimentos na área urbana. O conjunto de investimentos prioritários integra os investimentos já definidos em “outros investimentos”, tratados anteriormente, quando incidem na mesma área geográfica.

O conjunto de investimentos prioritários prevê 116 ações, das quais foram considerados 107 para fins de avaliação (excluindo infraestruturas e equipamentos existentes). Destes investimentos não foram executados 51 (47,7%), tendo sido executados 33 (30,8%), parcialmente executados 22 (20,6%) e 1 ação em execução. Neste sentido, cerca de 51,4% dos investimentos prioritários foram executados ou parcialmente executados, sendo o grau de execução superior aos dos outros investimentos anteriormente referidos.

Ao nível das UOPG's destaca-se o grau de execução (ações executadas e parcialmente executadas) na UOPG F - Área de Equipamento Piscinas/Quinta da Malagueira (67%) e na UOPG G - Parque Industrial/Almeirim (77%).

As redes de águas e esgotos apresentam um elevado grau de execução (ações executadas e parcialmente executadas) de 63% e 100%, respetivamente. Importa referir que as intervenções nas redes de infraestruturas básicas são efetuadas de forma regular e que a aferição do grau de execução em ações abrangentes como “Renovar Rede/Centro Histórico”, consideradas como parcialmente executadas, devido a intervenções pontuais levadas a cabo, podem não refletir a real concretização da ação.

As ações previstas na Rede Elétrica não foram executadas.

Relativamente aos “Outros Investimentos Prioritários” o grau de execução foi de 48% (investimentos executados ou parcialmente executados).

Relativamente às tipologias que constituem “investimentos prioritários” (excluindo as redes de águas e esgotos e eletricidade), destacam-se as vias (26 no total) equipamentos (22 no total), zonas verdes (16 no total), Zonas de Habitação (14 no total) e Zonas de Terciário (12 no total). Destes, foram executados ou parcialmente executados, nas vias (11 no total, ou seja 42,3%), nos equipamentos (7 no total, ou seja 31,8%), nas zonas verdes (8 no total, ou seja 50%), nas zonas de expansão de habitação (8 no total, ou seja 57,1%) e nas zonas terciárias (4 no total, ou seja 33,3%).

Conclusões:

O grau de execução dos investimentos previstos no plano é variável, sendo o grau de execução dos Investimentos Prioritários (51,4%), considerando a total ou parcial execução, mais elevado que dos restantes investimentos (37,8%).

Nos “investimentos não prioritários” evidencia-se uma fraca execução dos equipamentos coletivos (23%), apresentando a rede viária uma execução moderada (40,5%), tal como as zonas verdes urbanas (50%), considerando a sua total ou parcial execução das ações.

Ao nível dos investimentos prioritários, e mais uma vez, considerando a execução total ou parcial, evidencia-se o elevado grau de execução das redes de águas e esgotos (63% e 100%, respetivamente). Ainda no âmbito dos investimentos prioritários, observa-se uma grande variação no grau de execução dos investimentos relativos às UOPG's, destacando-se o forte grau de execução na UOPG F - Área de Equipamento Piscinas/Quinta da Malagueira (67%) e na UOPG G - Parque Industrial/Almeirim (77%), sendo evidente a relevância do investimento público na sua concretização. Ainda relativamente aos investimentos prioritários, observa-se que o grau de execução moderado, considerando a execução total ou parcial, das zonas de expansão habitacional e das zonas verdes urbanas é igual ou superior a 50%.

É de notar que a programação de ações relativas ao património não foi integrada no programa de execução do plano.

7. FERRAMENTAS DE IMPLEMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

7.1. EQUIDADE E POLÍTICA DE SOLOS

“Os instrumentos de gestão territorial devem prever mecanismos equitativos de perequação compensatória, destinados a assegurar a redistribuição entre os interessados dos encargos e benefícios deles resultantes, nos termos a estabelecer na Lei” - Lei n.º 48/98, de 11 agosto (Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo).

Este diploma serviu de base ao Dec. Lei n.º 380/99 (*Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*), o qual, nos artigos 135.º a 142.º, passou a regular esta matéria.

O Capítulo V do então RJGT, relativo à “execução, compensação e indemnização”, dotava os municípios de instrumentos eficazes e eficientes para desenvolver um urbanismo operativo, ao mesmo tempo que estabeleceu a obrigatoriedade dos Planos regularem os direitos e os deveres dos proprietários, no que se refere à justa redistribuição de benefícios e encargos.

Do conjunto de normas do Capítulo V, a que os Planos deverão responder, destacam-se:

- Estabelecimento de metas e prioridades para uma execução coordenada e programada (118.º n.º 1 e 2);
- Definição de critérios para uma distribuição perequativa de benefícios e encargos, (135.º a 137.º);
- Localizar e estabelecer critérios para as “unidades de execução” que incluirão, em princípio, as operações urbanísticas a desenvolver prioritariamente (119.º e 120.º).

As disposições do Plano de Urbanização de Évora (PUE)

O PUE, publicado em 2000, obedeceu às normas legislativas atrás referidas relativamente à “execução, compensação e indemnização”. Aliás, algumas das medidas inovadoras preconizadas no PUE, cuja revisão tinha começado em 1995, acabaram por influenciar tanto a Lei de Bases de 1998, como o RJGT de 1999. Assim:

- a) Assumiu a necessidade de animação da ação urbanística municipal, através do relançamento da política de solos, a qual deveria obedecer aos seguintes objetivos:
- “a orientação do crescimento, induzindo localizações e características das urbanizações, por forma a globalizar e estruturar a cidade”
 - o funcionamento regular do mercado, procurando contrariar estrangulamentos e a crescente valorização fundiária;
 - o tratamento equitativo das várias propriedades inseridas no perímetro urbano;
 - o apoio à “construção a custos controlados”;
 - a dinamização das atividades económicas, facilitando a sua instalação.

b) Na prossecução dos referidos objetivos, preconizou:

- “a constituição de uma bolsa de terrenos, na posse da Câmara, que lhe permitiria as referidas ações supletivas de apoio à habitação a custos controlados, e o processo de permuta/perequação entre diversas propriedades;
- a dinamização das iniciativas urbanísticas e de construção do sector privado e cooperativo, orientando-os para as áreas de intervenção prioritária, que deveriam ir sendo definidas ao longo do tempo;
- a adoção de mecanismos tendentes à efetiva construção nos terrenos destinados a esse fim, que já estivessem infraestruturados.

c) Adotou ainda um conjunto de propostas com vista à equidade dos diferentes proprietários e à dinamização das iniciativas urbanísticas privadas. A concretização dessas propostas e dos critérios de perequação do PUE, foi desenvolvida no *Regulamento Municipal para a Justa Repartição de Benefícios e Encargos*.

Em síntese, as regras perequativas foram as seguintes:

- Fixação de um **índice médio de construção** para toda a cidade, designado como “*direito abstrato de construir*”, que correspondia ao “*benefício padrão*” de cada proprietário ou promotor;
- Fixação de uma **edificabilidade** para as diversas zonas da cidade, associadas a um índice de utilização;
- Se a **edificabilidade** de uma propriedade fosse superior ao “benefício padrão”, o proprietário ou promotor que pretendesse desenvolver uma operação urbanística, cederia ao Município, o índice de construção acima do índice médio;
- Se a edificabilidade de uma propriedade fosse inferior ao “benefício padrão”, o proprietário, quando urbanizasse, seria compensado através do desconto de taxas e, se tal não fosse suficiente, por venda ao Município da parcela de terreno *non aedificandi*;
- Foi fixada também uma **cedência média** para espaços verdes e equipamentos;

O PUE apontava ainda a constituição de uma “unidade de execução”, na zona de expansão dos Leões, a qual cumpria cumulativamente três dos objetivos atrás enunciados, designadamente:

- retoma da iniciativa urbanística municipal, garantindo que o processo perequativo era financeiramente viável;
- constituição de uma bolsa inicial de terrenos, indispensável para o lançamento da política de solos municipal;
- estruturação e globalização da Cidade

Para além desta área prioritária, eram apontadas outras Unidades **Operativas de Planeamento e Gestão**, relativamente às quais o Município deveria procurar dinamizar e orientar os processos de transformação urbana.

Alguns dos objetivos do PUE foram prosseguidos e, de certa forma, atingidos:

- A dinamização e instalação de atividades económicas aconteceu com relativo sucesso, em terrenos e lotes municipais situados em zonas industriais do concelho, com especial incidência no Parque Industrial e Tecnológico de Évora (e no Parque de Indústria Aeronáutica, nas imediações do perímetro do PUE);
- O apoio à “construção a custos controlados” também prosseguiu em terrenos não municipais, com o Município a dinamizar e orientar diversas iniciativas de privadas e cooperativas.

Com a expectativa gerada pelo início do processo de alteração do PUE, o ritmo de urbanização abrandou significativamente. A “unidade de execução” já iniciada para a zona dos Leões foi revogada e os processos de acordo com os proprietários, suspensos ou anulados. Apesar disso manteve-se, no essencial, a empreitada de construção de infraestruturas.

Enquanto decorria o processo de alteração do PUE, **eclodiu, em 2007/2008, uma crise financeira** motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, a qual veio alterar por completo as expectativas imobiliárias que existiam na Cidade. A banca, que tinha sido o principal impulsionador do fenómeno imobiliário, da década anterior, sofreu fortes prejuízos e retirou-se. Sem financiamentos para urbanizar e com fortes restrições ao financiamento das famílias para adquirir os novos alojamentos, muitos promotores imobiliários também se retiraram ou, simplesmente, faliram.

A **alteração do PUE de 2011**, atualmente em vigor, não adaptou o plano às novas condições do mercado imobiliário, resultantes da crise financeira e económica iniciada em 2008, e, ao contrário, introduziu expectativas de crescimento e expansão da Cidade que se revelaram irreais.

As infraestruturas da Zona de Expansão dos Leões foram concluídas, mas a urbanização nas suas margens não aconteceu. As novas áreas de expansão, adjacentes ao perímetro urbano, também não se concretizaram. Praticamente só as zonas industriais, promovidas pelo Município se concretizaram em quantidade apreciável, devido à cedência de lotes muito subsidiados.

A alteração do PUE (2011) enviesou ou anulou algumas das regras perequativas do plano anterior, tornando-as inoperacionais, por não estabelecerem “benefícios padrão” e “encargos padrão”, para a zona urbana.

Com efeito, o “benefício padrão”, designado como “direito abstrato de construir”, que estabelecia uma potencialidade edificatória média para a Cidade, foi suprimido do PUE (alínea a) do Artigo 4.º).

Também não foi definido no Capítulo III (*Da justa repartição de benefícios e encargos*), nenhum valor indicativo a para o “benefício padrão”, tendo a sua definição e aplicação sido remetida em exclusivo para as “diferentes unidades de execução definidas em instrumentos de planeamento a elaborar” (n.º1, do Artigo 112º).

Ou seja, numa cidade cujo crescimento tem sido feito quase exclusivamente através de operações de loteamentos particulares, o mecanismo perequativo da repartição de benefícios foi tornado inoperacional ou simplesmente eliminado.

O mesmo aconteceu com o “encargo padrão” previsto em Tabela de Taxas, relativo à realização de obras de urbanização a suportar pelos promotores de novas urbanizações. Esse valor, que tinha sido estabelecido no Regulamento n.º 8/2000 (*Regulamento Municipal para a Justa Repartição de*

Benefícios e Encargos Associados à Construção), veio a ser parcialmente suprimido na atual *Tabela de Taxas Urbanísticas*, a qual não prevê a subtração nas Taxas, do valor das obras efetivamente suportadas pelos urbanizadores. Tal facto, cria uma óbvia desigualdade entre os promotores de novas urbanizações, promovendo a inação e o imobilismo.

Deve, no entanto, referir-se que a estagnação do mercado imobiliário, acabou por camuflar estas insuficiências da alteração do PUE no que se refere aos mecanismos perequativo.

Em **conclusão**, salienta-se a necessidade de rever os mecanismos adequando-os:

- a) às regras da **nova legislação urbanística**, designadamente a *Lei de Base Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo* (Lei nº31/2014); ao DL n.º 80/2015 que aprova o novo *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território*, bem com aos respetivos diplomas complementares;
- b) à realidade urbana atual, redireccionando grande parte da iniciativa urbanística municipal para as necessidades de **reabilitação urbana**, tanto ao nível das edificações com também no que se refere às necessidades reabilitação e renovação da infraestrutura pública;
- c) à necessidade de estabelecer uma **nova política de solos** que tenha em conta os princípios de contenção de expansões urbanas, imposta pela nova Lei de Bases, mas também a diminuição da oferta e procura imobiliária, sem esquecer as famílias que não possuem rendimentos nem capacidade para recorrer a financiamentos bancários;
- d) à necessidade de retomar o estabelecimento de efetivas **medidas perequativas**, tendentes à justa repartição de benefícios e encargos de urbanização;
- f) em função dos critérios de perequação aí estabelecidos, reformular a **Tabela de Taxas Urbanísticas** e o **Regulamento de Edificações Urbanas**

7.2. FINANCIAMENTO E TAXAS URBANÍSTICAS

Taxas urbanísticas, compensações e cedências

As taxas aplicadas ao fenómeno urbanístico incluem dois tipos: as **taxas de natureza administrativa**, correspondentes aos atos de controlo das atividades particulares e as taxas, que vulgarmente se designam como “**taxas urbanísticas**”, referentes à “realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas”.

Estas últimas visam compensar os municípios pelos investimentos realizados na construção, manutenção e reforço das infraestruturas existentes, bem como nos espaços verdes de lazer e nos equipamentos de utilização coletiva, da responsabilidade do Município.

Para além das taxas, os promotores urbanísticos são obrigados a:

- “cedência de terrenos” destinados a espaços verdes e equipamentos;
- ou a uma “compensação urbanística” quando os Planos não contemplem espaços verdes ou de equipamentos, nas áreas da operação urbanística, ou, havendo esses espaços, eles sejam inferiores à “cedência padrão” que o Plano estabelece.

Sendo o licenciamento de loteamentos e construções, o ato que concretiza os direitos “atribuídos” pelos planos urbanísticos, e que, portanto, efetivam as “desigualdades decorrentes dos planos”, as taxas, compensações e cedências aplicadas a essas operações urbanísticas, podem e devem ser mecanismos indiretos na concretização das políticas perequativas.

7.3. AÇÕES DE PLANEAMENTO E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O relatório no PUE de 2000 reconhece a **importância do desenho urbano** na qualidade formal e funcional da cidade. A planta de zonamento traduz opções estruturais e induz opções morfológicas, tendo a sua elaboração como base estudos parcelares e pormenorizados à escala 1:2000, “que garantem uma implantação adequada e rigorosa dos elementos estruturantes assinalados na Planta”.

Objetivos Estratégicos	Objetivos secundários /operacionais
<p>4. Animar a ação urbanística municipal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público.

Quadro 89 - Objetivos do plano que enquadram as ações de planeamento e instrumentos urbanísticos

Os estudos apresentados (esboços de pormenor) foram os seguintes:

- Área de expansão dos Leões – não executado, tendo sido reformulado com trabalho preparatório para plano de pormenor, vertido no PUE aquando da alteração de 2011;
- Área de expansão da Senhora da Saúde – não executado, devendo ser verificado a sua compatibilidade com os compromissos assumidos ao nível dos loteamentos;
- Área de expansão da Senhora do Carmo – implementado com adaptações na “urbanização do Moinho” em malha organizada em quarteirões e com espaço verde centrado;
- Eixo ponte de entrada na cidade – Pontualmente executado, ao longo da avenida Túlio Espanca; Área de Equipamento das Piscinas / Malagueira – respeitado e parcialmente implementado

Ações de planeamento e elaboração de Instrumentos urbanísticos elaborados

Sempre que tal se mostre necessário para atingir os objetivos do Plano de Urbanização de Évora e, nomeadamente, para as áreas em que tal é indicado no regulamento, a construção deverá ser precedida da elaboração de um dos instrumentos urbanísticos previstos no n.º 2 do Artigo 78.º do regulamento. Tais instrumentos, que deverão ter o desenvolvimento suficiente para assegurar a harmonia, enquadramento e complementaridade das diversas iniciativas públicas e privadas, poderão traduzir-se em:

- a) Planos de pormenor, conforme o RJIGT;
- b) Estudos de ocupação urbana expressamente aprovados pela Câmara - Estudo prévio de vias sobre traçados viários, Definição de alinhamentos relativos à edificação, conforme artigo 7º do Decreto-Lei n.º 38 382 de 7.8.51 (RGEU), Estudos prévios relativos ao espaço público, Estudo prévio sobre desenvolvimento e programação de espaços urbanos, tendo em vista o enquadramento de posteriores operações urbanísticas a implementar;
- c) Projetos de loteamento, nos termos da legislação em vigor.

Foram desenvolvidas diversas ações de planeamento, tendo sido identificados vinte e quatro processos de elaboração de instrumentos ou estudos urbanísticos (não incluindo os esboços/soluções de pormenor anexos ao PUE) pelos serviços municipais (DORU e DGU). Nestes processos estão incluídas as seguintes figuras:

- (I) Planos de pormenor e propostas de plano de pormenor (dois no total);
- (II) Estudo prévio de vias sobre traçados viários, (quatro no total);
- (III) Definição de alinhamentos relativos à edificação (dois no total);
- (IV) Definição de alinhamentos relativos à edificação e estudo prévio de vias sobre traçados viários, (três no total);
- (V) Estudo prévio sobre desenvolvimento e programação de espaços urbanos, tendo em vista o enquadramento de posteriores operações urbanísticas a implementar (nove no total);
- (VI) Projetos de loteamento (quatro no total).

Sob a denominação de *Estudos de ocupação / Estudo prévio sobre desenvolvimento e programação de espaços urbanos* foram elaborados instrumentos de diversa natureza, desde estudos de implantação, volumetrias de edifícios e definição de espaços públicos (equivalente a um plano de pormenor simplificado), propostas de zonamento e normativa específica (densificação da regulamentação existente).

Estes instrumentos tiveram como alvo áreas integradas e não integradas em UOPG's, tendo sido na sua maioria aprovados pela CME. Na sua grande maioria não foram executados.

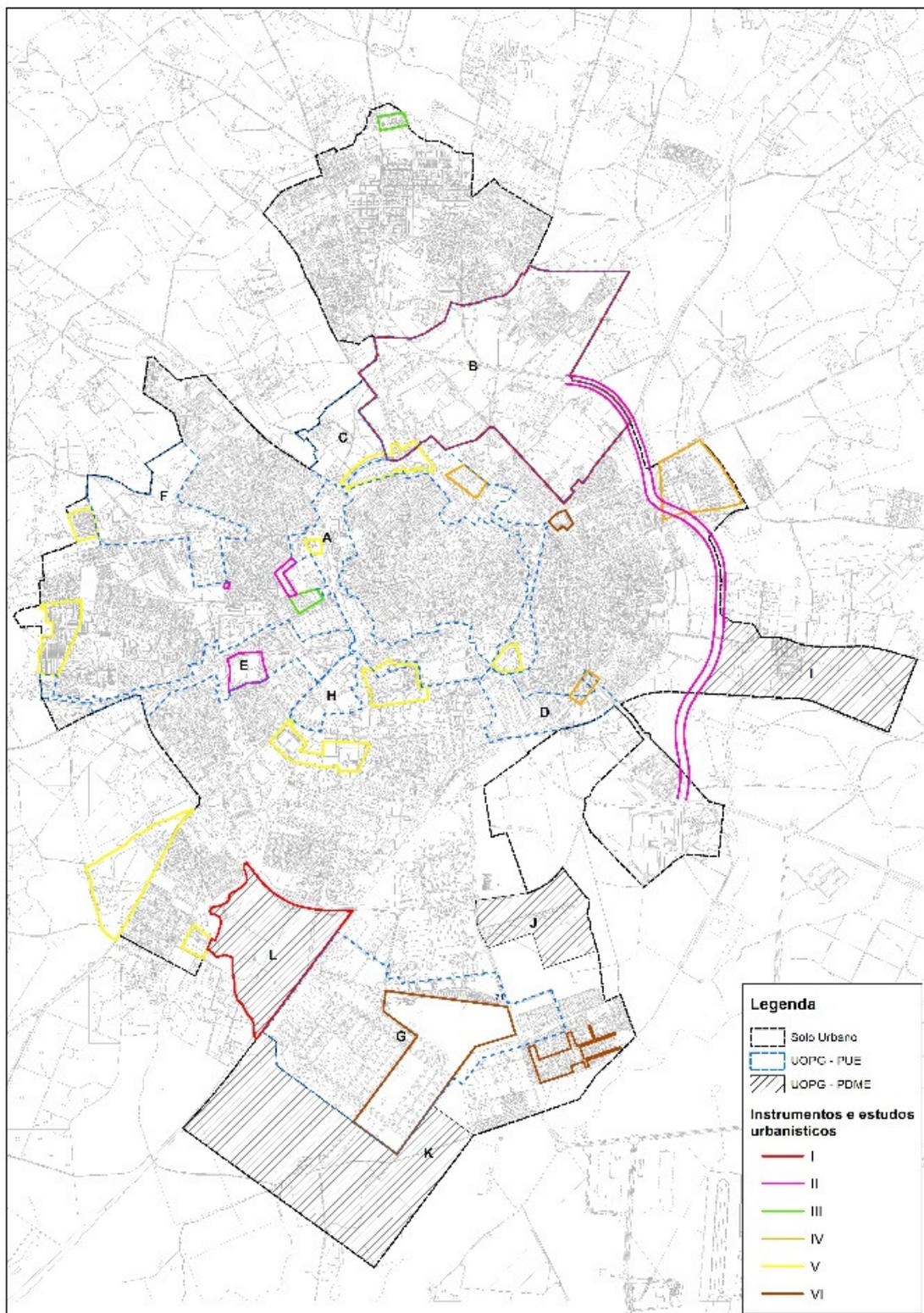


Figura 43 - Instrumentos e estudos urbanísticos

8. ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL

8.1. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PUE

Avaliação dos objetivos do plano

No presente capítulo, pretende-se avaliar a concretização dos objetivos do plano, através da identificação e relação do conjunto de ações identificadas no relatório do PUE 2000.

Os objetivos do plano são na sua generalidade, muito abrangentes e procuram incidir num conjunto de temáticas de interesse para o desenvolvimento da cidade.

Os objetivos foram enunciados na sequência do diagnóstico efetuado para o plano (*a Cidade de Évora em 1995*) tendo sido igualmente enquadrados nos objetivos do plano estratégico (1994).

Contudo, a abrangência dos objetivos, a sua formulação em afirmações que identificam simultaneamente objetivos gerais, objetivos específicos, medidas e ações, dificulta uma clara identificação das ações e dos respetivos indicadores de medida, tornando difícil o processo de avaliação da sua concretização. Neste sentido, e tendo como base o teor do Relatório, designadamente o referente ao modelo de ordenamento, procedemos à estruturação dos objetivos, organizando-os em “árvore” (Silva, 2017), fazendo corresponder a cada objetivo específico, medidas e ações, e indicadores de monitorização. Este exercício encerra alguns riscos e alguma subjetividade.

Para este efeito foi elaborado o quadro seguinte, onde são listadas as ações, enquadradas nos respetivos objetivos e avaliadas quanto ao seu grau de concretização.

Desta forma, muitas das ações apresentadas, não possuem indicadores de medida explícitos, o que inviabiliza ou diminui este exercício de avaliação.

Objetivos estratégicos/ Fundamentais	Objetivos gerais / meio	Objetivos específicos/ fins	Ações, medidas, Projetos (inseridos no Relatório quando explicitado)	Indicadores
1. Globalizar e estruturar a cidade.	1.1. Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da muralha.	Execução da UOPG – A.	<p>A.1.1.1 Urbanização de diversos espaços que compõem a UOPG-A;</p> <p>A.1.1.2 Novos atravessamentos da muralha;</p> <p>A.1.1.3 Relação entre o interior e o exterior da muralha.</p>	<p>A.1.1.1 - Grau de execução - 29% da UOPG-A – Fraca Execução;</p> <p>A.1.1.2 – Grau de execução – Não executado;</p> <p>A.1.1.3 – Grau de execução - Percursos pedonais e cicláveis de articulação entre a cidade intramuros e extramuros – Percurso adjacente às muralhas (POLIS), Ciclovia da estrada de Arraiolos e Porta da Lagoa, Ciclovia da estrada das Alcáçovas e Porta do Raimundo, Ciclovia do Bacelo e a Porta de Aviz – Execução parcial.</p>

1.2. Estruturar a cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana , articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios , estabelecendo continuidades urbanas , favorecendo novas centralidades .	Estabelecimento de uma estrutura viária principal .	<p>A.1.2.1 - Execução da rede Viária principal;</p> <p>A.1.2.2 - Qualificação urbana da circular à muralha e da totalidade dos eixos radiais existentes;</p> <p>A.1.2.3 - Continuidade da grande circular no Ramo Nascente e Norte;</p> <p>A.1.2.4 - Criação de novo eixo radial.</p>	<p>A.1.2.1 - Grau de execução – Foram executadas várias vias continuando por executar a totalidade da Grande Circular, da Circular Intermédia e o novo eixo de Estremoz. – Parcialmente executado;</p> <p>A.1.2.2 – Grau de execução - Percurso adjacente às muralhas (POLIS), Estrada de Arraiolos, Alcáçovas, Penedo do Ouro e Av. Lino de Carvalho. – Execução Parcial;</p> <p>A.1.2.3 – Grau de execução – construção do Ramo Norte da grande circular – Execução parcial;</p> <p>A.1.2.4 – Grau de execução – construído troço do novo eixo radial (Avenida Lino de Carvalho) – Execução parcial.</p>
	Estabelecimento de uma estrutura verde urbana .	<p>A.1.2.5 - Estrutura Ecológica Urbana (120ha de expansão para plena satisfação de necessidades);</p> <p>A.1.2.6 - Articulação de espaços verdes com equipamentos e zonas de terciário.</p>	<p>A.1.2.5 – Grau de execução - 47,2ha o que corresponde a 39,3% do indicado) – Fraca execução;</p> <p>A.1.2.6 – Grau de execução – Verifica-se em EE2/E7 e em E8 no Bacelo, E60 na Escola da Malagueira, em T20 na Horta da Porta, em EE5 na Malagueira e Quinta do Moniz e em E44 no Bairro do Moinho. – Ausência de parâmetros de avaliação;</p>
	Articulação entre bairros, preenchimento de espaços vazios , estabelecimento de continuidades urbanas .	<p>A.1.2.7 - Preenchimento dos espaços vazios localizados no interior da grande circular;</p> <p>A.1.2.8 - Reforçar a unidade interna do conjunto Bacelo a norte e PITE/Almeirim a sul.</p> <p>A.1.2.9 - Articulação entre estrutura viária principal e EEU estabelecendo uma malha.</p> <p>A.1.2.10 - Execução das UOPG's.</p>	<p>A.1.2.7 – Grau de execução – Continua por executar a área da zona de expansão dos Leões, a zona este na Sra. da Saúde adjacente ao troço proposto da Grande Circular, os espaços habitacionais na Tapada do Matias e Quinta do Estoril e diversos espaços terciários a sul. – Execução Parcial.</p> <p>A.1.2.8 – Grau de execução – Verifica-se alguma colmatação de espaços vazios e uma melhoria da conectividade. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.1.2.9 - Grau de execução – Corredor entre o Baluarte do Príncipe e a Porta da Lagoa, Avenida Túlio Espanca/Malagueira/ Ribeira da Torregela – Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.1.2.10 - Grau de execução – 23,5% UOPG A – H. – Fraca execução.</p>
	Emergência de novas centralidades (ver. Cap. 3.2.11).	<p>A.1.2.11 - Consolidação de Centralidades Locais.</p> <p>A.1.2.12 - Consolidação de Centralidades de Comércio e de Centralidades de serviços.</p>	<p>A.1.2.11 - Grau de execução – Identificam-se 11 Centralidades Locais. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.1.2.12 - Grau de execução – Identificam-se 2 Centralidades de Comércio e 3 de Serviços. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p>
1.3. Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas	Integração e qualidade urbana e paisagística.	A.1.3.1 - Estabelecimento de EEU;	A.1.3.1 - Grau de execução – De um total de 235,96ha de área de expansão, foi executado 47,4ha, representando cerca de 20%. – Fraca Execução .

	defendendo a respetiva identidade.	Promoção da Multifuncionalidade.	<p>A.1.3.2 - Estabelecer redes de equipamentos /equipamentos de apoio à função habitacional.</p> <p>A.1.3.3 - Áreas mínimas com usos não habitacionais nas zonas de expansão.</p> <p>A.1.3.4 - Emergência de novas centralidades.</p>	<p>A.1.3.2 - Grau de execução – Os equipamentos de apoio à função habitacional não foram executados na sua generalidade. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.1.3.3 - Grau de execução – De um total de 105,24ha de área de expansão que comporta usos complementares à habitação (H2, H3, H4 e H5) foi executado 15,26ha, que corresponde a 14,5%. - Fraca Execução.</p> <p>A.1.3.4 - Grau de execução – De um total de 17 áreas Extramuros (áreas relatório PUE 2000, pp.80), em 7 observam-se centralidades locais, correspondendo a 41,2%. - Execução moderada.</p>
	1.4. Manter e reforçar o contraste campo-cidade sublinhando linhas/limite de construção e criando novos espaços de receção, afastados da muralha.	Evitar urbanização dispersa e fragmentada. Criação de novos espaços de receção, afastados da muralha.	<p>A.1.4.1 - Preenchimento dos espaços vazios localizados no interior da grande circular.</p> <p>A.1.4.2 - Espaços previstos (T17).</p>	<p>A.1.4.1 - Grau de execução – Continua por executar a área da zona de expansão dos Leões, a zona este na Sra. da Saúde adjacente ao troço proposto da Grande Circular, os espaços habitacionais na Tapada do Matias e Quinta do Estoril e diversos espaços terciários a sul. - Execução Parcial.</p> <p>A.1.4.2 - Grau de execução - Não executado.</p>
2. Revitalizar, criar e valorizar o património edificado.	2.1. Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência, a longo prazo, das funções habitacionais.	Recuperação da Cidade Intramuros. Revitalização da Cidade Intramuros.	<p>A.2.1.1 - Recuperação do Edificado.</p> <p>A.2.1.2 - Requalificação dos espaços públicos e infraestruturas.</p> <p>A.2.1.3 - Reafirmando funções de área central.</p> <p>A.2.1.4 - Permanência das funções habitacionais.</p>	<p>A.2.1.1 - Grau de execução – Em 2011 (Censos INE) 1475 edifícios, cerca de 47% do total apresentava problemas na estrutura, com 98 edifícios a apresentarem necessidades de intervenção grandes e muito grandes. A ORU do CHE, reporta no levantamento de campo de 2015, que 75 edifícios se encontram em muito mau estado de conservação ou em ruína e 173 em mau estado de conservação. Foram executados vários programas de investimento tendo sido realizadas 390 intervenções. Verificase uma melhoria nas condições de habitabilidade (Censos 2011). - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.2.1.2 - Grau de execução – intervenções realizadas (ÉVORACOM - reordenamento e requalificação de espaços públicos) e ações pontuais de manutenção de infraestruturas básicas. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.2.1.3 – Grau de execução – Identificam-se 16 funções especializadas e 9 muito especializadas (Miranda, 2014). - Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.2.1.4 - Grau de execução – No período 2001 e 2011, regista-se uma queda da população (variação de -16,5%), do nº de Famílias (variação de -6%) e do nº de Alojamentos familiares clássicos ocupados com residência habitual (variação de -2,5%). De acordo com o IPA 2005-2007, 54% dos imóveis tinham utilização residencial - Ausência de parâmetros de avaliação.</p>

	<p>2.2. Integrar a muralha na vivência da Cidade, tornando-a acessível e permeável; estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha, prolongando-o pela zona do Aqueduto/Forte de S.to António (complementa o ponto 1.1.).</p>	<p>Tornar a muralha acessível e permeável.</p> <p>Estender o conceito de área histórica, a revitalizar e valorizar, a toda a envolvente exterior da muralha.</p>	<p>A.2.2.1 - Abertura de novas portas.</p> <p>A.2.2.2 - Valorização de percursos adjacentes.</p> <p>A.2.2.3 - Pontos de acesso e visita a torres e adarve.</p>	<p>A.2.2.1 - Grau de execução – Porta aberta no largo dos Penedos mas não acessível. - Não executado.</p> <p>A.2.2.2 - Grau de execução - Corredor entre o Baluarte do Príncipe e a Porta da Lagoa. – Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.2.2.3 - Grau de execução - Não executado.</p>
	<p>2.3. Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade e valor patrimonial da Cidade (complementa o ponto 3.1.).</p>	<p>Construir novos equipamentos constituam elementos simbólicos da modernidade.</p> <p>Construir novos conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos da modernidade.</p>	<p>A.2.3.1 - Projeto do Rossio de Brás.</p> <p>A.2.3.2 - Empreendimentos na envolvente à muralha.</p>	<p>A.2.3.1 - Grau de execução - Não executado.</p> <p>A.2.3.1 - Grau de execução – Construção do empreendimento da Horta da porta e Horta dos Telhais. - Ausência de parâmetros de avaliação.</p>
3. Dotar a cidade de um bom nível de serviços	<p>3.1. Dotar a Cidade de um conjunto de equipamentos de grau superior, que potenciem realizações e grandes eventos de carácter social, cultural ou económico.</p>	<p>Promoção de novos equipamentos de animação económica e cultural.</p> <p>Promoção de equipamentos desportivos.</p>	<p>A.3.1.1 – Equipamentos de animação económica e cultural.</p> <p>A.3.1.2 – Equipamentos Desportivos (5 complexos desportivos).</p>	<p>A.3.1.1 - Grau de execução – Encontra-se em execução a requalificação do Teatro Garcia de Resende e a reabilitação do Salão Central não tendo sido executados o conjunto de equipamentos previstos. - Não executado.</p> <p>A.3.1.2 - Grau de execução – Os 5 equipamentos propostos não foram executados, verificando-se, contudo, a construção do complexo desportivo noutra localização e a Arena de Évora/Pavilhão Multiusos. - Não executado.</p>
	<p>3.2. Dotar a Cidade de uma estrutura verde urbana, associada a percursos estruturados e equipamentos coletivos, que se afirme com marcante na forma e na função.</p>	<p>Estabelecer uma estrutura verde urbana.</p> <p>Promover percursos estruturados e equipamentos coletivos articulados com EEU.</p>	<p>A.3.2.1 - Execução EEU.</p> <p>A.3.2.2 - Proposta percurso estruturados articulados com EEU.</p> <p>A.3.2.3 - Proposta Equipamentos coletivos e Zonas terciárias associadas a EEU.</p>	<p>A.3.2.1 - Grau de execução - Foram executados 47,2ha de EEU o que corresponde a 20%. - Fraca Execução.</p> <p>A.3.2.2 - Grau de execução – Corredor entre o Baluarte do Príncipe e a Porta da Lagoa, Avenida Túlio Espanca/Malagueira/ Ribeira da Torregela – Ausência de parâmetros de avaliação.</p> <p>A.3.2.3 - Grau de execução – Verifica-se em EE2/E7 e em E8 no Babelo, E60 na Escola da Malagueira, em T20 na Horta da Porta, em EE5 na Malagueira e Quinta do Moniz e em E44 no Bairro do Moinho. – Ausência de parâmetros de avaliação.</p>
	<p>3.3. Dotar as diferentes zonas da Cidade de um bom nível de equipamentos coletivos, que favoreçam o convívio, a permanência das pessoas e atividades e o espírito de vizinhança (articula-se com o ponto 1.3.).</p>	<p>Promover equipamentos de apoio á função residencial.</p> <p>Estabelecer estrutura Verde Urbana.</p>	<p>A.3.3.1 – Execução de equipamentos de apoio à função habitacional (previstos 14).</p> <p>A.3.3.2 – Execução de EEU.</p>	<p>A.3.3.1 – Grau de execução - Apenas foi executado o Jardim de Infância do Palmo e Meio e o espaço de recreio e lazer na Urbanização do Moinho, correspondendo a uma execução de 14.3%. – Fraca Execução.</p> <p>A.3.3.2 – Grau de execução – De um total de 235,96ha de área de expansão, foi executado 47,4ha, representando cerca de 20%. – Fraca Execução.</p>

	3.4. Criar condições para uma circulação fácil, apostando nos transportes coletivos para o acesso ao Centro.	Criar condições para uma circulação fácil. Apostar nos transportes coletivos para o acesso ao Centro.	<u>A.3.4.1</u> - Execução de eixos viários (9 vias executadas e 6 parcialmente executadas). <u>A.3.4.2</u> - Execução percursos pedonais e clicáveis. <u>A.3.4.3</u> - Carreiras da Rede de transporte público devem privilegiar centro.	<u>A.3.4.1</u> - Grau de execução – Foram executadas várias vias continuando por executar a totalidade da Grande Circular, da Circular Intermédia e o novo eixo de Estremoz. – Parcialmente executado . <u>A.3.4.2</u> - Grau de execução - Percurso adjacente às muralhas (POLIS), Ciclovia da estrada de Arraiolos e Porta da Lagoa, Ciclovia da estrada das Alcáçovas e Porta do Raimundo, Ciclovia do Babelo e a Porta de Aviz e Ecopista – Execução parcial . <u>A.3.4.3</u> - Grau de execução – A reorganização da rede de transportes públicos em 2010, privilegiou o acesso ao CHE. – Executado .
4. Animar a ação urbanística municipal	4.1. Relançar a política de solos municipal, rentabilizando investimentos, orientando o crescimento da Cidade e criando condições para a promoção habitacional cooperativa e para a construção disseminada de habitação social.	Promoção habitacional cooperativa. Construção disseminada de habitação social.	<u>A.4.1.1</u> - Construção de 40 fogos /Ano. <u>A.4.1.2</u> - Construção de 100 fogos (em dez anos).	<u>A.4.1.1</u> - Grau de execução – 935 fogos de promoção cooperativa, perfazendo 46,8fogos/ano. – Executado . <u>A.4.1.2</u> - Grau de execução – Construídos 176 fogos (136 dos quais ao abrigo do PER). – Executado .
	4.2. Continuar a política municipal de produção de solo urbanizado para a instalação de indústrias e outras atividades económicas; valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente destas áreas.	Promoção de Novas Zonas Industriais. Valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente das Zonas I.	<u>A.4.1.3</u> – Áreas industriais de expansão. <u>A.4.1.4</u> - Estabelecer EEU.	<u>A.4.1.3</u> – Grau de execução - Do total de 48,42ha de expansão, foram executados 29,96ha correspondendo a 61,9%. – Execução elevada . <u>A.4.1.4</u> - Grau de execução - Do total de 53,08ha de EEU integrada na UOPG - G, foram executados 12,84ha correspondendo a 24,2%. – Fraca Execução .
	4.3. Constituir ponto de partida para a procura de qualidade, devendo a planta de ordenamento traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas, que orientem o desenho urbano e conduzam à valorização do espaço público.	Planta de ordenamento deve traduzir opções estruturais e induzir opções morfológicas.	<u>A.4.1.5</u> - Elaboração de Instrumentos urbanísticos/ações de planeamento.	<u>A.4.1.5</u> – Grau de execução – Foram elaborados diversos estudos Urbanísticos (ver. Cap. 7.3) - Ausência de parâmetros de avaliação .

Quadro 90 - Ações do plano

A análise ao Quadro 90, permite verificar uma fraca execução dos objetivos definidos, apesar de em todos eles, terem sido concretizadas ações. Tal como indicado, a abrangência dos objetivos e a ausência de indicadores de medida que permitam verificar a sua efetiva execução/concretização, conferem a este exercício um elevado grau de subjetividade.

Assumindo as limitações metodológicas desta avaliação, destaca-se, no entanto, o grau de concretização elevado e moderado dos objetivos gerais 4.1 (política de solos e habitação) e 4.2 (política de solos e zonas industriais).

Podemos, no entanto, verificar que a generalidade dos objetivos gerais teve alguma concretização e orientou a ação municipal.

Num futuro processo de revisão do plano, os objetivos inscritos devem ser acompanhados das respetivas ações e indicadores de medida, de forma a tornar possível a aferição da execução destes objetivos.

8.2. AVALIAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO FACE AO SISTEMA TERRITORIAL ATUAL

8.2.1. MODELO DE ORDENAMENTO PROPOSTO

Considera-se, para efeitos da presente análise, que o modelo de ordenamento é composto pela estrutura, distribuição funcional, zonamento e áreas estratégicas e prioritárias.

Apresenta-se em seguida o modelo de ordenamento e procede-se à sua avaliação.

Estrutura

A Cidade de Évora corresponde a uma Estrutura radioconcêntrica, tendo como centro a cidade intramuros. O Modelo proposto aceita e procura consolidar essa estrutura radioconcêntrica, interrompida apenas na zona rural/monumental associada ao Aqueduto, que se pretende salvaguardar. Para essa consolidação o Modelo proposto previu:

- A manutenção de funções centrais na cidade intramuros, procurando fazê-las transbordar para o exterior à muralha;
- O reforço da atual estrutura viária através da qualificação urbana da Circular à Muralha e da totalidade dos eixos radiais existentes, dando continuidade à Grande Circular pelos lados nascente e norte, e ainda na construção de um novo eixo radial (Estremoz).

A proposta de continuação da Grande Circular procurou compatibilizar objetivos que visavam um tráfego fluente, com os da defesa de uma imagem urbana e de vivência pedonal.

A estrutura que se propôs para a Cidade assentava nessa estrutura viária que em articulação com o estabelecimento de uma Estrutura Ecológica Urbana, constituíam uma malha.

A Estrutura Ecológica Urbana deveria ser composta por futuros espaços verdes de utilização coletiva, articulados com outras funções (equipamentos e terciário).

O Modelo proposto estabeleceu uma matriz ampla e aberta, considerando-se que o grande esforço deveria orientar-se para a estruturação e consolidação da cidade. Tal consolidação deveria traduzir-se no preenchimento dos espaços vazios localizados no interior da grande circular, articulando bairros entre si, estabelecendo continuidades e reforçando a urbanidade de toda essa área.

Pretendeu-se reforçar a unidade interna do conjunto do Bacelo, a norte e a Área do Parque Industrial/Almeirim a sul.

A procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros implicou um esforço de concentração dos novos investimentos nas áreas de expansão, já induzida através da proposta de rede viária secundária, articulada com a estrutura verde e com a localização de equipamento e terciário.

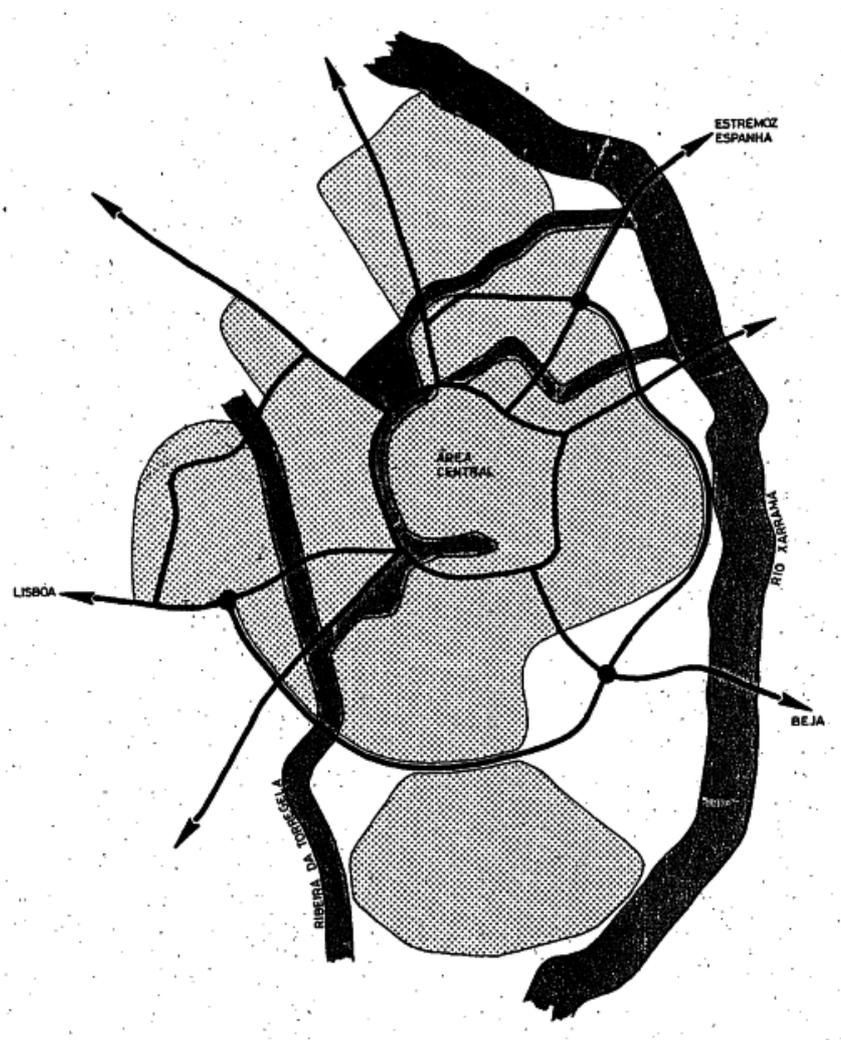


Figura 44 - Estrutura da cidade (Relatório PUE 2000)

Distribuição funcional

O Modelo proposto, respeitando as características e identidade de cada bairro, procurou induzir uma maior multifuncionalidade:

- O já referido transbordo do terciário para fora da muralha, procurando transformar toda a envolvente e penetrando mesmo nalguns eixos radiais;
- A localização na principal zona de expansão (Leões) de funções não apenas habitacionais, prevendo-se uma presença significativa de terciário ao longo do troço Norte da Grande Circular e na reutilização da Fábrica dos Leões e também na criação duas zonas IT (mistas);

- A procura de articulação entre o Parque Industrial e o Bairro de Almeirim, prevendo-se expansão industrial e habitacional, algumas funções terciárias e grandes equipamentos.

O regulamento aponta para alguma plurifuncionalidade, quer na Cidade Intramuros (que deveria manter a sua multifuncionalidade) quer nas zonas habitacionais de expansão, através de áreas mínimas a afetar a usos não habitacionais, quer na criação de algumas zonas mistas (funções terciárias, indústria e habitação – zonas IT/E).

Zonamento (Quantificação)

Foram previstas, na Planta de Zonamento, no interior do perímetro da Cidade, as seguintes categorias de espaço:

- Espaços Canais, correspondendo à Rede Viária e à Rede Ferroviária;
- Zonas Verdes Urbanas;
- Zonas de Equipamentos;
- Zonas Terciárias
- Zonas Industriais;
- Zonas Habitacionais



Figura 45 - Planta de Zonamento do PUE (2000)

Apresenta-se de seguida o quadro com a quantificação das categorias de espaço.

	Centro Histórico		Cidade Extramuros		Cidade		
	Consolidado	Expansão	Consolidado	Expansão	Consolidado	Expansão	Total
Espaços Canais	0	0	33	32	33	32	65
Estrutura Ecológica Urbana	6	4	25	125	31	129	160
Zonas de Equipamentos	36	1	95	96	131	97	228
Zonas Terciárias	18	0	25	37	43	37	80
Zonas Industriais	0	0	113	83	113	83	196
Zonas Habitacionais	32	3	409	174	441	177	618
Total	92	8	700	547	351	555	1347

Quadro 91 - Zonamento do Relatório do PUE 2000

Áreas estratégicas e prioritárias

O plano pretendia que o município estabelecesse uma atitude de planeamento estratégico, devendo assumir uma posição seletiva em relação às propostas do plano, distinguindo aquelas que se revelassem essenciais para o desenvolvimento harmonioso da Cidade, e promoção de um processo colaborativo com os diversos agentes com vista à sua execução.

Neste sentido foram delimitadas as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) que de acordo com o modelo de ordenamento se afiguravam como estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento da Cidade, preconizando-se que as grandes iniciativas municipais se dirigiam para estas áreas, concentrando novos equipamentos e as novas expansões urbana e procurando que tais iniciativas viessem a constituir ou integrar elementos simbólicos de modernidade e reforço do património da cidade.

8.2.2. AVALIAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO

Estrutura

A cidade de Évora apresenta atualmente uma estrutura tendencialmente radioconcêntrica ou parcialmente radioconcêntrica, estrutura esta que foi, gradualmente, consolidada ao longo das últimas duas décadas.

O centro da cidade – centro funcional e simbólico – permanece a cidade intramuros, conjunto classificado. A cidade intramuros mantém as principais funções centrais da cidade, nela se localizando

a maior parte do comércio e dos serviços, a maioria dos organismos públicos, e importantes equipamentos coletivos (com destaque para a universidade e o hospital regional).

As funções centrais transbordaram para o exterior da muralha a oeste (zonas terciárias) e a sudoeste (urbanização da muralha), estando este processo incompleto (designadamente a não execução da UOPG-A – Área de Expansão dos Leões).

A estrutura viária foi reforçada com a qualificação pontual da circular à muralha e de alguns eixos radiais e a construção de um troço da grande circular a norte, tendo sido criado um troço do novo eixo radial (Av. Lino de Carvalho). A execução de novos eixos viários e a qualificação dos existentes foi um processo parcial. A grande circular a norte não assumiu ainda uma imagem urbana e vivência pedonal. Foi realizada a articulação entre a estrutura viária e o estabelecimento da Estrutura Ecológica Urbana em quatro pontos (Circular à muralha, Av. Túlio Espanca, Estrada das Alcáçovas, Grande Circular).

Os espaços verdes de utilização coletiva articulam-se com equipamentos e funções terciárias em seis pontos (no Bacelo, Malagueira, Quinta o Moniz e N.º Sr.ª do Carmo e PITE).

O preenchimento de espaços vazios localizados no interior da grande circular foi parcial, continuando por consolidar a área da zona de expansão dos Leões, a zona Este na Sra. da Saúde adjacente ao troço proposto da Grande Circular, os espaços habitacionais na Tapada do Matias e Quinta do Estoril e diversos espaços terciários a Sul.

O reforço da unidade interna do conjunto do Bacelo e do PITE/Almeirim a sul foi parcial, verificando-se alguma colmatagem de espaços vazios e uma melhoria da conectividade.

Distribuição funcional

A estrutura funcional da cidade evoluiu muito desde a década de 1990. Os bairros apresentam atualmente maior multifuncionalidade, tendo-se consolidado diversos núcleos de atividades ou centralidades locais (11 no total), a que se somam centralidades de serviços (na envolvente à muralha) e centralidades comerciais.

O transbordo do terciário para fora da muralha foi parcial (zonas T a ponte) e adjacente à Av. Dinis Miranda a sudoeste. Existem, no entanto, outras concentrações de terciário, designadamente no PITE (Retail Park e Évora Plaza), zona industrial da Horta das Figueiras e S. José da Ponte.

A não execução da UOPG dos Leões e a alteração do plano nesta unidade comprometeu a concretização do modelo de ordenamento. A fábrica dos Leões foi reutilizada, mas não se localiza nesta unidade uma nova área afeta ao uso terciário.

A articulação entre o PITE e o bairro de Almeirim foi efetuada parcialmente (funções habitacionais e funções terciárias).

A cidade intramuros mantém a sua plurifuncionalidade com a manutenção de funções centrais e função habitacional (em 2005-2007, 54% dos imóveis tinham ocupação residencial e 26,5% funções mistas).

Nas zonas habitacionais de expansão, as áreas mínimas destinadas a usos não habitacionais contribuíram para a emergência de centralidade locais (Torralva) e centralidades de comércio (Quinta do Moniz) e para surgimento de outros núcleos de comércio e serviços (Av. Lino de Carvalho, Moinho/Sr.^a do Carmo, Av. Túlio Espanca).

Algumas zonas terciárias também apresentam um carácter misto, coexistindo habitação com comércio e serviços (Horta da Porta, Horta dos Telhais). Foram criadas algumas zonas mistas (IT/E) – junto a S. José da Ponte.

As zonas residenciais consolidadas são dominantes a norte, este e oeste, constituídas numa coroa de bairros localizados na envolvente à cidade intramuros. As zonas de atividades económicas localizam-se e concentram-se a sul, sendo de assinalar que a indústria se localiza a sul do ramal ferroviário. Não foram concretizadas zonas mistas (indústria e terciário) a norte, o que contribui para a especialização funcional de parte da cidade-sul.

Áreas Estratégicas e Prioritárias

As áreas estratégicas e prioritárias foram delimitadas em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). O grau de execução destas é variável, destacando-se a execução da UOPG- G- Parque Industrial e Tecnológico de Évora, UOPG-A Área Envolvente à Muralha e UOPG-E – Entrada Poente na Cidade. Paralelamente, o baixo grau de execução da UOPG-B- Área de Expansão dos Leões reflete a dificuldade em orientar o processo de urbanização, a concentração de investimentos a as grandes iniciativas municipais para estas áreas.

Interpretação do Modelo de Ordenamento

Com base na descrição do Modelo de Ordenamento apresentada no relatório do PUE 2000, apresentam-se duas figuras (Fig. 46) que pretendem interpretar o modelo proposto e a sua concretização, ou seja o modelo da situação atual.

A primeira figura representa o Modelo de Ordenamento Proposto em 2000, com a representação das áreas consolidadas, os espaços vazios que se pretendiam colmatar e consolidar no interior da Grande Circular e no exterior desta, o conjunto do Bacelo a norte e o Parque Industrial/Almeirim a sul, a estrutura viária radioconcêntrica com a representação da grande circular e o eixo radial de Estremoz, as Zonas Verdes Urbanas definidas num continuo urbano e as zonas terciárias com o “transbordo” para a envolvente imediata da muralha.

A segunda figura reflete a cidade atual, com a efetiva concretização do modelo, onde se destaca o seguinte: a permanência de espaços vazios no interior da grande circular; no seu exterior a não concretização da consolidação do conjunto do Bacelo a norte, e o crescimento da Cidade Sul apesar de não consolidado e devidamente articulado no conjunto Parque Industrial/Almeirim; a não concretização do Ramo Nascente da Grande Circular e da totalidade do eixo radial de Estremoz, bem como da inexistência de um efetivo corredor verde na cidade, refletindo-se ainda a concretização parcial do “transbordo” do terciário para a envolvente imediata à muralha.

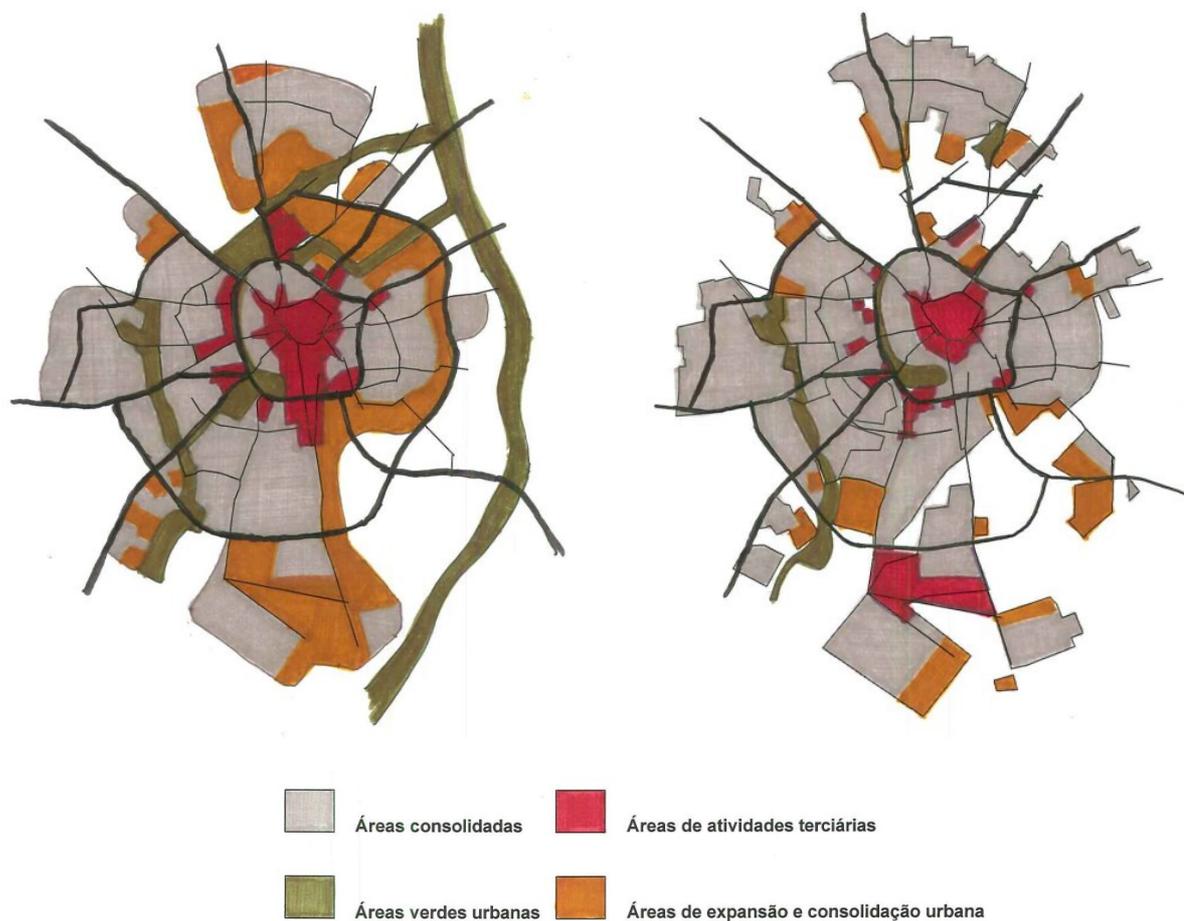


Figura 46 - Interpretação do Modelo de Ordenamento proposto em 2000 (esq.) e o Esquema atual (dir.)

Zonamento / Síntese de execução

	Centro Histórico					Cidade Extramuros					Cidade					Total
	Existente	Existente a Reprogramar	Executado	Não executado	Em execução	Existente	Existente a Reprogramar	Executado	Não executado	Em execução	Existente	Existente a Reprogramar	Executado	Não executado	Em execução	
Espaços Canais*	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Estrutura Ecológica Urbana	6,78	0	1,46	0,37	0	22,2	2,57	45,95	184,99	0	28,98	2,57	47,41	185,36	0	264,32
Zonas de Equipamentos	0,08	6,44	0	0	0	87,44	13,48	18,45	73,18	0	87,52	19,92	18,45	73,18	0	199,07
Zonas Terciárias	0	0,35	0	0	0	7,05	22,06	15,37	17,43	0	7,05	22,41	15,37	17,43	0	62,26
Zonas Industriais	0	0	0	0	0	84,25	6	51,39	28	1,59	84,25	6	51,39	28	1,59	171,23
Zonas Habitacionais**	81,87	0	0,83	2,01	0	351,6	14,85	74,38	178,51	3,17	433,51	14,85	75,21	180,52	3,17	707,26
UOPG do PDME***	0	0	0	0	0	0	0	0	141,45	0	0	0	0	141,45	0	141,45
Total	88,73	6,79	2,29	2,38	0	552,6	56,39	205,54	623,56	4,76	641,31	65,75	207,83	625,94	4,76	1545,59

Quadro 92 - Execução do Plano após 2000

* Não contabilizado por constituir uma classe de espaço com representação linear

** Integra área identificada como CH

*** As UOPG do PDME totalizam 192,48ha. Para este efeito retira-se os 51,03ha afetos a EEU, contabilizados na respetiva classe de espaço para que o valor não seja duplicado.

De acordo com o quadro de execução, verificam-se os seguintes indicadores:

- Áreas existentes em 2000 – 641,31ha – **41,49%**;
- Áreas existentes a reprogramar – 65,75ha – **4,25%**;
- Áreas executadas após 2000 – 207,83ha – **13,45%**;
- Áreas não executadas – 625,94ha – **40,50%**;
- Áreas em execução – 4,76ha – **0,31%**.

Em termos globais, e considerando o zonamento (áreas com classe de espaço definidas) verificamos que a área por executar e consolidar (excluindo a área existente em 2000) na proposta do plano, correspondeu a 762,83ha, (46,36% da área total) o que atesta a dimensão da proposta apresentada. Se a este valor se somar, as UOPG do PDME (solo urbanizável), temos uma área total de **904,28ha (58,5%) de área por executar e consolidar após 2000**. Ao detalhar-se a análise, podemos constatar o seguinte:

- A área total executada foi de **207,83ha, correspondendo a 22,98% da área total por executar e consolidar**. A execução em **Zonas Habitacionais** correspondeu a 36,2%, a execução em **Zonas Industriais** a 24,7%, a execução da **Estrutura Ecológica Urbana** a 22,8%, a execução em **Zonas de Equipamento** a 8,9% e a execução em **Zonas Terciárias** a 7,4%.
- **Permanece por executar, 696,45ha, correspondendo a 77,02% da área total por executar e consolidar após 2000**. Desta as **Zonas Habitacionais** correspondem a 28,05%, a **Estrutura**

Ecológica Urbana a 26,98%, o **solo urbanizável** a 20,31% (não corresponde ao valor exato por não incluir os 51,03ha afetos a Estrutura Ecológica Urbana), as **Zonas de Equipamento** a 13,37%, as **Zonas Terciárias** a 5,72% e as **Zonas Industriais** a 5,11%.

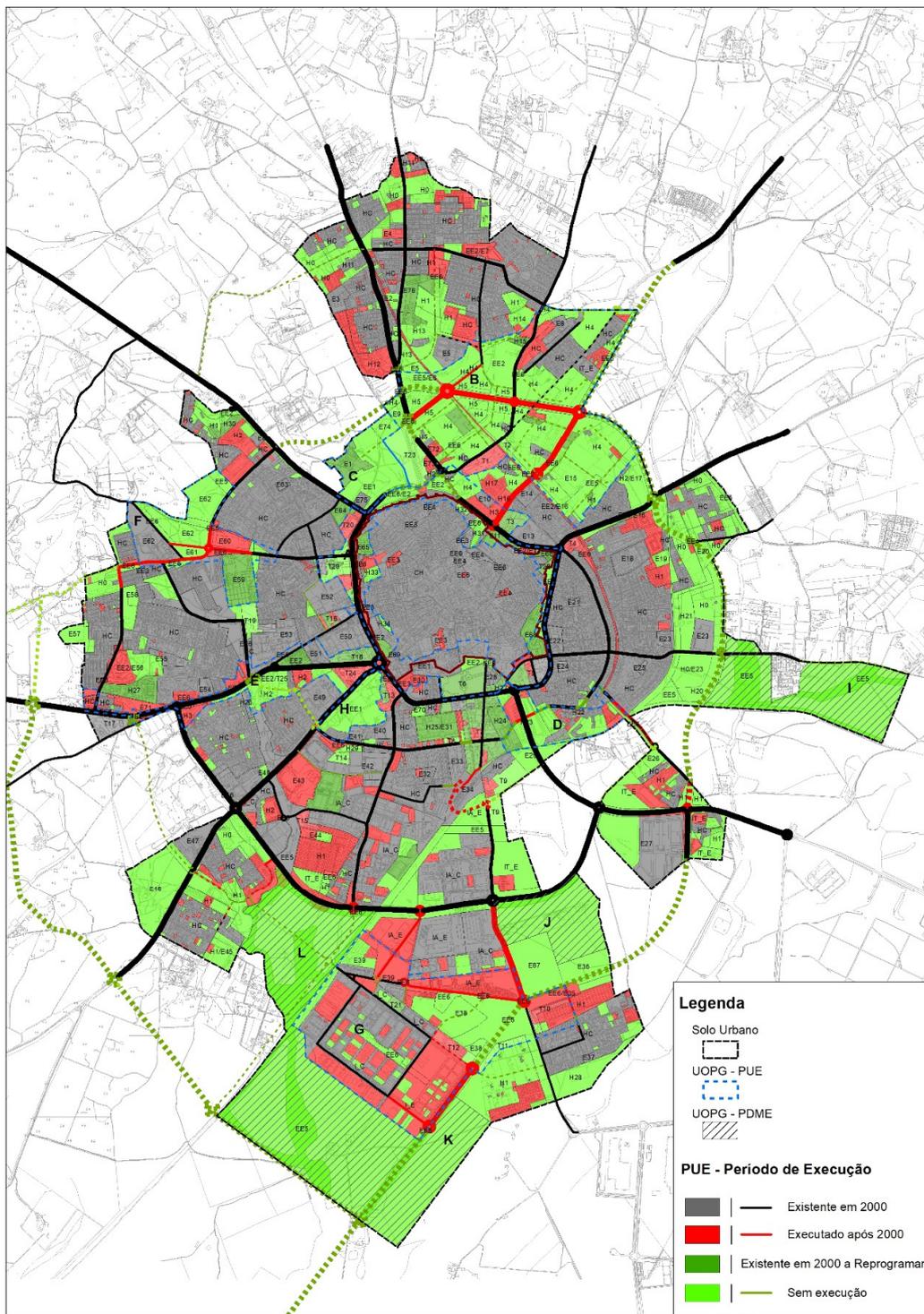


Figura 47 - Execução do plano após 2000

Sistema territorial atual

	Centro Histórico		Cidade Extramuros		Cidade		
	Consolidado	Expansão	Consolidado	Expansão	Consolidado	Expansão	Total
Espaços Canais*	x	x	x	x	x	x	x
Estrutura Ecológica Urbana	8,24	0,37	68,15	187,56	76,39	187,93	264,32
Zonas de Equipamentos	0,08	6,44	105,89	86,66	105,97	93,1	199,07
Zonas Terciárias	0	0,35	22,42	39,49	22,42	39,84	62,26
Zonas Industriais	0	0	135,64	35,59	135,64	35,59	171,23
Zonas Habitacionais**	82,7	2,01	426,02	196,53	508,72	198,54	707,26
UOPG do PDME***	0	0	0	141,45	0	141,45	141,45
Total	91,02	9,17	758,12	687,28	849,14	696,45	1545,59

Quadro 93 - Cidade atual (2019)

* Não contabilizado por constituir uma classe de espaço com representação linear

** Integra área identificada como CH

*** As UOPG do PDME totalizam 192,48ha. Para este efeito retira-se os 51,03ha afetos a EEU, contabilizados na respetiva classe de espaço para que o valor não seja duplicado.

O plano em vigor apresenta uma área de expansão significativa, que corresponde a 696,45ha, cerca de 45,06% do total. Veja-se que em 2000 o plano previa 555ha de expansão, tendo posteriormente aumentado em 2011 com a integração das UOPG do PDME.

Não é possível efetuar uma comparação direta com 2000 e 2011, uma vez que os valores apresentados não consideram a área efetivamente consolidada e disponível, limitando-se a integrar os valores das classes de espaço, a conservar e consolidar e as áreas de expansão.

Desta forma, o quadro da cidade atual em 2019, em articulação com as diversas análises sobre as classes de espaço e a execução após 2000, deve servir para uma melhor tomada de decisão tendo em conta, o processo de revisão que se seguirá.

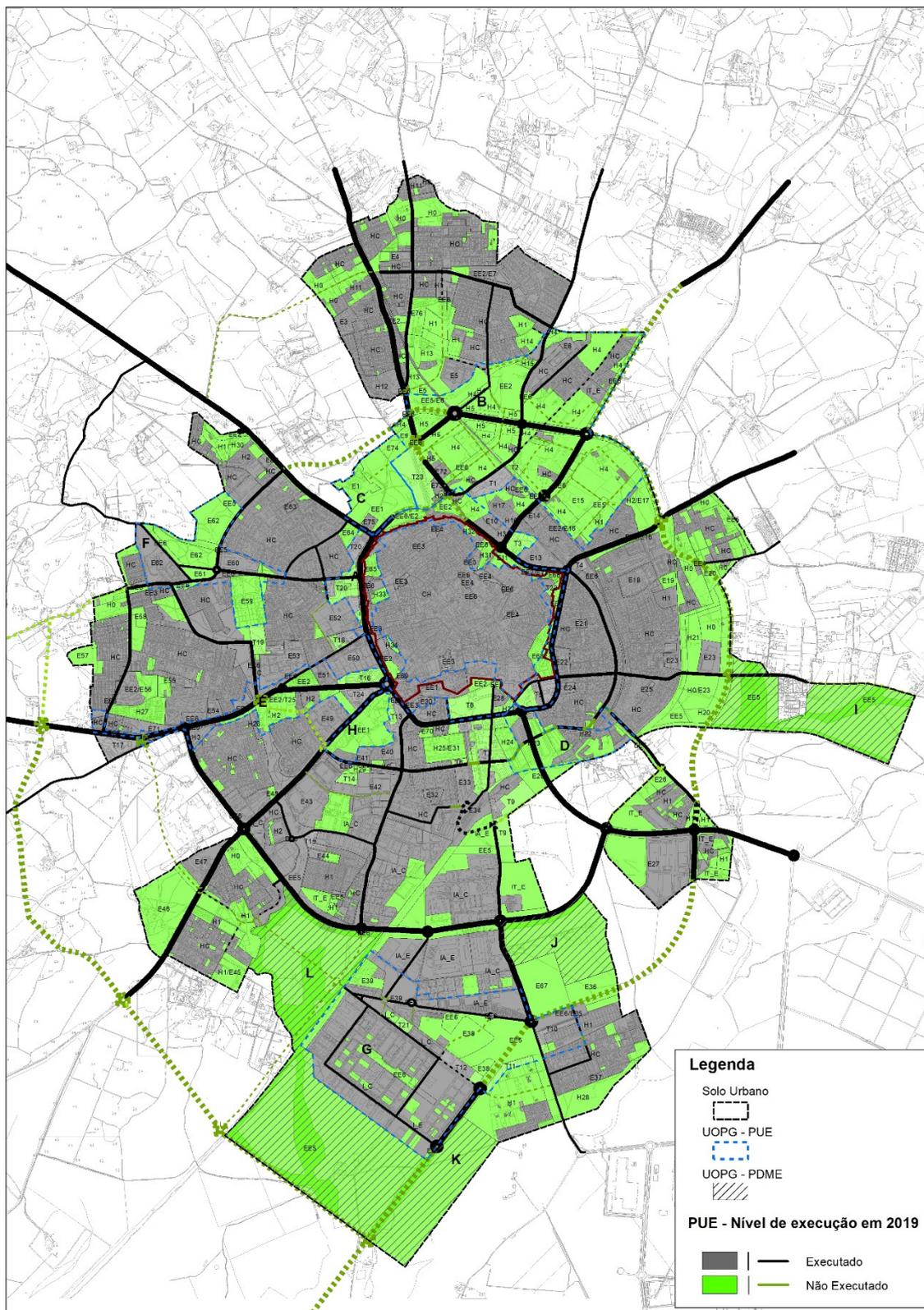


Figura 48 - Cidade atual (2019)

Conclusão

Não há uma continuidade e coerência global na ocupação urbana, de norte para sul, persistindo a fragmentação urbana, subsistindo áreas significativas não urbanizadas a norte e sudeste. Os conjuntos a norte e a sul não foram reforçados de forma clara, persistindo áreas por ocupar no interior da grande circular e na envolvente ao CHE. O crescimento da área urbana foi relativamente desequilibrado, tendo em conta os diversos setores urbanos. A Cidade Nascente e Poente, assim como o setor Sudoeste, apresentam um maior grau de consolidação e de execução de equipamentos e EEU.

A rede viária principal e a estrutura ecológica urbana foram executadas parcialmente, destacando-se a continuidade da EEU ao longo da Ribeira da Torregela. A estrutura e forma radioconcêntrica estão incompletas.

As descontinuidades espaciais, funcionais e vivenciais entre a cidade intramuros e extramuros e entre os setores e bairros permanecem. A disseminação do setor terciário a sul e sudoeste, em paralelo com o referido transbordo limitado da atividade terciária da muralha, contrariam o modelo de ordenamento. A rede de centralidades locais distribui-se por diversos bairros da cidade, mas o conjunto de centralidades de serviços e comércio apresentam uma estrutura muito menos coerente.

A concentração das atividades terciárias extramuros (e do emprego) a sul e sudoeste, evidencia um desequilíbrio funcional, com a relativa marginalização da Cidade Norte e, em menor grau, da Cidade Nascente. A não execução da UOPG dos Leões, e de outras UOPG's (designadamente A, D e E) contribui para este desequilíbrio.

A área de expansão da cidade é claramente desajustada face à dinâmica ocorrida nas últimas duas décadas estando sobredimensionada.

9. FATORES CRÍTICOS NO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Pode considerar-se que a transformação urbana da cidade resultou de um conjunto de aspetos e fatores descritos ao longo do presente documento. De entre esses fatores, destacam-se aqueles que contribuem de forma relativamente direta para a concretização do modelo de ordenamento, seja ao nível das dinâmicas socioeconómicas, seja ao nível regulamentar, das condicionantes ou condicionamentos constantes do plano, seja ao nível das propostas e da execução do próprio plano.

Passados 20 anos desde a elaboração do PUE, a cidade foi palco de transformações significativas que refletem não só o modelo de ordenamento proposto, mas também o contexto económico e social do país.

9.1. O CENÁRIO E A EXECUÇÃO DO PLANO

O **cenário** efetuado pelo plano baseou-se na caracterização da cidade em 1995, estabelecendo o horizonte de 2005, que previa:

- População residente de cerca de 45000 habitantes;
- Número de famílias de 16000;
- Número de pessoas família de 2,8;
- Número total de alojamentos de 19600;

Comparando o cenário descrito com os dados dos censos de 2011:

- A população residente é menor do que o previsto – 41820 (-3180);
- Número de famílias é maior que o previsto – 17112 (+1112);
- Número de pessoas por família é menor do que o previsto - 2,4 (-0,4);
- O número total de alojamentos é superior ao previsto – 21386 (+1786);

Podemos verificar que o cenário geral de crescimento se efetivou, mas que este não se desenvolveu da forma projetada, tendo-se garantido, contudo, a relação do número de famílias e do número total de alojamentos. Em 2005, previa-se 0,82 famílias por alojamento e em 2011, este valor é de 0,80 famílias por alojamento o que evidencia que a cidade mantém um superavit de alojamento, aumentando o nº de alojamentos face ao nº de famílias. Ainda assim, importa detalhar que ao nº total de alojamentos não corresponde os alojamentos efetivamente disponíveis para as famílias. Neste sentido, em 2011, a carência quantitativa de alojamento, definida pela relação do número de famílias pelos alojamentos familiares ocupados com residência habitual era de -246.

O cenário definido justificou a **elaboração de um plano de expansão** que pretendia consolidar, colmatar e articular as diversas áreas da cidade. **A alteração do plano em 2011**, apesar de não sustentar a sua proposta numa atualização da situação existente, **veio aumentar consideravelmente a área de expansão da cidade**.

Ao observar-se a execução efetiva do plano, com a execução de **207,83ha** em duas décadas, a atual área de expansão de **696,45ha**, correspondente a **45,06%** da área da cidade, revela um claro desajustamento da proposta face à dinâmica de crescimento entretanto ocorrida.

9.2. OS FATORES CRÍTICOS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

Elencam-se de seguida uma síntese dos fatores críticos considerados determinantes para a concretização do modelo de ordenamento.

Ao nível das **dinâmicas socioeconómicas**:

- O envelhecimento da população, a redução do número médio de pessoas por agregado familiar e um aumento significativo do número de famílias;
- Processo continuado de declínio da população residente intramuros e de aumento da população residente na cidade extramuros;
- A crise financeira de 2008-2014 promoveu uma alteração profunda das expectativas imobiliárias da cidade;
- Aumento do emprego entre 2003 e 2018, apesar do impacto da crise financeira de 2008-2014.

Ao nível das **condicionantes** destacamos o seguinte:

- A proteção conferida pela delimitação de grandes conjuntos de valor patrimonial, o sistema de proteção de vistas e as exigências do regime de salvaguarda e das intervenções de preservação e reabilitação do edificado na cidade intramuros;
- As restrições e condicionamentos urbanísticos do ponto de vista dos usos na cidade intramuros e das acessibilidades e estacionamento;

Ao nível das **tendências territoriais**:

- Tendência para a urbanização disseminada e assistemática, sendo dominantes os pequenos conjuntos construídos;
- Tendência crescente para a multifuncionalidade e para a disseminação das atividades terciárias, registando-se a consolidação de usos terciários na Cidade Sul, onde se localizam as grandes superfícies comerciais.
- Crescimento e dinamização da cidade sul, ao nível das infraestruturas, atividades económicas, equipamentos, habitação e população
- Consolidação de dois grandes polos de emprego, a Cidade Sul (incluindo o PITE, com tendência de crescimento) e cidade intramuros.

Ao nível da **regulamentação dos usos do solo**:

- Ausência de estratégia e enquadramento regulamentar para o comércio (grandes superfícies), associada à disseminação do setor terciário;
- Disponibilidade para acolhimento de atividades terciárias em diversas zonas, quer nas áreas consolidadas, quer as zonas de expansão habitacional (onde se incentiva usos complementares à habitação), quer as zonas terciárias e as zonas industriais (IA/E);
- Inovações na regulamentação de alguns setores de atividade, como a saúde (exigências de espaços qualificados), registando-se a transferência destes para a cidade extramuros;

Ao nível das **infraestruturas e equipamentos**:

- A não conclusão da grande circular e da circular intermédia que condicionou o desenvolvimento urbano;
- Infraestruturação geral na Cidade Sul (PITE) e na Cidade Norte, com a execução do troço Norte da grande circular, eixo do Penedo do Ouro e troço do eixo de Estremoz;
- Aumento das vias e percursos pedonais e cicláveis;
- Fraca execução de equipamentos coletivos e grandes equipamentos (como hospital, palácio dos congressos e biblioteca, parque de feiras, terminal de carga), não tendo ocorrido os efeitos âncora associados;

Ao nível do **zonamento**:

- As zonas estratégicas e prioritárias (UOPG) apresentam uma fraca execução, não tendo concentrado as ações de planeamento e gestão pró-ativa necessárias, com exceção da UOPG G - Parque Industrial/Almeirim, destacando-se o papel do município na sua concretização;
- Fraca execução das zonas habitacionais (72,5% do total não foi executado), com particular incidência nas zonas H0, H4 e H5;
- Elevado grau de procura e execução das zonas industriais e em particular do solo de promoção municipal (PITE);
- Diminuição das zonas industriais aquando da alteração do plano em 2011, designadamente na UOPG – Área de Expansão dos Leões;
- Aumento significativo da área de estrutura ecológica urbana na cidade;
- Fraca execução das áreas de equipamentos;
- diversas zonas terciárias constituem áreas de reconversão urbanística permanecendo deste modo diversos espaços de reconversão potencial ou relativamente expectantes (subutilizados ou devolutos) na área envolvente à muralha e a sul do Rossio (zona T7); paralelamente, ocorreu um crescente acolhimento de atividades terciárias nas zonas industriais.

Ao nível da **política de solos**:

- Os mecanismos previstos na política de solos, designadamente a bolsa de terrenos, e a perequação compensatória, não foram implementados, contrariamente à concretização de solo urbanizado em lotes industriais, através de investimento público;

- Ao nível do alojamento, foi promovida a construção de habitação social e implementados diversos programas de apoio;
- Ao nível do Programa de Investimentos do plano, o grau de execução dos investimentos prioritários foi moderada (51,4%) e dos restantes investimentos foi fraca (37,8%).

Face aos demais fatores apontados, verifica-se que a Cidade Sul é o setor urbano que mais cresceu nas últimas décadas, com a confluência do seguinte:

- Construção da grande circular, variantes e novos acessos ao PITE a partir da década de 1990;
- Produção de solo urbanizado pela CME (PITE e expansão);
- Oferta de lotes a valores convidativos nos loteamentos municipais;
- Por último a regulamentação do plano que incentiva a localização de grandes superfícies comerciais a sul e condiciona o setor terciário intramuros;

10. COERÊNCIA INTERNA E OUTRAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO

Análise da coerência interna dos objetivos do plano

Ao nível da coerência interna do plano, consideramos que o objetivo “ **2.1 Continuar o processo de recuperação e revitalização da Cidade Intramuros, reafirmando as suas atuais funções de área central, mas defendendo a permanência, a longo prazo, das funções habitacionais**” é contrariado pelos seguintes objetivos:

1.2 - Estruturar a cidade Extramuros (...) favorecendo novas centralidades

1.3 - Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro e zona da Cidade, mas defendendo a respetiva identidade.

4.2 - Continuar a política municipal de produção de solo urbanizado para a instalação de indústrias e outras atividades económicas; valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente destas áreas

Objetivos do plano e modelo de ordenamento

De entre os objetivos do plano, observem-se aqueles que contribuíram decisivamente para a concretização do modelo de ordenamento:

1.1 Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da muralha

1.2 Estruturar a Cidade Extramuros a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal e de uma estrutura verde urbana, articulando com os bairros, preenchendo espaços vazios, estabelecendo continuidades urbanas, favorecendo novas centralidades

4.1 Relançar a política de solos municipal, rentabilizando investimentos, orientando o crescimento da Cidade e criando condições para a promoção habitacional cooperativa e para a construção disseminada de habitação social.

4.2 Continuar a política municipal de produção de solo urbanizado para a instalação de indústrias e outras atividades económicas; valorizar, pelo enquadramento urbanístico, a envolvente destas áreas.

A alteração do plano em 2011 e os objetivos do plano

A alteração do PUE efetuada em 2011 veio acrescentar áreas de expansão ao perímetro urbano da cidade, através da integração das UOPG, delimitadas no âmbito da revisão PDME, assim como alterar

a qualificação do solo a norte da cidade, designadamente na UOPG - Área de Expansão dos Leões, e redelimitar a Estrutura Ecológica Urbana, as zonas de equipamento e as zonas terciárias.

Se nalguns casos estas modificações concorreram para atingir os objetivos fixados pelo plano, noutros isso não se verificou, tendo os mesmos sido postos em causa. O quadro seguinte pretende evidenciar a relação entre as alterações efetuadas e os objetivos do PUE:

	Objetivos do PUE (*)							
	1 - Globalizar e estruturar a cidade				2- Revitalizar, criar e valorizar o património edificado	3 - Dotar a cidade de um bom nível de serviços		
	1.1. Atenuar a descontinuidade de urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da muralha	1.2 Estruturar a cidade extramuros (...) estabelecendo continuidades urbana, favorecendo novas centralidades	1.3 Melhorar a integração, qualidade e multifuncionalidade de cada bairro.	1.4 Manter e reforçar o contraste campo-cidade, criando novos espaços de receção afastados das muralhas.	2.3 - Construir novos equipamentos ou conjuntos urbanísticos/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos e de modernidade (...).	3.1 Dotar a cidade de um conjunto de equipamentos (...) que potenciem a realização de grandes eventos	3.2 Dotar a cidade e uma estrutura verde urbana associada a percursos (...) e equipamentos colectivos.	3.3 Dotar diferentes zonas da cidade de um bom nível de equipamentos colectivos.
Alterações na Rede Viária (sobretudo na UOPG - Leões)		-	-					
Redelimitação e definição de categorias da Estrutura Ecológica Urbana							+	
Alterações nas Zonas de Equipamentos e respetiva programação		-	-	-	+	+	+	-
Alterações nas Zonas Terciárias (alteração de T1 e introdução de T23)	+	+	-					
Alterações nas Zonas Industriais (supressão de uso industrial a norte da cidade)			-					
Alterações nas Zonas Habitacionais (introdução de H4 e H5 e qualificação do solo no Cabeço do Arraial)		-	+					
Integração de UOPG definidas pelo PDME		-		-	+			

(*) Não se incluíram os objetivos relativamente aos quais se considerou que a alteração ocorrida em 2011 não produziu qualquer efeito

- | | |
|---|---|
| + | Alterações que concorrem para alcançar os objetivos |
| - | Alterações que contrariam os objetivos |

Quadro 94 - Objetivos do PUE afetados pelas alterações introduzidas em 2011

No que respeita à alteração relativa às zonas de **equipamentos**, o impacto da alteração do plano é ambíguo. Por um lado, os grandes equipamentos foram reprogramados tendo em vista a sua viabilização. Por outro lado, a supressão dos equipamentos de apoio à função habitacional e a conversão destes em equipamentos não programados, fragiliza a rede de equipamentos colectivos, designadamente de equipamentos de proximidade.

Apesar da melhoria assinalada no que respeita à alteração às **Zonas Terciárias**, tendo em conta o modelo de ordenamento proposto de “transbordo” da atividade na envolvente da cidade intramuros, considera-se que a redução da área de terciário na zona norte pode fragilizar a coerência da distribuição funcional. Neste sentido, destaca-se a proposta de localização *na principal zona de expansão (Leões) de funções não apenas habitacionais, prevendo-se uma presença significativa de terciário ao longo do troço norte da Grande Circular*. Por outro lado, *a procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros implicará um esforço de concentração dos novos investimentos nas áreas de expansão*, o que pode ser posto em causa.

Embora se considere que a alteração nas **zonas industriais** não coloque em causa os objetivos do PUE, a supressão da quase totalidade zona de expansão industrial a norte (Frei Aleixo) pode colidir com a proposta de distribuição funcional, de *localização na principal zona de expansão (Leões) de funções não apenas habitacionais, prevendo-se (...) também na criação duas zonas IT (mistas (...))*.

Sobre as zonas habitacionais, é de notar que a alteração nas **zonas habitacionais** da Área de Expansão dos Leões, com a delimitação de vastas zonas mistas (H4 e H5) pode desencorajar o aparecimento de novas centralidades pela ausência de uma hierarquização de usos, reflectindo a hierarquia dos espaços urbanos (rede viária) e pela supressão de vários espaços que integravam a zona terciária T1, que poderiam efetivamente acolher funções centrais, e que se constituíssem como âncoras de uma nova centralidade e da plurifuncionalidade de um bairro (comércio e serviços de nível superior).

As alterações no plano relativas às UOPG – *que de acordo com o modelo de ordenamento se afiguram como estratégicas prioritárias para o desenvolvimento da Cidade, preconizando-se que as grandes iniciativas municipais se dirijam para estas áreas, concentrando novos equipamentos e as novas expansões urbana (...)* - poderão ter igualmente posto em causa os pressupostos do Modelo de Ordenamento expressos no Relatório, segundo os quais:

- *O modelo proposto estabelece uma matriz ampla e aberta, considerando-se que o grande esforço deverá orientar-se para a estruturação e consolidação da cidade. Tal consolidação deverá traduzir-se no preenchimento dos espaços vazios localizados no interior da grande circular.*
- *A procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros implicará um esforço de concentração dos novos investimentos nas áreas de expansão, já induzida através da proposta de rede viária secundária.*

Do mesmo modo, as alterações relativas às UOPG, poderão colidir com os pressupostos relativos às *Áreas Estratégicas e Prioritárias*, dado que a posição seletiva em relação às propostas do plano, distinguindo aquelas que se revelem essenciais para o desenvolvimento harmonioso da Cidade e a

necessidade de consolidação da cidade, que conforme refere o Relatório do PUE, aconselha a concentração de investimento, também poderão ser postas em causa.

As alterações efectuadas a Área de Expansão dos Leões *poderão igualmente por em causa a procura de consolidação e maior qualificação da cidade extramuros (...) já induzida através da proposta de rede viária secundária*, o que poderá não se efetivar sem a presença de âncoras significativas, como teriam sido os diversos edifícios da Universidade de Évora e o novo hospital regional, anteriormente previstos.

Avaliação segundo os direitos de planeamento

Os chamados direitos de planeamento correspondem aos direitos humanos fundamentais e à satisfação das necessidades básicas da população, de acordo com o definido na Constituição da República Portuguesa e em diversas cartas e convenções internacionais, como o direito à educação, à saúde, à habitação, à cultura e a um ambiente saudável.

Neste sentido, verificamos que a procura da satisfação desses direitos está na base de grande parte das propostas do plano, destacando-se o seguinte:

- A proposta de uma política de solos ativa, incluindo mecanismos de compensação e de justa repartição de benefícios e encargos, com a definição de um índice médio de construção para toda a área urbana;
- As redes de infraestruturas e equipamentos distribuem-se de forma relativamente equilibrada por toda a área urbana;
- Apesar de realidades diversas em bairros e setores urbanos, a programação da rede equipamentos de apoio à função habitacional (centros e convívio, centros de dia, jardins de infância, pequeno polidesportivo, equipamento de recreio e lazer) pretendia consolidar as várias unidades residenciais;
- A rede de escolas e de equipamentos desportivos distribui-se de forma relativamente equilibrada pelos diversos bairros e setores urbanos.
- A rede de infraestruturas (água e esgotos e eletricidade) tem uma elevada cobertura na área urbana;
- Quanto ao alojamento, o plano propôs diversas medidas para minimiar as carências qualitativas e quantitativas de habitação – oferta de solo urbanizado para apoio à construção a custos controlados, gestão integrada do parque público habitacional, construção de habitação social, apoio à autoconstrução, subsídios à conservação/recuperação do parque habitacional existente, incentivos à aquisição de fogos por parte dos inquilinos.

Conclui-se que, para além das preocupações com a equidade ao nível dos direitos de edificabilidade, o plano procura responder aos direitos sociais e à promoção da qualidade de vida para toda a população, em todos os setores urbanos.

Avaliação segundo a abordagem da decisão

O grau de execução moderado e fraco da execução do Programa de Investimentos do plano, o grau de execução moderado e fraco ou mesmo nulo de diversas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) colocam em questão o papel do plano como quadro de referência para a tomada de decisão. Com efeito, as áreas estratégicas e prioritárias definidas no plano nem sempre foram encaradas e assumidas como tal pelos decisores, ou mesmo pelo próprio processo de planeamento. Neste sentido, verifica-se que a maioria dos instrumentos urbanísticos elaborados (estudos de alinhamentos, estudos de conjunto) foram realizados em espaços não incluídos em UOPG e não concretizam de forma clara os objetivos do plano.

É de destacar a execução e programação de grandes equipamentos que foram executados em áreas diversas das originalmente previstas, para além de não cumprirem plenamente a programação proposta, como a Arena de Évora e o Complexo Desportivo Municipal, e de outros que não foram de todo executados como o novo hospital, o parque de feiras e o palácio de congresso e biblioteca.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente análise retrospectiva do PUE permitiu avaliar o grau de execução das ações e do modelo de ordenamento propostos aquando da sua elaboração, bem como estabelecer uma relação entre a sua concretização e os objetivos delineados. Embora não tenha sido possível aferir com rigor o efetivo grau de concretização dos objetivos do plano, não restam dúvidas, com base na análise realizada, de que muitos deles foram apenas parcialmente atingidos.

O Plano de Urbanização publicado em 2000 aspirava ao desenvolvimento de uma cidade compacta, com os diversos setores extramuros dispostos de forma relativamente equilibrada em relação ao coração da cidade. Pretendia-se que a estrutura radioconcêntrica fosse reforçada e que na cidade intramuros se concentrassem o comércio e os serviços, promovendo-se em simultâneo a plurifuncionalidade dos diversos bairros e devendo as expansões urbanas preencher prioritariamente os espaços livres no interior da grande circular.

O modelo de ordenamento do plano configurou um caráter expansionista, com a programação de **555 ha** de áreas de expansão, apoiado pelo cenário segundo o qual a população residente prevista em 2005 seria de 45000 habitantes, com 16000 famílias, 2,8 pessoas por família e 19600 alojamentos.

Os dados dos censos de 2011 revelaram que a população na cidade de Évora aumentou efetivamente, apesar do crescimento ter estabilizado entre 2001 e 2011, tendo ocorrido o envelhecimento da população, assim como o aumento do número de famílias e a alteração do seu perfil socioeconómico.

Apesar da crise económico-financeira de 2008-2014, a base económica evoluiu e nas últimas duas décadas registou-se um aumento do número de empresas e um crescimento do emprego, sobretudo em atividades relacionadas com serviços, hotelaria, restauração e indústria transformadora. É de realçar que também o setor imobiliário se manteve relativamente dinâmico.

Para além das alterações demográficas e da evolução do perfil de base económica, também a infraestruturização e produção pública de solo urbanizado e a dinâmica do setor imobiliário, foram fatores determinantes para a evolução urbana ocorrida na cidade da Évora.

A alteração do PUE efetuada em 2011 veio acrescentar áreas de expansão ao modelo urbano da cidade, através da integração de novas UOPG onde se incluem também as delimitadas no âmbito da revisão PDME, passando as áreas disponíveis a totalizar **904,28 ha**. A presente análise permitiu apurar que, ao longo das duas últimas décadas, foram executados cerca de **207,83 ha**, o que corresponde a cerca de 23% das áreas disponíveis.

Com exceção das zonas industriais, que apresentam um grau de execução elevado (59%), ocorrida sobretudo em solos de promoção municipal, designadamente no PITÉ, a generalidade das zonas de expansão teve uma fraca execução: 20% das áreas da estrutura ecológica urbana, 16,5% das zonas de equipamentos, 28% das zonas terciárias e 28% das zonas habitacionais.

Verificou-se que ocorreu um crescimento pouco harmonioso da cidade, espacialmente assimétrico, com fragmentação urbana e diversas discontinuidades espaciais, apresentando a Cidade Norte um contínuo urbanizado comparativamente menor do que os restantes três setores extramuros, apesar do seu crescimento. A estrutura urbana permanece desequilibrada, pela distribuição funcional e pelo

acentuado crescimento a sul e sudoeste e pela persistência de áreas não urbanizadas a norte e nascente.

A forma radioconcêntrica não foi completada e continuam a subsistir descontinuidades na rede viária secundária, evidenciando-se a existência de áreas não consolidadas na envolvente do Centro Histórico de Évora. Diversas zonas terciárias constituem áreas de reconversão urbanística, permanecendo diversos espaços de reconversão potencial ou relativamente expectantes, com espaços subutilizados ou devolutos, na envolvente à muralha, a norte e a sul do CHE.

O Centro Histórico continua a ser o centro funcional, cultural e simbólico de Évora, apesar de não se manter como principal pólo de comércio e serviço. Salienta-se o facto de ter ocorrido uma transferência gradual de diversas unidades do setor terciário para a zona sul e nascente da cidade, com o surgimento de uma importante área de atividades terciárias. Como consequência deste processo, a Cidade Intramuros e a Cidade Sul constituem atualmente os dois principais polos de emprego de Évora.

Relativamente às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, consideradas áreas estratégicas e prioritárias, estas apresentam, de uma forma geral, uma execução fraca. Apenas a UOPG(E) - *Eixo Poente de Entrada na Cidade* e a UOPG(G) - *Parque Industrial/Almeirim*, apresentam um grau de execução moderado ou elevado. A fraca execução da UOPG(A) - *Área Envolvente à Muralha* e da UOPG(B) - *Área de Expansão dos Leões*, teve um impacto negativo no objetivo de consolidação urbana, não tendo sido alvo das ações de planeamento e gestão necessárias.

Não foram aplicados alguns dos instrumentos da política de solos e, por outro lado, os instrumentos urbanísticos elaborados nas últimas duas décadas distribuíram-se por toda a cidade e não corresponderam ou concretizaram de forma clara os objetivos do plano, não tendo por isso resultado na execução efetiva das áreas estratégicas e prioritárias (UOPG).

Esta evidência demonstra que a concretização da estratégia definida, depende em grande medida da intervenção direta do município, que ao promover um investimento alargado (infraestruturas e produção de solo), orienta o crescimento para este setor da cidade. Esta dinâmica ocorreu na cidade sul, no PITE, onde houve produção pública de solo urbanizado para lotes industriais, mas não na zona de expansão dos Leões, onde a execução de infraestruturas gerais não foi suficiente para alavancar o crescimento urbano. A ausência de uma bolsa de terrenos previstos, inviabilizou que o investimento público tivesse incidido na área prioritária da UOPG dos Leões onde se devia concentrar o esforço de investimento. A sua implementação tornou-se ainda mais difícil de concretizar depois da reprogramação a que foi sujeita no âmbito da alteração de 2011.

A insuficiente capacidade do setor privado para promover operações urbanísticas de dimensão relevante, aliada à ausência de meios por parte do setor público, recomenda uma estratégia coordenada e seletiva na consolidação da cidade.

É de destacar que, apesar da produção pública de solo urbanizado para lotes industriais e para a construção de habitação social, não foi implementada a bolsa de terrenos e a perequação compensatória, pelo que os mecanismos de política de solos não foram integralmente implementados.

No que respeita aos investimentos propostos no plano, estes apresentam um grau de execução variável sendo que, aqueles que o plano considerou prioritários, obtiveram uma taxa de execução

maior (cerca de 51,4%). Ao nível das infraestruturas, importa destacar que a não conclusão da grande circular e da circular intermédia, foi provavelmente um dos fatores que mais condicionou o adequado desenvolvimento urbano da cidade.

Alguns dos equipamentos previstos mais importantes, considerados ‘âncoras’ quanto à ocupação do território, não se concretizaram, designadamente o novo hospital, o palácio dos congressos e bibliotecas e o parque desportivo municipal, o parque de feiras e o parque urbano. Alguns destes sofreram uma realocação da sua área de implementação, aquando da alteração de 2011, tendo, no entanto, continuado sem concretização. Por outro lado, foram executados novos equipamentos que, embora possam concorrer para fins semelhantes, não substituem os equipamentos previstos, como é o caso da Arena de Évora e do Complexo Desportivo.

O processo de decisão e de gestão urbanística não encarou as áreas definidas como estratégicas e prioritárias como tal e a execução de grandes equipamentos e infraestruturas não foi devidamente enquadrada pelo plano, obedecendo a opções setoriais da administração pública.

A estagnação do desenvolvimento da cidade através de investimentos relevantes, quer de carácter público quer privado, foi provavelmente agravada pela crise económica ocorrida no país entre 2008 e 2014.

Da avaliação realizada, emerge a evidência de que existe um desajustamento relativamente à dimensão das áreas de expansão, que se revelou manifestamente excessiva face à taxa de execução verificada para além de, nalguns casos, uma desadequada programação da sua utilização.

A alteração do plano em 2011 colocou em causa alguma da coerência do modelo de ordenamento, não corrigindo o paradigma expansionista referido. As alterações efetuadas na área de expansão considerada prioritária, a UOPG(B) - *Área de Expansão dos Leões*, demonstram alguma dissonância, não se articulando claramente com a estrutura e forma urbana e padrão de usos do solo previamente definidos para a área urbana, diluindo-se a programação de ‘âncoras’ previamente avançadas para essa unidade.

Foram acrescentadas novas UOPG e incorporadas as que haviam sido delimitadas no âmbito do PDME, revisto em 2008. Este acréscimo de solo urbanizável não teve em consideração as reais necessidades de expansão, tendo procurado sobretudo viabilizar oportunidades que acabaram por não se concretizar. Contudo, é de salientar que este excedente de solo urbanizável não se conforma com as atuais orientações do RJIGT.

Esta alteração introduziu um aparente excesso de usos não habitacionais, essencialmente a norte, e por outro lado, reduziu neste setor da cidade a área afeta a usos industriais. Ao nível das zonas de equipamentos, a flexibilização dos usos do solo com a admissão de usos não programados, fragilizou igualmente a harmonia do plano e a concretização dos respetivos objetivos.

De qualquer forma, o PUE revelou-se capaz de enquadrar o processo de urbanização da cidade, a edificação, a conservação e reabilitação do edificado, a preservação do património arquitetónico e arqueológico, a reconversão de usos e as transformações nas áreas consolidadas. Enquadraram igualmente os principais investimentos ocorridos e as respetivas propostas setoriais influenciaram as

políticas relativas a solos, alojamento, equipamentos, redes de infraestruturas e circulação e transportes.

Évora apresenta-se como uma cidade mais qualificada e mais plurifuncional, apesar de permanecer relativamente fragmentada e com descontinuidades na sua estrutura, resultante de uma urbanização tendencialmente assistemática.

O grau de execução das áreas de expansão e o grau moderado de execução dos investimentos prioritários refletem uma conjuntura diversa daquela que fundamentou o cenário e o modelo de ordenamento.

- **Recomendações**

Importa realçar que as problemáticas subjacentes à definição dos objetivos do plano se mantêm atuais, o que é indicador da concretização apenas parcial dos mesmos. Esta evidência leva-nos a concluir que **o modelo de ordenamento deverá ser revisto**, tendo em conta a evolução da estrutura urbana ocorrida. Neste sentido, consideramos que a revisão do plano deverá ser abrangente, incluindo a dimensão estratégica, os objetivos e a generalidade das propostas.

Por outro lado, a nova política de solos nacional obrigará a uma estratégia coordenada e seletiva, devendo assentar no princípio da contenção da transformação do solo rústico em solo urbano, procurando concentrar o esforço de investimento público e privado nas áreas já infraestruturadas.

Neste contexto, o plano deve ajustar o seu programa à realidade e problemática atual, redirecionando grande parte da iniciativa urbanística municipal para as necessidades de reabilitação urbana, tanto ao nível das edificações como da reabilitação e renovação da infraestrutura pública, não descurando a necessidade de oferta de habitação para as famílias que não possuem rendimentos nem capacidade para recorrer a financiamento bancário.

Relativamente à cidade intramuros deverão ser revistas as normas relativas aos usos e deverão ser regulamentados as obras e intervenções admitidas, de acordo com as boas práticas internacionais. Deverão ser atualizados e revistos os condicionantes e valores patrimoniais identificados, considerando os estudos e inventários, no contexto de uma estratégia de conservação integrada, desejavelmente em sede de instrumento regulamentar próprio (idealmente PPS nos termos da legislação em vigor).

Devem ser disponibilizadas áreas de atividades económicas, tendo em conta a procura existente, articulando-as com a rede de centralidades (atividades terciárias).

As áreas estratégicas e prioritárias devem ser identificadas e programadas, redelimitando as UOPG's e propondo unidades de execução, articuladas com os investimentos prioritários.

Nas áreas de expansão, deverá ser ponderada uma distribuição espacial mais equilibrada de equipamentos coletivos e estrutura ecológica urbana. A estrutura ecológica urbana deve ser programada de forma articulada com os equipamentos coletivos e os modos de mobilidade suave, designadamente com o sistema de espaço público, os eixos viários, pedonais e cicláveis.

Os investimentos prioritários em equipamentos e infraestruturas devem ser programados de forma concertada com outros agentes e entidades da AP, compatibilizando-se com políticas setoriais definidas.

Devem ainda, ser acolhidas as orientações do PNPOT que se encontram em consonância com as grandes linhas de orientação estratégica internacional, no quadro da Agenda 2030, dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável e do Acordo de Paris, refletindo sobre a resiliência do território, a importância da descarbonização, da transição energética e material, assim como sobre as vulnerabilidades críticas no contexto das alterações climática.

Um modelo de governança eficaz será fundamental para executar o plano da forma programada, tendo em conta as áreas estratégicas e prioritárias e os mecanismos de política de solos ao dispor do município.

No que diz respeito ao procedimento de avaliação e revisão dos planos, deve considerar-se no futuro processo de revisão do plano a referência a ações e indicadores de medida para os seus diversos objetivos, de forma a tornar possível a aferição da sua execução.

Em face do referido, considera-se que a implementação de um sistema de monitorização da dinâmica territorial deve constituir uma prioridade do processo de planeamento, permitindo um efetivo acompanhamento da dinâmica do sistema territorial real, assente num modelo de dados geográficos com informação quantitativa e qualitativa que permita num determinado momento, identificar onde, quando e como ocorreu determinada transformação. Para o efeito, devem ser identificados os indicadores com expressão territorial que permitam acompanhar os fenómenos relevantes, definindo um modelo de dados e implementar o procedimento administrativo que alimente o sistema de monitorização.

A importância de avaliar a dinâmica territorial encontra expressão no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que institui no artigo 189.º, a obrigatoriedade de elaboração do Relatório de Estado do Ordenamento do Território para as diferentes escalas de planeamento, indicando para o nível municipal a elaboração deste relatório de 4 em 4 anos, fazendo dele depender no caso da sua não elaboração a impossibilidade de revisão dos planos municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Bibliografia:

Batista e Silva, J (2017) Sebenta da disciplina de “Avaliação de Planos e Decisão Pública” (MUOT – Técnico Lisboa) (Lisboa: Instituto Superior Técnico)

Boavida-Portugal, L. M. (2003) Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada: Contributos para o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora. Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico (Évora: Universidade de Évora).

Bouça, A. (2007) Reafirmar Évora. Texto crítico, *Arquitectura e Vida*, 82, pp. 28-37.

Carvalho, J. (1990) *Évora: Administração Urbanística* (Évora: Câmara Municipal de Évora).

CME & CIPRO/Atelier 2 (1979) Plano Director de Évora. Relatório n.º 28: Cidade Intramuros-Centro Histórico. Trabalho efetuado para a Câmara Municipal de Évora.

CME & CIPRO/Atelier 2 (1979) Plano Geral de Urbanização de Évora: Manual de Normas – Vol. II. Trabalho efetuado para a Câmara Municipal de Évora.

CME- Câmara Municipal de Évora (2013) Carta de Equipamentos Coletivos do Concelho de Évora: Equipamentos Coletivos por Domínio na Cidade de Évora (Évora: Câmara Municipal de Évora).

CME – Câmara Municipal de Évora (1999) Plano de Urbanização de Évora: Relatório (Évora: Câmara Municipal de Évora).

CME – Câmara Municipal de Évora (2011) Plano de Urbanização de Évora: Relatório (Évora: Câmara Municipal de Évora).

CME - Câmara Municipal de Évora (2006) Estratégia de Mobilidade para a Cidade de Évora

CME - Câmara Municipal de Évora (2018) – Carta Social do Concelho de Évora (Évora: Município de Évora, Divisão de Educação e Intervenção Social)

DGOTDU – *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos* (Direção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, Lisboa 2002).

Espanca, T (1966) *Inventário artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, Tomo VII, Vols. I e II

Miranda, Eduardo (2014) O Centro Histórico e as Centralidades de Évora – Dinâmicas Urbanas e Organização Espacial. Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa).

Oliveira, M. M. (coord.) (2013) Plano de Gestão do Centro Histórico de Évora (Évora: Câmara Municipal de Évora).

Panerai, P., Depaule, J. C. & Demorgon, M. (2009) *Analyse urbaine* (Marseille: Editions du Parenthèses).

Pereira, P. (2002) Património, in: L. G. Brito (coord.) *Gestão Urbana: Passado, Presente e Futuro*, pp.34-48 (Lisboa: Publicação da Parque Expo 98, S.A.).

Ricardo da Costa, A & Paixão, M. S. & Gonçalves, J (2012) Historicity: Preservation or Revitalization Planning Tools?, in *Journal of Civil Engineering and Architecture*, Nov. 2013, Volume 7, No. 11 (Serial No. 72)

Salgueiro, T. B. & Cachinho, H. (coord) (2007) *A Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na Cidade de Évora: Relatório Final*.(Lisboa: GECIC – Grupo de Estudos da Cidade e Comércio, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Simplício, M. D. (1997) – *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*. Dissertação Para Obtenção do Grau de Doutor em Geografia, na Especialidade de Geografia Humana (Évora: Universidade de Évora).

Simplício, M. D. (2009) *Evolução e Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI*, in: *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, II série (7) (2007-2008), pp. 321-360 (Évora: Câmara Municipal de Évora).

Simplício, M. D. (2013) *A Cidade de Évora e a Relevância do Centro Histórico*, in: J. A. R Fernandes. et al (coord.) *A Nova Vida dos Velhos Centros das Cidades Portuguesas e Brasileiras*, pp. 211-226 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT).

Simplício, M. D & Alegria, J. M. (2003) *Organização Funcional e Terciária de Évora - Um Contributo Para o Ensino da Geografia*, *apogeo, revista da associação de professores de geografia*, n.º 25-26, Dezembro de 2003, pp.10-20.

Troitiño Vinuesa, M. A. (2003) *La Protección, Recuperación y Revitalización Funcional de Los Centros Históricos*, in: H. Capel (coord) *Colección Mediterráneo Económico, 3: "ciudades, arquitectura y espacio urbano"*, pp. 131-160 (Caja Rural Intermediterranea).

Páginas consultadas na Web:

- ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo – <http://www.arsalentejo.min-saude.pt/>
- CME - Câmara Municipal de Évora (2019) – Plano Local de Habitação de Évora - <http://arquivo2020.cm-evora.pt/pt/site-viver/Habitar/Plano-Local-de-Habita%C3%A7%C3%A3o>
- CME - Câmara Municipal de Évora (2010) – Carta Desportiva de Évora (Évora: Município de Évora, Divisão de Desporto e Juventude) - <https://www.cm-evora.pt/municep/equipamentos/equipamentos-desportivos/carta-das-instalacoes-desportivas-do-concelho-de-evora/>
- CME – Página dos Espaços Verdes - (<http://www.cm-evora.pt/pt/siteviver/Habitar/ambiente/Paginas/Espa%C3%A7osVerdes.aspx>)

- DGPC – Direção Geral do Património Cultural - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/>
- Habévora, E.M.- <http://www.havevora.pt/>
- IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018) Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento habitacional (IHURU, fevereiro de 2018)”
- https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf
- MAI - Ministério da Administração Interna Página oficial do Ministério da Administração Interna - <https://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/default.aspx>
- MDN - Ministério da Defesa Nacional Fonte: Página oficial do Ministério da Defesa Nacional
- <https://www.defesa.gov.pt/pt>
- Universidade de Évora - <https://www.uevora.pt/>

Fontes Consultadas:

INE Instituto Nacional de Estatística – Censos de 2001 e 2011

ME/GEE - Ministério da Economia - Ministério da Economia/Gabinete de Estratégia e Estudos Quadros de Pessoal.

ME / DGEEC - Ministério da Educação / Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

MTSSS/GEP - Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social – Gabinete de Estudos e Planeamento: Quadros de Pessoal.

PORDATA – Base de Dados do Portugal Contemporâneo - <https://www.pordata.pt/>

PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2011, 2 de Agosto.

PNPOT – Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, Primeira Revisão Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro Diário da República n.º 170/2019 (DGOTDU, Lisboa 2020).

Processos administrativos consultados:

- CME/ DGU/ Proc. Alterações das Regras Urbanísticas / Bairro do Monte Redondo e Torrão (Zona R4F), em Évora
- Proc. DOP/DGU/Proc. “Chafariz D’El Rei, Horta dos Malhões e Quinta do Estoril”
- CME/ DGU/Proc. Estudo dos Pátios do Bairro de N.ª Sr.ª da Glória
- CME/ DGU/Proc. Proposta de Gestão Urbanística para o Bairro da Vista Alegre;
- CME/ DGU/Proc. Urbanização do alto dos Cucos – Alterações aos Projetos Tipo
- CME/ DOP/DGU/Proc. “Vista Alegre, Horta da Porta, Tapada”
- CME/ DORU/Proc. 1.2803

- CME/ DORU/Proc. 2.3294 e 1.189
- CME/ DORU Proc. 2.3556
- CME/ DORU Proc. 2.3664(?)
- CME/ DORU/Proc. 4 (PUE)
- CME/ DORU/Proc. 12/2.4.5.8-587
- CME/ DORU/Proc. 12/3.3.5.5 – 598
- CME/ DORU/Proc. 12/3.4.5.5-589
- CME/ DORU/DOGT – 12/5.1.4 - 384
- CME/ DORU/Proc. DOGT 12/5.2.3-396
- CME/ DORU Proc. 12/6.2.1-30)
- CME/ DORU/Proc. 14
- CME/ DORU Proc. 30
- CME/ DORU/Proc. 47
- CME/ DORU Proc. 48
- CME/ DORU/Proc. 66
- CME/ DORU/Proc. 69
- CME/ DORU/Proc. 248
- CME/ DORU/Proc. 590
- CME/ DORU Proc. 592
- CME/ DORU Proc. 651
- CME/ DORU/Proc. 616 - EOU – Espaços T20 e E52 do PUE
- CME/ DORU/Proc. EOC-627-Bairro Gancho
- CME/ DORU/Proc. Via de cintura ramo nascente
- CME/ DORU/Proc. Estudo de ocupação urbana do Pátio do Bacharel (T5)
- CME/ DORU/Proc .Estudo rede viária circular intermédia
- CME / DORU – Proc. Levantamento do estado de conservação dos imóveis intramuros, entre abril e julho de 2015.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração

Carlos Borralho (DORU)

Eduardo Miranda (DORU)

Olga Grilo (DORU)

Participação

Ana Abrantes (DEIS)

António Santos (DDE)

Cristina Barbado (DGU)

Elsa Carvalho (DGU)

Elsa Santos (DAM)

Francisco Costa (GAPV)

Inês Mendes (DGU)

Nuno Feijão (UAS)

Nuno Pais (DGU)

Pedro Neves (DGU)

Pedro Matos (DORU)

Sofia Fialho (DORU)

Susana Sousa (DGU)

Telma Félix (DGU)

Vera Lazana (DEIS)

Câmara Municipal de Évora
Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana
Fevereiro de 2021